LISBOA 1415 CEUTA

historia de dos ciudades - história de duas cidades

LISBOA 1415 CEUTA

historia de dos ciudades - história de duas cidades

FICHA TÉCNICA

GOBIERNO DE LA CIUDAD AUTONOMA DE CEUTA

PRESIDENCIA
Juan Jesús Vivas Lara

CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN Y CULTURA
María Isabel Deu del Olmo

DIRECCIÓN GENERAL DE EDUCACIÓN Y CULTURA
María Teresa Troya Recacha

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PRESIDENTE
Fernando Medina

PELOURO DA CULTURA
Catarina Vaz Pinto

DIREÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA
Manuel Veiga

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL
Jorge Ramos de Carvalho

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

REITOR
António Bensabat Rendas

DIRECTOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
João Costa

DIRECTOR DO CENTRO DE HISTÓRIA D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR
João Paulo Oliveira e Costa

EXPOSIÇÃO

COMISSARIADO:
André Teixeira, Fernando Villada Paredes, Rodrigo Banha da Silva

COMISSARIADO ADJUNTO:
José Manuel Hita Ruiz, Edite Martins Alberto

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO DA MONTAGEM (LISBOA):
João Rodrigues, Miguel Marques dos Santos

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO DA MONTAGEM (CEUTA):
Ana Lería Ayora, José Manuel Hita Ruiz, Fernando Villada Paredes

DESIGN (LISBOA):
João Rodrigues, Miguel Marques dos Santos

DESIGN (CEUTA):
Alejandro Morcillo

INFOGRAFIAS:
Ana Filipa Leite

DIGITALIZAÇÃO:
Arquivo Municipal de Lisboa

RESTAURO:
Moisés Campos, Helena Nunes, João Coelho

TRADUÇÃO:
Fernando Villada Paredes

CATÁLOGO

COORDENAÇÃO:
André Teixeira, Fernando Villada Paredes, Rodrigo Banha da Silva

COORDENAÇÃO ADJUNTA:
José Manuel Hita Ruiz, Edite Martins Alberto

EDIÇÃO:

Ciudad Autonoma de Ceuta / Consejería de Educación y Cultura
Câmara Municipal de Lisboa / Direção Municipal de Cultura
/ Departamento de Património Cultural

DESIGN:
Ana Filipa Leite

INFOGRAFIAS:
Ana Filipa Leite

RECONSTITUIÇÕES:
Carlos Loureiro, O. Hernández, Ana Gil, S. Márquez, P. Gurriarán

DESENHOS:
V. Fernández Caparrós, V. Gómez Barceló, C. Navío, Fernando Villada Paredes

FOTOGRAFIA: Andrés Ayud Medina, Archivo Central de Ceuta, Arquivo Municipal de Lisboa, José Juan Gutiérrez Álvarez, José Manuel Hita Ruiz, José Suárez Padilla, José Vicente, José Paulo Ruas, Pedro Barros.

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS:

TIRAGEM:
500

ISBN:

Edição impressa | 978-84-15243-57-1

Edição digital | 978-972-8543-50-1

DEPÓSITO LEGAL:

CE51-2015

TEXTOS

Alexandra Gaspar (*Direcção-Geral do Património Cultural*)
Ana Cristina Leite (*Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML*)
Ana Gomes (*Direcção-Geral do Património Cultural*)
Ana Vale (*Direcção-Geral do Património Cultural*)
André Teixeira (*FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)
Carlos Caetano (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)
Carlos Gozalbes Cravioto (*Instituto de Estudios Ceutíes*)
Edite Martins Alberto (*Arquivo Municipal de Lisboa / DPC / CML; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)
Fernando Villada Paredes (*Ciudad Autónoma de Ceuta; Instituto de Estudios Ceutíes*)
Gabriel Fernández Ahumada (*Ciudad Autónoma de Ceuta*)
Hélder Carita (*Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa*)
Isabel Drumond Braga (*Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa*)
Jacinta Bugalhão (*Direcção-Geral do Património Cultural*)
Joana Bento Torres (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)
Jorge Correia (*EAUM, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho; Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território*)
Jorge Fonseca (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)
José Antonio Ruiz Oliva (*Instituto de Estudios Ceutíes; UNED Ceuta*)
José Bettencourt (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)
José Luís Gómez Barceló (*Archivo General de Ceuta / Instituto de Estudios Ceutíes*)
José Manuel Garcia (G*abinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML*)
José Manuel Hita Ruiz (Museo de Ceuta / *Ciudad Autónoma de Ceuta*)
José Suárez Padilla (*Arqueotectura S.L.*)
Lídia Fernandes (*Museu de Lisboa – Teatro Romano / CML; Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Universidade de Coimbra*).
Manuel Cámara del Río (*Instituto de Estudios Ceutíes*)
Manuela Leitão (*Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML*)
Marco Calado
Margarida Ramalho (*Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa*)
Maria de Magalhães Ramalho (*Direcção-Geral do Património Cultural*)
Marta Caroscio (*Università degli Studi di Firenze*)
Miguel Gomes Martins (*Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML*)
Nuno Neto (*Neoépica, Lda.*)
Nuno Senos (*FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)
Paulo Drumond Braga (*Escola Superior de Educação Almeida Garrett*)
Paulo Rebelo (*Neoépica, Lda.*)
Raquel Santos (*Neoépica, Lda.*)
Rocío Valriberas Acevedo (*Archivo General de Ceuta*)
Rodrigo Banha da Silva (*Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)
Tiago Gil Curado (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)

FICHAS

AG Alexandra Gaspar. Direção Geral do Património Cultural
ACL Ana Cristina Leite. Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML
AG Ana Gomes. Direção Geral do Património Cultural
AV Ana Vale. Direção Geral do Património Cultural
AB André Bargão. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
AT André Teixeira. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
AAM António Augusto Marques. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML
AVA António Valongo
CEN César Neves. Uniarq, Centro de Arqueologia, Universidade de Lisboa
CA Clementino Amaro
CN Cristina Nozes. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML
CF Cristóvão Fonseca. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
EA Edite Alberto. Arquivo Histórico Municipal de Lisboa / CML; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
EC Elisabete Conceição. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
FCO Fernando Correia de Oliveira
FVP Fernando Villada Paredes. Ciudad Autónoma de Ceuta; Instituto de Estudios Ceutíes.
GCL Gonçalo C. Lopes. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
GL Gonçalo Lopes
IPC Inês Pinto Coelho. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
JBU Jacinta Bugalhão. Direção Geral do Património Cultural
JT Joana Bento Torres. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
JAM João António Marques. Direção Geral do Património Cultural
JB José Bettencourt. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
JMHR José Manuel Hita Ruiz. Museo de Ceuta. Ciudad Autónoma de Ceuta
JMG José Manuel García. GEO- Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML
JPH José Pedro Henriques
LF Lídia Fernandes. Museu de Lisboa – Teatro Romano / CML; Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Universidade de Coimbra
LSG Luís Serrão Gil. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
ML Manuela Leitão. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML
MJVC Maria João Vilhena de Carvalho. Museu Nacional de Arte Antiga / DGPC
MJS Maria José Sequeira. Direção Geral do Património Cultural
MMR Maria Magalhães Ramalho. Direção Geral do Património Cultural
MC Marta Caroscio. Università degli Studi di Firenze
NG Natalina Guerreiro. Direção Geral do Património Cultural
OS Olinda Sardinha
PC Patrícia Carvalho. CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores
PM Pedro Miranda. Unidade de Intervenção do Centro Histórico / CML
RBS Rodrigo Banha da Silva. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
SF Sara Ferreira. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
SG Susana Gómez Martínez. Campo Arqueológico de Mértola
TC Tiago Curado. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
TS Tiago Silva. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
VL Vasco Leitão. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML

FICHAS DE CATÁLOGO

denominación / título
material de fabricación / matéria e técnica
lugar de fabricación / lugar de origem
datación / cronologia
lugar del hallazgo / proveniência
dimensiones / dimensões
centro en que se encuentran depositadas / instituição de depósito

SIGLAS

A= altura
C= longitud / longitude ou comprimento
D= diámetro / diâmetro
G= grosor / grossura ou espessura
L= anchura / Largura
P= peso
-
b= borde o boca /bordo, lábio ou boca
cons= conservado(a)
f= fondo o base / base, fundo ou pé
max= máximo(a)
min= mínimo(a)
p= pared / parede
t= total

AGRADECIMENTOS

Archivo Diocesano de Ceuta
Archivo General de Ceuta / Ciudad Autónoma de Ceuta
Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Biblioteca Estense Universitária de Modena (Itália)a
Castelo de São Jorge / Egeac, E.M.
Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa
Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática / Direção Geral do Património Cultural
Direção Geral do Património Cultural
Fundação Berardo
José Luís Gómez Barceló
Museo de Ceuta / Ciudad Autónoma de Ceuta
Museu de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa
Museu de Lisboa - Teatro Romano / Câmara Municipal de Lisboa
Museu do Banco de Portugal
Museu dos Condes de Castro Guimarães / Câmara Municipal de Cascais
Museu Nacional de Arte Antiga / Direção Geral do Património Cultural
Neoépica, S.A.
Rede de Judiarias de Portugal
Universiteit Leiden (Países Baixos)

PRÓXIMA PÁGINA /

CEITIL D. AFONSO V (1448-1481). CEUTA. MUSEO DE CEUTA (14.777).

ÍNDICE

INTRODUCCIÓN
INTRODUÇÃO
André Texeira, Fernando Villada Paredes,
Rodrigo Banha da Silva **.14**

CRONOLOGÍA
CRONOLOGIA **.19**

EXPEDICIÓN A CEUTA
EXPEDIÇÃO A CEUTA **.21**

A CONQUISTA DE CEUTA: CONTEXTO E PREPARATIVOS
Edite Martins Alberto .22

CEUTA EN EL MOMENTO PREVIO
A LA CONQUISTA PORTUGUESA
Carlos Gozalbes Cravioto .27

EL URBANISMO
O URBANISMO **.30**

LISBOA: DA CIDADE MEDIEVAL À CIDADE MANUELINA
Hélder Carita .31

DE MADINA A CIDADE. EL CASO DE CEUTA
José Manuel Hita Ruiz, Fernando
Villada Paredes .37

DECORACIÓN ARQUITECTÓNICA
DECORAÇÃO ARQUITÉCTONICA .41

UM NOVO CENTRO URBANO, JUNTO AO TEJO:
O CONTRIBUTO DA ARQUEOLOGIA
Jacinta Bugalhão .45

O HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS,
Rodrigo Banha da Silva, Ana Cristina Leite .49

HABITAR EM LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI: MODOS DE VIDA
E DE CONSTRUIR
Lídia Fernandes .54

HUERTA RUFINO
José Manuel Hita Ruiz, Fernando
Villada Paredes .57

MÁS ALLÁ DE LAS MURALLAS
José Manuel Hita Ruiz, Fernando
Villada Paredes .60

VIDA COTIDIANA EN CEUTA EN LA ÉPOCA ISLÁMICA
VIDA QUOTIDIANA EM CEUTA NA ÉPOCA ISLÂMICA .62

EL PODER
O PODER **.68**

OS ESPAÇOS DO PODER EM LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI
Nuno Senos, Edite Martins Alberto .69

LAS INSTITUCIONES DE LA CEUTA LUSITANA
Rocío Valriberas Acevedo,
José Luis Gómez Barceló .76

A ALCÁÇOVA DE LISBOA (SÉCULOS XIII A XVI)
Alexandra Gaspar, Ana Gomes .79

O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE LISBOA
Maria de Magalhães Ramalho .82

UM PALÁCIO NA RIBEIRA DE LISBOA
Manuela Leitão .86

NUESTRA SEÑORA DE ÁFRICA Y SU SANTUARIO
José Luis Gómez Barceló .89

OS SÍTIOS E EDIFÍCIOS DE PODER EM CEUTA
Jorge Correia .91

LA CASA DE LA MISERICORDIA
Manuel Cámara del Río .93

PODER CIVIL .95
PODER RELIGIOSO .102

LA VIDA COTIDIANA
Y EL MULTICULTURALISMO
VIDA QUOTIDIANA
E MULTICULTURALISMO **.110**

A VIDA QUOTIDIANA E O MULTICULTURALISMO DE LISBOA
Jorge Fonseca .111

MULTICULTURALISMO EN LISBOA
MULTICULTURALISMO EM LISBOA .115

A VIDA QUOTIDIANA EM CEUTA DURANTE O PERÍODO PORTUGUÊS
Isabel Drumond Braga, Paulo Drumond Braga ..... .120

BANHOS TERMAIS NO SÉCULO XVI: UM EXEMPLO EM ALFAMA
Manuela Leitão, Marco Calado ..... .123

EL BAÑO ÁRABE DE LA PLAZA DE LA PAZ (CEUTA)
José Manuel Hita Ruiz, Fernando Villada Paredes ..... .126

VIDA COTIDIANA EN LISBOA EN LOS SIGLOS XV-XVI
VIDA QUOTIDIANA EM LISBOA NOS SÉCULOS XV-XVI ..... .129

VIDA COTIDIANA EN CEUTA EN LOS SIGLOS XV-XVI
VIDA QUOTIDIANA EM CEUTA NOS SÉCULOS XV-XVI ..... .140

COMERCIO, ABASTECIMIENTO Y ACTIVIDADES MARÍTIMAS
COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E ACTIVIDADES MARÍTIMAS ..... .148

O COMÉRCIO E VIDA MARÍTIMA DE LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI
Carlos Caetano, Rodrigo Banha da Silva, José Bettencourt ..... .149

O ABASTECIMENTO E COMÉRCIO DE CEUTA PORTUGUESA
André Teixeira, Joana Torres ..... .156

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO LARGO DO CORPO SANTO E A RIBEIRA DE LISBOA NO SÉCULO XVI
Ana Vale ..... .162

A CASA DE CEUTA EM LISBOA
Miguel Gomes Martins ..... .166

JAÚDENES, 5: UN CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DE ÉPOCA PORTUGUESA EN CEUTA
Marta Caroscio ..... .169

O CEITIL
Tiago Gil Curado ..... .172

ABASTECIMIENTO Y COMERCIO EN EL SIGLO XIV
ABASTECIMENTO E COMÉRCIO NO SÉCULO XIV ..... .174

ABASTECIMIENTO Y COMERCIO EN LOS SIGLOS XV Y XVI
ABASTECIMENTO E COMÉRCIO NOS SÉCULOS XV E XVI ..... .182

INSTRUMENTOS DE CAMBIO
INSTRUMENTOS DE TROCA ..... .212

VIDA MARÍTIMA ..... .220

DEFENSA: EL NUEVO ARTE DE LA GUERRA
DEFESA: A NOVA ARTE DA GUERRA ..... .226

A DEFESA DE LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI
André Teixeira, José Manuel Garcia ..... .227

LAS FORTIFICACIONES DE CEUTA: 1415-1580
José Antonio Ruiz Oliva ..... .232

A TORRE DE CASCAIS
Raquel Santos, Nuno Neto, Paulo Rebelo, Margarida de Magalhães Ramalho ..... .237

LAS FASES CONSTRUCTIVAS DE LA MURALLA REAL DE CEUTA
José Manuel Hita Ruiz, Fernando Villada Paredes ..... .241

UN TRAMO SINGULAR DEL FRENTE NORTE DE LAS MURALLAS DE CEUTA: LA PUERTA DE SANTA MARÍA
José Suárez Padilla, Fernando Villada Paredes, Gabriel Fernández Ahumada ..... .245

GUERRA Y EQUIPAMIENTO MILITAR
GUERRA E EQUIPAMENTO MILITAR ..... .248

EL LEGADO
O LEGADO ..... .260

O LEGADO: DE LISBOA A CEUTA E AO MUNDO
José Manuel Garcia ..... .261

EL LEGADO PORTUGUÉS EN CEUTA
José Luis Gómez Barceló ..... .266

BIBLIOGRAFÍA
BIBLIOGRAFIA ..... .270

Ceuta, puerta de Europa abierta en la orilla sur del Estrecho, es muestra, hoy, de los fuertes lazos entre dos naciones, la española y la portuguesa, fundidas en el edificante proyecto con base en el respeto a los derechos humanos, la igualdad, la libertad, la justicia y el progreso y bienestar para todos que constituye Europa para el mundo; el constructivo proyecto de una Europa fundamentada, por tanto, en los valores democráticos y la supremacía del interés general que no sería lo que hoy es, como no lo serían tampoco Ceuta, España ni el mundo entero, sin aquellos hechos de los que, este 2015, conmemoramos su 600 aniversario; un acontecimiento que unió el devenir de dos ciudades, Ceuta y Lisboa, y modificó sus tramas urbanas, que es parte de lo que ponen de manifiesto estas páginas y esta muestra.

El 25 de julio de 1415, una poderosa flota partía de Lisboa con rumbo desconocido para la mayoría de sus integrantes. Algunos días más tarde, en Lagos, fue anunciado su destino. Tras múltiples avatares, al caer la tarde del 21 de agosto, Ceuta era portuguesa. Desde aquel momento, y hasta la separación de las coronas de Castilla y Portugal en 1640, cuando los ceutíes decidieron ser españoles, razón por la que la ciudad sumó a los títulos de Noble y Leal el de Fidelísima, ambas ciudades estuvieron estrechamente unidas. Una ligazón que, entre otras muchas cosas, se traducía en que en Ceuta, entonces, se hablaba, se pensaba y se sentía en portugués.

Fueron siglos en que los marinos lusos vencieron los peligros del mar y llevaron su enseña por todo el mundo: de las frías tierras del Labrador al Cabo de Buena Esperanza; de Brasil al extremo Oriente. Todo aquello empezó en Ceuta. Y no había más que comenzado. Tras Portugal, España y otras potencias euro-

peas inician también su expansión ultramarina. El mundo había de cambiar a partir de entonces.

En el caso de Ceuta, aquel punto histórico de inflexión obliga, con el orgullo propio de haber sido escenario origen de semejante empresa, a echar la vista atrás para conmemorar una efeméride de la que atesoramos elementos hoy fundamentales de nuestra esencia, la de los ceutíes. Todo un legado, el portugués, que es patente en el urbanismo, que es en lo que se centran estas páginas, pero no solo eso sino mucho más.

Está la bandera, que es la de Lisboa, de la Casa de Avis; está el escudo, que prácticamente es el de Portugal; está la Patrona y Alcaldesa Perpetua, la Virgen de África, también portuguesa; está el pendón que en 1580 mandó a Ceuta Felipe II y en el que figuran, he aquí otra muestra de unión, los dos emblemas, el de Portugal y el de España. Están, en resumidas cuentas, buena parte de nuestros símbolos y tradiciones, además de fueros, foso y Murallas Reales, apellidos, espíritu renacentista y vocación por descubrir nuevos horizontes.

Este eslabón en la cadena de una historia, la de Ceuta, que es un concentrado en miniatura de la de España, lo resumen también nuestras calles y plazas, nuestras esculturas y nuestros monumentos: juan i, enrique el navegante, Pedro de Meneses, Isabel Cabral, Beatriz de Silva, San Amaro, Camões… forman parte del día a día de esta ciudad de carácter europeo en el norte de África; esta ciudad, también, fenicia, romana, bizantina, visigoda, andalusí, almorávide, almohade, meriní y liberal en la era contemporánea; esta ciudad que, reitero, no es otra cosa que síntesis de la historia de España y que entró en la Era Moderna de mano lusa. Aquellos acontecimientos, que tuvieron consecuencias en todo el planeta, introdujeron cambios y transformaciones cuyos efectos son visibles aún hoy. Por ello, 1415 marca para Ceuta y Lisboa un punto de inflexión en su dinámica urbana que merece y debe ser estudiado y transmitido a los ciudadanos a fin de ofrecerles instrumentos para comprender mejor su realidad actual.

Hoy, en un contexto político, económico y social muy distinto al de hace seis siglos, Ceuta y Lisboa mantienen esos lazos de hermandad forjados secularmente y afrontan con decisión los nuevos retos del mundo actual.

Reflexionar sobre su devenir y poner de manifiesto la continuidad de esos lazos históricos y culturales nacidos hace seiscientos años es el propósito de esta exposición y de este catálogo, Lisboa – 1415 – Ceuta, historia de dos ciudades, en la que ambas suman nuevamente sus energías para ofrecer al mundo el testimonio de su fructífera historia común.

Una historia que brindó a Ceuta la oportunidad de ser española y europea; una historia que ha fructificado en el ejemplo palpable de que personas de diferentes credos, etnias y culturas pueden convivir en paz y armonía, como sucede en esta ciudad europea norteafricana a la que hace seis siglos arribó aquella flota procedente de Lisboa.

Mi enhorabuena y mi más sincero agradecimiento en nombre de todos los ceutíes a quienes, desde la Cámara de Lisboa y desde la Ciudad de Ceuta, han participado en la organización de esta muestra itinerante que llega para aportar más saber sobre tan destacado acontecimiento y para poner de relieve ese pasado común sobre el que se sustenta este presente compartido.

Juan Jesús Vivas Lara
Presidente de la Ciudad de Ceuta

O ano de 1415 marca o início dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Mundo.

Quando se celebra o 6.º Centenário da Chegada dos Portugueses a Ceuta, a Câmara Municipal de Lisboa associa-se ao desafio lançado pela Ciudad Autónoma de Ceuta, através do Centro de História de Além-Mar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na realização de diversas iniciativas culturais, com destaque para as duas exposições realizadas em Lisboa e em Ceuta e que o presente catálogo fixa para um melhor conhecimento e divulgação da história e evolução das duas cidades, antes e depois de 1415.

Trata-se de Iniciativas da maior pertinência: hoje, a Ceuta que assistiu à chegada dos portugueses, tão icónica no imaginário nacional, é uma total desconhecida no nosso país e, do mesmo modo, para os habitantes de Ceuta, a sua cidade até 1415 é, sobretudo, uma memória fragmentária, em permanente construção, somente resgatada graças à dinâmica da investigação multidisciplinar, na qual a arqueologia assume uma importância supletiva.

A realização destas duas exposições resulta num discurso holístico sobre os passados. Mais concretamente na caracterização das duas cidades, Ceuta e Lisboa, no período anterior e posterior ao evento aqui evocado, nos domínios social, económico, político e cultural, bem como na identificação do seu impacto nas respectivas histórias e fisionomias. Recorrendo-se, para o efeito, à utilização de materiais e documentos provenientes dos arquivos municipais (sobretudo do Arquivo Municipal de Lisboa), de trabalhos arqueológicos (levado a efeito ou cuja informação está no Centro de Arqueologia de Lisboa) e estudos de arquitectura e urbanismo (por exemplo, os desenvolvidos pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses), visando-se realçar as mais recentes descobertas em articulação com o meio universitário.

No caso de Lisboa, parte-se da antiguidade da cidade, concentra-se nas épocas Medieval e da Renascença, para terminar na relação com a cidade de Ceuta, tudo isto organizado em torno de cinco núcleos expositivos: Fisionomia da Cidade, Espaços de Poder, Cosmopolitismo e Multiculturalismo, A Defesa e A Esfera Icónica, numa dinâmica potenciada pela expansão marítima, tornando-se então Lisboa um local de encontro da primeira globalização.

O desafio que acolhemos, e que responde a uma necessidade conjunta de memória, funciona também como um estímulo às relações contemporâneas entre Espanha e Portugal, em particular no que se refere às comunidades das duas cidades. E como oportunidade mútua da afirmação do papel que tiveram, num dado do momento do seu passado, para a construção do "mundo global".

Fernando Medina
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

INTRODUCCIÓN
INTRODUÇÃO

André Teixeira, Fernando Villada Paredes, Rodrigo Banha da Silva

Quisieron la Ciudad Autónoma de Ceuta y la Cámara Municipal de Lisboa subrayar la efeméride de los 600 años de la conquista de la ciudad del Estrecho con la organización de una exposición, asociando en este proyecto a la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Nova de Lisboa, concretamente a través del CHAM. Es especialmente destacable a nuestro juicio tanto el empeño de los dos poderes locales en señalar esta fecha que marca la historia de las dos ciudades como su voluntad de hacerlo conjuntamente. También su generosidad al abrir esta cooperación a otras entidades.

No ha sido una iniciativa aislada. Al contrario, está cimentada sobre la base de años de fructífera colaboración entre investigadores de ambas ciudades en pro del conocimiento de la historia y de la valorización del patrimonio, especialmente del arqueológico. Así, entre los proyectos de cooperación llevados a cabo en este 2015, destacan la realización de una guía de los fondos de documentación histórica sobre Ceuta existentes en los archivos portugueses, la edición de un número de los *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa* dedicado a Ceuta, el estudio y valorización patrimonial del conjunto monumental de la Muralla Real de Ceuta, además de la presente exposición. También la celebración de un Congreso Internacional en Ceuta sobre los orígenes de la expansión europea organizado por el Instituto de Estudios Ceutíes en colaboración con otras universidades y centros de investigación españoles y portugueses.

Por la naturaleza local de las instituciones organizadoras de una parte pero también por el deseo de subrayar esta fecha centenaria desde una perspectiva original, se decidió que la exposición *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades* estuviese centrada en el análisis de las transformaciones de las dos ciudades ocurridas como consecuencia de aquellos acontecimientos de hace ya seis siglos.

Quiseram a Cidade Autónoma de Ceuta e a Câmara Municipal de Lisboa assinalar a efeméride dos 600 anos da conquista da cidade do Estreito através da organização de uma exposição, associando a este desígnio a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente o centro de investigação CHAM. Quanto a nós é especialmente notável o empenho de dois poderes municipais em evocar esta data marcante para a história das duas cidades, a vontade arrojada de o fazer em conjunto e a generosidade de cooperar com outras instituições.

Na verdade, esta iniciativa não surge isolada, estando antes cimentada em anos de frutífero trabalho conjunto entre investigadores de ambas cidades, em prol do conhecimento da história e da valorização do património, mormente arqueológico. Assim, entre os projectos de cooperação levados a cabo neste ano de 2015, destacam-se a realização de um guia de fundos de documentação histórica sobre Ceuta existente nos arquivos portugueses, a edição de um número dos Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa dedicado àquela cidade, o estudo e valorização patrimonial do conjunto monumental das Muralhas Reais de Ceuta, além da presente exposição. Refira-se também a organização de um congresso internacional em Ceuta sobre as origens da expansão europeia, organizado pelo Instituto de Estudios Ceutíes, em colaboração com outras unidades científicas e investigadores de universidades portuguesas e espanholas.

Pela natureza local das instituições organizadoras, mas também pelo desejo de assinalar a data centenária numa perspectiva original, decidiu-se que a exposição *Lisboa 1415 Ceuta: história de duas cidades* deveria assentar fundamentalmente na análise das transformações dos dois aglomerados urbanos, ocorridas em consequência daquele facto de há seis séculos. Nesta óptica, o evento da

En esta perspectiva, el acontecimiento de la conquista propiamente dicha, el contexto y las causas de aquel hecho, o las acciones de los personajes que en ella intervinieron, pierden relevancia en favor de las dos ciudades, Lisboa y Ceuta, que son las principales protagonistas de la exposición. Fue adoptado pues un enfoque local pero que no deja de tener implicaciones desde una perspectiva general en la medida en que la historia concreta de estas dos ciudades, al margen de sus peculiaridades, es equiparable al de otras que vivieron las consecuencias del proceso de expansión europea que se inició en la edad Media y marcó toda la edad Moderna.

Para conseguir este objetivo han sido tenidas en cuenta las más recientes investigaciones desarrolladas en ambas ciudades, llevando al gran público los resultados de los proyectos de investigación y valorización patrimonial desarrollados en los últimos años bajo el impulso o con la participación de los dos poderes municipales, sin descuidar el resto de novedades surgidas en el marco de pesquisas llevadas a cabo en otras instituciones. Además, se retoman investigaciones de hace más tiempo pero que, a pesar de su interés, no pudieron ser publicadas por diferentes circunstancias.

Se optó por una perspectiva interdisciplinar, abordando el pasado a través de la mirada de la historia, la historia del arte, la arquitectura y, en buena medida, de la arqueología, disciplina más reciente, pero que ha aportado una contribución inestimable para el conocimiento de estas ciudades que, por su dinamismo a lo largo de los siglos o por los infortunios de la naturaleza, acabaron por enterrar en su subsuelo buena parte de los vestigios materiales de su rico y diversificado pasado.

Es por esto que debemos expresar nuestro afectuoso agradecimiento a todos los colegas, y fueron muchos, que quisieron aportar su generosa contribución en esta empresa. Congregar en este proyecto un equipo tan amplio y cualificado, manifestación clara del empuje de aquellos que diariamente procuran estudiar y preservar el legado histórico colectivo, ha sido una de nuestras mayores satisfacciones.

conquista propriamente dita, o contexto e as consequências daquele feito, ou os que nele intervieram, perderam relevância em favor das duas cidades, Lisboa e Ceuta, principais protagonistas da exposição. Adoptou-se, pois, um enfoque local, mas que não deixa de ter implicações numa perspectiva global, no sentido de que a história destas duas cidades, a par das suas peculiaridades, pode equiparar-se à de tantas outras que viveram as consequência do processo de expansão europeia, iniciado nos finais da Idade Média e que marcou toda a Idade Moderna.

Para alcançar aqueles objectivos procurou-se pôr em evidência a mais recente investigação realizada nas duas cidades, aproveitando a ocasião para levar ao grande público os resultados de projectos de investigação e valorização patrimonial que têm sido desenvolvidos nos últimos anos sob impulso ou com a participação dos dois poderes municipais, não descurando as novidades surgidas em pesquisas de outras instituições. Noutras situações retomaram-se temas de há muito, mas que circunstâncias variadas tinham impedido que viessem à luz do dia, mau grado a sua enorme relevância.

Optou-se por uma perspectiva interdisciplinar, abordando o passado através das perspectivas da história, da história da arte, da arquitectura e, em boa medida, da arqueologia, disciplina mais recente, mas que tem dado um contributo inestimável para o conhecimento de cidades que, pelo seu dinamismo ao longo dos séculos ou pelos infortúnios da natureza, acabaram por remeter para o seu subsolo boa parte dos vestígios materiais do seu rico e diversificado passado.

Por tudo isto, cumpre-nos expressar um caloroso agradecimento a todos os colegas, e foram muitos, que quiseram dar o seu contributo generoso nesta empresa. Congregar neste projecto uma equipa tão vasta e qualificada, manifestação clara da força daqueles que diariamente procuram estudar e preservar o legado histórico colectivo, foi seguramente uma das nossas maiores satisfações.

Lisboa 1415 Ceuta: história de duas cidades ocorre em duas mostras, primeiro em Lisboa, depois em Ceuta, em espaços muito distintos, portanto com confi-

Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades es una exposición que tendrá dos sedes, Lisboa primero, después Ceuta. Son espacios de características muy diferentes que obligan a que presenten configuraciones diferentes pero fundamentadas en un mismo concepto y material expositivo. Tras un área inicial en que se indican las fechas principales en la historia de las dos ciudades, se aborda conjuntamente su evolución en una sucesión de núcleos temáticos: el urbanismo, con la evolución de las áreas y configuraciones de ambas localidades; el poder, atendiendo a los espacios, edificios o símbolos en que se manifiesta, tanto en la esfera civil como religiosa; la vida cotidiana, procurando una aproximación a las actividades y objetos de la generalidad de la población, en su diversidad cultural y religiosa; el comercio, abastecimiento y vida marítima, resaltando rutas, productos e instituciones asociadas a estos puertos; la defensa, abordando distintos aspectos de la vida militar; y, por último, el legado, ensayando una aproximación a los vestigios materiales e inmateriales de esta historia común.

En el catálogo estos temas son tratados en textos de síntesis referentes a cada una de las dos ciudades, complementados por estudios monográficos de casos particularmente significativos o en los que la investigación ofreció avances más claros en los últimos años.

Siendo nuestra pretensión abordar las transformaciones ocurridas en ambas ciudades en virtud de los acontecimientos de 1415, se definieron como límites cronológicos aproximados el siglo XIV y mediados del siglo XVI, unos siglos de profundas transformaciones en que se desencadena la primera globalización.

Forma parte de esta exposición un video producido por la videoteca municipal de Lisboa con la colaboración de Radio Televisión Ceuta en un intento por parte de los organizadores de ofrecer un nuevo instrumento de comunicación de las líneas de fuerza de esta muestra.

Nuestras palabras finales no pueden ser otras que de agradecimiento.

En primer lugar a las autoridades de la Cámara Municipal de Lisboa y de la Ciudad de Ceuta por la confianza depositada en los responsables de este proyecto. Una gratitud extensible a cuantos colegas de ambas instituciones colaboraron con nosotros para que este proyecto fuese posible. También a aquellos otros que desde otras instituciones han apoyado con generosidad y entusiasmo esta iniciativa sin cuya valiosa dedicación hubiese sido imposible. Una referencia es

gurações ligeiramente diferentes, mas assentes num mesmo conceito e material expositivo. Depois de uma área inicial em que se assinalam datas marcantes da história das duas cidades, foca-se conjuntamente a evolução dos dois aglomerados urbanos numa sucessão de núcleos temáticos: o urbanismo, com a evolução das áreas e configurações dos dois burgos; o poder, atentando tanto a espaços, como a edifícios ou símbolos em que se manifesta, tanto na esfera civil como religiosa; o quotidiano, procurando uma aproximação às actividades e objectos da generalidade da população, na sua diversidade cultural e religiosa; o comércio, abastecimento e vida marítima, ressaltando rotas, produtos e instituições associadas a estes aglomerados portuários; a defesa, observando diversos aspectos da vida militar; e o legado, ensaiando uma aproximação aos vestígios materiais e imateriais desta história comum.

Neste catálogo estes temas são tratados em textos de síntese referentes a cada uma das cidades, complementados por estudos monográficos de casos particularmente significativos, ou em que a investigação deu avanços mais claros nos últimos anos. Pretendendo-se atentar às transformações ocorridas nas duas cidades em virtude do acontecimento de 1415, definiram-se como limites cronológicos aproximados o século XIV e meados do século XVI, época de profundas transformações, em que se desencadeia a primeira globalização.

Faz ainda parte desta exposição um vídeo produzido pela videoteca municipal de Lisboa, com a colaboração da Radio Televisión Ceuta, um intento dos organizadores de oferecer mais uma forma de comunicar as linhas de força desta realização.

As nossas palavras finais não podem senão ser de agradecimento.

Em primeiro lugar às autoridades da Câmara Municipal de Lisboa e da Cidade Autónoma de Ceuta pela confiança depositada nos responsáveis deste projecto. É uma gratidão extensível a todos os colegas das duas instituições que contribuíram para este evento, bem como aqueles que o apoiaram a partir de outras instituições com generosidade e entusiasmo, sem cuja dedicação esta iniciativa não teria sido possível. Referência ao apoio prestado pela Direcção-Geral do Património Cultural, nas suas várias áreas de actuação museológica, arquivística, arqueológica e de gestão patrimonial. Por último, às empresas e profissionais implicados na produção, montagem e transporte desta exposição, que desempenharam com profissionalismo a sua tarefa.

necesaria à la Direcção-Geral do Património Cultural, de Portugal, en sus varias áreas de actuación museológica, archivística, arqueológica y de gestión patrimonial. Por último, a todas las empresas y profesionales implicados en la producción, montaje, transporte, etc., que desempeñaron con extraordinaria profesionalidad su tarea.

Las muchas horas dedicadas a este ambicioso proyecto se ven compensadas sobradamente al comprobar que aquello que comenzó siendo una ilusión es hoy una realidad. Desgraciadamente nuestra satisfacción está teñida también de amargura por el inesperado fallecimiento en plena juventud de nuestro colega y amigo Alejandro Morcillo, diseñador de esta exposición en Ceuta y uno de nuestros más sólidos apoyos en este trabajo. La muerte, siempre injusta pero más aún cuando se produce de forma tan cruel e inesperada, le arrebató de nuestro lado aunque vivirá eternamente en nuestro recuerdo. Es por ello que queremos dedicar esta exposición y este catálogo a su memoria.

As muitas horas dedicadas a este ambicioso projecto vêm-se, assim, largamente compensadas pelo reconhecimento de que o que começou sendo um sonho é hoje uma realidade. Infelizmente, a nossa satisfação é também tolhida pelo inesperado falecimento em plena juventude do nosso colega e amigo Alejandro Morcillo, desenhador desta exposição em Ceuta e um dos que mais nos apoiou neste trabalho. A morte, sempre injusta mas mais ainda quando se dá de forma cruel e inesperada, retirou-nos da sua companhia, embora permaneça na nossa recordação. Por isso, queremos dedicar esta exposição e este catálogo à sua memória.

CRONOLOGÍA
CRONOLOGIA

CEUTA		LISBOA
Ceuta entra en la órbita romana Integração na órbita romana	**31-27 a.C.**	*Felicitas Iulia Olisipo* se convierte en *municipium* Concessão do estatuto de *municipium* a *Felicitas Iulia Olisipo*
Estatuto de *municipium* Estatuto de *municipium*	**Siglo II d.C.** séc. II d.C.	
	489	Integración en el reino visigodo Integração no reino visigodo
Conquista bizantina Conquista bizantina	**543**	
Conquista musulmana Conquista muçulmana	**709 ca.**	
	714	Inicio del dominio islámico en *al-Uxbuna* Início do domínio islâmico em *al-Uxbuna*
Revuelta *jariyi*. Destrucción de la ciudad Revolta *jariyi*. Destruição da cidade	**741**	
Conquista por los omeyas de Córdoba Conquista pelos omíadas de Córdoba	**931**	
Conquista por los almorávides Conquista pelos almorávidas	**1083-84**	
	1111	Conquista por los almorávides Conquista pelos almorávidas
	1147	Conquista por D. Afonso Henriques Conquista por D. Afonso Henriques
Conquista almohade Exilio del cadí *Iyad* Conquista pelos almóadas Exílio de caid *Iyad*	**1148**	
	1170	Carta de seguro y privilegio a los musulmanes libres Carta de segurança e privilégio aos muçulmanos livres
	1179	Concesión del foral Concessão de foral
Martirio de un grupo de franciscanos encabezados por Daniel de Fasanella Martírio de um grupo de franciscanos encabeçados por Daniel de Fasanella	**1227**	
Los *azafies*, una noble familia ceutí, se hacen con el poder Gran desarrollo comercial Os *azafies*, família nobre de Ceuta, tomam o poder Grande expansão comercial	**1249**	
	1290	Fundación de la Universidad por D. Dinis Amurallamiento de la zona de la ribera Fundação da universidade por D. Dinis Amuralhamento da zona ribeirinha
Muhammad III de Granada conquista Ceuta Muhammad III de Granada conquista Ceuta	**1306**	
Abu Said toma Ceuta y construye el Afrag Abu Said toma Ceuta e constrói Afrag	**1327**	

CEUTA			LISBOA
Batalla del Salado que enfrenta a los reyes de Castilla y Portugal con los sultanes marini y de Granada La victoria cristiana frena definitivamente los deseos marinies de reconquistar al-Andalus	—	**1340**	— Batalha do Salado dos reis de Castela e Portugal contra os sultões merinida e de Granada A vitória cristã tolhe definitivamente os desejos merínidas de reconquistar o al-Andalus
		1373-75	— Construcción de la cerca fernandina Construção da cerca fernandina
		1415/07/25	— La flota parte de Lisboa en dirección a Ceuta A armada parte de Lisboa em direcção a Ceuta
Toma de Ceuta Los edificios religiosos musulmanes se transforman en lugares de culto cristiano Conquista de Ceuta Os edifícios religiosos muçulmanos transformam-se em lugares de culto cristãos	—	**1415/08/21**	
Bula papal reconociendo el derecho portugués sobre África Cerco de Ceuta Cerco de Ceuta	—	**1418**	— Bula papal reconhecendo o direito português às conquistas em África
Fray Amaro de Aurillac, primer obispo de Ceuta D. Henrique envía la imagen de Nuestra Señora de África Frei Amaro de Aurillac primeiro bispo de Ceuta D. Henrique envia a imagem de Nossa Senhora de África	—	**1421**	
Penas de destierro cumplidas en Ceuta	—	**1431**	— Penas de degredo cumpridas em Ceuta
Tratado de Alcáçovas	—	**1479**	— Tratado de Alcáçovas
Tratado de Tordesillas	—	**1494**	— Tratado de Tordesillas
		1498	— Fundación de la Misericordia de Lisboa Inicio de la construcción del Palacio de Ribeira, trasladando los principales espacios del poder a la zona baja Fundação da Misericórdia de Lisboa Início da construção do Paço da Ribeira, transferindo a sede do poder para a zona baixa
		1499	— Desembarco de Vasco de Gama tras el primer viaje a India Desembarque de Vasco da Gama após a primeira viagem oceânica à Índia
		1501	— Llegada del primer navío de la armada de Pedro Alvares Cabral después de descubrir a Brasil Chegada do primeiro navio da armada de Pedro Álvares Cabral depois do achamento do Brasil
Un documento menciona por primera vez la Santa Casa de Misericordia de Ceuta Um documento menciona pela primeira vez a Santa Casa de Misericórdia de Ceuta	—	**1504**	
D. Manuel I ordena reducir el perímetro urbano al istmo D. Manuel I ordena a redução do perímetro urbano ao istmo	—	**1507**	
		1514	— Inicio de construcción de la Torre de Belém Início da construção da Torre de Belém
Tratado de Zaragoza	—	**1529**	— Tratado de Zaragoza
Comienza la construcción de la Muralla Real Começa a construção das Muralhas Reais	—	**1541**	
Batalla de los Tres Reyes o de Alcazarquivir Los restos mortales de D. Sebastián son depositados en el Convento de los Trinitarios Años más tarde son llevados a Lisboa para ser sepultados en el Monasterio de los Jerónimos	—	**1578**	— Batalha dos Três Reis ou de Alcácer Quibir Os restos mortais de D. Sebastião são depositados no Convento dos Trinitários Anos mais tarde são levados para Lisboa e sepultados no Mosteiro dos Jerónimos

EXPEDICIÓN A CEUTA
EXPEDIÇÃO A CEUTA

A CONQUISTA DE CEUTA: CONTEXTO E PREPARATIVOS

Edite Martins Alberto

"Era o fervor tam gramde no rregno, que em todollos lugares as gemtes nom trabalhauam em all, porque huũs andauam em alimpar suas armas, outros em mandar fazer bizcoitos e saalguar carne e mamtijmentos, outros em correger nauios e aparelhar guarniçoões, de guisa que ao tempo da neçessidade nom sse achassem dalguũa cousa falleçidos"[...] E em uerdade era fremosa cousa de ueer, ca per toda aquella rribeyra jaziam naaos e nauios, nos quaaes de dia e de noute amdauam callafates e outros mesteiraaes, que lhe rrepayrauam seus falliçimentos. Doutra parte jaziam mujtos bois e uacas deçepadas, e alli mujtos homees huũs a esfollar, e outros a cortar e sallguar, outros a meter em tonees e botas em que auiam dhir. Os pescadores e suas molheres tijnham cuidado de abrir e sallgar as pescadas e caçõoes e rrayas e semelhantes pescados, dos quaees todollos lugares em que o soll tjinha mayor assessego eram cheos. Os offiçiaees d moeda, e dia e de noute, numca seus martellos estauam quedos ..." Zurara, 1915: cap. XXX.

O cronista Gomes Eanes de Zurara descreve sagazmente a agitação que se vivia em Portugal em 1415, fruto da armada que se preparava no estuário do Tejo. Reinava D. João I, monarca que subira ao trono em 1385, após conturbados tempos de legitimação da sucessão dinástica e conflitos com Castela. Com a estabilidade política conseguida a partir de 1411, através de um acordo de paz entre os dois reinos, Portugal podia aventurar-se para fora dos seus limites, procurando novas terras.

Vários factores haviam contribuído nos últimos anos do século XIV e inícios do século XV para a situação que se vivia. A corte itinerante, por necessidades bélicas, realização de cortes, fuga de pestes e actividades lúdicas (como a caça), começara a centralizar-se, a partir de 1402, em torno do triângulo Lisboa, Santarém e Évora (Coelho, 2005:214). A acção directa da Coroa na concessão de privilégios, fomentando a instalação da população no litoral, promovendo actividades agrícolas, chamando técnicos, atraindo mercadores estrangeiros, contribuiu para o aperfeiçoamento das técnicas marítimas, conhecimento de informações geográficas e científicas e, sobretudo, influenciou a chegada de capitais (Cruz, 1999:39). A comunidade marítima organiza-se criando estruturas de apoio de ordem administrativa e institucional, adaptadas às suas necessidades e interesses. A definição das primeiras bases dos seguros marítimos e a constituição da Companhia das Naus nos finais do século XIV testemunham esta realidade (Cruz, 1999:40). Devido a estas políticas de incentivo e reforço do comércio naval, Lisboa em particular e a costa ocidental da Península Ibérica em geral, adquirem um papel privilegiado na articulação de rotas que ligavam o Mediterrâneo e o Norte de Europa (Fonseca, 1999:16). Desde meados do século XIII há notícia da presença de mercadores portugueses nos mercados mediterrâneos, os quais no século seguinte acompanham a crescente articulação deste comércio com o Atlântico (Cruz, 1999: 25-27). A aliança militar, política e comercial estabelecida entre Portugal e Inglaterra pelo Tratado de Windsor, em 1386, contribuiu para as relações privilegiadas com aquele país, seladas com o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre no ano seguinte.

Nos inícios do século XV, Lisboa era já uma enorme cidade à escala nacional, embora de dimensão média a nível europeu. A sua população poderá ter atingido os 35 mil habitantes ainda durante a centúria de Trezentos, volume claramente ultrapassado nos cem anos seguintes (Rodrigues, 2008a: 124). No século XIV tão populosa como Coimbra, Braga, Évora e Silves detinha, no final do século seguinte, quatro a cinco vezes mais população que qualquer uma destas cidades. Este ritmo de crescimento manteve-se até meados do século XVI: em 1415 teria cerca 55 000 habitantes, em 1528 rondaria os 70 000, em 1551 atingiria os 115 mil habitantes, altura em que o aumento populacional se tornou mais lento, só alcançando ritmos semelhantes na primeira metade do século XVIII (Rodrigues, 2008b: 5-8). A Lisboa de Quinhentos, com menos população que Londres, Paris ou Nápoles, mas com mais que Sevilha, que só atingiria quantitativos semelhantes nas primeiras décadas do século XVI, podia comparar-se a Veneza ou Amsterdão, grandes cidades para o tempo (Dias, 1998: 23).

Logo que assinadas as pazes em 1411, a rainha de Castela, a regente Catarina de Lencastre, pede a D. João I que a auxiliasse com 10 ou 12 galés para retomar a conquista de Granada (MH, 1960: II, 35-39). Com a afirmação deste interesse por parte de Castela na frente ibérica, a Portugal abria-se o mar e as terras além deste. Segundo Zurara, o destino Ceuta fora sugerido pelo vedor da fazenda João Afonso, como local onde os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, filhos de D. João I, poderiam ser armados

cavaleiros, em vez das festas que se previam para o efeito em Lisboa. Este tomara conhecimento dessa "muy notauel çidade e muy azada pera se tomar" e sabia-o por informações de um criado que lá enviara a resgatar cativos e lhe contara que Ceuta era "huũa muy grande çidade rriqua e muy fermosa e como de todallas as partes a çerqua o mar afora huũa muy pequena parte por que am sayda pera a terra" (Zurara, 1915: cap. IX). Este destino foi bem aceite pelos infantes, que o justificavam perante o rei como sendo o serviço de Deus - a luta contra os muçulmanos e consequente posse de novas terras e alargamento da fé cristã (Zurara, 1915: cap. XI). As relações comerciais com o Norte de África não eram inéditas como o testemunha uma carta de D. João I de 1414, dirigida ao corregedor de Lisboa, proibindo, a pedido a câmara desta cidade, o transporte para a *terra de mouros* de pão, castanhas, avelãs, nozes e outros mantimentos, bem como de aço, ferro e armas, sob pena de morte e confisco de navios e bens dos infractores (Martins, 2010: XX).

De acordo com o cronista, várias dúvidas se levantaram ao monarca quanto ao ataque à cidade de Ceuta: as grandes despesas que se antecipavam e consequente necessidade de dinheiro em abundância faziam prever a necessidade de *lançar pedidos*, que o rei não queria fazer para não sacrificar a população e para não romper o segredo da expedição que queria manter. Além disso, constituíam problemas a distância a que ficava Ceuta, a obrigação de recrutar gente do Reino e de fora, com a consequente carência de fundos para soldos, a necessidade de artilharia e mantimentos em abundância e a exigência de uma grande frota para alcançar aquele objectivo militar. Haveria também que deixar no Reino alguma defesa, dado o receio que Castela aproveitasse a ausência do rei para atacar, temendo-se igualmente possíveis represálias do reino muçulmano de Granada. Finalmente, havia a preocupação de se não conseguir manter ou defender a cidade, questionando-se que honra adviria desse feito. Os infantes defenderam taxar mercadorias, utilizar as embarcações da costa da Galiza e da Biscaia, bem como da Inglaterra, da Alemanha e de outras partes que costumavam vir ao frete do sal, azeite e vinho, reparar as galés e fazer outras de novo, justificando existir no Reino gente suficiente para manter a defesa (Zurara, 1915: cap. XII e XIII). Entretanto D. João I envia o prior do Hospital e o capitão Afonso Furtado à Sicília, a fim de tratarem do casamento da ex-rainha D. Branca com o infante D. Pedro, com o intento de "deuisassem a çidade de Cepta" (Zurara, 1915: cap. XVI). Esta embaixada permitiu aos seus elementos observar Ceuta, nos dois momentos em que tiveram que fazer escala naquele porto.

Decidida a expedição a Ceuta, várias razões se podem enumerar para explicação de tal feito, condicionalismos conjunturais, nacionais e internacionais que permitiram, mais do que determinaram a conquista de Ceuta. As causas de ordem feudal encontram-se relacionadas com o espírito de cavalaria, com necessidade de armar cavaleiros os infantes numa situação de especial relevo para o efeito – a luta contra o infiel, a conveniência em facilitar à nobreza a possibilidade de manter a sua principal função como grupo social, ou seja, o exercício das armas, numa altura sem pretexto para a guerra com Castela. A nobreza teria impelido D. João I a agir (Azevedo, 1988: 57-67). A posse de Ceuta pelos portugueses, como importante base naval, representava o fim do domínio muçulmano do Estreito de Gibraltar e, simultaneamente, da pirataria islâmica na zona (Lopes, 1989: 5-10), perturbando o auxílio aos muçulmanos de Granada a partir do Norte de África (Dinis, 1962: 86-106). O domínio do Estreito, a posse duma base magnífica para a guerra de corso, um passo em frente na direcção do mundo do ouro, das especiarias e dos escravos são algumas razões aduzidas para a conquista (Coelho, 1985: 24).

O Estreito era o vértice de dois triângulos opostos que representavam graficamente os interesses da expansão para ocidente, ligada por um lado às ilhas Atlânticas e, por outro, ao comércio mediterrâneo com pontos na Ligúria e norte da Argélia (Fonseca, 1993: 50; Fonseca, 1999: 65). Ceuta era vista como peça fundamental no controlo do ponto de convergência dos triângulos inversos - o Estreito, o que constituía motivação para a sua conquista (Fonseca, 1978: 24). De uma perspectiva mais alargada, Ceuta e, depois, as restantes praças marroquinas, vão constituir nas décadas seguintes "um dos lados do triângulo estratégico do Atlântico português, completado pela costa europeia e pelas ilhas" (Farinha, 1999: 7).

Estas causas de ordem política e estratégica reflectem os objectivos da dinastia de Avis em relação ao domínio do Estreito e controlo da pirataria muçulmana, mas também em relação a Castela, na tentativa de redução das hipóteses de expansão castelhana para o Norte de África. Em termos económicos, Ceuta era um porto de passagem de grandes rotas comerciais que atravessavam o Norte de África: a proveniente da África negra (ouro, escravos, produtos tintureiros) e a que partia do Egipto com os produtos orientais (seda e especiarias). Facto que levou a que se considerasse que a conquista se baseava no interesse da burguesia portuguesa no tráfico comercial ultramarino (Sérgio, 1980: 253-271). Lá teriam os mercadores portugueses pensado poder procurar o ouro do Sudão, o cereal de Marrocos, novas áreas para pescarias e uma base para resgate de escravos (Godinho, 1944: 51-73).

As motivações, objectivos e infra-estruturas da conquista de Ceuta não se podem, contudo, confundir com as da expansão ultramarina, mas antes com a "Reconquista" dos séculos XII e XIII (Marques, 1997-1998: 217-218). De facto, tendo alguma importância a nível económico e estratégico, Ceuta nunca foi um entreposto comercial e a documentação não confirma nem sequer sugere que a burguesia tenha pressionado D. João I a conquistá-la. Ceuta também não era uma zona rica em cereais, caracterizando-se por estar rodeada de relevos pronunciados. Com a ida a Ceuta, o rei desviou para Marrocos uma nobreza turbulenta, que vivia um certo mal-estar social, pondo-a ao serviço do reino, dando-lhe cargos públicos e possibilidades de enriquecimento rápido, ao mesmo tempo que controlava no Reino alguns dos possíveis focos de tensões sociais (Thomaz, 1998: 22, 61).

A expedição de Henrique III de Castela contra Tetuão, em 1399, é exemplo das várias expedições à Barbaria que procuravam assegurar aos cristãos o domínio do mar. Exemplos que demonstram que a expedição portuguesa a Ceuta em 1415 não é, de modo algum, uma novidade na realidade da época (Thomaz, 1998: 45). Dos três projectos expansionistas que se desenhavam no século XV - Marrocos, Granada e Canárias - é manifestamente o primeiro que os soberanos acarinham: não exigia meios técnicos extraordinários, não implicava adaptação de colonos a meios muito diferentes, não levantava problemas com Castela e enquadrava-se facilmente na tradição ideológica das Cruzadas. "Estas razões permitem que se possa ao procurar o interesse nacional apresentá-lo como um serviço prestado ao bem comum da cristandade, o que permitiria aos intérpretes de tal estratégia cobrirem-se de prestígio", principalmente de um monarca que pretendia legitimar e firmar-se, nacional e internacionalmente, como iniciador de uma nova dinastia (Thomaz, 1998: 50).

D. João I, pressionado pelos filhos e pelo vedor da fazenda, voltou os olhos para a cidade de Ceuta. Para quebrar o segredo do destino da expedição o rei não consultou as Cortes nem lhes solicitou um "pedido", como eram costume fazer-se nestes casos. Preferiu obter as verbas necessárias ao financiamento da expedição "pelo estabelecimento temporário de monopólios régios sobre os câmbios de moedas e o comércio externo" (Thomaz, 1998: 5, 64). A primeira medida que o rei mandou fazer foi o provimento das tercenas, para saber os navios que dispunha e em que condições estavam, mandando cortar madeira para refazer algumas embarcações. Os navios seriam fretados como se para o comércio se destinassem, "o que atrairia gente para se envolver no negócio, além de se poder contar com os do Reino" (Coelho, 2005: 173). O vedor da fazenda, João Afonso, ficou responsável pelo levantamento das rendas da cidade, Rui Pires do Alandroal, tesoureiro da moeda, pela cunhagem de moeda, com metal fruto do levantamento de todo o cobre e prata existente no Reino, e o almirante do reino, por reunir os militares: coudeis, besteiros e anadeis para a armada (Zurara, 1915: cap. XXI).

Depois da reunião do conselho em Torres Vedras, procedeu-se à organização a armada com navios nacionais e estrangeiros. D. João I mandou fretar navios na Galiza, Biscaia, Inglaterra, Alemanha, Holanda. Como capitães foram escolhidos os infantes D. Pedro e D. Henrique, tendo o primeiro ficado encarregue de reunir a gente do Centro e Sul do país e o segundo de recrutar a população do Norte. A azáfama de preparativos era grande "mas, primçipallmente era este trafego na çidade de Lixboa e do Porto, por que comuũmente nom auia hi algũu que fosse liure deste cuydado": tanoeiros reparavam as vasilhas para vinhos, carnes e outros mantimentos; alfaiates e tosadores aparelhavam panos e faziam uniformes, cada um segundo cada senhor; carpinteiros encaixavam bombardas e trons, distribuiam artelharias, em grande número e dimensão; e cordoeiros faziam cabos, estreques em linho para os navios nacionais e estrangeiros (Zurara, 1915: cap. XXX). Em Londres foram equipados com armas vários homens e compradas 350 lanças sob autorização do rei Henrique V (MH, 1960: II, 123-124).

Preparada a armada, no dia 25 de Julho de 1415 parte de Lisboa rumo a Lagos. O comando coube ao próprio rei, D. João I, à época já com 60 anos, acompanhado pelos seus filhos: o príncipe herdeiro D. Duarte, e os infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Afonso bem como representantes das principais casas senhoriais do país. Acompanhava o rei D. Nuno Alvares Pereira, condestável do Reino, na altura com 55 anos, grande crítico desta empresa militar. Em Lagos foi lida a Bula de Cruzada concedendo indulgência plenária a todos os que integravam a armada e, só nessa altura, é divulgado o objectivo da expedição: Ceuta.

A conquista de Ceuta, chave do estreito de Gibraltar e da expansão para a África do Norte, visava a afirmação da dinastia de Avis, consolidar a independência portuguesa no contexto peninsular e criar um espaço de valorização económica e social aos portugueses (Farinha, 1989: 101). "Foi a primeira vez que a nação, depois de cerca de três anos de preparativos em que todo o país foi chamado a colaborar, se abalançou oficial e publicamente numa empresa além mar" (Cruz, 1999: 89).

POLÍPTICO DE S.VICENTE DE FORA - PAINEL DO INFANTE E PAINEL DO ARCEBISPO (PORMENOR)
ÓLEO E TÊMPERA (?) SOBRE MADEIRA DE CARVALHO
NUNO GONÇALVES (ACTIVO 1450-1491)
C. 1470
MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA - DGPC

LÁPIDA CONMEMORATIVA

Piedra caliza
Ceuta
1574
Torre del Rebato (Ceuta)
At: 158 cm; L: 43 cm; G: 22,5 cm
Museo de Ceuta (10.946)

Lápida de forma rectangular en la que sólo la cara frontal se encuentra tallada en dos registros superpuestos.

El superior, es una cartela de 33 por 72 cm delimitada por una banda de 5 cm en la que se representa un escudo de armas con tres barras, sin yelmo ni cimera y representado a la valona interpretado como una variante del de la casa de los Ataide, condes de Atouguia.

En la zona inferior, una leyenda en caracteres latinos delimitadas por una banda incisa en la cara de la lápida que forma un rectángulo de 33 por 71 cm.

La inscripción, en letra capital, se distribuye en diez líneas y dice así:

VASCO ATAI
DE3 PRIMVS
DVM HAMC
OCCVPATAR
CEN SAXVM
HOC AD LI
MEM VITA
Q3 MORS
Q3 FVIT
1574

Traducida tradicionalmente como "Mientras se apoderaba el primero de esta Fortaleza, la piedra aquí situada fue vida y muerte para Vasco de Ataide. 1574" (Schiriqui, 1965; Fernández, 1980: 112, fig. 36; Azevedo, 1993: 293-94; Hita y Villada, 1998b: 85; Garrido y Fuertes, 2008; Villada, Hita y Suárez, 2011).

Vasco Fernandes de Ataide fue Gobernador de la Casa del Infante Don Enrique y capitán de la sexta galera que partió de Oporto para la toma de Ceuta. Según Zurara fue el único noble muerto durante la toma de la ciudad.

Esta inscripción conmemorativa se realizó en homenaje a su memoria y quedó fijada en una de las torres del alcázar islámico durante la visita que un sucesor del hidalgo hizo a Ceuta con motivo de su participación en la primera expedición del rey Sebastián I en sus campañas de África. El rey partió de Cascais el 17 de agosto con destino Ceuta y regresó a Lisboa el día 30 de Noviembre.

En la Historia de Ceuta de Alejandro Correa da Franca (mediados del siglo XVIII) se dice que durante el gobierno de Manuel de Meneses "vino el rey acompañado de Jorge de Alencastre duque de Aveiro, el duque de Vimioso y otros señores en cuatro galeras, algunas naves y carabelas, mandadas por Fernando Alvarez de Noroña y de capitanes Jorge de Alburquerque Coello y Bernardin Ribeiro. En este tiempo se fijó la piedra en el frente que mira a mediodía de la Torre de Fez o del Rebato, con inscripción por bajo en ella abierta en piedra, como sigue: Vasco primus dum hanc occupatArcem, saxum hoc ad limen vita que, mors que fuit 1574. La data no es del tiempo de la muerte, sino de la colocación de la piedra. El rey con su comitiva salió de Ceuta para Tánger en 24 de 1574 el mes de agosto y el Marqués continuó su gobierno hasta fin de septiembre del mismo año:" (Correa da Franca, 1998: 392, libro 2º capítulo 22).

JMHR/FVP

CEUTA EN EL MOMENTO PREVIO A LA CONQUISTA PORTUGUESA

Carlos Gozalbes Cravioto

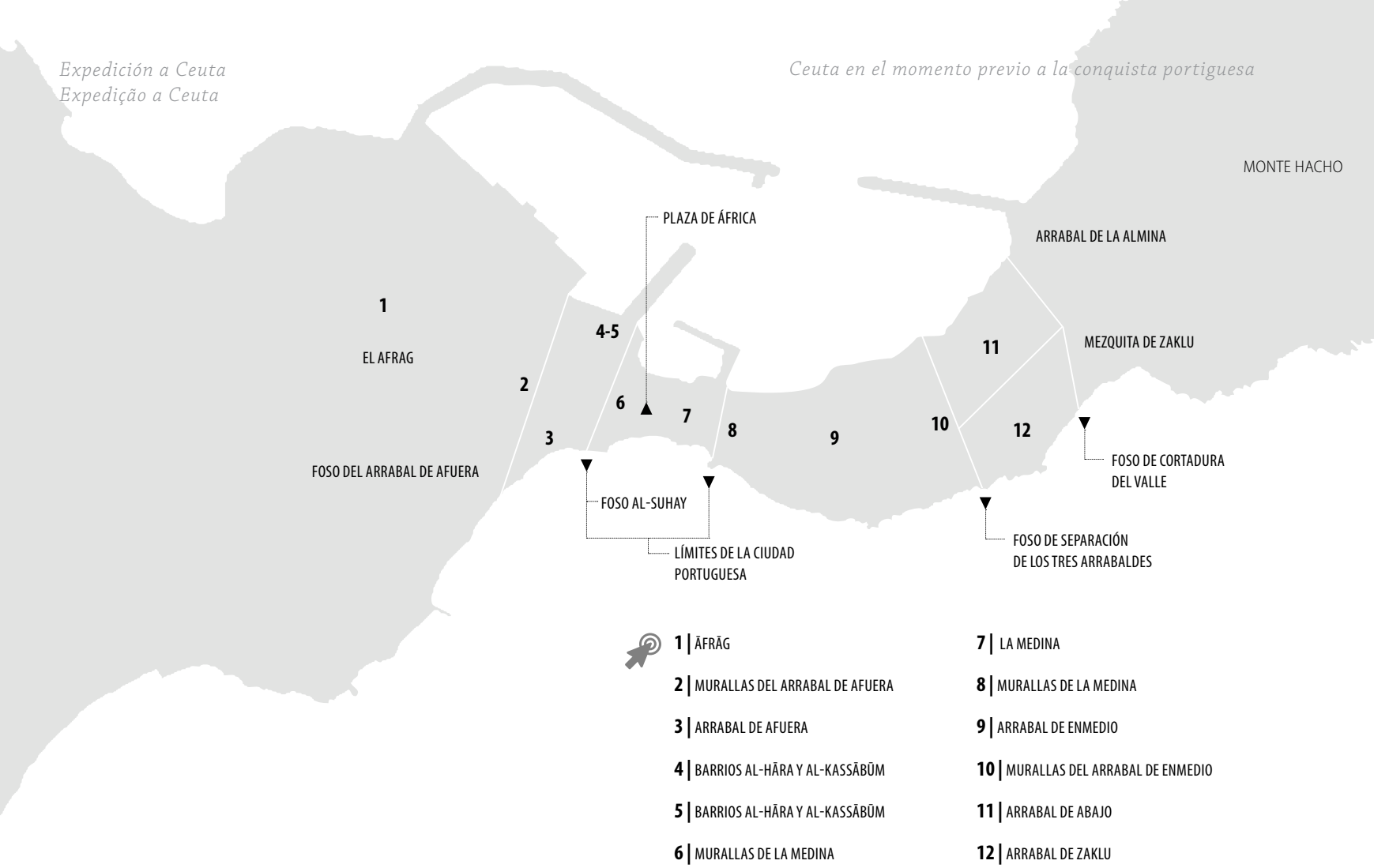
Ninguna ciudad de al-Andalus tiene una descripción tan precisa y detallada como la que hace al- Ansari de Ceuta, tal como la recordaba él en el exilio pocos años después de la conquista portuguesa. Su descripción no solo nos proporciona datos sobre el urbanismo de la ciudad, también aporta información sobre las instituciones, los espacios públicos de todo tipo (necrópolis, espacios de poder, etc), los espacios de comercio e industria, la vida cotidiana, el abastecimiento, e incluso fecha la fundación o construcción de determinados elementos arquitectónicos de la ciudad. De la obra de al-Ansari, ya en el siglo pasado, se hizo una transcripción al árabe y traducciones al francés, portugués y castellano, así como un estudio de localización urbanística de los principales elementos de la ciudad (Gozalbes, 1995).

Esta ciudad que nos describe está perfectamente estructurada en torno a sus murallas, sus mezquitas y sus arrabales, con la estructura clásica de cualquier ciudad hispano-musulmana. Sigue los esquemas todavía no totalmente superados de Torres Balbás (Torres Balbás, 1960), pero adaptándose a su especial configuración y situación geográfica.

Su forma de estrecha península volcada hacia el mar hacía que la ciudad solo podía extenderse en dos direcciones, hacia el Este (hacia el continente) y Oeste (hacia el monte Hacho), limitando con el mar tanto al Norte como al Sur. Los cementerios, las *musallas* u oratorios al aire libre, los campos de tiro y otros espacios públicos, formaban un primer cinturón pegado a las murallas. En este caso, el crecimiento propiamente urbano no podía hacerse buscando otras zonas partiendo de las murallas puesto que frente a éstas el territorio estaba totalmente ocupado. Solo quedaba la solución de crecer más allá de estos espacios que quedaban separando la medina de los arrabales y en ocasiones a los arrabales entre sí. La progresiva creación de barrios a continuación de las necrópolis tenía el colofón de su amurallamiento, dando lugar a una ciudad muy alargada, compartimentada, pero con los cementerios y otros lugares y espacios públicos dentro de su recinto urbano. Consecuencia de su estructura era sin duda el gran número de cementerios (13) y que existieran varias mezquitas en las que se hacía la oración del viernes. Sabemos que, además de en la mezquita mayor, se realizaba también en la mezquita de Zaklu (actual iglesia de Nuestra Señora del Valle). Podría ser que cada arrabal, con su mezquita, cementerio y mercados, funcionase administrativamente como una medina independiente.

El gran desarrollo de la arqueología urbana medieval ceutí, iniciada por C. Posac (Posac, 1962) y continuada por F. Villada (2006) y J. M. Hita (Hita y Villada, 2012), ha permitido ahondar en la localización de los distintos elementos de los que nos habla al-Ansari. Aquellas localizaciones que hicimos hace ya algunas décadas basándonos en la descripción de al-Ansari (Gozalbes, 1995 entre otros trabajos) han sido en gran parte confirmadas y precisadas casi con exactitud en el plano urbano. Se han utilizado para ello fuentes como la bibliografía histórica, la documentación, las fuentes cartográficas y las arqueológicas. No cabe duda que los portugueses en un primer momento se limitaron a abandonar (y a veces destruir) una gran zona de la ciudad, reduciendo el perímetro de ocupación a lo que era la antigua medina para facilitar su defensa (esto recibía el nombre de "atalho"). Era lo habitual en las ciudades norteafricanas conquistadas (Ceuta, Tánger, Arcila) así como reutilizar todos los elementos, murallas y edificios urbanos que se localizaban en la zona de la medina (Villada, 2010).

La reducción urbana se hizo desde el foso marítimo al foso seco. Este foso seco fue construido en época portuguesa (aunque en base la muralla que ya existía), es decir limitándose a lo que había sido la medina o centro urbano. El transcurso del tiempo haría necesario ir "parcheando" las fortificaciones y los edificios, desapareciendo primero poco a poco las casas pero conservándose las calles (no todas las casas desaparecen al mismo tiempo) y los edificios públicos construidos con una arquitectura menos efímera. Las únicas transformaciones importantes que realizaron los portugueses en el siglo XV y XVI fueron la creación de una gran plaza, la actual plaza de África, impensable en el urbanismo islámico (que podemos observar en el grabado de *Civitatis Orbis Terrarum*), y el parcheo constante de las murallas del Frente de Tierra hasta su definitiva transformación de 1540 (Gozalbes, 1982). Por ello pensamos que la cartografía del siglo XVI y



XVII es esencial para conocer el urbanismo islámico, aunque haya autores que difieran de ello (Correia, 2008: 104). Todavía a principios del siglo XX, existían en la medina edificios islámicos utilizados e integrados en la vida cotidiana tales como la Torre de la Vela o la Madrasa al Yadida.

Tanto al-Ansari como Zurara en su *Chronica da Tomada de Cepta* nos hablan de una ciudad muy compartimentada por murallas y por nada menos que cuatro fosos. Uno de ellos, cuyas murallas se derribaron en el siglo XIV, bordeaba el Arrabal de Afuera hacia el Oeste. Más al Oeste aún estaba el Afrag o ciudad-palacio merinida. Otro foso era el "mayor o imponente", que tendríamos que identificar aproximadamente con el actual Foso Marítimo. Un tercer foso se correspondería al de Cortadura del Valle, y otro foso, de localización discutida, "separa los tres arrabales". Para algunos autores (Cherif, 1996; Ferhat, 1993) los tres arrabales que cita al-Ansari (Enmedio, Zaklu y Abajo) estaban en la zona del Arrabal de Afuera hacia el continente, y efectivamente en esa zona habría tres o más arrabales (al menos los llamados Hara –arrabal de los judíos-, Kassabun y Afuera), pero la referencia del foso que separa los tres arrabales tuvo que ser el que separaba el arrabal de Enmedio de los de Zaklu y el de Abajo. Del arrabal de Zaklu, nos dice expresamente al- Ansari que estaba :"al lado oriental de la ciudad", es decir al Este y no al Oeste. Ello nos lleva a considerar que el foso que separaba los tres arrabales, tuvo que estar al Este, hacia el Hacho, separando el Arrabal de Enmedio de los de Abajo y de Zaklu (o de Arriba), cuya mezquita podemos identificar con la actual iglesia de Nuestra Señora del Valle. Este muro de separación de los tres arrabales lo podríamos localizar cerca de la actual plaza Azcárate (Gozalbes, 1988). Los perímetros de los amurallamientos de los arrabales, eran aproximadamente los siguientes: Arrabal de Afuera: 1100 metros; La Medina o centro urbano: 1200 metros; el Arrabal de En medio: 1450 metros; Arrabal de Abajo 1450 metros y el de Zaklu: 1650 metros, aunque hay que tener en cuenta que en varios casos uno de los muros se compartía entre dos de los arrabales. En cuanto a su demografía, hemos podido calcularla entre los 27000 y 30000 habitantes (Gozalbes, 1990).

Anteriormente en época califal (siglo X), otro muro dividía a la ciudad de Norte a Sur siguiendo la actual calle Queipo de Llano (junto a la basílica paleocristiana), pero poco después el muro perdió su función, quedando integrado entre casas y edificios industriales (Hita y Villada, 2004)

Por último hacia el Este estaba el arrabal de la Almina, en la base del monte Hacho y que estaba (al menos parcialmente) amurallado en su parte Norte. El monte Hacho no estaría amurallado en su totalidad, solo en su parte Norte, enlazando con la fortificación que existía en las cotas más altas del monte. Todos estos arrabales estaban amurallados, incluso con fosos en la zona ístmica. Algunos arrabales como los de Enmedio y el de la Almina contaban con un amplio espacio no totalmente urbano, ocupado por *musallas* (oratorios al aire libre), cementerios, campos de tiro, etc. El crecimiento de la ciudad tuvo que producirse a continuación de los cementerios y de esas otras zonas no totalmente urbanas quedando éstas en su interior. Zurara en su *Crónica da Tomada de Ceuta* nos confirma la estructura y compartimentación dada a la ciudad por las diversas murallas, al mismo tiempo que el aspecto laberíntico, irregular y hasta cierto punto anárquico de su interior .

Además de las murallas también rompía esa irregularidad la existencia de una larguísima e importantísima calle casi recta que cortaba el núcleo central y posiblemente también el Arrabal de Enmedio (llamada Zuqaq Ibn Isa), que fue (una parte de ella) la posterior "Rua Dereita" portuguesa y actual calle Jáudenes, aunque seguramente continuaría al otro lado del actual "foso seco de la Almina" (límite oriental de la medina) siguiendo la actual calle Real. Las actividades de arqueología urbana han dado un modelo de crecimiento en torno a esta arteria principal.

El esplendor comercial y artesanal de Ceuta en este momento se refleja en los 174 mercados (42 en la ciudad y 32 en los arrabales), 103 molinos, 25 batanes, siendo sin duda una exageración el número de 24000 tiendas. Completa su visión de la ciudad otra serie de elementos como las 2 madrasas, 22 baños públicos, 250 calles, 6 *musallas*, 1000 mezquitas, 62 bibliotecas (45 particulares), 47 rábitas y zawiyas, 18 atalayas, 31 alcaicerías, 360 hornos, 25 batanes y 360 fondas, entre las que destacaban 7 de ellas dedicadas a los comerciantes cristianos y situadas junto al edificio de la Aduana, la alcazaba y la ceca para la acuñación de moneda. En algunos casos, describe los edificios más importantes. Entre los oficios que cita (algunos con barrios dedicados a ellos), están los latoneros, carpinteros, bataneros, aceiteros, mercaderes de paja, notarios, ganaderos, cerrajeros, sederos, panaderos, molineros y sederos (Vallvé, 1962).

Se ha dicho con frecuencia que la Ceuta medieval, ya en la segunda mitad del siglo XIV y a principios del XV, era una ciudad decadente. Efectivamente las menciones del comercio con los países cristianos (citas de los archivos de Aragón y de las repúblicas italianas) parecen indicar que el comercio se desplaza a otros lugares del Mediterráneo. La descripción de al-Ansari también da algún dato sobre el pasado esplendor, pero no nos habla ni mucho menos de una ciudad decadente. Para algunos autores la descripción es extremadamente exagerada, pero son muchos los datos que se han podido comprobar y están ajustados a la realidad. Incluso cuando nos dice que existían 1000 mezquitas, puede ser una cifra real, puesto que en otro lugar nos dice que cada casa de la ciudad tenía un oratorio. Si resulta exagerado el número de 40000 silos, a pesar de que "resulta también característico de la arqueología islámica ceutí, la presencia de abundantes silos" (Hita y Villada, 2000b: 228). Las cifras precisas que nos da de la mayoría de los elementos propios de una ciudad, nos parece indican que al-Ansari contó con la información de algún "archivo" de la ciudad y que se corresponden con la realidad de esos inicios del siglo XV. Las excavaciones de arqueología urbana de las últimas décadas parecen indicar que es en esta época meriní, cuando Ceuta alcanza su mayor expansión urbanística y cuando "fueron abordados la ejecución de múltiples proyectos constructivos" (Hita y Villada, 2000: 220), además de continuar con un importante comercio de miel hacia los reinos cristianos . Posiblemente el empuje comercial y cultural de los siglos anteriores dio paso al empuje demográfico producido por la progresiva conquista cristiana de la Península Ibérica y la emigración de los hispano-musulmanes hacia el Norte de África.

EL URBANISMO
O URBANISMO

LISBOA: DA CIDADE MEDIEVAL À CIDADE MANUELINA

Hélder Carita

Com uma estrutura urbana herdada da época islâmica concentrada nas vertentes da colina de São Jorge, Lisboa sofre um processo de expansão ao longo dos séculos XIV e XV, que levou a uma significativa alteração do seu centro urbano. A zona do vale da Ribeira, situada entre as colinas de São Jorge e de São Francisco, e que até ao século XIII constituía uma zona de arrabalde da cidade, sofre um processo de forte densificação urbana, ganhando a área junto das margens do Tejo qualidades de centralidade onde, às tradicionais funções portuárias, se vêem associar actividades mercantis e administrativas.

Atendendo a esta realidade, em 1294 o rei D. Dinis (1279-1325) assina um acordo com o Senado da Câmara de Lisboa[1], visando a construção de uma frente amuralhada no vale da Ribeira que, fazendo face às margens do Tejo, passaria a constituir uma importante e necessária protecção a esta zona em expansão. Em clara sintonia com esta intervenção, o acordo determinava ainda o reordenamento e extensão da Rua Nova, que pela sua escala e localização viria a funcionar como a mais importante artéria comercial da cidade até ao terramoto de 1755. No ano seguinte, D. Dinis assina um novo acordo com a Câmara de Lisboa para abertura de uma outra rua[2], agora na zona exterior da muralha, assim como para a remodelação e aumento do Largo dos Açougues, completando-se desta forma um conjunto de reformas urbanas que conferiam a esta zona portuária uma novo significado urbano.

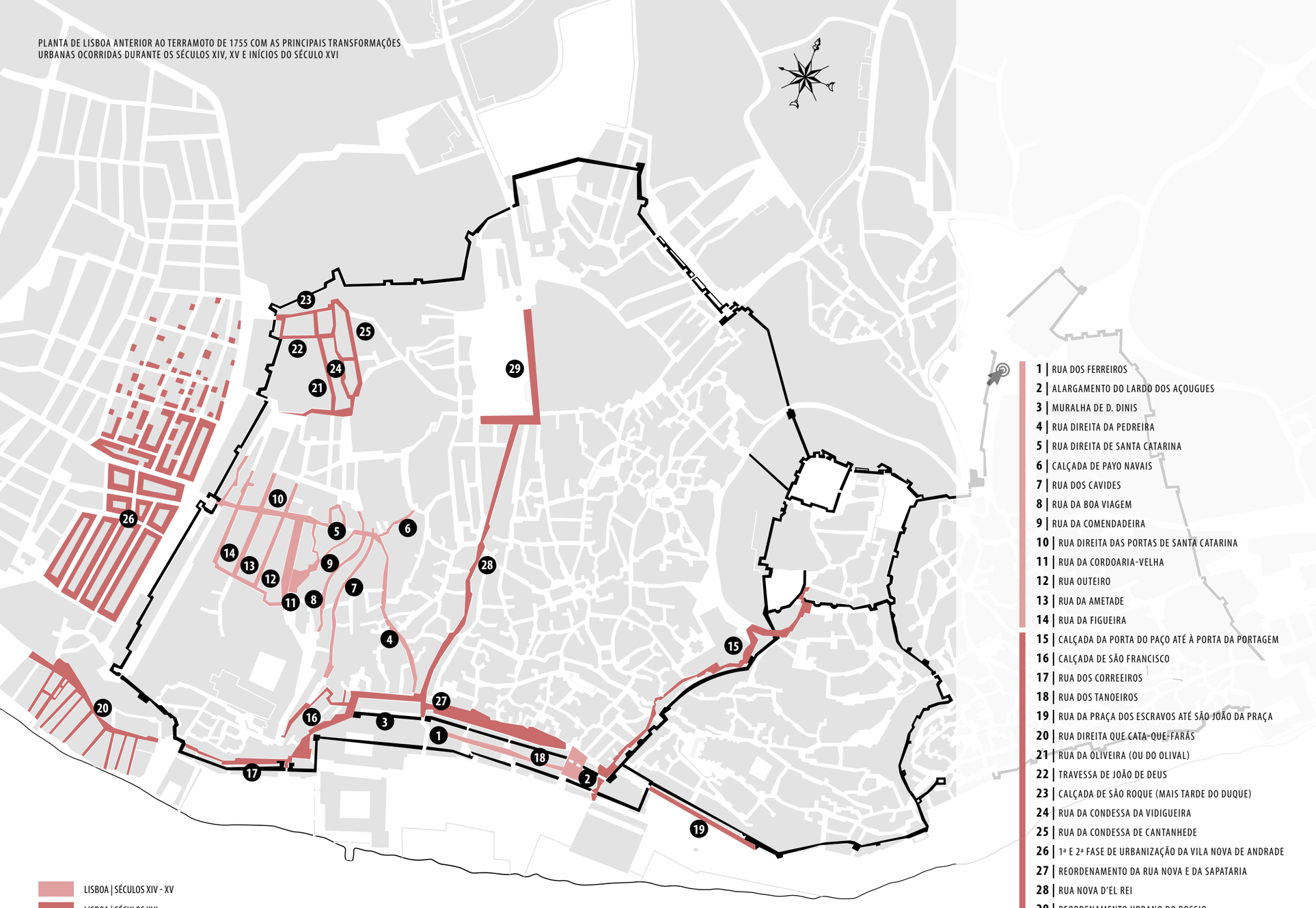
Ganhando valores de centralidade, a zona do vale da Ribeira passa a ser designada por "Baixa", passando a verificar-se uma tendência de expansão da cidade para ocidente que se manifesta com a urbanização da encosta do Espírito Santo[3]. Em contraponto à cidade antiga, concentrada nas vertentes da colina de São Jorge, este bairro, denominado da "Pedreira", dava início a um processo de crescimento urbano para ocidente que se irá acentuar nos séculos seguintes.

Este progressivo crescimento determina que, nos últimos decénios do século XIV, se assista à construção de um novo conjunto de muralhas de protecção da cidade, que virá a ser conhecido como "cerca fernandina". Embora construída, na sua quase totalidade, entre 1373 e 1375, as obras prolongaram-se por vários anos, pois em 1421 ainda o Conselho da cidade celebrava contrato para a conclusão do troço de muralha da zona de Cata-Que-Farás[4].

A construção desta muralha, e muito particularmente as grandes portas que são erguidas na zona ocidental da cidade, denominadas Portas de Santa Catarina[5], vão instituir uma nova área de desenvolvimento urbano que, ligando o bairro da Pedreira a estas portas, tomará mais tarde o nome de rua Direita das Portas de Santa Catarina. Polarizado em torno desta via, irá desenvolver-se um novo bairro que tomará, por sua vez, o nome de Vila Nova de Santa Catarina. Numa estratégia acordada entre o rei D. João I (1385-1433) e o Senado da cidade, o monarca assina em 1410 uma carta régia para o pagamento à família Peçanha de um vasto chão "que he a par da porta de Santa Catalina pera se fazer em el cassas pera esa cidade" [6]. Dias depois, o soberano voltava a assinar uma "carta" em que determinava que se levantasse o antigo imposto das *áduas*, substituindo-o por outro mais leve, o real-d'água[7], assegurando, assim, que se "...caseasse Vila Nova..." [8].

Embora desaparecida na sequência do terramoto de 1755, o traçado urbano da Vila Nova de Santa Catarina ficou registado na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco. De forma clara o bairro estrutura-se a partir duma grelha em espinha[9], formada por um eixo central, gerador de todo o conjunto, e por uma sequência de travessas perpendiculares, hierarquicamente submetidas a esse eixo. Se este traçado, já estava presente, embora de forma incipiente, no Bairro da Pedreira, adquire aqui a sua expressão plena como modelo de traçado urbano que, de uma certa maneira, caracteriza o urbanismo português do final da Idade Média. Mercê de uma conjuntura económica e política favorável, ao longo do reinado de D. Manuel I (1496-1521) Lisboa sofre um conjunto de transformações na sua estrutura urbana, dotando-a de uma nova imagem que perdurará até ao terramoto de 1755. Tomando o Tejo como elemento fundamental e estruturante, a cidade estende-se pelas suas margens, numa dupla lógica de ver e ser vista. Pela iniciativa da Casa Real, estas transformações tomam forma sobretudo atra-

PLANTA DE LISBOA ANTERIOR AO TERRAMOTO DE 1755 COM AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES URBANAS OCORRIDAS DURANTE OS SÉCULOS XIV, XV E INÍCIOS DO SÉCULO XVI



LISBOA | SÉCULOS XIV - XV

LISBOA | SÉCULOS XVI

1 | RUA DOS FERREIROS
2 | ALARGAMENTO DO LARDO DOS AÇOUGUES
3 | MURALHA DE D. DINIS
4 | RUA DIREITA DA PEDREIRA
5 | RUA DIREITA DE SANTA CATARINA
6 | CALÇADA DE PAYO NAVAIS
7 | RUA DOS CAVIDES
8 | RUA DA BOA VIAGEM
9 | RUA DA COMENDADEIRA
10 | RUA DIREITA DAS PORTAS DE SANTA CATARINA
11 | RUA DA CORDOARIA-VELHA
12 | RUA OUTEIRO
13 | RUA DA AMETADE
14 | RUA DA FIGUEIRA
15 | CALÇADA DA PORTA DO PAÇO ATÉ À PORTA DA PORTAGEM
16 | CALÇADA DE SÃO FRANCISCO
17 | RUA DOS CORREEIROS
18 | RUA DOS TANOEIROS
19 | RUA DA PRAÇA DOS ESCRAVOS ATÉ SÃO JOÃO DA PRAÇA
20 | RUA DIREITA QUE CATA-QUE-FARÁS
21 | RUA DA OLIVEIRA (OU DO OLIVAL)
22 | TRAVESSA DE JOÃO DE DEUS
23 | CALÇADA DE SÃO ROQUE (MAIS TARDE DO DUQUE)
24 | RUA DA CONDESSA DA VIDIGUEIRA
25 | RUA DA CONDESSA DE CANTANHEDE
26 | 1ª E 2ª FASE DE URBANIZAÇÃO DA VILA NOVA DE ANDRADE
27 | REORDENAMENTO DA RUA NOVA E DA SAPATARIA
28 | RUA NOVA D'EL REI
29 | REORDENAMENTO URBANO DO ROSSIO

vés de dois grandes programas de reordenamento urbano: um primeiro, implementado entre 1498 e 1502, que visava transformar a cidade como "cabeça do reyno" e lugar privilegiado do poder real; o segundo, desenvolvido em 1513, onde a cidade se estrutura como capital de um jovem império e elemento fundamental da sua afirmação.

No primeiro programa, para além da constituição dum novo centro urbano, com a construção do Paço Real e duma vasta frente arquitectónica para a Ribeira, inicia-se um conjunto de grandes obras nas ruas principais do centro da cidade, procedendo-se a reparações, tanto nas principais portas como nos mais importantes chafarizes, numa acção programática que visualiza a cidade num todo homogéneo e funcional.

Como primeira prioridade, os arruamentos de ligação da nova praça da Ribeira à Alcáçova (castelo de São Jorge) e ao monte de São Francisco (Chiado) sofrem obras de alargamento, efectuando-se para o efeito uma série de demolições de casas, alpendres e patamares para, deste modo, ser facilitada a circulação viária. As fachadas da Rua Nova e da Sapataria são reformuladas, passando a assentar em galeria sobre "esteios de pedraria yguais e muy bem obrados", numa arquitectura de programa de grande rigor. A partir destas opções estéticas, são também reformuladas as ruas dos Ferreiros, dos Tanoeiros e dos Bacalhoeiros, numa ordenação programática que, além de promover uma nova arquitectura de programa, institui uma estrutura radial ao tecido da cidade em grandes linhas de desenvolvimento a partir do centro da cidade.

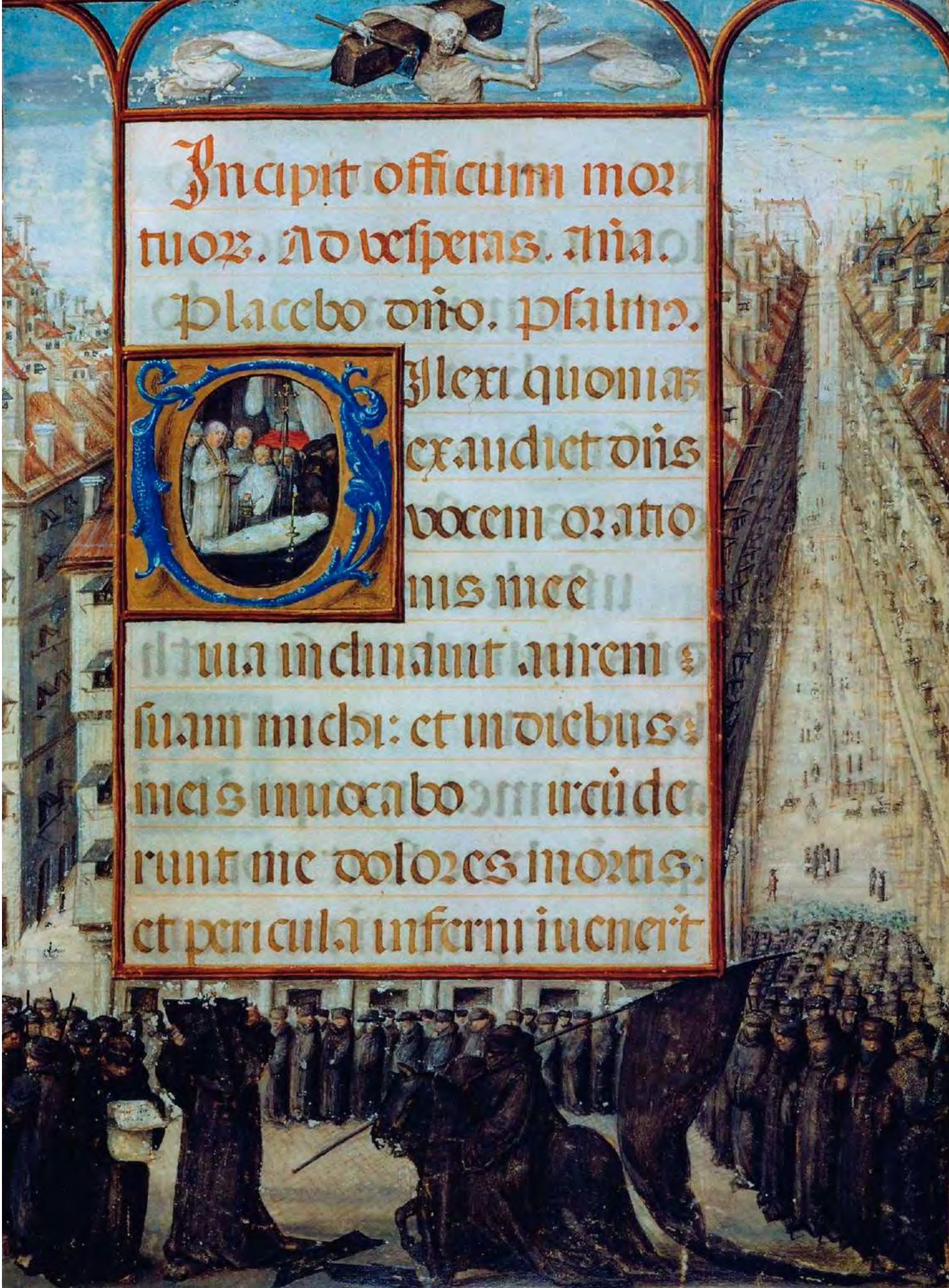
Deste centro passam a irradiar cinco novos eixos. Da Ribeira à Alcáçova; da Ribeira ao Alto de São Francisco; da Ribeira para ocidente a caminho de Cata-Que-Farás; da Ribeira para S. João da Praça e Alfama, para oriente, e, por fim, da Rua Nova dos Mercadores para norte, pela Rua Nova d'El-Rei terminando no Rossio.

PANORÂMICA DE LISBOA. IN GEORGIUS BRAUNIUS, CIVITATES ORBIS TERRARUM, VOL. I, 1572.
GRAVURA EM COBRE. ANÓNIMO, SÉCULO XVI. MUSEU DE LISBOA.

Sobressaindo deste grupo, a Rua Nova d'El-Rei nasce como nova entidade urbana, após uma série de demolições de edifícios que, ao estabelecer uma grande linha de penetração para o interior, vai possibilitar a consolidação dum novo núcleo de centralidade urbana no Rossio que, por sua vez, sofre igualmente um processo de reordenamento. Na realidade se o Hospital de Todos-os--Santos é fundado por D. João II, toda a sua fachada é realizada no reinado de D. Manuel I[10], tendo sido em paralelo efectuadas, por iniciativa do Senado do Câmara de Lisboa, obras de reordenamento nas frentes urbanas da Praça[11].

Em continuidade com as disposições régias tomadas para a reestruturação do tecido da cidade, são tomadas medidas para a formação de núcleos de expansão urbana, tanto no interior da cerca fernandina, como extra-muros. Em 1500, D. Manuel assina um decreto ordenando de forma drástica: "...que se cortem e que se deribem todollos os ollivvaez de muros ademtro... "[12]. Nos terrenos das cercas dos conventos da Trindade e do Carmo inicia-se o processo de urbanização de Vila Nova da Oliveira, desenvolvendo-se, a nível mais pontual, outras pequenas urbanizações, como a da abertura da Rua do Saco, na cerca dos frades de São Francisco. De 1498 e 1499 datam ainda as primeiras cartas de doações régias para a construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém que, em consonância com o Mosteiro da Madre de Deus, passam a marcar de forma emblemática as entradas de Lisboa para quem se aproximava de barco. Debruçados sobre as margens do rio Tejo, os dois mosteiros apresentam um programa arquitectónico marcado por um corpo de igreja orientado nascente poente com um portal lateral virado a Sul assumindo cada um, pelas suas proporções, um sentido claramente cenográfico em função do Tejo.

Com uma pausa que coincide com o afastamento da corte, motivado pela peste negra que assola a cidade de Lisboa durante vários anos, a partir de 1513 os *Livros de Reis da Câmara de Lisboa* registam uma nova campanha de grandes obras que, da zona da Ribeira, se estendem a toda a orla marítima. A par do Paço Real que, neste período, recebe mais um andar na forma da sua famosa varanda,



Incipit officium mor
tuorꝫ. Ad vesperas. Ant.
Placebo dño. Psalmꝰ.

Dilexi quoniaꝫ
exaudiet dñs
vocem oratio
nis mee
uia inclinauit aurem
suam michi: et in diebus
meis inuocabo ircũde
runt me dolores mortis:
et pericula inferni inuenerũt

o extenso alçado da praça virado ao Tejo é igualmente levantado com mais dois andares, dotando todo o conjunto duma outra ordem de monumentalidade.

Em sintonia com a varanda do Paço Real, iniciam-se, igualmente neste período, as obras da Alfândega Nova, que vão conformar a Ribeira numa nova estrutura de praça, constituída por três corpos arquitectónicos dispostos em U, morfologia que marcará definitivamente a imagem de toda a cidade. Em articulação com estas obras, um vasto conjunto de grandes edifícios administrativos e portuários sofre alterações, como é o caso da Casa da Índia, dos Armazéns Reais, da Casa dos Contos e do Paço da Madeira, e outros são iniciados de raiz, como a referida Alfândega Nova e as Tercenas da Porta da Cruz[13].

Acentuando uma lógica de aproximação e interdependência com as margens do Tejo, para ocidente, na sequência da Ribeira das Naus e a seguir a Cata-Que-Farás, forma-se outro patamar de porto para armadores particulares: a Praia da Boavista. Por provisão real de 1515, nesta área é expressamente proibido que a Câmara permita a construção de habitação, ficando a zona para "... espalmar e correger as nãos" (Costa, 1994: 38).

Concomitantemente, no ano de 1513 dá-se início a uma nova fase de loteamento em Vila Nova de Andrade, cujos aforamentos se distribuem por várias ruas, tanto a norte como sul do actual Largo do Camões[14]. Com uma malha rectangular de ruas e travessas, a nova Vila manifesta de forma precoce um traçado que, afastando-se do modelo medieval de rua e travessa, apresenta um programa baseado num módulo gerado a partir de um quarteirão de base rectangular.

No seu conjunto, as reformas urbanas operadas no reinado de D. Manuel I, além de terem conferido à cidade de Lisboa uma nova estrutura e imagem, acabam por se instituir como um modelo urbanístico de referência para as cidades portuárias que os portugueses irão erguer ao longo das costas do Atlântico e do Índico.

1 Esta carta existe tanto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN/TT), Chancelaria de D. Dinis, livro 2º, fl. 81v, como no Arquivo Municipal de Lisboa (AML), encontrando-se transcrito na sua totalidade em CML, 1947: 109-110.

2 A carta de 1295 encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tanto na Chancelaria de D. Dinis, livro 2º, fl. 99v, como nos Direitos Reais, livro 2º, fl. 131v. A transcrição encontra-se em Silva, 1987c.

3 Encosta nascente do Chiado onde se abrem hoje as actuais Rua do Carmo e Rua Nova do Almada.

4 CML, 1949: 47-48. O Cata-Que-Farás corresponde hoje à zona ribeirinha entre o Cais do Sodré e a rua do Arsenal.

5 Desaparecidas, estas portas correspondem ao Largo do Chiado e à zona das Igrejas de N. S. da Encarnação e do Loreto, tendo cada igreja substituído uma das torres desta entrada.

6 CML, 1949: 113.

7 Este antigo imposto "a ádua", de tradição islâmica, é reformulado para imposto para as obras da cidade, que tomará o nome de real-d'água. Sobre este assunto vide Oliveira, 1887: I, 178-189 e 309-310.

8 Entenda-se aqui fazer casas, ou melhor, construir os edifícios.

9 Este modelo é referido para a Rua Direita de Leiria como planta de tipo em "espinha de peixe" (Gomes, 1993: 96).

10 O facto é salientado por Góis, 1988: 74, referindo "... acabou o grande e sumptuoso Hospital da cidade de Lisboa... e fez nele todas as casas que estão na face do Rossio desde a rua da Betesga até o mosteiro de são Domingos…".

11 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Povolide, maço 4, nº2, contrato de aforamento perpétuo de chãos no Rossio entre a Câmara e Rui Gomes da Grã, de 31 de Março de 1500, transcrito por Rafael Moreira, "Um projecto manuelino para o Rossio", artigo escrito para a revista Oceanos, mas que não chegou a ser publicado.

12 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel. Livro I da Estremadura, fl. 160, alvará de 26 de Dezembro de 1500.

13 Correspondem hoje ao edifício do Museu Militar, em Santa Apolónia.

14 A zona a norte do largo do Camões tomará, por sua vez, a designação de Bairro Alto de São Roque e mais tarde Bairro Alto.

PÁGINA ANTERIOR/

RUA NOVA DOS MERCADORES. *LIVRO DE HORAS DE D. MANUEL*, FL. 180. ANTÓNIO D´HOLLANDA E OUTROS, 1521-1538, MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA-DGPC. LISBOA

DE MADINA A CIDADE. EL CASO DE CEUTA

José Manuel Hita Ruiz y Fernando Villada Paredes

Los factores que influyen en la fisonomía de una ciudad son diversos. En primer lugar, aquellos relacionados con la geografía. El desarrollo tecnológico hacen estos factores gradualmente menos decisivos pero no irrelevantes. La ciudad también traduce en su configuración las estructuras sociales, políticas, económicas y culturales de quienes la habitan. Por ultimo, si no se trata de una fundación ex novo, el urbanismo es también consecuencia de su propia historia, de ciudades pretéritas que pugnan por no desaparecer completamente y dejan su impronta en edificios, fortificaciones, calles y viviendas formando un palimpsesto en el que, con mayor o menor dificultad, los vestigios de estas ciudades anteriores pueden ser leídos.

La conquista de Ceuta en 1415 supuso su integración en el reino de Portugal durante más de dos siglos, un cambio de sus pobladores y una profunda transformación de la ciudad.

La apropiación de una ciudad medieval musulmana por cristianos no es un hecho novedoso. Durante siglos el avance de los reinos cristianos en al-Andalus reprodujo este fenómeno que ha sido estudiado en múltiples ocasiones. Recientemente las consecuencias de este proceso han sido sistematizadas tomando como base tanto la información textual como la arqueológica. En resumen, la conquista cristiana supuso un profundo cambio en las ciudades islámicas provocado tanto por la disminución del número de habitantes como por la implantación de una diferente organización socio-económica. Se redujo su tamaño, decreció la densidad de ocupación y se hizo difícil mantener los edificios e infraestructuras heredadas. Además se modificaron el parcelario, la red viaria, los sistemas de abastecimiento hídrico y de redes de saneamiento, la ubicación de cementerios y los usos de ciertas edificaciones (Jiménez y Navarro, 2009).

Bastante de estos procesos han sido documentados en Ceuta y es posible que el resto también se diese aunque la falta de información haga imposible en este momento rastrearlos.

Pero dos hechos hacen singular el caso ceutí. De una parte, la completa sustitución de la población musulmana por otra cristiana (no se conoce en Ceuta la presencia de barrios mudéjares). De otra, su aislamiento en un territorio hostil que determina un cambio total en las vías de abastecimiento y hace depender su supervivencia de las comunicaciones marítimas con Portugal y, en términos más amplios, con la península Ibérica.

Transformaciones del espacio urbano

El descenso en el número de habitantes y las necesidades defensivas provocaron una importante contracción del perímetro urbano, una constante en las ciudades portuguesas norteafricanas (Correia, 2008).

Los arrabales occidentales fueron abandonados. Las viviendas y otras edificaciones fueron demolidas, los bosques talados y los muros que cercaban huertos y propiedades derruidos a fin de no verse sorprendidos por emboscadas. Incluso en una fecha tan tardía como mediados del siglo XVI continuaba este proceso con la orden de demolición del Afrag, que no pudo ser completada totalmente.

En la Almina, a oriente de la medina, el abandono fue más lento dado que el riesgo era menor. A lo largo del siglo XV este área pierde progresivamente su carácter urbano destinándose a huertos, zonas de pasto, etc.

Esta transformación es claramente perceptible en la cartografía y también en el registro arqueológico. En relación con este último los ejemplos son abundantes. Las viviendas de Huerta Rufino se abandonan y no vuelven a ser reocupadas quedando sepultadas bajo espesos depósitos prácticamente estériles desde el punto de vista arqueológico. Algo similar ocurre con el conjunto urbano localizado recientemente en el pasaje Fernández dónde fueron localizadas varias viviendas y una pequeña mezquita de barrio.

En las zonas más bajas de la Almina el proceso fue similar pero la colmatación no fue tan importante. Así el *hammam* de la plaza de la Paz muestra un progresivo proceso de deterioro tras 1415 que culmina en el desplome de los suelos de la sala caliente y de parte de las bóvedas. Los materiales más nobles fueron expoliados quizás para ser usados en otros edificios. Entre el material arqueológico recuperado en los niveles de abandono se localizaron cerámicas cristianas y una moneda acuñada por D. Duarte I junto a un considerable conjunto de piezas cerámicas islámicas que señalan el momento en que el baño deja de cumplir esta función. No obstante, en la cima del Hacho se mantiene un puesto de vigía esencial para la defensa.

Este abandono del sector oriental culmina con la orden dictada por D. Manuel I en 1507. Entonces se reduce el perímetro urbano estrictamente a la zona del istmo, la primitiva medina islámica, para asegurar la defensa. Estos serán los límites de Ceuta en las siguientes dos centurias.

Sin embargo, la Ciudad, el nombre portugués para la zona ístmica, mantuvo su carácter urbano sin interrupción. Es allí dónde se documenta la transformación de importantes edificios. La Mezquita Aljama fue convertida en templo cristiano en el que, días después de la conquista, fueron nombrados caballeros los hijos de D. Juan I junto a otros nobles que se habían distinguido por su valor. Años más tarde este templo fue transformado en Catedral. Otras mezquitas menores también fueron convertidas en templos cristianos y la madrasa al-Yadida en convento. Este cambio de uso afectó también a edificios no religiosos. Así la antigua dar al-Imara fue convertida en Palacio del Gobernador.

Las reformas que sufrieron para desarrollar las nuevas funciones que les fueron asignadas no pueden ser descritas en detalle. Pero lo que debe subrayarse es que estos edificios se mantuvieron en pie durante siglos: la Catedral mantuvo básicamente el antiguo edificio islámico hasta mediados del siglo XVIII cuando debió ser sustituido por otro debido a los estragos causados por el cerco de Muley Ismail; las fábricas de la madrasa al-Yadida se conservaron parcialmente hasta que fueron demolidas a fines del siglo XIX; algunas torres y muros de la alcazaba pervivieron hasta inicios del siglo XX.

En Qsar es-Sghir, a veinte kilometros de Ceuta, Redman señala que algunas casas alteraron su planta y transformaron sus entradas abriéndose puertas que accedían directamente a la calle y que sustituían las habituales entradas en codo del periodo anterior. Otras fueron demolidas para formar una gran plaza central (Redman, 1986).

Desgraciadamente no contamos en Ceuta con datos tan precisos de estas transformaciones. Esto es consecuencia principalmente de dos factores. El primero es que la investigación arqueológica ha estado centrada en la Almina, un lugar que, como hemos apuntado antes, no fue ocupado por los portugueses. El segundo es que las referencias sobre el Istmo, el lugar en que estas transformaciones podrían ser detectadas, son escasas pues la ocupación continuada ha dificultado la conservación de vestigios.

La documentación archivística conserva referencias a donaciones de casas que podrían aportar datos preciosos sobre las modificaciones realizadas pero no ha sido estudiada aún en profundidad. Su potencial es sin embargo evidente. El estudio de los registros de la Casa de la Misericordia ha permitido reconstruir el entramado viario entre 1694 y 1727 y contiene informaciones valiosas sobre el número de habitaciones de las casas, la presencia de huertos, jardines y pozos, posiblemente de origen islámico, etc. (Gómez, 1995)

Fenómenos tales como la simplificación de las entradas de las casas, la apertura de nuevas puertas, la unión de parcelas contiguas, el desarrollo de fachadas decoradas, etc., que conocemos en otras ciudades, posiblemente se produjeron también en Ceuta pero aún no han sido documentadas.

En cualquier caso, parece que la densidad de la ocupación del Istmo en el periodo portugués fue menos intensa como puede deducirse de la creación de una plaza situada frente a la Catedral y el palacio del Gobernador y en la proliferación de huertos y jardines en las casas (Correia, 2008). Si la investigación documental y arqueológica hace posible estudiar micro-espacialmente esta evolución, la cartografía permite una aproximación más general a estas mutaciones. Para ilustrar la imagen de Ceuta entre finales del siglo XV y la primera mitad del siglo XVI contamos con tres documentos esenciales.

El primero pertenece al Kitab i-Bahriye (Libro de los marineros), escrito por el almirante turco Muhyi al-D´in Piri Reis (1465-1533) (Piri Reis, 2007). Aunque su redacción es posterior, los datos sobre Ceuta proceden del momento en que Piri Reis frecuentó esta región (1483-1496).

PANORÁMICA DE CEUTA A MEDIADOS DEL SIGLO XVI.
EN GEORGIUS BRAUN, CIVITATES ORBIS TERRARUM, VOL. I, 1572.
ARCHIVO GENERAL DE CEUTA

Ceuta aparece en tres planos diferentes (139, 140 y 140b). El primero muestra el estrecho de Gibraltar siendo Ceuta la única ciudad norteafricana presente. Aparece como una península ligada al continente por un estrecho istmo y completamente rodeada por una muralla con torres. Los otros dos tienen mayor interés. Aunque presentan leves diferencias, no son significativas.

La población se agolpa en el istmo rodeado de murallas en tanto que la Almina aparece prácticamente desierta en línea con lo expuesto anteriormente. La muralla que rodea el istmo esta reforzada por torres. En ella se abren dos puertas. La primera, situada al norte, conduce a un malecón en el que se encuentra atado un navío. La segunda, al oeste, se abre al continente.

La Almina y el Hacho aparecen también rodeadas por una cerca con torres, representadas con un trazo diferente a las de la Ciudad lo que quizás indique el uso de un material distinto. En su interior, como se indicó casi abandonado, destaca la torre situada en la cima del Hacho.

La segunda imagen es el grabado del "Civitates Orbis Terrarum" editado por Braun entre 1572 y 1617. Ofrece una visión de la ciudad a vista de pájaro desde el norte. En el Hacho, la Almina y el Campo Exterior se distinguen algunas construcciones arruinadas mientras que en el Istmo se agolpan las viviendas y otras construcciones que dejan un espacio libre, una plaza, frente a la Catedral. En algunos puntos las murallas de la Almina aparecen derruidas lo que explicaría la decisión de circunscribir la Ciudad al Istmo.

Aunque su publicación es más tardía como dijimos esta imagen parece reflejar el estado de Ceuta en algún momento de la primera mitad del siglo XVI.

La tercera imagen es un fresco que decora el palacio de D. Álvaro de Bazán, primer Marqués de Santa Cruz, en el Viso del Marqués (Ciudad Real). El programa iconográfico de este palacio incluye una serie de imágenes que conmemoran sus principales batallas y acciones navales. La que nos ocupa tiene como título "Socorro de Ceuta y Tánger, 1578". En ella se dibuja la costa africana del estrecho de Gibraltar mostrando Ceuta en primer plano. La imagen, aunque con algunas diferencias de interés, es claramente deudora del grabado del Civitatis.

El Hacho y la Almina aparecen rodeados por una alta muralla con torres cuadradas. El Istmo también está protegido por murallas. En el Istmo una puerta, posiblemente la conocida después como puerta de Santa María y quizás la misma señalada por Piri Reis, se abre hacia el mar cerca del Palacio del Gobernador. Está protegida en su lado oriental por una coracha que avanza hacia el mar para quebrar luego en ángulo recto hacia el oeste. Al oeste, se levanta una esbelta torre con tejadillo que se une más adelante por una alta cortina a otra torre en la que ondea la enseña del Marqués de Santa Cruz. Desde aquí parte una nueva coracha que remata en una torre cuadrada. Tras esta segunda coracha se levanta otra pared muy alta con arquerías ciegas.

En el grabado del "Civitates Orbis Terrarum" un camino paralelo a la costa desemboca en el pasillo que queda entre la segunda coracha y el muro de arquerías ciegas. Al-Bakri señala que dar al-Imara tenía una entrada independiente a través de la torre de *Sabec*. Esto lo confirma Zurara cuando indica que los musulmanes refugiados en el Castelo huyeron sin que los portugueses, que controlaban la ciudad en esos momentos, se diesen cuenta. Es posible que el camino indicado en el Civitates condujese a esa puerta. Sin embargo en el fresco de El Viso frente a estos elementos penetra el agua del mar lo que parece indicar que se representa ya la apertura del foso marítimo construido por los portugueses a mediados del siglo XVI.

En ambas imágenes se representa un alto edificio de varias plantas con tejado a dos aguas y se aprecian otras torres que forman parte del castillo. Las casas se agrupan al sur y al este dejando libre una amplia plaza, una disposición que coincide con la que dibuja Piri Reis. Algunos edificios religiosos se representan por sus altos campanarios (dos en el fresco de El Viso, tres en el Civitates). Es de destacar también que Nuestra Señora de África, que sí es dibujada en el Civitates, no aparece en la representación de El Viso.

Parece evidente que los autores del fresco de El Viso siguieron el grabado del Civitates. Pero en 1578, cuando suceden los acontecimientos narrados, la nueva fortificación abaluartada con su foso navegable, estaba ya construida. Por ello, aunque representado las defensas medievales ya inexistentes, no pueden dejar de trazar el nuevo foso.

A

B

PÁGINA ANTERIOR/

PINTURA MURAL

Mortero de cal y pigmentos
Ceuta
Mediados del siglo XIV
Huerta Rufino. Trab. Arqueológicos 1995
Amax: 70,5 cm; Lmax: 60,5 cm; G (con soporte): 5,0 cm.
Museo de Ceuta (11.737).

Fragmento de pintura mural realizado al temple. Sobre el enfoscado de la pared se dispuso una fina capa de enlucido de 3 a 5 mm de espesor muy rica en cal y con un especial trabajo de fratasado que le confirió un acabado muy cuidado. Sobre este enlucido se trazaron las líneas maestras de la composición mediante líneas y círculos incisos. Tras ello y con la ayuda de pinceles de distinto grosor se procede a la aplicación de la pintura al temple.La decoración está compuesta por una compleja composición geométrica. La zona inferior presenta una banda de color rojo, a modo de rodapié sobre la que se sitúa una doble banda ondulada entrelazada que forman un motivo de cadeneta o "cordón de la eternidad". Sobre ella, se dispone el motivo principal, basado en una composición de estrellas de seis puntas formadas por bastoncillos que albergan en su interior círculos concéntricos dividido el central en cuatro cuadrantes con tres puntos en cada uno de ellos (Hita y Villada, 2006b: 74-75).

La riqueza de la ciudad que los portugueses encuentran a su llegada queda de manifiesto no sólo en los testimonios materiales documentados por la arqueología pertenecientes a los siglos XIV y XV sino también en textos que relatan los acontecimientos de la toma.
En cuanto a los testimonios materiales destaca la abundancia de hallazgos de viviendas con decoración de pintura mural en diversos puntos del casco urbano lo que supone un procedimiento decorativo bastante extendido y habitual en la ciudad y no sólo relacionado con ámbitos palaciegos. Más significativo es este hecho aún si tenemos en cuenta su ausencia en Alcazarseguer, en la que no se ha documentado hasta el momento ninguna evidencia de esta ornamentación. Debe señalarse también la estrecha relación de estos motivos y composiciones con los granadinos de la Alhambra y del Cuarto Real de Santo Domingo, con los que comparten notables similitudes aunque no alcanzan la complejidad compositiva de aquellos.

Las viviendas ceutíes causaron gran impacto entre las tropas participantes en la conquista, como recoge Zurara: "avuia amtre aquelles, que em este rregno nom tijnha huũa choça, e allí açertaua por pousada grandes casas ladrilhadas com tigellos uidriados de de desuayradas coores e os teitos forrados dolliuell com fremosas açoteas çerquadas de marmores muy aluos e pollidos, e as camas bramdas e molles e com rroupas de desuairados lavuores" añadiendo que decían que "nos outros mezquinos, que amdamos no nosso Portugall pollos campos colhemdo nossas meses, afadigados com a força do tempo e aa derradeira nom teemos outro rrepouso, senam proues casas, que em comparaçam destas querem pareçer choças de porcos" (Zurara, 1915: 236).

JMHR/FVP

FRAGMENTOS (2) DE AZULEJO HISPANO-MORISCO

Cerâmica vidrada, com técnica de aresta
Sevilla
Fines del siglo XV - primera mitad del siglo XVI
A-Amax: 10,0 cm; Lmax: 10,5 cm; G: 2,5 cm
B-Amax: 4,0 cm; Lmax: 5,6 cm; G: 2,5 cm
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Museo de Ceuta (12.509; 12.510)

A
Fragmento de azulejo de arista decorado con composición vegetal. Motivo principal de palma entre hojas enmarcado por una banda ancha de color azul celeste en cuarto de círculo sobre la que se desarrolla un motivo melado no identificable por su estado fragmentario. Los colores utilizados son el melado, verde, azul celeste y negro.
Posiblemente irían combinados en grupos de cuatro azulejos que desarrollarían por completo la decoración vegetal inscrita en un círculo.

B
Longitud conservada: 56 mm; Anchura: 40 mm; Grosor: 25 mm
Fragmento de azulejo de arista ornado con motivo vegetal de fruto de color melado y sépalos celestes, todo ello enmarcado por hojas onduladas de color verde. Este motivo se ubica en una de las esquinas del azulejo para rematar la composición principal. Los colores utilizados son los mismos que en el azulejo anterior.

Existe la posibilidad de que ambos fragmentos formasen parte de la misma composición.

Estos azulejos sevillanos están fabricados mediante la técnica conocida de cuenca o arista. Consistía en su ejecución a molde mediante una matriz de madera que impresionaba la loseta de barro fresco en cuyas depresiones se aplicaban los distintos óxidos metálicos que proporcionaban el color. Este proceso resultaba mucho más económico que su ejecución mediante la técnica de cuerda seca y a la vez permitía un incremento de la producción por su facilidad de ejecución y menor empleo de tiempo en la misma. Por el tipo de azulejo (su módulo debió ser la pieza cuadrada de en torno a 13,5 cm de lado) y su decoración, debió formar parte de un zócalo.
Su hallazgo en contextos del cuarto decenio del siglo XVI nos informa indirectamente de su utilización en un edificio que debía situarse en las inmediaciones. Si tomamos como paralelos otras posesiones ultramarinas su uso quedaba restringido bien a edificios religiosos (ermitas o iglesias) o civiles (oficiales o particulares) vinculados a la élite gobernante.

JMHR/FVP

AZULEJOS HISPANO-MOURICOS

Cerâmica vidrada, com técnicas de corda-seca (P-Q), de aresta (A-M e O) e com pintura a cobalto (N).

Sevilha (A-M e O-Q). Valência (N).
Segunda metade do século XV
a meados do século XVI

A- At: 15 cm; Lmax: 9 cm; B, C, D, F, G, H, L, O- 13 x 13 cm; E- 9,5 x 9,5 cm; I- 13 x 7 cm; J- 11 x 7 cm; K- 12,5 x 12,5 cm; M- 13,5 x 13,5 cm; N- 9,5 x 9,5 cm; P- 14,3 x 14,5 cm; Q- 14 x 14 cm
Teatro Romano (D, E, G, P); Casa dos Bicos (B, N) Pátio de D. Fradique (M, O, Q); Palácio dos Condes de Penafiel (A, C, F, G, H, I, J, K, L).

Trab. Arqueológicos de 2001, 2008, 1992 e 1982.
Museu de Lisboa- Teatro Romano (D- TRL.01/ 265; E- TRL.01/ 255; G- TRL.01/ 227; P- TRL.01/230) e Centro de Arqueologia de Lisboa (A- PPJ.92/ 16340; B- CB.82/ 201; C- PPJ.92/ 18022; F- PPJ.92/ ; H- PPJ.92/ 16464; I- PPJ.92/ 15672; J- PPJ.92/ 15671; K- PPJ.92/18681; L-PPJ.92/ 1567; M- Pat.Frad.08/4a; N- CB.82/ 288; O- Pat.Frad.08/ 4b; Q- Pat.Frad.08/ 4c).

PAINEL DE AZULEJOS DO TIPO ENXAQUETADO

Cerâmica vidrada a cobre, cobalto e estanho
Desconhecida
Séculos XVI-XVII
Amax: 63,0 cm; Lmax: 60,0 cm
Teatro Romano. Trab. Arqueológicos 2001
Museu de Lisboa-Teatro Romano.

Alguns destes azulejos apresentam a particularidade de se encontrarem ainda agarrados à alvenaria onde, originalmente, se encontravam colocados, o que permitiu conhecer o padrão decorativo que formavam. Deste modo, foi reconstituído uma porção de painel.

LF

UM NOVO CENTRO URBANO, JUNTO AO TEJO: CONTRIBUTOS DA ARQUEOLOGIA

Jacinta Bugalhão

A ocupação urbana da Baixa, a Oeste da cidade amuralhada, junto ao Tejo e ao longo das margens do esteiro, é uma realidade histórica que remonta pelo menos ao século V a.C., sendo particularmente expressiva no período romano. A partir do século X, quando aí se instala um arrabalde de *Madīnat Ushbūna*, a presença da cidade neste território é definitiva. A cidade baixo-medieval mantém a estrutura clássica moldada na topografia pré-existente, sendo progressivamente integrada na cidade formal, delimitada pelas muralhas construídas nos espaços conquistados ao Tejo, que mais que cercar, abrem o burgo à estrada fluvial e ao mar. No século XV, o encanamento da ribeira da Baixa elimina definitivamente mais um limite natural. Sobre este, é implantada a Rua Nova d'El-Rei que juntamente com a Rua Nova funcionará como eixo estruturante da cidade baixa em época moderna. No século XVI, a urbanização progressiva das colinas ocidentais também favorece o recentramento da cidade no vale. D. Manuel I promove a construção efectiva de um novo centro para Lisboa, com a instalação neste local das instâncias políticas, administrativas e cívicas e a consolidação das funções portuária e comercial da cidade, num vasto "programa de reordenamento urbano" (Carita, 1999).

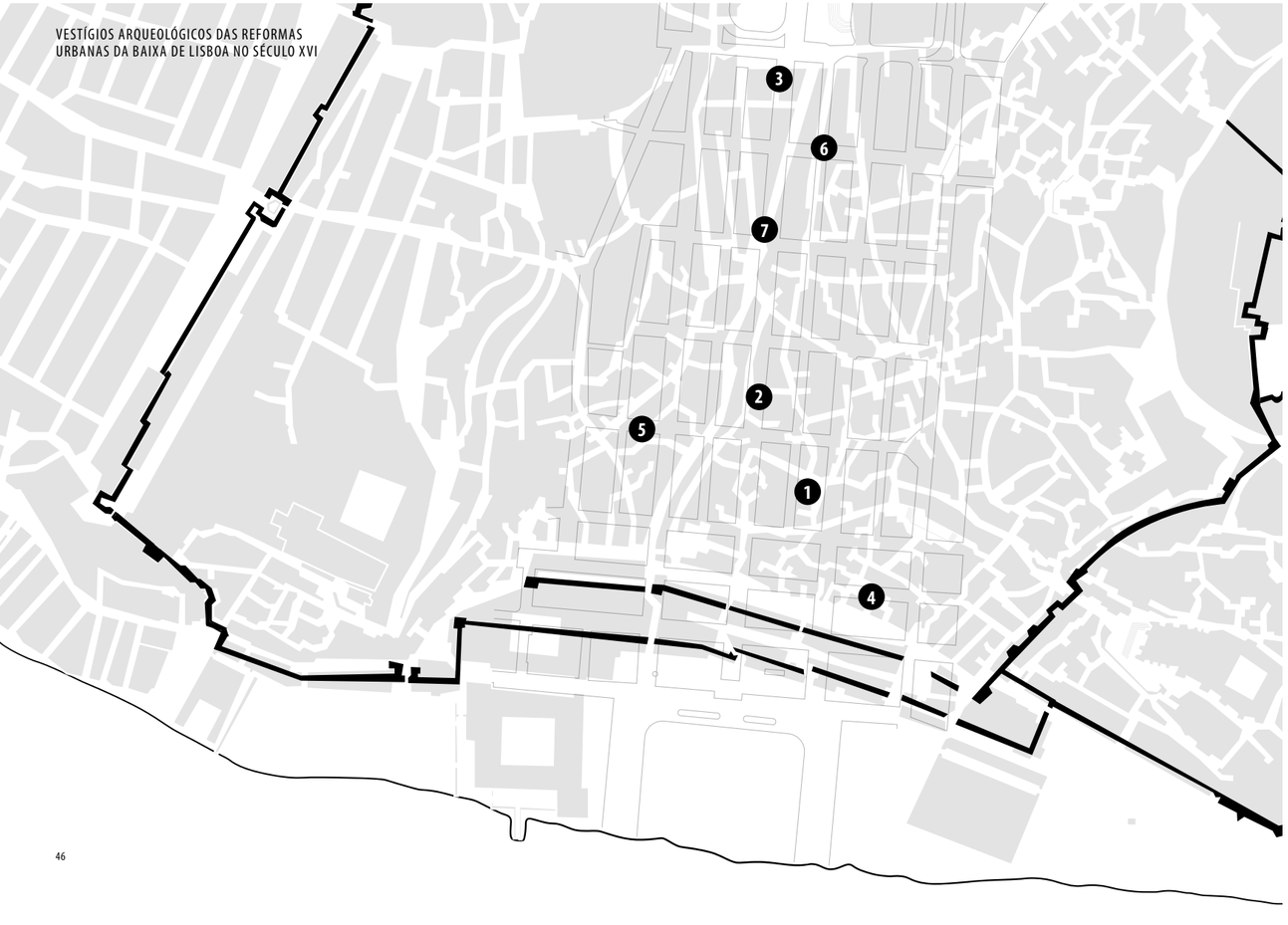
Na sequência do extraordinário desenvolvimento das intervenções de Arqueologia preventiva em Lisboa, a partir dos anos 90' do século XX (Bugalhão, 2008), os dados disponíveis para o estudo da cidade de época moderna aumentaram quantitativa e qualitativamente. As numerosas escavações realizadas permitiram, frequentemente, colocar a descoberto fragmentos da cidade de época moderna, preservados e selados pela cidade setecentista (Bugalhão, 2015). Na Baixa Pombalina estão inventariados cerca de 40 locais que revelaram, entre outros, vestígios arqueológicos de época moderna. O seu estado de conservação é muito variável, dependendo do grau de destruição provocado pelo sismo de 1755 e incêndio subsequente, mas também pelos trabalhos de reconstrução. A intenção de planificação da cidade que caracteriza o projecto da reconstrução pombalina implicou fortes aterros e desaterros que praticamente eliminaram a anterior topografia urbana. Geralmente, nas áreas desaterradas, os vestígios pré-pombalinos desapareceram ou estão muito afectados; nas áreas sujeitas a aterro, o estado de conservação é tendencialmente melhor. Assim, têm vindo a ser recuperados numerosos e bem preservados vestígios urbanísticos (arruamentos, edifícios, estruturas industrio-artesanais, esgotos, poços, etc), permitindo a sua localização na cidade pré-pombalina, com base no cruzamento entre o registo e interpretação dos contextos arqueológicos, a cartografia pré-pombalina e as várias propostas de sobreposição com a cartografia urbana actual.

Em termos de análise estratigráfica dos vestígios, observa-se que as estruturas urbanas que ruíram em 1755 são geralmente de fundação quinhentista, confirmando os dados históricos já coligidos que situam nesta época importantes intervenções urbanas que renovaram, modernizaram e nobilitaram o antigo arrabalde medieval. Assim, os arruamentos são empedrados, uma rede de "canos" de esgotos é implantada e novos e melhores edifícios são erigidos ou renovados. Para além da tendência para a qualificação e embelezamento dos edifícios, num nítido traço de modernidade, é clara a preocupação com a salubridade pública e com o abastecimento de água, aspectos sempre críticos numa cidade.

Também numa escala maior, é possível observar sinais sensíveis da alteração do paradigma urbano, como sejam, a diferenciação funcional de espaços interiores da casa; a disseminação de pavimentos em tijoleira; a frequência de alpendres colunados (subsistindo até hoje os elementos em pedra, base, fuste e capitel); o recurso aos revestimentos azulejares (de fabrico local e importação); a diversificação da utensilagem cerâmica; a presença de objectos importados revelando uma geografia comercial em processo de ampliação até à globalização.

Nas escavações realizadas no final do século passado no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros foi possível identificar os aspectos referidos do urbanismo quinhentista: ruas calcetadas, pavimentos em tijoleira, estruturas industrio-artesanais, esgotos e elementos arquitectónicos distintivos, como sejam um capitel e um painel de azulejos (Bugalhão, 2015).

Esta cidade quinhentista atravessa três séculos, não obstante a elevada dinâmica urbana que certamente registou, tendo sofrido uma destruição massiva em 1755. A (re)construção urbana promovida nas décadas (séculos…) seguintes eliminou os vestígios urbanos subsistentes e alterou completamente a face visível da urbe e da sua topografia. Por isso, na Baixa de Pombalina de Lisboa, oculta-se esse objecto simultaneamente mítico e real, uma cidade perdida, apenas acessível através da História e da Arqueologia.



El Urbanismo
O Urbanismo

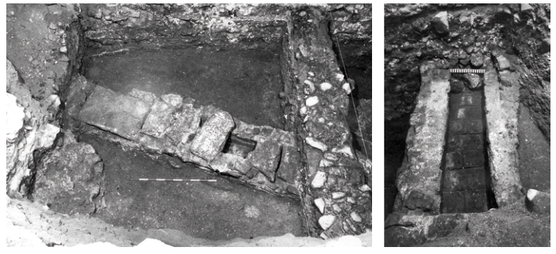
Um novo centro urbano, junto ao Tejo: contributos da arqueologia

1 | NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREEIROS. ARRUAMENTOS, ESTRUTURAS HABITACIONAIS, MOAGEM, POÇOS. MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA.

2 | MANDARIM CHINÊS. ARRUAMENTOS, CONDUTAS DE ESGOTO, FERRARIA, ESTRUTURAS HABITACIONAIS. CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA.

3 | PRAÇA D. PEDRO IV (LOJA BENETTON). ARRUAMENTOS, ESTRUTURAS HABITACIONAIS, CONDUTAS DE ESGOTO. DGPC.

4 | RUA DE SÃO JULIÃO E RUA DO COMÉRCIO. ESTRUTURAS HABITACIONAIS, ESGOTO. DGPC.



5 | RUA DE SÃO NICOLAU. ARRUAMENTO, ESTRUTURAS HABITACIONAIS, CONDUTAS DE ESGOTO. DGPC.

6 | RUA DOS CORREEIROS. ARRUAMENTO, ESTRUTURAS HABITACIONAIS, POÇO. DGPC.

7 | RUA DOS SAPATEIROS. ARRUAMENTO, ESTRUTURAS HABITACIONAIS, FORJA; CANO REAL. INÊS SIMÃO E ALEXANDRE SARRAZOLA.

EXCERTO DA RELAÇÃO DOS CANOS DA CIDADE DE LISBOA

Pergaminho
[Lisboa]
1204-1674
47 x 34 x 10 cm
Livro dos Pregos, f. 333-335 (reprodução f. 333v.)
Arquivo Municipal de Lisboa

Tradicionalmente conhecido por *Livro dos Pregos*, este códice reúne documentos produzidos entre 1204 e 1674: cartas emanadas da Coroa, capítulos de Cortes (gerais e especiais) e alguns traslados, sobretudo, de cartas régias, nomeações, isenções, doações, concessão e confirmação de privilégios, foros e mercês, regulamentação de competências, de impostos, da venda de géneros alimentícios, de celebração de contratos, apelações, cobrança de dívidas e arrendamento de direitos régios, confirmação de ofícios e integração de vilas no termo de Lisboa. O *Livro dos Pregos* é particularmente rico em documentação medieval, pelo facto de cerca de 300 (de um total de 313) fólios se reportarem ao período anterior a 1500.Muita da documentação inserida no Livro dos Pregos reveste-se de particular importância na medida em que não existem os originais nem quaisquer outras cópias.

O documento que aqui se reproduz intitula-se "Estes sam os cannos que a nesta cydade de Lixboa", uma cópia de um manuscrito não datado, de que se desconhece o paradeiro, provavelmente do segundo quartel do século XVI. O documento contém uma listagem de condutas de escoamento de águas residuais de Lisboa, com referência à localização, intercepções, direitos de serventia, tipo de resíduos (esgotos domésticos, linhas de água encanadas, águas pluviais, perdas de poços), entre outros elementos. Revela uma rede de drenagem pluvial e escoamento de esgotos assente em condutas de primeira ordem – os "canos reais" –, condutas públicas de segunda ordem, condutas públicas de terceira ordem e, por fim, condutas privadas. Todo o sistema da Baixa confluía junto à Casa de Ceuta: "O canno real que se começa detrras dos Estaaos de fora dos muros e vem ao lomgo do Rosyo pella Calldeiraria e por a Rua Nova d´ell Rey ao topo da Rua Nova dos Mercadores pasa por baixo da casa de Ceita". A rede descrita neste documento é um reflexo de uma política de saneamento urbano e salubridade pública, bem como de desejo monumentalização do espaço público, promovida pela Coroa a partir do século XV e dos inícios do século XVI, particularmente na Baixa lisboeta (Barros, 2014; Bugalhão e Teixeira, 2015).

EA/JBU/AT

O HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS

Rodrigo Banha da Silva e Ana Cristina Leite

A decisão de criação do Hospital de Todos-os-Santos partiu do rei D.João II, que pretendia centralizar num só espaço os cuidados assistênciais de 43 diferentes instituições dispersas pela cidade, inserindo-se nas políticas de concentração do poder régio promovidas por este monarca. Tendo obtido autorização do Papa Sixto IV em 1479, as dificuldades no arranque do projecto obrigaram à renovação da autorização do Sumo Pontífice em 1485, e o lançamento da primeira pedra da obra só se verificaria a 15 de Maio de 1492, pela mão do próprio rei.

O vasto edifício hospitalar instalou-se no espaço das Hortas do vizinho Convento de São Domingos, e a magnitude do empreendimento implicou o acondicionamento prévio do espaço, com a anulação das estruturas agrícolas existentes, e a prática de extensos trabalhos de terraplanagem e aterro, reconhecidos arqueologicamente pelos trabalhos de Irisalva Moita em 1960-1961 (Moita, 1970; 1993) e pelos que tiveram lugar entre 1999 e 2001, dirigidos por um dos autores (RBS).

Ignoramos no concreto o andamento das obras mas, segundo o testemunho de 1552 de João Brandão, à data da morte de D.João II (1495) estavam apenas as "paredes emgallgadas" (citado por Leite, 1993). O testamento do monar ca fundador deixara menção expressa à obra: "(...) porque minha tenção he de mandar fazer pelo amor de Deus hum Spital em Lixboa da vocação de todolos santos para remedio meu spritual e corporale dos pobres enfermos (...)" (citado por Bolana, 1914). Deste modo, o essencial da obra deveu-se já ao sucessor, D.Manuel I, e o testemunho do humanista Damião de Góis atribuiu a este monarca expressamente as partes voltadas ao Rossio e à Rua da Betesga, frentes sul e ocidental do complexo (citado em Leite, 1993). De novo, os dados colhidos pela arqueologia sugerem a importância maior das iniciativas manuelinas, tendo em 1999-2000 permitido observar a contemporaneidade das fundações dos muros da Igreja e claustros adjacentes com o troço subterrâneo ao Hospital da grande "cloaca" edificada no reinado de D.Manuel I, o "Cano Real de São Domingos". Assim, se a configuração geral do edifício pode ser atribuída a Mateus Fernandes (Pereira, 1993: 32), a fachada do Rossio e o templo são obra de Diogo Boitaca.

Aproveitando a iniciativa, o rei venturoso reformulou profundamente a fachada oriental do Rossio de Lisboa, reconfigurando-a, dinamizando-a esteticamente com uma extensa galilé e uma arquitetura monumental de qualidade, imprimindo-lhe uma forte marca da presença do poder régio, transformando o espaço na segunda praça mais importante da capital a seguir ao Terreiro do Paço, para onde mudou a residência real. Trata-se do momento criador de um matiz de intervenção em espaço público que definiu o carácter urbano da capital portuguesa até ao final do século XVIII, uma polarização dos poderes nas duas grandes praças da capital portuguesa.

Desconhecendo-se a data concreta da inauguração, em 1501 o Provedor do Hospital já se encontrava instalado no edifício, e há registo dos primeiros internamentos de pacientes nesse ano (Abreu, 2009) e no seguinte (Leite, 1993). O seu primeiro *Regimento,* que regulava todo o funcionamento, fixava o corpo de funcionários e a sua orgânica interna, foi-lhe dado por D. Manuel I em 1504.

A configuração do Hospital Real, ou "Hospital Grande", como também era conhecido na gíria lisboeta do século XVI, assumiu as modernas plantas cruciformes dos hospitais de ponta à época, os italianos do *quatrocento* de Milão e Florença, um pouco mais tarde também replicados de alguma forma na Península Ibérica, em Toledo e Granada (Moreira, 1993). Nele desempenhava a componente espiritual um papel fundamental na terapêutica, sendo o centro da cruz o altar-mor, observável a partir dos quatro braços ocupados pela nave da igreja e pelas principais enfermarias.

Segundo o documento de 1504, existiriam quatro enfermarias primitivas: três principais, vastas, instaladas no primeiro andar em três dos braços da planta cruciforme, pois o quarto corpo, com a frente voltada ao Rossio, era ocupado pela Igreja. Eram elas a "enfermaria de São Vicente", destinada à "surugia" das febres (a oriente), a "enfermaria de São Cosme", para "surugia" dos feridos (a sul), e a de "Santa Clara", para mulheres com febres e feridas (a norte). A quarta era a "Casa das Boubas" para o "mal francês" (sífilis), dividida em setor feminino e mas-

INTERVENÇÃO ARQUEOLOGICA NA PRAÇA DA FIGUEIRA, 1960. MUSEU DE LISBOA.

INTERVENÇÃO ARQUEOLOGICA NA PRAÇA DA FIGUEIRA, 2000. CENTRO DE ARQUEOLIGA DE LISBOA

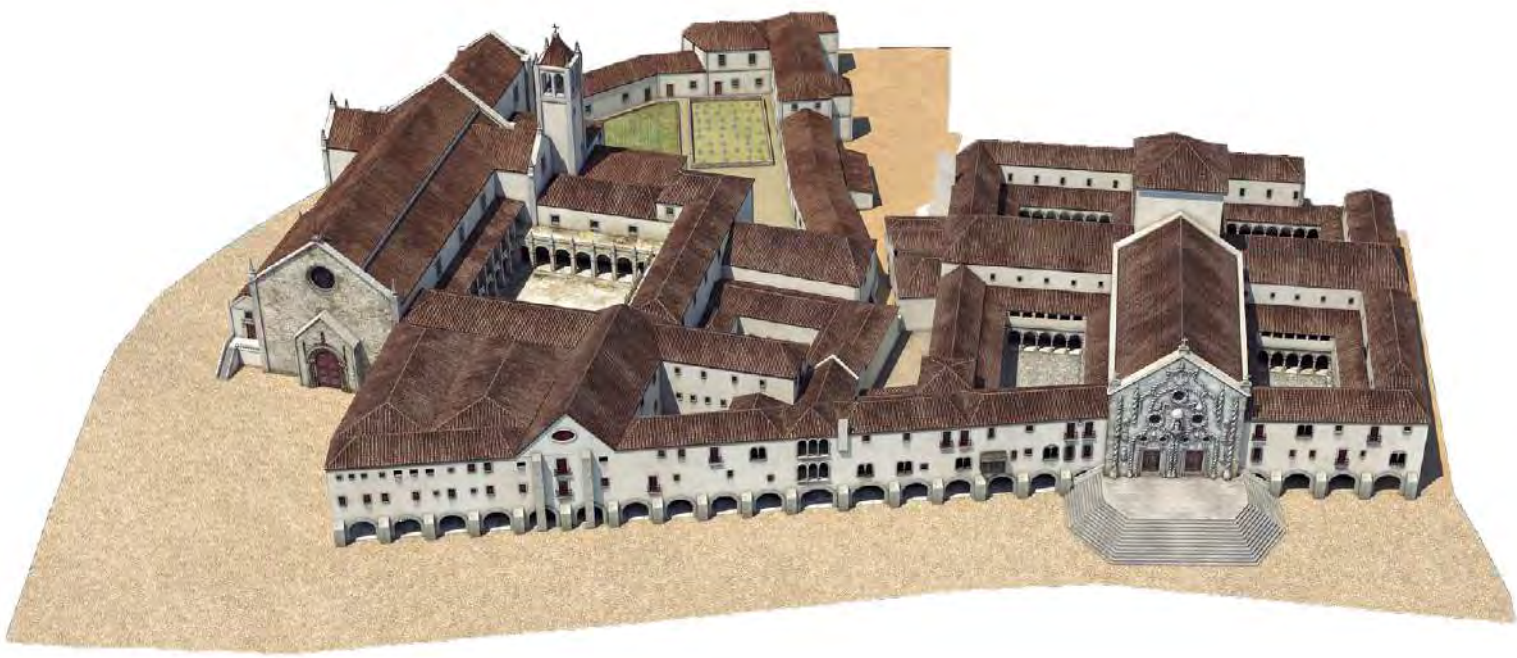
culino e apartada das restantes (piso térreo para norte e identificada na intervenção arqueológica de 1960).

Em 1551, de acordo com o testemunho de Cristovão Rodrigues de Oliveira, já existia uma outra, de apenas 5 camas, privativa de frades capuchos da Ordem de S. Francisco, e as fontes sugerem que, ao arrepio do estatuído no *Regimento*, funcionaram eventualmente quartos para pessoas com posses. No final do século XVI havia uma outra localizada na parte mais alta do edifício, e portanto mais arejada, destinada aos convalescentes, um sector para entrevados e incuráveis e as "casas para doidos".

Facilitando a circulação interna, tal como a planta em cruz e contribuindo para o arejamento, existiam no Hospital Real quatro claustros, segundo as fontes de meados do século XVI ajardinados e com um poço central, à excepção de um, que o possuía no ângulo por se situar perto da cozinha (Leite, 1993: 17, nota 23), panorama que as escavações arqueológicas quase corroboraram plenamente.

Apesar da sua função hospitalar, e de uma parte significativa da planta baixa estar ocupada por dependências operacionais e residenciais dos funcionários (e por vezes das famílias respectivas), o complexo também assumia funções assistenciais, existindo dependências como por exemplo a destinada à pernoita de peregrinos e mendigos, ou a "casa dos expostos", onde se recolhiam os bebés e as crianças abandonadas na cidade. Neste aspecto se distinguia profundamente a instituição portuguesa dos modelos que a inspiraram, florentinos e milaneses, exclusivos e laicos.

Nos actos fundacionais e ulteriores, foi adscrita à instituição um conjunto de privilégios e isenções e um rico e vasto património (em Lisboa e noutros locais do país), destinado à manutenção da sua actividade. Contudo, a variedade e dispersão deste tornavam a administração complexa e exigente, e o estabelecido no *Regimento* quanto ao corpo de funcionários exigia que os lugares de liderança desempenhassem quotidianamente tarefas de índole médica, espiritual e administrativo-financeira, para além do facto de se verificar haver uma clara sobreposição de "pelouros" e de competências entre vários destes postos (Abreu, 2009).



MODELO 3D DO HOSPITAL DE TODOS-OS-SANTOS, 1750. MUSEU DE LISBOA.

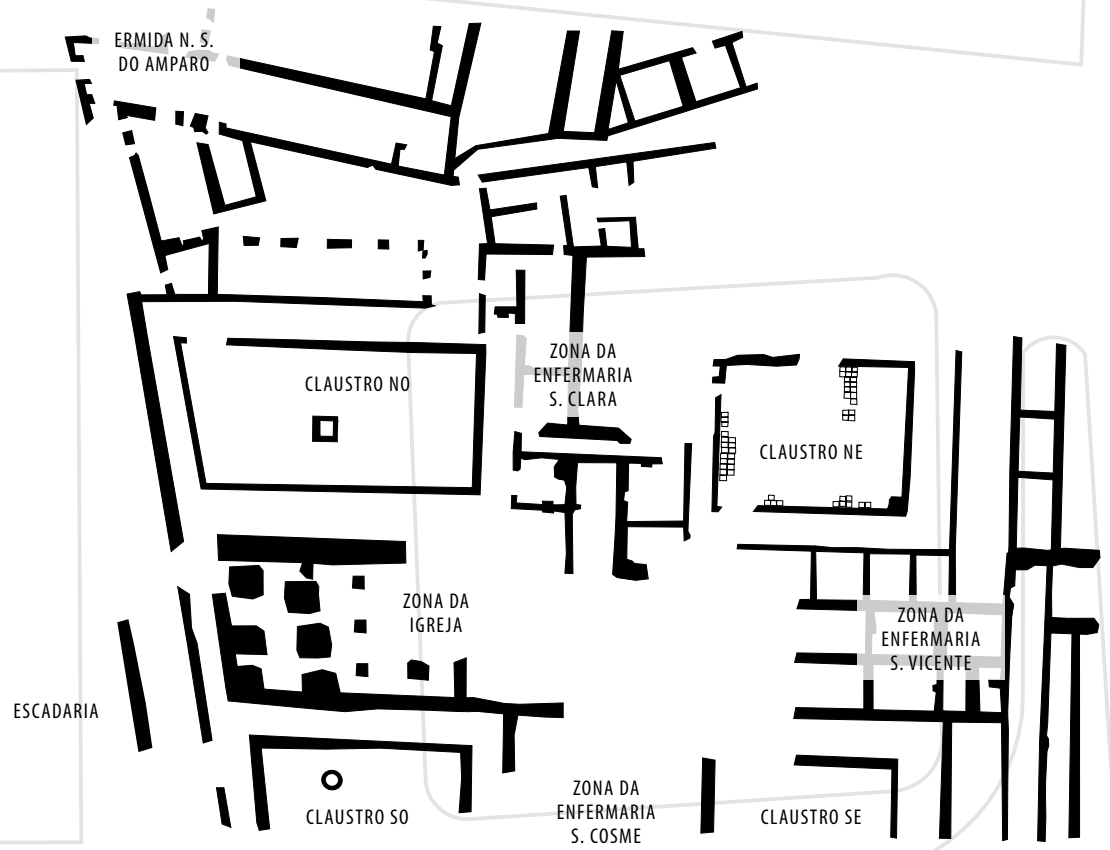
A gestão do património e as deficiências na estrutura de gestão interna constituem, de facto, dois dos aspectos que maior fragilidade conferiram ao Hospital enquanto instituição, obrigando-o a uma dependência da munificência régia e a alterações constantes na administração ao longo do século XVI: em 1530 a tutela do Hospital passou para os frades Lóios que, por sua vez, a devolveram ao rei em 1569, data em que passou para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Abreu, 2009).

Apesar destes aspectos, os testemunhos coevos portugueses e forâneos atestam a alta qualidade dos serviços prestados ao longo da centúria quinhentista, tendo por essa razão funcionado como modelo hospitalar globalizado, ao influenciar ou inspirar fortemente instituições congéneres na Índia, casos de Goa (1520), Cananor e Cochim (1507), África Oriental, na ilha de Moçambique (1507), e no Brasil, em São Paulo (1543) e São Salvador (1549).

Construção singular e de vanguarda, o Hospital Real de Todos-os-Santos foi desde logo reconhecido como grande obra pública de Lisboa, quer pela sua utilidade cívica e funcionalidade, como pela monumentalidade e qualidade arquitetónica e papel no ordenamento do território urbano (com definição de modelos de arquitetura de programa), bem como marca da centralização política do rei, de poder e propaganda.

PRÓXIMA PÁGINA/

ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS DO HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS



PRAÇA
D. PEDRO V
-
ROSSIO

RUA
AUGUSTA

RUA
DA PRATA

CAPITEL

Mármore branco com veios finos acinzentados (Estremoz - Vila Viçosa)
Alentejo
2ª Metade do século XV – inícios do século XVI
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 2000
At : 34,5 cm ; L : 33,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa. PF.00/ s/n

Encontrado reaproveitado em piso empedrado setecentista de um compartimento, localizado nas traseiras - baixos da enfermaria de São Vicente. Foi ainda identificado, junto ao claustro NE, meio capitel e fragmento de outro do mesmo tipo, integrados em estruturas precárias relacionadas com o desmantelamento do edifício, após 1775.

De talhe fino, oitavado com cesto côncavo, apresenta ábaco de planta quadrada, com cantos facetados ornamentados - expeto um que estaria adossado: cabeças humanas, um com grandes orelhas ("orelhudo") e um animal.
Durante as escavações e trabalhos ocasionais de 1960 (Moita, 1964-1965) foram recolhidos, em entulhos da zona nascente, Rua dos Fanqueiros e dos Álamos, cinco bases de coluna e dois capiteis da mesma tipologia, hoje no Museu de Lisboa.

Pela sua raridade e escassos paralelos (Palácio Real de Sintra e elementos reaproveitados na Casa do Adro, Loures) foram considerados obra de importação italiana (Moreira, 1991), mas Paulo Pereira sugere ser trabalho de oficina alentejana, identificando-os arquitetonicamente com outros capitéis e bases do gótico-tardio português e do próprio hospital. Também a iconografia com representações de "orelhudos" – de sentido moralista ou como figuração do "louco" ou "parvo" das festas populares ou do teatro vicentino – de híbridos e animais, enquadra-se na conjuntura artística e cultural do mesmo período (Pereira, 1993: 64-66).

Esta peça e as restantes do museu fariam todos parte da mesma estrutura, provavelmente um pórtico, ou uma loggia, embora dificilmente conseguimos precisar de que parte do hospital, atendendo aos registos das descobertas. Mas igualmente pela parte escultórica, tipologicamente diferente dos restantes componentes arquitetónicos, de recorte simples e quase sem motivos decorativos, característica de edifícios de carácter utilitário. A exuberância ornamental ligada à imagem de poder, concentrava-se na fachada do Rossio.

Já Irisalva Moita sugeria terem pertencido ao vizinho Palácio dos Condes de Monsanto ou à Ermida da Graça (Moita, 1964-1965), parecendo-nos pouco provável tal hipótese. Preferimos considerá-los com elementos de um claustro, ou de uma parte destinada a residência de funcionários hospitalares.

A atestar a proveniência do hospital, está uma inscrição aposta, em época posterior, numa das bases do museu: "MANUEL/(L)UIS MOÇO/DA CAPELA/1646, reportando-se possivelmente a um dos dois "moços para servir a capela", de que dispunha a instituição.

ACL

BASE

Calcário
Lisboa
Século XVI
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 1964
30 x 30 x 24 cm
Museu de Lisboa (Numero inv.?)

Base com plinto alto e toro, ou coxim, decorado com folhas largas que se posicionam nos quatro ângulos da peça com pequeno reviramento na parte final junto ao plinto. Uma pequena moldura na parte superior estabelece a ligação a um escapo acentuadamente alto o qual, por sua vez, se liga a um colarinho circular. O talhe da peça é de elevada qualidade e precisão e o afeiçoamento da superfície da peça denota utilização de *gradine* fina, com um picotado fino e regular.

LF

HABITAR EM LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI: MODOS DE VIDA E DE CONSTRUIR

O exemplo dos vestígios habitacionais na área de intervenção arqueológica do teatro romano

Lídia Fernandes

As cartas régias de finais de quatrocentos e dos inícios da seguinte centúria permitem tecer algumas considerações sobre os modos de construir na cidade de Lisboa à época dos Descobrimentos, evidenciando a nova concepção da ordem urbana assente em princípios unificadores do ponto de vista urbanístico e arquitectónico. São, no entanto, poucas as marcas que ainda hoje se revelam na cidade, sendo mais reconhecíveis em edifícios palacianos e religiosos que na arquitectura de carácter civil.

É bem conhecida a legislação régia da época de D. Manuel I onde transparece uma preocupação pelo bem público, um embrionário sentido de cidade na acepção de um espaço de usufruto público e não, simplesmente, de um somatório de edificações e espaços privados. As cartas-regimento do monarca de 1498 e do ano seguinte visivelmente dão conta das preocupações relativas à uniformização e regularidade urbanística, num quadro mental mais globalizante mas, igualmente, num âmbito particular, dos preceitos construtivos a seguir, como transparece nas indicações que fornece sobre a altura das sércias, a utilização da pedra, a largura dos lotes, especialmente na frente ribeirinha, ou o alinhamento das fachadas.

O casario formaria uma mole compacta, relativamente homogénea, tal como a podemos apreender na panorâmica de Lisboa da Universidade de Leyde, que constitui um dos mais relevantes documentos iconográficos da cidade quinhentista. Essa panorâmica certifica um urbanismo vivo e orgânico, compacto e relativamente homogéneo, matizado, aqui e ali, por edificações de maiores dimensões mas sem que as mesmas tenham desencadeado a criação de recintos perimetrais, adros ou praças que as dignificassem. Neste desenho é possível perceber o predomínio de edifícios com vários andares. Raros são os casos de habitações apenas de um piso ou em que somente aparece uma janela na fachada. Duas ou três janelas, em igual número de pisos, constitui o mais habitual. Linhas de fachada sucessivas posicionam-se em múltiplos planos até à barreira que constitui a cerca do castelejo, comprovando uma ocupação intensa e justificando, assim, um crescimento em altura.

Muitas das janelas são estreitas, assemelhando-se mais a respiradouros ou frestas do que a verdadeiras aberturas de fruição da paisagem. No entanto, não é rara a presença de *loggias* que se abrem no último piso, ainda que tal ocorra em edifícios de maior envergadura. Curiosa a existência de grande número de telhados de quatro águas mas, também de "telhados de tesouro", registando-se um caso de "tesouro com lanternim". Este tipo construtivo é bastante antigo em Portugal e adequa-se ao clima da região sul do país, potenciando uma maior ventilação e, devido à sua inclinação superior a 45°, uma maior protecção do calor.

A obtenção de nova informação sobre as construções deste período é sempre escassa e, por tal facto, a iconografia é uma fonte imprescindível. Documentação coeva, quando existe, é mormente de carácter indirecto. Num documento de 1261 relativo à venda de uma casa na freguesia de Stº Estêvão, menciona-se que, juntamente, se vendem as "seis covas" existentes no interior e outras três defronte, já em espaço público[1]. É este tipo de informação, por exemplo, que permite comprovar a influência islâmica ainda na segunda metade do século XIII. Cristóvão Rodrigues de Oliveira menciona, na sua obra de 1551, a existência de um cano subterrâneo que conduziria as águas que vinham da zona do actual Rossio em direcção ao rio (Oliveira, 1987: 102). Assim se infere que, no século XVI, a par das medidas acima preconizadas também a criação de infra-estruturas constituiria uma preocupação. Este facto é, aliás, amplamente comprovado pela arqueologia.

São precisamente os dados fornecidos pela arqueologia que maior e mais diversificado número de informações tem fornecido. A intervenção arqueológica realizada no Teatro Romano permitiu constatar que o monumento, abandonado a partir do séc. V/VI d.C. (Fernandes, 2007: 28-39; Fernandes, 2011: 263-311; Fernandes, 2013: 765-773), foi imediatamente aglutinado pelo casario que sobre ele se foi construindo, absorvendo-o e camuflando-o. Inúmeros alicerces e vestígios de edificações anteriores ao terramoto de 1755 comprovam uma intensa ocupação das bancadas do edifício cénico, sendo aproveitados os muros estruturais do teatro e as infra-estruturas em *opus caementicium* (cimento romano).

À ESQUERDA

RECONSTITUIÇÃO PROVÁVEL DA HABITAÇÃO DETECTADA NO LARGO DA SÉ (RECONSTITUIÇÃO DE CARLOS LOUREIRO)

ASPECTO GERAL DA HABITAÇÃO DO SÉC. XVI/XVII IMPLANTADA AO LADO DO TEATRO ROMANO E QUE APROVEITOU ALGUMAS DAS SUAS ESTRUTURAS

ASPECTO DA ESCAVAÇÃO DO CENTEIO E ESPARTA NO INTERIOR DA HABITAÇÃO DO SÉC. XVI/XVII

No interior do Museu do Teatro Romano foi detectada uma habitação atribuível aos finais do século XVI ou inícios da centúria seguinte que aproveitou o possante *post scaenium*: a estrutura que suportava a fachada cénica e que consolidava a colina, de acentuada inclinação. Esta estrutura romana foi rebocada, truncada e caiada inúmeras vezes. Nela se abriram armários e adossaram paredes de tijolo, removeram-se pedras para a entrega dos barrotes do soalho… A seu lado elevaram outros muros, de qualidade muito diversa, que compartimentaram o espaço. Foi possível recuperar a planta total de uma das divisões do r/c e o espólio recolhido permitiu definir-lhe a função de estábulo para animais de pequeno porte. Num dos cantos do espaço registaram-se os negativos de uma pequena manjedoura, baixa, feita com pequenos barrotes de madeira e, no lado oposto, foi construído um piso intermédio onde se armazenava centeio e esparta (Fernandes et al., 2012: 111-122). Esta casa serve de modelo para o que seriam as habitações de razoável qualidade. A recolha de inúmeros azulejos do tipo enxaquetado e hispano-árabe atesta um tratamento decorativo requintado dos pisos habitacionais. Ainda assim, as técnicas construtivas empregues permitem estender-se ao tipo de construção mais comum. As pequenas janelas deste r/c são antes frestas, janelas de capialço que permitiam alguma iluminação mas que impediriam o acesso ao interior do espaço. Este aspecto, aliás, é recorrente. Inúmeras casas teriam grades nas janelas e nas portas com frente para a rua. Neste local recuperaram-se elementos arquitectónicos romanos, reutilizados nesta habitação como ombreiras e vergas tendo-lhes sido acrescentadas barras de ferro. O mesmo se regista numa casa, identificada como estalagem, reconhecida no antigo Beco do Mello, a sul da Sé, onde hoje se localiza o Largo Actor Taborda (Fernandes etal., 2014: 19-33).

Em ambos os edifícios que mencionamos, o pavimento do r/c era composto por calçada em seixo rolado, com predomínio de pedras basálticas. Este tipo de pavimento, aliás, seria também empregue nas ruas principais já que as restantes seriam, simplesmente, em terra batida[2]. As paredes exteriores das casas eram integralmente feitas com alvenaria miúda e os rebocos dos séculos XVI e XVII evidenciam a utilização de areia grosseira misturada com tijolo moído e carvões, para além da cal, sempre presente. Os pisos superiores, sobradados, assentavam em grossos barrotes cravados nas paredes. No caso da casa junto ao teatro, a madeira empregue foi o pinho e a palmeira. Aqui sublinha-se uma outra particularidade construtiva, o emprego, no interior das paredes, com uma espessura de c. 60 cm, de vigas de madeira colocadas em sentido longitudinal, com o objectivo de aligeirar a estrutura.

No projecto de investigação desenvolvido no Teatro Romano foi possível fazer a reconstituição dos loteamentos anteriores ao terramoto na área em redor ao monumento. O loteamento é muito parcelar, correspondendo a parcelas geralmente com o dobro do comprimento, ou maior, ao da largura da fachada. Nas fontes documentais utilizadas nesta reconstituição alude-se igualmente à existência de "alfujas", "pátios", "pardieiros", "becos", isto é pequenos espaços, não construídos, aproveitados em conjunto por diversas habitações para variados fins. A presença destas pequenas áreas expectantes seria recorrente comprovando um urbanismo fundamentalmente orgânico.

Outro aspecto importante que decerto caracterizaria a cidade eram as balcoadas e os ressaltos. Esta primeira característica arquitectónica atrairá a própria atenção de D. Manuel I, suscitando a elaboração de legislação no sentido de as remover. Também a documentação comprova, no caso de uma outra habitação contígua à que analisamos, o antigo Celeiro da Mitra, a existência de balcões que avançariam sobre as ruas. O intento de conseguir mais espaço levou ao avanço, sobre as ruas, dos pisos superiores criando as fachadas em ressalto dos quais se conservam alguns exemplares na parte antiga da cidade.

1 Livro de D. João de Portel, de Julho de 1261, referência de Pradalié, 1975: 36-37.

2 Encontramos ruas com este revestimento nas antigas Rua do Loreto (subjacente à actual), na da Palha (coincidente parcialmente com a Rua dos Correeiros), na Travessa do Correio Velho, no quarteirão hoje formado pela Rua Augusta, S. Julião e Comércio, onde, antes do terramoto de 1755 se localizava o Beco do Lava Cabeças, ou ainda na antiga artéria denominada Arco de D. Tereza ou Rua do Arco de D. Tereza, localizadas em sentido perpendicular onde hoje se implanta a Travessa do Almada. Regista-se, em alguns casos a utilização de tijoleira nos pisos inferiores das habitações.

HUERTA RUFINO

José Manuel Hita Ruiz y Fernando Villada Paredes

La urbanización llevada a cabo a inicios de los 90 del siglo XX en el sector de la Almina ubicado entre la Batería del Pintor y la calle Real, una zona ocupada hasta ese momento por huertas y viviendas modestas, permitió la localización de un conjunto de casas en excelente estado de conservación fechadas en el siglo XIV (Hita y Villada, 1996; Hita y Villada, 2000a; Hita y Villada, 2000b; Hita y Villada, 2007; Hita y Villada, 2014; Hita y Villada, en prensa; Villada y Hita, 2002; Villada, 2013b; Villada, 2014).

Dispuestas en una ladera de acusada pendiente, previamente aterrazada, fueron excavadas al menos 12 viviendas delimitadas por varias calles de diferente anchura rectilíneas y paralelas entre sí. Todas las viviendas eran de planta rectangular organizadas en torno a un patio central a cielo descubierto. A través de una entrada en codo simple o doble codo se llegaba hasta el patio que ocupaba la mayor parte de la planta de la casa y articulaba el acceso al resto de las estancias, yuxtapuestas y sin conexión entre sí. Estas salas contaban con un alto grado de especialización, como corresponde a viviendas urbanas, habiéndose identificado varias cocinas, con fogones construidos, salones y letrinas. El número de crujías alrededor del patio varía en función del número de habitaciones y de las características del solar disponible. La cubierta era de tejas con vertiente hacia el interior del patio. Sus dimensiones van desde los 45 a los 100 m^2 y todas contaban con un aljibe bajo el patio para abastecerse de agua. El sistema de evacuación de aguas residuales y sobrantes era individual. Especial mención debe hacerse de la decoración parietal de la mayoría de las estancias, realizadas mediante la ejecución de complejos entramados de motivos decorativos geométricos pintados al temple sobre una fina capa de enlucido.

Las características constructivas y decorativas de estas casas así como los restos muebles recuperados ponen de manifiesto el elevado poder económico de sus propietarios.

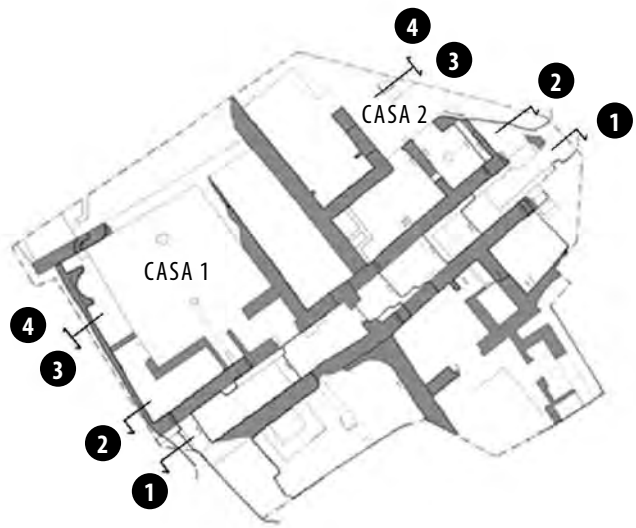
A la llegada de los portugueses estas viviendas fueron abandonadas precipitadamente. El principal testimonio material que denota la huida de sus habitantes es la disposición de los ajuares domésticos recuperados en las intervenciones. La mayoría de las cerámicas, casi completas, se encontraban en las calles, frente a las puertas de las viviendas como consecuencia del expolio que sufrieron. Otro hecho que debe relacionarse con estos acontecimientos es la ausencia de monedas u otros elementos de valor fácilmente transportables, lo que indica que sus moradores solo pudieron llevar consigo pequeños objetos de cierto valor y que los que quedaron allí fueron parte del botín de los conquistadores.

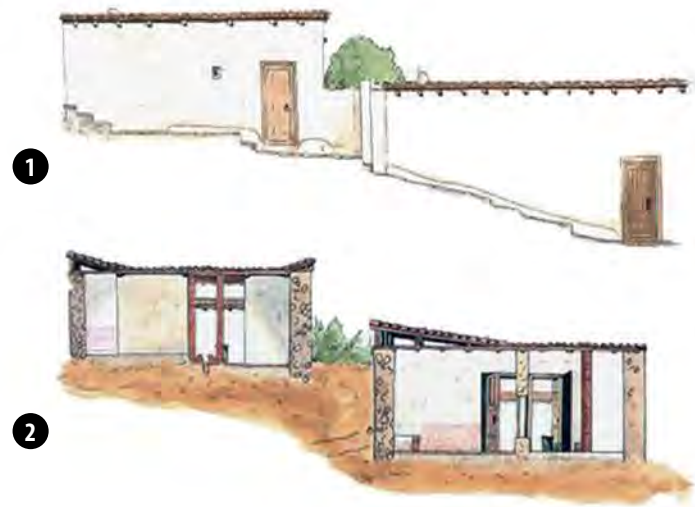
Este sector de la ciudad tras la conquista fue abandonado o usado en precario, sin sufrir grandes transformaciones o reformas, al menos en el área excavada. La presencia portuguesa en la zona se manifiesta a través del hallazgo de algunos objetos hasta principios del siglo XVI. Esto es coherente por lo que conocemos a través de las fuentes textuales que recogen que D. Manuel I ordenó que la población se concentrase en el interior de la antigua medina omeya, es decir entre los actuales fosos de la Almina y Real. También documentan este abandono la aparición de numerosos silos islámicos, destinados al almacenamiento de cereal, que tras la conquista sirvieron como basureros a los nuevos moradores. En ellos se ha recuperado una importante cantidad de piezas, fundamentalmente cerámicas, mayoritariamente de época islámica junto a otras procedentes tanto de Lisboa como de la Corona de Aragón así como algunas cerámicas fabricadas a mano que ponen de manifiesto intercambios con las poblaciones cercanas durante los periodos de paz.

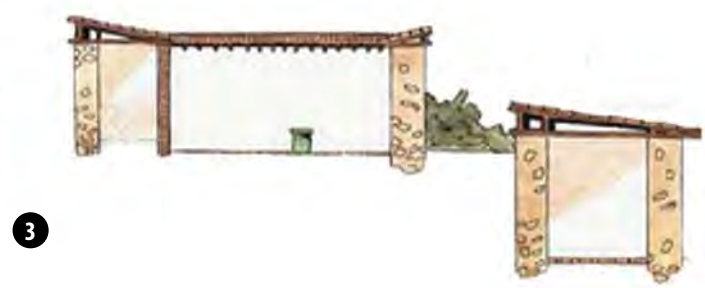
VISTA GENERAL DE LAS CASAS 4 Y 5. AL FONDO, UNA DE LAS CALLES

DETALLE DE LA SALA PRINCIPAL DE LA CASA 2 CON UNA ALHANÍA
AL FONDO CON DECORACIÓN PINTADA AL TEMPLE

VISTA DE PARTE DEL YACIMIENTO INTEGRADO EN LA ACTUALIDAD
EN LA BIBLIOTECA PÚBLICA DEL ESTADO EN CEUTA







ARRIBA A LA IZQUIERDA Y A LA DERECHA, PLANTA Y SECCIONES DE LAS CASAS Y CALLE EXCAVADA EN 1995 (V. FERNÁNDEZ CAPARRÓS)

ABAJO A LA DERECHA, PLANTA PARCIAL DE LA EXCAVACIÓN AL TÉRMINO DE LA CAMPAÑA DE 1998 (DIBUJO, V. GÓMEZ BARCELÓ)

MÁS ALLÁ DE LAS MURALLAS

José Manuel Hita Ruiz y Fernando Villada Paredes

Durante la época islámica los terrenos al oeste del actual Foso Real (lo que hoy conocemos como Campo Exterior) estaban ocupados por zonas residenciales, que comprendían áreas de intensa ocupación junto con zonas de hábitat disperso, algunos cementerios, áreas destinadas a actividades artesanales y una alcazaba amurallada. Con certeza se ubicaban en él el Arrabal de Afuera, con al menos dos barrios, y el Afrag, según relata al-Ansari (Hita y Villada, 2000b).

Al oeste del Afrag se ubicaba un espacio periurbano destinado principalmente a la agricultura y la ganadería. Además, más allá de este ámbito periurbano, la influencia de Ceuta se extendía por un amplio territorio que, según testimonia al-Ansari, a modo de capital de la región organizaba, entre otras cuestiones, su actividad económica para el abastecimiento de materias primas y alimentos a la ciudad. Entre las poblaciones citadas por las fuentes destaca Beliunes, un auténtico vergel plagado de almunias en las que los ceutíes más acomodados se refugiaba en los meses de estío.

Tras la conquista portuguesa, el espacio situado más allá de las murallas conoció una profunda transformación motivada por las necesidades defensivas. Las salidas al campo para forrajear o para realizar almogaverías se veían comprometidas por continuas emboscadas que aprovechaban los restos de estas edificaciones para ocultarse. Se intentó por ello crear un entorno lo más despejado posible demoliéndose los edificios y talando y eliminando los bosques y matorrales que pudiesen servir de refugio a los enemigos.

A mediados del siglo XVI el sector occidental de las defensas de la Ciudad fue fortalecido con la construcción de una nueva línea defensiva abaluartada, la Muralla Real, que permitía hacer frente a los ataques pirobalísticos. Progresivamente, los terrenos al otro lado del foso navegable fueron asegurados con la construcción de caminos cubiertos y la instalación de *fachos*, en contacto visual entre ellos y con el ubicado en la cima del Hacho, desde los que se vigilaba permanentemente los ataques. También comenzaron a construirse recintos más o menos fortificados, antecedentes de los actuales baluartes, que, entre otros objetivos, buscaban tener acceso seguro al pozo (Chafaris) existente en las puertas del Campo.

De todas estas transformaciones es singular ejemplo el Afrag. Tras tomar los mariníes el dominio directo sobre Ceuta y su territorio, el sultán Abu Said construye una nueva ciudad regia (al igual que en Fez, Tremecén, Rabat, Algeciras, etc.) que, además de tener una función defensiva contribuyese a legitimar el poder de la dinastía. Ubicada en la unas elevaciones al occidente del Arrabal de Afuera y desde donde se dominaba la ciudad, recibió el nombre de Afrag o al-Mansura (Villada y Gurriarán, 2013).

Si en los momentos iniciales tras la conquista, conocida ya como Aljezira, el Afrag parece estar sometida al control de los portugueses, pronto se convirtió en un peligro. Sus murallas y su ubicación topográfica que dominaba la zona hacían de ella un lugar perfecto para hostigar la ciudad. Los portugueses intentaron conjurar este riesgo mediante salidas y ataques pero no fue suficiente. Por ello, en 1549, el rey Don Juan III dio orden de derribar la Aljezira. La demolición comenzó al año siguiente pero fue solo parcial afectando principalmente al ángulo nordeste del conjunto como muestran los numerosos planos conservados de los siglos XVII a XIX. A pesar de ello el objetivo parece alcanzarse pues la cartografía posterior muestra un recinto fortificado parcialmente demolido, de abrupta topografía y sin construcciones en su interior. Elocuentemente un plano de 1643 atribuido a Lope de Acuña incluye, refiriéndose a este lugar, la leyenda "muros antigos e arruinados que nao serviem de nada".

LIENZO OCCIDENTAL Y PUERTA DE FEZ DEL AFRAG EN LA DÉCADA DE LOS 70 DEL SIGLO XIX (CÍA. G.W. WILSON)

RECREACIÓN VIRTUAL DEL RECINTO DEL AFRAG (O. HERNÁNDEZ)

RECREACIÓN DE LA CEUTA DEL SIGLO XV VISTA DESDE EL OESTE. EN PRIMER TÉRMINO EL AFRAG, Y TRAS ÉL, LA CIUDAD Y EL MONTE HACHO (DIBUJO C. NAVÍO)

CUSCUSERA

Barro cocido y vidriado
¿Ceuta?
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
At.: 8,9cm;Db.: 13,3 cm; Df.: 8,2cm
Huerta Rufino. Trab. Arqueológicos 1998
Museo de Ceuta (11.239)

Cuscusera con fondo convexo perforado, cuerpo troncocónico con dos acanaladuras en el punto de unión con el borde exvasado y rematado en labio apuntado. Vedrío interior de color verdoso con chorreones en la pared externa.

El estudio de las cerámicas denominadas "comunes" por contraposición con las denominadas producciones "de lujo" ha experimentado en los últimos decenios un enorme avance. Estas cerámicas modestas, de uso cotidiano, nos revelan importantísimas cuestiones vinculadas con las formas de vida sus poseedores.

Una de las facetas más interesantes del estudio de la cerámica de época mariní ha sido la posibilidad de documentar el amplio repertorio que interviene en las distintas fases del proceso culinario.

Dentro de la fase de elaboración de alimentos relacionadas con la acción del fuego podemos reseñar piezas como el anafre, contendor de fuego y útil para cocinar, las ollas y cazuelas, de diferentes formas y diámetros que son piezas básicas para la cocción y elaboración de frituras. Además, hay otras más específicas, tales como las cuscuseras, en las que se realizan cocciones al vapor.

La cerámica común de uso cotidiano es cuantitativamente la más empleada y la que comprende una mayor variedad tipológica en comparación con los ajuares decorados. La enorme variedad formal y de tamaños utilizados en la elaboración de los distintos platos recogidos en los recetarios medievales tiene así su reflejo en las piezas recuperadas en las excavaciones realizadas en la ciudad (Hita y Villada: 2007; Hita, Suárez y Villada: 2009; Hita y Lería: 2011).

JMHR/FVP

ANAFRE

Barro cocido bizcochado y vidriado
¿Ceuta?
Siglo XIV
At: 12,2cm; Db: 14,0 cm; Df: 9,3 cm
Ceuta
Museo de Ceuta (8.556)

Anafre de perfil bitroncocónico. El cuerpo inferior de fondo plano tiene una apertura trapezoidal realizada a cuchillo para avivar las brasas y extraer las cenizas. El hogar presenta paredes con ligera tendencia cóncava y ligeramente molduradas en su tercio superior y dos perforaciones circulares cercanas a la parrilla para asegurar la oxigenación durante el proceso de combustión. Se remata con un borde de sección rectangular engrosado al interior y exterior y rematado con labio plano. Entre ambos cuerpos, parrilla de perfil cóncavo con perforación central circular y dos rectangulares en los lados. Posee dos asas de perfil de orejeta y sección lenticular rematadas por dos pequeños apéndices de tendencia piramidal arrancan del labio hasta la zona media del hogar. Vedrío melado que cubre el labio y exterior de la pieza hasta la mitad del cenicero con chorreones hasta la base.

Decorado mediante una línea ondulada en el labio, banda de trazos incisos diagonales en la mitad inferior de la pared externa del hogar y tres acanaladuras incisas horizontales en el cenicero.

JMHR/FVP

OLLA

Barro cocido y vidriado
¿Ceuta?
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
At.: 16,0 cm; Db: 10,8 cm; Df: 14,0 cm
Huerta Rufino. Trab. Arqueológicos 1995
Museo de Ceuta (1.593)

Olla de fondo convexo, cuerpo globular, borde triangular y moldurado con inflexión interna para recibir tapadera. Dos asas de sección ovalada que arrancan bajo el borde y alcanzan la mitad inferior del cuerpo. Leves acanaladuras en la zona inferior.

Vedrío melado al interior y borde que se extiende parcialmente por la pared externa. Ligera engalba parduzca.

JMHR/FVP

CAZUELA

Barro cocido y vidriado
¿Ceuta?
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
At.: 3,9 cm; Db: 11,0 cm; Df.: 11,2 cm
Huerta Rufino. Trab. Arqueológicos 1998
Museo de Ceuta (11.697)

Cazuela de fondo convexo, separado del cuerpo por una fina arista. Paredes de perfil curvo, algo reentrante, borde exvasado acondicionado para recibir tapadera y moldura exterior de sección triangular. Vedrío de color melado al interior y borde con chorreones en la pared externa.

JMHR/FVP

ATAIFOR

Barro cocido bizcochado con cubierta estannífera y óxidos metálicos.
¿Península Ibérica? / ¿Ceuta?
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
At: 7,7 cm;Db: 22,0 cm; Df.: 7,6 cm
Huerta Rufino. Trab. Arqueológicos 1998
Museo de Ceuta (11.171)

Ataifor con solero anular, paredes hemisféricas, borde fino vuelto y labio con digitaciones que le da un aspecto ondulado. Al interior y exterior cubierta estannífera. Decoración en su cara interna con círculos de tono verde de óxido de cobre.

JMHR/FVP

CUENCO

Barro cocido bizcochado
¿Ceuta?
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
At.: 4,5cm; Db: 14,4 cm; Df.: 5,6cm
Ceuta
Museo de Ceuta (1.140)

Cuenco de fondo plano, paredes curvas, borde simple y labio cortado a cuchillo.

El grupo de cerámicas formado por los ataifores, fuentes, cuencos, platos y escudillas presenta una amplia variabilidad formal, de tamaños, tratamientos de superficie y elementos decorativos. Son las piezas de servicio de los alimentos por excelencia. No obstante, su forma permite también su uso como recipiente auxiliar en la preparación de los alimentos. Dependiendo de su diámetro y profundidad resultarán más apropiados para la presentación de un plato con ingredientes sólidos o por el contrario para el consumo de alimentos líquidos o semilíquidos como sopas, gachas, etc. Los hay de gran tamaño lo que parece indicar un consumo colectivo pero también de dimensiones más pequeñas. Su acabado los hace más apropiados para una tarea u otra. Un ejemplo de ello son los dos ejemplares que se agrupan en esta ficha. Más allá de la diferencia que su aspecto podría marcar entre niveles socioeconómicos de sus poseedores, es decir "la vajilla de los ricos y de los pobres", su acabado los vincula con las fases del proceso culinario en general, incluyendo ésta la presentación de los alimentos a la mesa (Hita et al., 2009: 200 y 202).

JMHR/FVP

REDOMA

Barro cocido vidriado. Torneado e inciso
¿Ceuta?
Siglo XIV a 1415
Calle Velarde. Trab. Arqueológicos 2010
At: 12,0 cm; Db: 4,5 cm; Df: 4,0 cm
Museo de Ceuta (12.511)

Redoma con pie anular, cuerpo piriforme y boca trilobulada con pico vertedor. Asa de sección oval con nervadura central que parte del diámetro máximo del cuerpo y llega hasta la zona inferior del labio. En la zona superior del asa, resalte mediante aplicación plástica. La transición entre el cuello y el cuerpo está marcada por una moldura.

Pasta de color rojo anaranjado, bien decantada, con algunas inclusiones de cal y partículas negras. Vedrío de color melado, brillante y cubriente que baña la totalidad de su exterior y zona interior del cuello.

Decoración incisa bajo la transición entre el cuello y el cuerpo formada por un registro delimitado por dos líneas horizontales que enmarca una composición de trazos ovalados y diagonales que conforma un motivo vegetal muy esquematizado con flor de dos pétalos con sépalo central y entre cada flor, en la zona inferior, motivo triangular.

La redoma estuvo destinada a contener salsas y aderezar algunos platos con algún tipo de líquido, principalmente aceite y vinagre. Su uso estará vinculado pues tanto a la fase previa de preparación como a la del consumo de los alimentos ya cocinados. Las redomas de última época son de tamaño pequeño con respecto a épocas precedentes, los perfiles son piriformes y globulares, con repié y asa elevada que llega hasta el labio, que suele ser trilobulado. En el conjunto de piezas vinculadas a la preparación y consumo de alimentos su porcentaje es bastante reducido (Hita et al., 2009: 214).

JMHR/FVP

VASO

Barro cocido bizcochado
¿Ceuta?
Siglo XIV
At: 6,8cm; Db.: 9,0 cm; Df: 3,6cm
Ceuta
Museo de Ceuta (11.709)

Vaso de fondo plano e irregular que compromete su estabilidad, paredes de sección troncocónica y labio simple redondeado. Pasta de color anaranjado, depuradas aunque a veces presentan algún nódulo grueso de cuarzo y ocasionalmente puntos calizos.

JMHR/FVP

TAZA

Barro cocido bizcochado
¿Ceuta?
Siglo XIV
At: 9,6 cm; Db: 7,0 cm; Df.: 4,4 cm;
Ceuta
Museo de Ceuta (11.707)

Taza de fondo plano, paredes de sección troncocónica, labio simple redondeado y asa de sección ovalada que parte de la mitad del cuerpo y llega hasta el labio. Pasta de color anaranjado, depuradas aunque a veces presentan algún nódulo grueso de cuarzo y ocasionalmente puntos calizos.

JMHR/FVP

PIEZA DE TELAR

Hueso labrado
Desconocido
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
At: 10,2 cm; Dmax: 2,3 cm
Calle Echegaray. Trab. Arqueológicos 2002
Museo de Ceuta (11.516)

Tercio inferior de sección cuadrangular lisa que remata en cuatro salientes posiblemente destinados a engarzar con otro elemento. La sección superior es circular y se encuentra bellamente decorada con círculos concéntricos y líneas labradas en la pieza. Entre las dos, grueso anillo circular, también decorado, que establece la transición entre ambas.

JMHR/FVP

FLAUTA

Hueso tallado
Desconocido
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
Ct: 19,4 cm; Amax: 1,5 cm; Dorificios: 0,6 m
Huerta Rufino. Trab. Arqueológicos 1998
Museo de Ceuta (11.390)

Flauta realizada mediante el vaciado, pulido y tallado de un hueso largo de ave, posiblemente sobre una ulna de buitre. Posee cinco perforaciones, cuatro de ellas circulares (para obtener diferentes notas) y una rectangular. Carece de decoración.

La identificación de huesos perforados con instrumentos musicales no es en todos los casos acertada, habiéndose documentado una amplia variabilidad en sus funciones. En este ejemplar parece no presentar dudas ya que conocemos ejemplares muy similares localizados en diversos yacimientos andalusíes.

El hallazgo de instrumentos musicales en contextos domésticos, como es este caso, nos ilustra sobre aspectos de la vida cotidiana de la población que habitaba la ciudad, a veces olvidados en los relatos históricos. El empleo de la música en diversas actividades y celebraciones familiares y sociales era práctica común sin que pueda olvidarse su vinculación con el simple ocio y esparcimiento de sus intérpretes.

JMHR/FVP

EL PODER

O PODER

OS ESPAÇOS DO PODER EM LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI

Nuno Senos e Edite Martins Alberto

O ano de 1415 inaugurou um período central na história de Portugal e também na de Lisboa, esta tantas vezes espelho daquela (Senos, 2013: 27-68). Começou então o processo de criação e consolidação da relação de Portugal com o conjunto de territórios espalhados por quatro continentes, e no centro desta rede ficou, para sempre, Lisboa. A cidade participou activamente nesse processo e, naturalmente, acolheu as respectivas marcas.

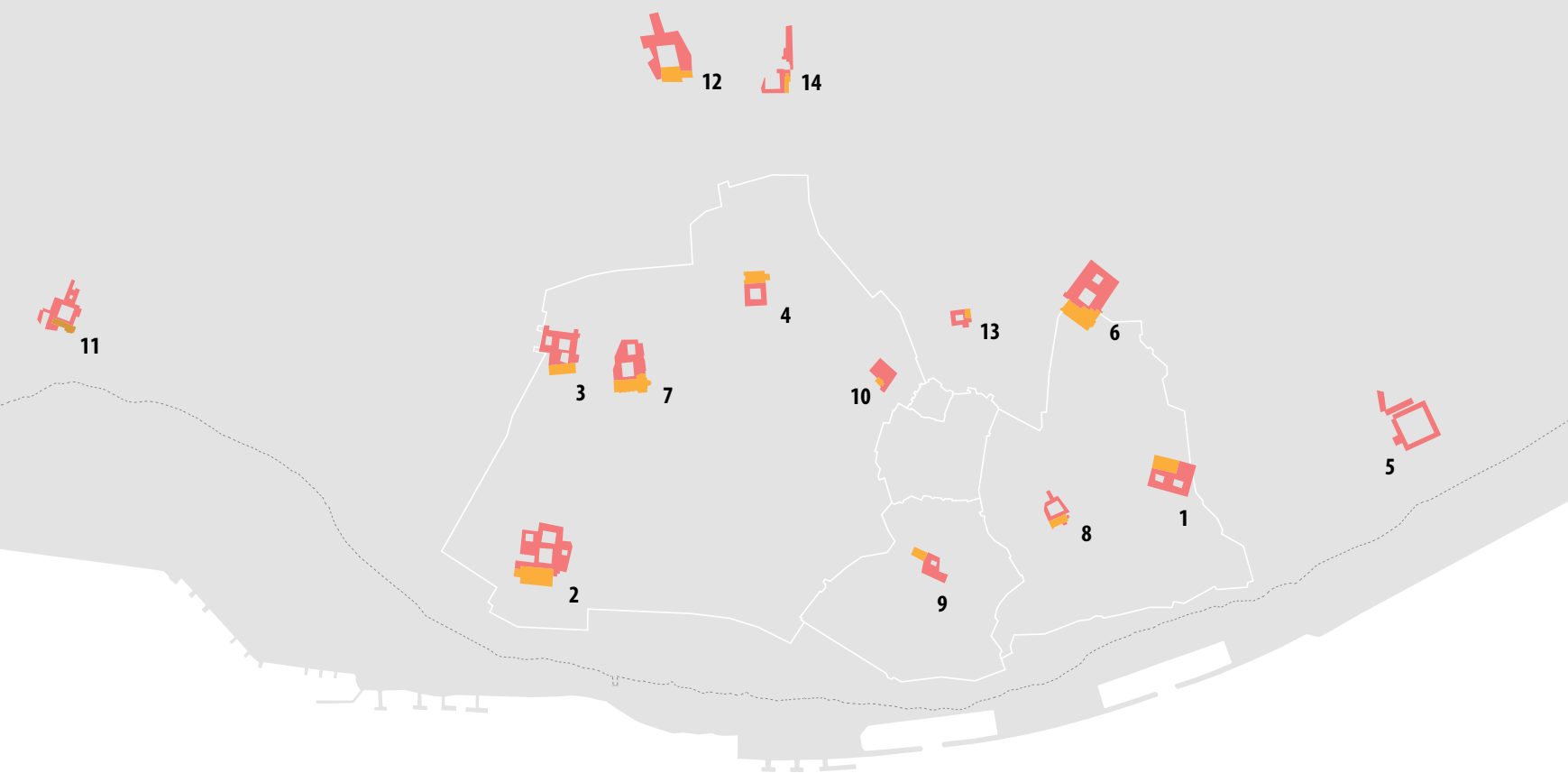
A estrutura de poder que governava então o país e as suas extensões ultramarinas podia ser lida, com alguma clareza, no perfil da cidade, dominada, nas alturas, pelo velho castelo medieval de São Jorge, núcleo a partir do qual a cidade se formou, seu reduto defensivo, morada e símbolo maior do poder do rei, mesmo depois de este ter deixado de aí residir. Espectacularmente implantado no alto da colina fronteira, o Convento do Carmo olhava de cima para baixo o grande rossio, espaço da feira da cidade e onde, no final do século, se começou a erguer o Hospital de Todos-os-Santos, o maior da cidade. Uma discussão de Lisboa neste tempo pode ser facilmente organizada a partir destes edifícios (castelo, convento e hospital) e espaços (o rossio).

O castelo tinha uma dupla função, a de defesa da cidade e morada do rei. Contudo, a generalização do uso de armas de fogo nos finais do século XV alterava definitivamente a arte de fazer a guerra, decretando a ineficácia de estruturas defensivas medievais como esta. Com a construção da Torre de São Sebastião (Cid, 2007), ainda no reinado de D. João II, e depois, já sob D. Manuel I, da Torre de Belém (Moreira, 1994a), a defesa da cidade deslocou-se para a beira-rio e com ela o paço real.

Ao mesmo tempo, construía-se um outro tipo de edifício, o Hospital Real de Todos-os-Santos (primeira pedra em 1492), uma obra de ruptura (Moita, 1992), produto de um pensamento funcional e profundamente racional que renovava o entendimento do que devia ser um hospital e, num sentido mais lato, de como devia ser entendida a sua arquitectura. Para a cidade de Lisboa, este hospital foi talvez o mais importante edifício nela construído no século XV, não apenas um equipamento público de inestimável valia, mas o maior então erguido, apenas comparável às próprias muralhas da cidade. A imensa mole quadrada de 116 metros de lado instalou-se no limite norte do tecido urbano, funcionando como ordenador e gerador de mais urbe. As duas funções estão interligadas e prendem-se, não só mas sobretudo, com o rossio, que ganha assim uma fachada monumentalizada e que se vai transformando cada vez mais numa praça propriamente dita, desenhada e construída, limitada por edifícios.

Sobressaía também na malha urbana de Lisboa um elevado número de edifícios religiosos, materialização do peso do clero na vida urbana. A Sé Catedral ou igreja de Santa Maria Maior, construída após a conquista da cidade por D. Afonso Henriques em 1147, constituía o centro da organização eclesiástica. Dependentes da Sé encontravam-se as paróquias ou freguesias eclesiásticas que administravam e estabeleciam a vida religiosa da população. Os baptizados, casamentos, óbitos, bem como a sucessão anual de dias santos e festividades, eram organizados a partir da Igreja e de acordo com o calendário litúrgico. No início do século XV, Lisboa estava dividida em 23 freguesias, situação que se manteve até cerca de 1551, altura em que estas se subdividiram, sobretudo as da periferia ocidental, em consequência do crescimento da zona envolvente da cidade (Silva, 1943: 71-72). As judiarias e a mouraria, com administração própria, isentas da jurisdição eclesiástica, coexistiram com esta realidade territorial até 1496, altura em que perdem a sua existência política e são incorporadas nas freguesias limítrofes. No espaço das paróquias existiam outros locais de culto de maior ou menor dimensão, fruto de devoções antigas ou erigidos por devotos em agradecimento de bênçãos recebidas, o que fazia aumentar o número de edifícios religiosos na paisagem urbana.

A edificação de conventos e mosteiros (Sousa, 2005:14), fruto da fixação em Lisboa de várias ordens religiosas, muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade e para o alargamento da ocupação para fora das muralhas. A primeira casa religiosa, fundada logo após a conquista de Lisboa em 1147, foi o mosteiro de São Vicente de Fora de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. No mesmo



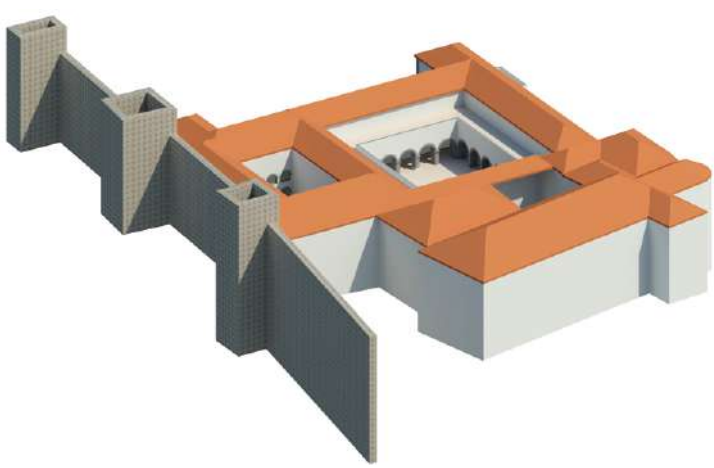
1 | MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA (1147)
2 | CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA CIDADE (1217)
3 | CONVENTO DA SANTÍSSIMA TRINDADE (1218)
4 | CONVENTO DE SÃO DOMINGOS DE LISBOA (1242)
5 | CONVENTO DE SANTA CLARA (1288/92)
6 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA (1271)
7 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO (1389)
8 | CONVENTO DO SANTÍSSIMO REI SALVADOR (1392)
9 | CONVENTO DE SANTO ELÓI DE LISBOA (1442)
10 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1519)
11 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA ESPERANÇA (1527)
12 | CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA (1539)
13 | COLÉGIO DE SANTO ANTÃO-O-VELHO (1511-1519)
14 | CONVENTO DE SANTA ANA (1527)

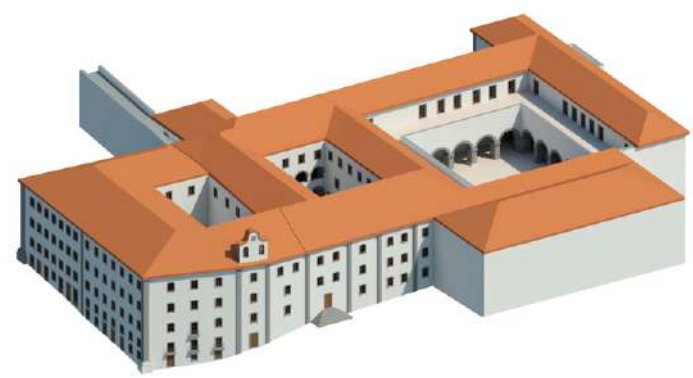
LOCALIZAÇÃO DOS CONVENTOS DA ZONA CENTRAL DE LISBOA C.1551 (MULTIMÉDIA DE ANA GIL)
Projecto LxConventos (FCT PTDC/CPC-HAT/4703/2012)

século foram edificados mais três cenóbios, dado o interesse das novas ordens mendicantes em fixarem-se em Lisboa, surgindo assim, os conventos de São Francisco, da Santíssima Trindade e de São Domingos. A estes somam-se mais seis até 1294, seguindo-se um período de quase um século sem novas construções, à excepção do convento do Carmo, em 1389. Na primeira metade do século XVI a cidade de Lisboa possuía 22 conventos e mosteiros. Se nos séculos XIV e XV, numa altura em que o perímetro urbano pouco ultrapassava os limites da cerca fernandina, estes conventos se localizavam maioritariamente dentro ou junto à muralha ou no eixo ribeirinho oriental entre Santa Clara e Xabregas, nos inícios do século XVI começaram a surgir casas religiosas afastadas do núcleo central da cidade, como o mosteiro dos Jerónimos em Belém, o convento de São Domingos no Calhariz de Benfica ou o convento de Nossa Senhora da Luz, em Carnide, edificados em virtude de acontecimentos marcantes ou no local de devoções já existentes (Mégre e Silva, 2014: 111). Todos eles foram integrados no perímetro da cidade ao longo dos séculos seguintes.

Entre as casas religiosas erguidas até inícios do século XV destacava-se o convento de São Francisco da Cidade, fundado em 1217 no monte Fragoso. Casa-mãe da ordem dos Frades Menores da província de Portugal, constituiu um dos principais elementos dinamizadores do crescimento da zona ocidental durante a época medieval. Um pouco mais a norte, o convento da Santíssima Trindade, iniciado em 1218, adquiriu papel relevante pela acção dos seus religiosos no resgate e na troca de cativos cristãos e muçulmanos, tanto na Península Ibérica como em terras do norte de África (Alberto, 2000: 194). Tal como o convento franciscano, o cenóbio trinitário situava-se inicialmente fora do limite urbano, sendo ambos abrangidos pela nova cintura de muralhas, erguida no terceiro quartel do século XIV. Os dominicanos chegam a Lisboa em 1242, instalando-se no Rossio. Em 1389, Nuno Álvares Pereira, condestável do reino, em cumprimento de voto feito na batalha de Aljubarrota, procedeu à edificação do convento de Nossa Senhora do Carmo. A igreja, em estilo gótico, eleva-se na colina fronteira à Sé Catedral, marcando a cidade pela sua imponência.

Estas três casas religiosas – São Francisco, Trindade e Carmo – foram fundamentais para a organização da cidade ocidental. O surgimento do chamado Bairro Alto foi fruto desta nova organização, na qual a casa da Companhia de Jesus, edificada a partir de 1553, teve também acção fundamental (Carita, 2012, p. 25). O papel da arquitectura monástica na construção e transformação do território, da paisagem e das formas urbanas, na interacção com os espaços envolventes, está bem presente na evolução urbanística desta colina da cidade (Marato, 2014: 6).





CONVENTO DA SANTÍSSIMA TRINDADE
NOS SÉCULOS XV-XVI E NO SÉCULO XVIII (MULTIMÉDIA DE ANA GIL)
Projecto LxConventos (FCT PTDC/CPC-HAT/4703/2012)

IGREJA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA,
ACTUAL IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO VELHA (JOSÉ VICENTE)

Vivendo nos primeiros tempos fora das muralhas da cidade e criando laços fortes entre o burgo e o campo, os franciscanos, os trinitários e os dominicanos estimularam sentimentos de caridade e de oração nos crentes que, pela via testamentária, lhes deixavam os seus bens com o fim expresso de minorar o sofrimento alheio (Serrão, 1998: 18). No sentido de reforçar e organizar de modo sistemático as obras assistenciais desenvolvidas pelos religiosos na cidade, a rainha D. Leonor criou, em 1498, a Misericórdia de Lisboa. A irmandade continha um plano institucional, por meio de um *Compromisso* em que se prescreviam todas as regras do seu funcionamento. A nova irmandade dedicava-se não só ao apoio hospitalar, mas a todo um conjunto de obras de assistência dirigidas a todos os que delas necessitavam (enfermos, mendigos, órfãos, idosos, cativos, leprosos), tanto física como espiritualmente (Serrão, 1998: 20). A Misericórdia de Lisboa, fundada numa das capelas da Sé Catedral, estendeu-se a todo o Reino, com várias casas fundadas ainda em 1498 e nos anos seguintes por todo o Portugal continental, insular e ultramarino. Instituição protegida pelos sucessivos monarcas, depressa se multiplicou praticamente por todos os territórios sob administração portuguesa.

Do ponto de vista das grandes transformações do tecido da cidade no início do século XVI, o fenómeno mais importante que teve então lugar diz respeito à progressiva deslocação do seu centro do alto do castelo para os baixos do largo vale que lhe fica no sopé e sobretudo para a zona ribeirinha. Aí se foram insta-

PAÇO REAL DA RIBEIRA, PERGAMINHO MANUSCRITO E ILUMINURA , *LIVRO DE HORAS DE D. MANUEL I*
ANTÓNIO D´HOLLANDA E OUTROS. 1521-1538. MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA - DGPC

lando equipamentos directamente relacionados com o crescente tráfico marítimo, desde cais de atracamento a estaleiros de construção naval e armazéns de mercadoria. O diálogo entre a cidade e o seu rio era dificultado pelas muralhas medievais que cercavam a urbe e aos poucos Lisboa foi construindo sobre elas, apropriando-se delas, derrubando-as onde foi preciso. Esta conquista da muralha e da frente ribeirinha foi um processo lento que no reinado de D. Manuel I conheceu um impulso fundamental.

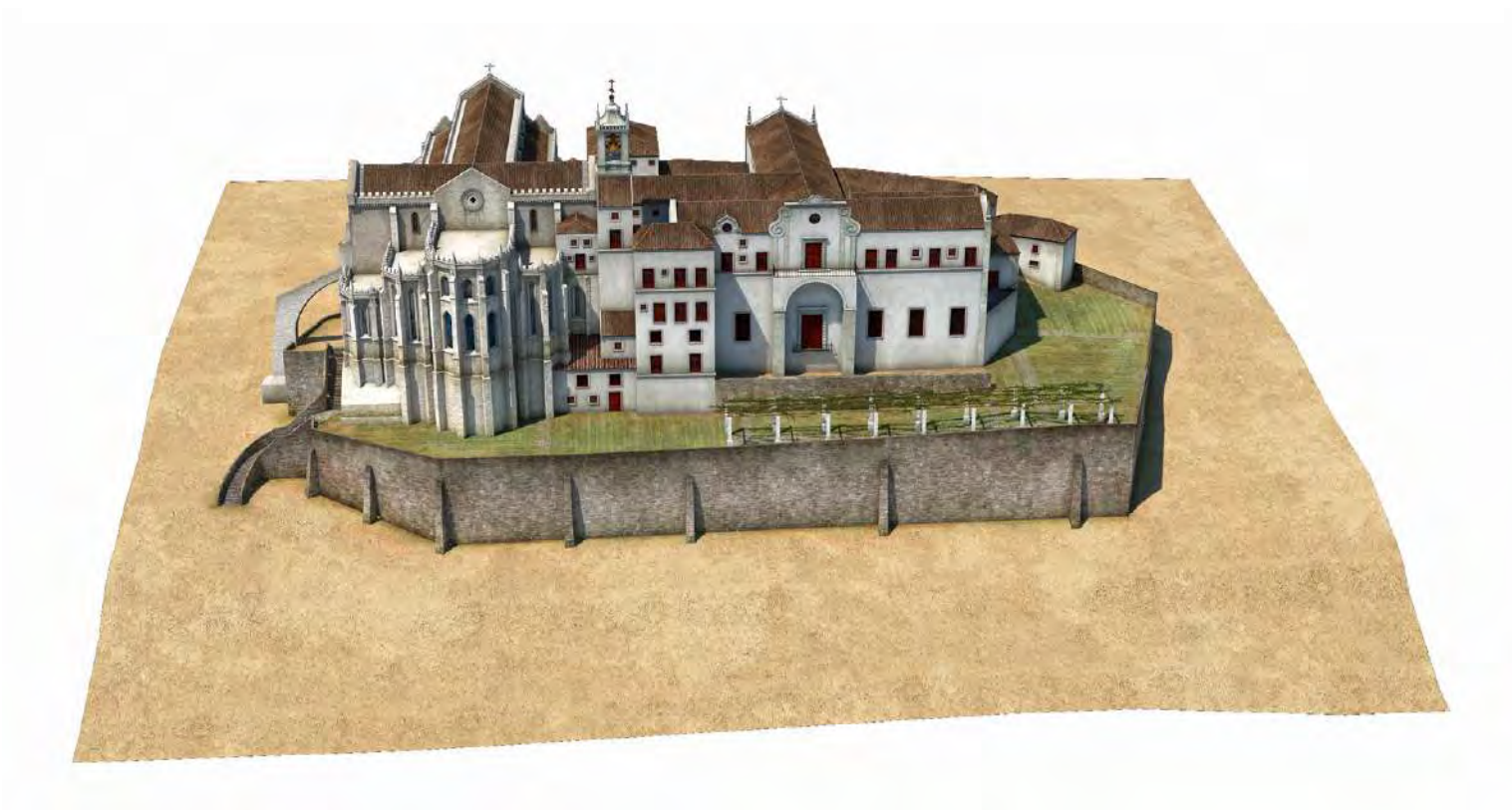
Do imenso conjunto de obras que então foram pensadas e se iniciaram, importa aqui destacar a construção de uma nova casa para o rei, o Paço da Ribeira (Senos, 2002). Construído a partir de c. 1500, a nova morada do rei instala-se junto ao rio, no local de onde partiam e ao qual regressavam os barcos da Carreira da Índia e, como se tal não bastasse, instalando-se literalmente em cima da antiga Casa de Ceuta que depois se tinha transformado em Casa da Mina e que acabara de se transformar, pela última vez, em Casa da Índia, o edifício mais directamente associado aos territórios recentemente descobertos e conquistados. As zonas residenciais do paço (os aposentos do rei, da rainha, dos príncipes e princesas, as salas de aparato e recepção) distribuíam-se por um complexo de edifícios que se desenvolviam entre as duas antigas muralhas da cidade, a dionisina e a fernandina, com as fachadas meridionais dando para o Terreiro do Paço e as fachadas setentrionais dando para as ruas Nova dos Mercadores e da Sapataria, prolongando-se, em direcção ao rio, no extenso braço terminado, já dentro das suas águas, por um forte que se pode ver em todas as vistas panorâmicas da cidade.
Através da construção deste paço, D. Manuel I coloca-se à cabeça do movimento da sua cidade em direcção ao rio, reconhecendo a inutilidade das velhas muralhas, para lá das quais a sua própria casa se projecta. O mesmo fazem, é claro, as diversas estruturas adjacentes e ligadas ao paço: a poente a Ribeira das Naus, zona de construção naval, e a nascente, o mais importante espaço de aparato da cidade, o grande Terreiro do Paço. Do outro lado do Terreiro instalaram-se três importantes edifícios públicos: a Alfândega (data de arranque desconhecida, mas no reinado de D. Manuel I), o Terreiro do Trigo (só construído mais tarde, mas com terreno reservado desde 1517), e a igreja da Misericórdia (documentada a partir de 1517) para onde se desloca a respectiva irmandade vinda da sé.

A zona ribeirinha da cidade ia-se assim tornando moda. Seguindo o rei na deslocação da sua morada para a beira-rio, também a velha nobreza do país começava a fazer erguer os seus palácios nas frentes baixas de Alfama, de que o paradigma

CASA DOS BICOS (JOSÉ VICENTE)

mais visível e erudito será a pouco mais tardia Casa dos Bicos (Carita el al., 1983), mandada erguer por Brás de Albuquerque, filho do governador da Índia Afonso de Albuquerque, a partir de 1521. A oriente do Terreiro do Paço instalavam-se cada vez mais os grandes mercadores e financeiros enriquecidos na crescente empresa marítima. Aí, logo a seguir à Ribeira das Naus, desenvolve-se um bairro novo, o Cataquefarás, organizado por loteamentos perpendiculares ao rio dispostos ao longo da rua direita do mesmo nome.

Todo este processo transformativo é coroado por uma última obra que importa referir, o mosteiro dos Jerónimos (Moreira, 1994b), a porta por onde haviam de entrar nestes reinos os triunfos da Índia, como lhe chamou João de Barros. Viu bem o cronista: a construção de uma presença ultramarina em territórios muito distantes de Lisboa revelou-se, afinal, um dos mais poderosos agentes de transformação da cidade.



CONVENTO DO CARMO, 1750, DE SUDOESTE E DE ESTE . MUSEU DE LISBOA

CONVENTO DO CARMO DE LISBOA

Aquando da conquista de Ceuta em 1415 a maior e mais recente igreja de Lisboa era a que pertencia ao convento masculino da Ordem do Carmo, que foi denominado Santa Maria do Monte do Carmo ou Nossa Senhora do Monte do Carmo, vulgarmente conhecido apenas por Convento do Carmo. A construção deste grandioso edifício gótico dos frades carmelitas foi uma iniciativa de D. Nuno Álvares Pereira, que assim quis rivalizar em magnificência com o rei D. João I, que mandara construir o Mosteiro da Batalha para comemorar a vitória na batalha de Aljubarrota. A autorização papal para a ereção do novo convento data de 8 de dezembro de 1386, mas a colocação da sua primeira pedra ter-se-á registado em 16 de julho de 1389. O local começou a ser habitado desde 1397, ainda que os difíceis trabalhos da sua edificação tivessem decorrido durante os anos seguintes, sabendo-se que em 1407 ficou concluída a capela-mor e os absidíolos da igreja. Em 28 de junho de 1423, deu-se finalmente por concluída a parte residencial do convento, onde em 15 agosto deste ano veio a professar o seu fundador (Pereira, 2005: 20-39).

JMG

LAS INSTITUCIONES DE LA CEUTA LUSITANA

Rocío Valriberas Acevedo y José Luís Gómez Barceló

Juan I de Portugal, tras la conquista, se apresta a organizarla con dependencia directa del trono. La elección para el mando político-militar de don Pedro de Meneses, después de la declinación del nombramiento por grandes nombres de la Corte, no parece casual, si pensamos que la escasa influencia de la casa de Villarreal jugaba a favor de ese acatamiento de la autoridad real. A él le transfiere el poder político, militar, económico y judicial.

El infante don Enrique se convertirá, en 1416, en el intermediario entre la corona y el gobernador. Para reforzar la conquista, D. Enrique, una vez que es nombrado administrador de la Orden de Cristo, tres años más tarde, enviará a sus caballeros para que garanticen la defensa, constituyéndose en un poder preeminente en la ciudad.

Los Meneses mantuvieron en propiedad la ciudad de Ceuta hasta muy poco tiempo antes de la sublevación de 1640, y los pocos detentadores del mando que no pertenecían a la familia lo hacían en su nombre. No todos los goberna-dores tuvieron los mismos poderes y así, en sus títulos, figuraban sus capacidades de aplicar justicia, de nombrar cargos y oficios, de administrar y donar bienes raíces...

Ceuta debía contar por entonces con una población en torno a las 2.500 personas, con una pequeña nobleza en torno al gobernador, que poseía los principales oficios y la dirección de instituciones político militares; los componentes de la guarnición, algunos comerciantes y personas de oficio, y en lo más bajo de la pirámide social, los desterrados y esclavos.

Para la defensa de la Plaza, los gobernadores contaban con dos unidades de infantería, una compañía de caballería, otra de bombardeiros -artillería- y otra de infantería de marina. Prácticamente todas han tenido continuidad hasta nuestros días, transformándose las Banderas Vieja y Nueva de Infantería en el Regimiento Fijo de Ceuta, la compañía de caballería en la de Lanzas, y manteniéndose la representación de artillería, aunque quizá la más genuinamente ceutí sea la Compañía de Mar de Ceuta, la más antigua en España y Europa en su género.

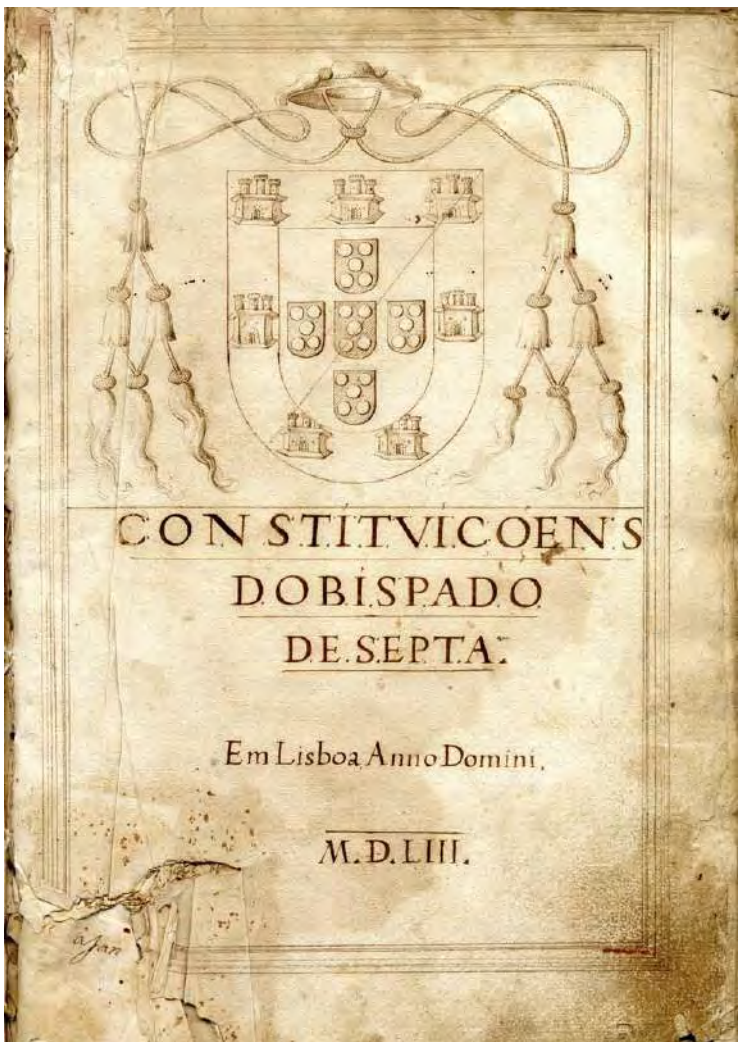
Mención especial merece la llamada "gente de la obra" es decir, los ingenieros, que tenían su maestre, aparejador y maestro, en la estructura que podríamos llamar técnica (con sus cuadrillas de obreros más o menos especializados), y de otra parte, el contador, el pagador y los dos escribanos, el de la matrícula y el de las obras propiamente dicho, según indica en su visita el doctor Jorge Seco en 1586.

Pero, además, en la vigilancia y protección de la guarnición había pequeñas unidades de gran valor y singularidad como eran los *atalayas*, encargados de la exploración del campo; los *escuchas*, que hacían lo mismo, pero ya infiltrados en terreno enemigo; los *facheiros*, que se encargaban de la observación desde las torres vigías; o los *porteros o caporais das portas*, que cuidaban de la apertura y cierre de las puertas interiores y exteriores de la fortificación.

Respecto a la aplicación de justicia, el gobernador era la última autoridad de la ciudad, incluso en la aplicación de la pena capital. En su auxilio contaba con un juez, un oidor y el escribano que, en muchas épocas fue único para ejército, cámara y público.

De gran importancia era la organización económica, en una población en la cual sus habitantes recibían pensiones, las tensas y moradías, que podían heredarse y constituían la base económica de sus habitantes. Además, el aprovisionamiento mediante asiento hacía que su administración también pasara por manos de la Veeduría, Casa dos Contos o Real Hacienda, que de las tres maneras se la nombró.

Para la administración económica, el gobernador tenía cuatro funcionarios principales que eran: el *contador*, que ejercía también como *juez de la Adua-*


CONSTITVICOENS
DOBISPADO
DE SEPTA.

Em Lisboa Anno Domini.

M.D.LIII.

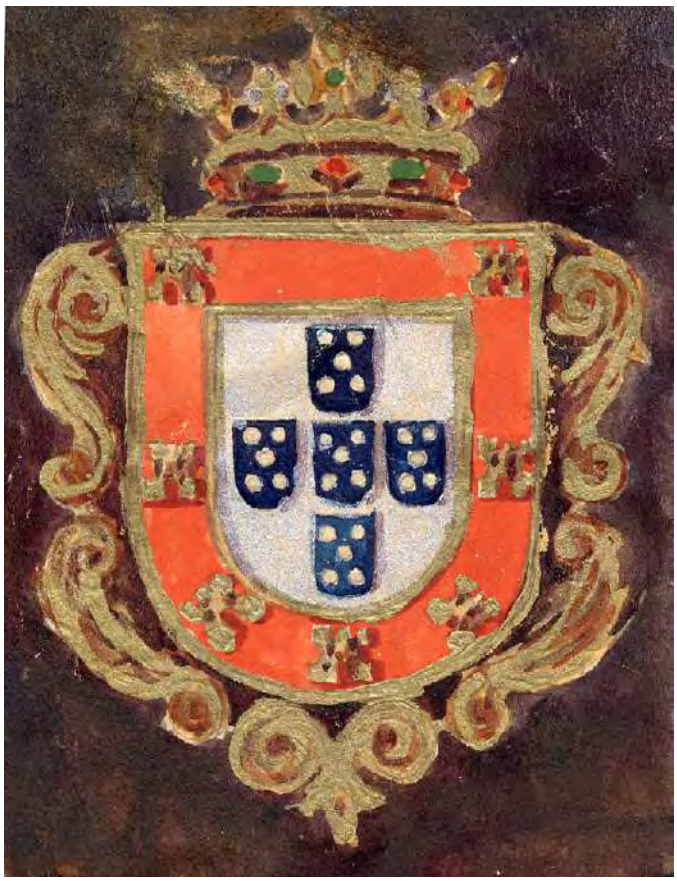
CONSTITUCIONES SINODALES DEL OBISPADO DE CEUTA, 1553, ARCHIVO DIOCESANO DE CEUTA

LIBRO DONDE SE
HALLAN COPIADAS Y TRADV-
CIDAS LAS QVE ESTAN EN YDIO-
MA PORTVGVES EN CASTELLANO,
LAS ORDENES, ZEDVLAS, PRIVI-
LEGIOS, Y CARTAS DELOS SEÑORES
REYES D ESPAÑA, Y PORTVGAL,
PERTENECIENTES A ESTA CIVDAD
D ZEVTA: RECOPILADAS DELOS LI-
BROS QVE TIENE SV ARCHIVO: TO-
DO EXECVTADO BIEN, Y FIELMEN-
TE, POR MANDADO DEL S.R D.N JOA-
CHIN DE MENDOZA Y PACHECO,
ADALID COMANDANTE DELA CA-
VALLERIA DE ESTA PLAZA, Y JVEZ
DLA R.L JVRISDICION ORDINARIA
Y PADRE GENERAL DE MENORES
DELLA POR S. M. QVE DIOS G.DE
EN EL AÑO DE 1738.

LIBRO DE COPIAS DE ÓRDENES REALES, 1738, ARCHIVO GENERAL DE CEUTA

na; el *almojarife* que se ocupaba de la recaudación de rentas y del cobro de los derechos de entrada y salida de la Aduana; el *almotacén*, encargado de la distribución de víveres; y *el escribano de los Contos y Alfandega*, encargado de asentar todas las operaciones ejecutadas por los anteriores.

Además, el gobernador estaba también al frente de una Cámara municipal que a mitad del siglo XVII estaba compuesta por un juez, un almotacén, un escribano y seis diputados. Esta planta se mantuvo hasta entrado el siglo XVIII, para dar lugar luego a la Junta de Ciudad.



ESCUDO DE CEUTA, ÓLEO Y TINTAS SOBRE CARTÓN POR BENIGNO MURCIA MATA, COL. J.L.GÓMEZ BARCELÓ.

En lo eclesiástico, la figura principal era la del Obispo, que venían nombrándo se desde 1421, aunque no residieron en la población hasta la segunda mitad del siglo XVI. Así, el obispado estaba regido por un gobernador eclesiástico o vicario, con su secretario, juez y notario. Además, el cabildo catedralicio contaba con quince canónigos, al frente de los cuales estaba el Deán, con las dignidades de chantre, arcediano y tesorero, más siete canónigos y cuatro beneficiados.

Su jurisdicción tenía sus excepciones como los conventos y algunas instituciones de realengo siendo las más importantes la Santa y Real Casa de la Misericordia y el Beaterio de Recogidas. Sí que estaban sometidas a ella todas las cofradías, ya fueran gremiales o de simple culto, lo que era muy importante, pues de ellas dependía la asistencia en la enfermedad y la muerte.

La Santa y Real Casa de la Misericordia funcionaba también como una hermandad, con cuantiosos bienes y legados que administraban en pro de la asistencia de los niños expósitos, ajusticiados y necesitados, a lo que en tiempos se añadieron otras funciones. Su hospital fue prácticamente el único de la población entre 1524 y 1694, si exceptuamos algún otro pequeño como el propio Santuario de la Virgen de Africa.

En el asiento aparecen los sueldos del médico y del boticario, pero no de los maestros, que sin duda existían. En cuanto a los cementerios, prácticamente sólo existían fosarios y carneros para los momentos de epidemias, o para dar sepultura a esclavos y desterrados, pues el resto de la población era sepultada en el interior de los templos, normalmente en las capillas y panteones de las hermandades locales.

Para el estudio de la organización, instituciones y su funcionamiento, podemos contar con la compilación documental de Pedro de Azevedo: *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, Lisboa 1915-1934; la *Historia de la ciudad de Ceuta*, de Jerónimo de Mascarenhas, Lisboa 1918; el *Libro de la Visita del Dr. Jorge Seco*, Ceuta 1586, manuscrito del Archivo General de Ceuta; *Ceuta portuguesa* (1415-1656) de los profesores Isabel M. R. Mendes Drumond Braga y Paulo Drumond Braga, Ceuta 1998; y el clásico e indispensable estudio del doctor Carlos Posac Mon, *La última década lusitana de Ceuta*, Ceuta 1967.

A ALCÁÇOVA DE LISBOA (SÉCULOS XIII A XVI)

Alexandra Gaspar e Ana Gomes

As características geográficas da colina do Castelo, situada numa zona rica em recursos naturais, junto ao estuário de um grande rio, o Tejo, potenciaram a implantação de um povoado em altura que, de acordo com os dados arqueológicos até agora disponíveis, se situa algures entre 1º milénio e a atualidade, uma vez que a alcáçova de Lisboa (talvez com exceção do período romano) nunca mais deixou de ser habitada.

No Castelo, para além do período romano republicano, onde foi possível documentar uma ocupação efetiva do espaço em termos habitacionais, constata-se a ausência de vestígios para a época alto-imperial e a antiguidade tardia - quer habitacionais, quer de cerâmicas de uso doméstico - sugerindo uma utilização do topo da colina como área monumental de cariz público.

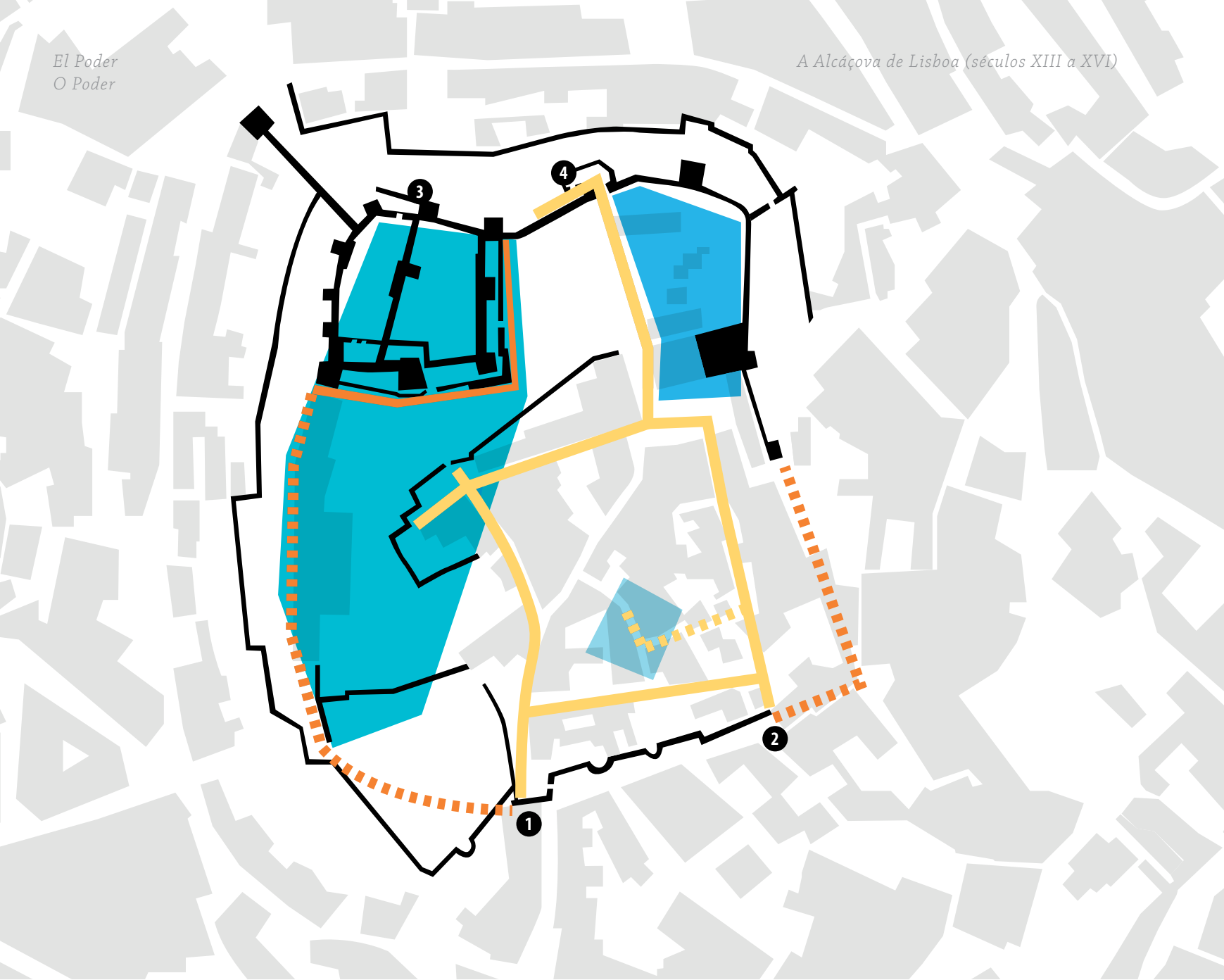
O espaço possuía as condições necessárias para, ao longo dos tempos, se ir transformando numa cidade, à boa maneira islâmica: uma colina com condições naturais de defesa onde é viável construir uma alcáçova e uma medina e com terrenos férteis à volta e a água necessária, capazes de garantir a sua sobrevivência. Embora se desconheça o processo de adaptação do antigo modelo tardo-romano ao novo modelo de cidade islâmica, a Al-Usbuna ou Aschbouna, a nível morfológico, não deve ter sofrido grandes alterações tendo as muralhas de origem romana continuado a defender a cidade pelo menos os troços oriental e ribeirinho da denominada " Cerca Moura" a qual foi sendo adaptada às necessidades defensivas da cidade, embora adotando a cidade um modelo urbano oriental em termos de implantação favorecido pela própria topografia da cidade. A alcáçova (qasaba) é um elemento fundamental da cidade – centro do poder, é um espaço religioso, político, militar e administrativo, mas também residencial.

A cidade medieval cristã vai sobrepor-se à cidade islâmica. A área muralhada e a distribuição dos três polos da cidade – castelo, igreja e zona comercial junto ao rio – mantêm-se, mas os poderes e os costumes vão alterar-se. No castelo concentrava-se o poder político e militar e aí vivia o rei, o bispo e uma população a quem eram concedidos privilégios.

A nível do urbanismo as alterações mais notáveis são a adaptação das casas aos novos residentes, a supressão de algumas ruas secundárias e a construção do Palácio dos Bispos de Lisboa. A construção deste edifício, que não reutiliza nem muros nem pavimentos do período anterior, foi provavelmente iniciada ainda no século XII e alterou a estrutura urbana desta área, passando a Praça Nova a estar praticamente ocupada pelo palácio, com exceção da área localizada a Oeste da rua que ligava à torre do Moniz, que manteve características residenciais.

A zona palatina localizada a oeste da alcáçova manteve-se, desconhecendo-se totalmente a arquitetura dos palácios e de outros edifícios que fariam parte deste espaço no período islâmico. Para o período medieval cristão também se desconhece como se processou a sua adaptação a espaço cristão, tão pouco temos dados sobre as remodelações e adaptações que foi sofrendo, uma vez que se desconhecem eventuais plantas deste conjunto. Se tivermos em conta a arquitetura doméstica islâmica, as descrições conhecidas, nomeadamente do cardeal Alexandrino, as diferentes referências aos "Paços do Rei", e a Rua do Padelo localizada no Paço da Alcáçova, "a casa dos Liões" bem como a iconografia onde o Paço da Alcáçova surge representado, poder-se-á admitir que os palácios islâmicos foram sendo adaptados às necessidades dos reis cristãos, destacando-se para o efeito as obras no reinado de D. Dinis – embora haja referências a obras desde Afonso III até D. Sebastião – pode-se presumir da existência de vários edifícios, com mais de um piso. Regista-se ainda referência ao pátio de entrada dos Paços, a capela real com um claustro com laranjeiras e loureiros e as cozinhas do paço, igualmente referenciadas na toponímia da rua que ainda hoje mantém preservada a memória daquele edifício.

No período medieval e posteriormente não se verificaram alterações significativas na estrutura da alcáçova, mantendo-se os seus limites e torres com exceção das portas passando o acesso da cidade a fazer-se, não só a partir do primitivo acesso, mas também a partir da Porta Nova da Alcáçova que ligaria, através da atual rua do Recolhimento, à Igreja de Santa Cruz. As suas características defensivas continuaram a ser importantes. A "ameaça islâmica" foi substituída pela



A ALCÁÇOVA DE LISBOA NA IDADE MÉDIA

ZONA RELIGIOSA
ZONA PALATINA
ZONA DE ARMAZENAMENTO

TRAÇADO HIPOTÉTICO DAS MURALHAS
TRAÇADO IDENTIFICADO DAS MURALHAS

TRAÇADO HIPOTÉTICO DAS RUAS
TRAÇADO IDENTIFICADO DAS RUAS

1 | PORTA DA ALCÁÇOVA
2 | PORTA DE SANTA MARIA DA ALCÁÇOVA
3 | PORTA DA TRAIÇÃO
4 | PORTA DO MONIZ

"ameaça castelhana" e, só a partir do século XVI, os espaços junto às muralhas começam a ser privatizados.

A nível do urbanismo do espaço da alcáçova, provavelmente até ao reinado de D. Dinis, não houve aparentemente grandes alterações mantendo-se os edifícios, embora com relato de obras ao longo dos diferentes reinados. O abandono de áreas residenciais e de algumas ruas relaciona-se com a instalação de novos edifícios como o Palácio dos Bispos que conduziu inclusive à supressão de ruas de caráter secundário.

Durante o século XV o castelo continua a ser o centro do poder político. Com a implementação dos descobrimentos a cidade de Lisboa vai sofrer alterações significativas no seu urbanismo. É junto ao rio que se passam a localizar todas as atividades inerentes ao comércio fluorescente. A família real e a corte mudam-se para a zona ribeirinha. O Paço da Alcáçova fica abandonado.

VISTA GERAL DAS RUÍNAS DA PRAÇA NOVA

VISTA PANORÂMICA DE LISBOA (PORMENOR DA ALCÁÇOVA)
DESENHO SOBRE PAPEL, C. 1570. BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LEIDEN

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE LISBOA

Maria de Magalhães Ramalho

Enviado de São Francisco de Assis a Portugal em 1217, Frei Zacarias irá, com o apoio de Afonso II e do Governo da cidade de Lisboa, empreender a grandiosa iniciativa de fundar aquele que viria a ser o mais importante convento da Ordem na província de Portugal. Para a sua fundação escolhe-se então um monte de nome Fragoso, visto tratar-se de uma zona de precipícios rochosos, sobranceira ao vale da zona baixa da cidade, outrora antigo esteiro do rio Tejo, local convenientemente afastado do centro e das suas cercas, como era hábito desta comunidade, mas não longe das principais vias de acesso por onde os fiéis irão acorrer cada vez em maior número.

A escolha de um local despovoado, mas sacralizado pela existência da Ermida de Nossa Senhora dos Mártires fundada logo após a Reconquista por D. Afonso Henriques e onde as sepulturas dos que tinham perecido nas batalhas, sobretudo estrangeiros, atraiam inúmeros devotos, era não só simbólica como estratégica se tivermos em conta que se tratava também de um território livre de construções, onde os frades poderiam alargar os seus domínios sem impedimentos.

De facto, tal foi o acolhimento que teve este cenóbio que, passados apenas vinte anos da primeira fundação, estava-se já a erguer uma nova igreja de maior escala de modo a acolher os muitos crentes que aí se dirigiam, alargando-se também os aposentos destinados aos religiosos. Não será alheio a todo este processo o Breve do Papa Inocêncio IV, datado de 1246, que concedia a todos os que auxiliassem na edificação deste convento, quarenta dias de indulgências.

Com D. Manuel I, fiel devoto da Ordem, o conjunto conventual será, a partir de 1517, francamente beneficiado, sendo o templo objecto de um novo programa arquitectónico que se traduziu, entre outras iniciativas, na rotação de 180º da capela-mor, passando a cabeceira para Ocidente, marcando a nova fachada da igreja a paisagem de uma cidade orientada agora ao centro do poder situado no Terreiro do Paço. A par da afirmação do templo ao longo de todo o século XVI, sobretudo fruto da atração do local como espaço onde a nobreza mais capelas construía e onde, simultaneamente, mais desejava ficar sepultada, surgiram ainda novos dormitórios, refeitório, cozinha, para além de um novo claustro que serve também como local de sepultamento e abertura de capelas, num processo que é comum a outros edifícios mendicantes, considerados propiciatórios da Boa Morte. Curiosamente, verifica-se um movimento contrário relativamente aos espaços exteriores, área abrangida pela cerca conventual onde se assinala um processo de retracção, com a apropriação de terrenos, outrora de cultivo da Ordem, tanto para abertura de vias, como para a instalação de importantes figuras da cidade, nomeadamente logo em 1502, com D. Jaime, Duque de Bragança, a ocupar a horta e quintal dos frades apelidada, desde então, como Horta do Duque, tendo aproveitado também para construir, na extrema poente da propriedade, o seu palácio.

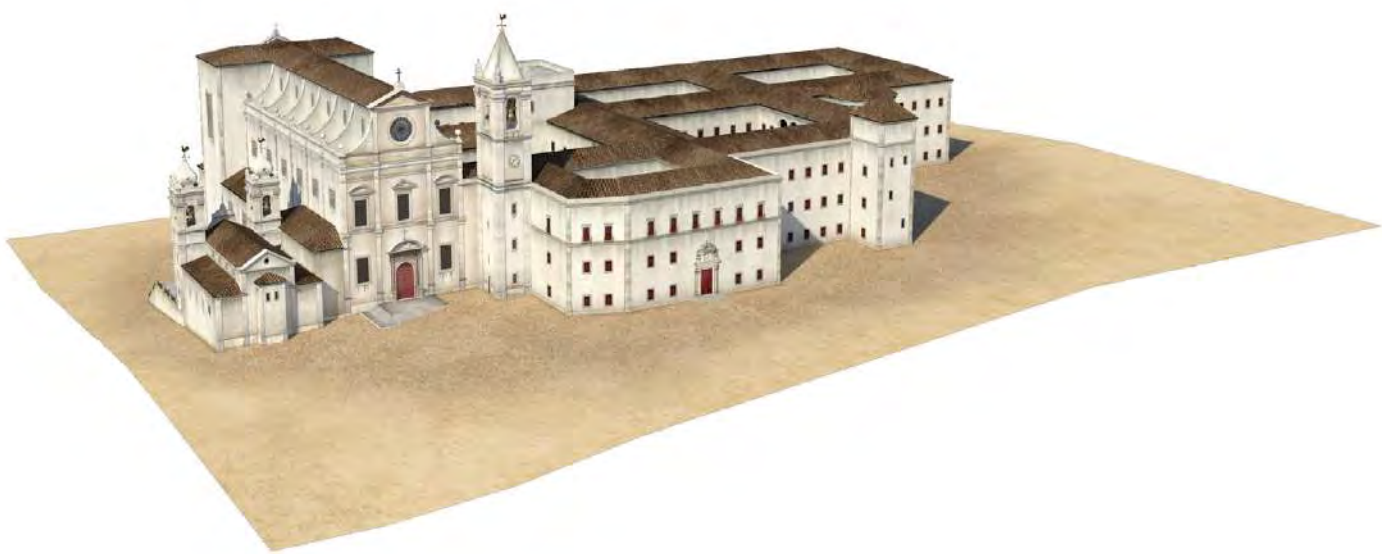
De notar ainda que durante este período de grande renovação do convento, a cerca dos frades já se encontrava rodeada pela Muralha Fernandina concluída em finais do século XIV, demonstrando assim como Lisboa crescera em termos urbanísticos, nomeadamente para essa zona da cidade apelidada, justamente, de Colina de São Francisco (Ramalho, 1995).

Com o começo do século XVIII, inicia-se um período em que diversas calamidades se sucedem, marcando para sempre tanto o conjunto edificado, como a própria comunidade religiosa. Logo a 9 de Junho de 1707 ateia-se um incêndio a todo o templo, queimando o coro, as capelas, os dois órgãos e a biblioteca com os seus inúmeros volumes. Já refeito dos estragos, sucede-se um novo incêndio em 1741 que desta vez atinge parte da zona conventual, nomeadamente a enfermaria, dormitórios e, novamente, a livraria mal refeita da calamidade anterior. Recuperado o convento graças à ajuda de esmolas e do apoio real, sucede-se o terramoto de 1755, sendo atingida a igreja e respetivo coro, o claustro maior e novamente a livraria, para além de, no local, terem perecido cerca de seiscentas pessoas, entre religiosos e devotos que assistiam à missa. Após o grande sismo, o convento perde para sempre a sua importância e vocação religiosa, apesar de algumas tentativas frustradas para erguer um novo templo (Portal, 1928). Ao processo de extinção das Ordens Religiosas segue-se o arrendamento dos espaços

para fins comerciais, industriais, militares e culturais entre os quais se destaca a Biblioteca Pública, Academia de Belas Artes e Galeria Nacional de Pintura fundada em 1868, organismo que, mais tarde, irá dar lugar ao Museu de Arte Contemporânea (MNAC) e depois ao Museu do Chiado.

Na sequência do incêndio de 1988 que transformou esta zona da cidade, desenvolvem-se uma série de acções destinadas a renovar o antigo MNAC, aproveitando a ocasião para conhecer também um pouco melhor a história do convento, promovendo-se não só um conjunto de sondagens arqueológicas de diagnóstico nas áreas onde o projecto de arquitectura de Jean Wilmotte iria incidir, como o acompanhamento arqueológico da obra (Amaro et al., 1995). Apesar de não terem sido encontradas estruturas passíveis de virem a ser integradas no novo programa museológico, foram reconhecidas algumas construções ignoradas até ao momento, tais como um muro de grandes dimensões situado no sector Oeste do convento que deveria corresponder a uma antiga fachada conventual que se encontraria ligada à cabeceira da igreja erguida no tempo de D. Manuel, bem como umas arcadas entaipadas que estariam relacionadas com o claustro hoje integrado na Faculdade de Belas Artes, local onde se encontrou também uma cisterna mais tarde transformado em lixeira de onde foram exumados inúmeros materiais datáveis dos finais do século XVI à segunda metade do século XVIII, nomeadamente cerâmica vidrada, faiança portuguesa, porcelana chinesa e alguns vidros, objectos utilizados essencialmente na confecção e armazenamento de alimentos, no serviço de mesa e na higiene diária dos frades (Ramalho e Folgado, 2002; Torres, 2011).

Foram igualmente recolhidos diversos elementos pétreos reaproveitados tais como colunas, capiteis, gárgulas etc, bem como fragmentos de lápides e estelas funerárias, importantes testemunhos das tantas figuras que escolheram este local como última morada. Todos estes vestígios falam-nos não só da evolução arquitectónica deste imponente complexo conventual, como da comunidade que o ocupou. Faltará apenas agora reunir todo este importante espólio num local onde, finalmente, se possa contar a história do Convento de São Francisco que é de alguma forma também a história da cidade de Lisboa e dos seus habitantes ao longo dos últimos oitocentos anos de existência atribulada.



MODELO 3D DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO, 1750. MUSEU DE LISBOA

ARCADAS ENTAIPADAS DETECTADAS DURANTE O ACOMPANHAMENTO DA OBRA DE RENOVAÇÃO DO MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA, ACTUAL MUSEU DO CHIADO

ANTIGA CISTERNA TRANSFORMADA EM LIXEIRA DE ONDE FORAM EXUMADOS INÚMEROS OBJECTOS ARQUEOLÓGICOS

COLUNAS (2).

Calcário
Desconhecida
Século XV
Antigo Convento de S. Francisco de Lisboa – Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado. Trab. Arqueológicos 1993
A- At.: 86,0 cm; G.: 21,0 cm; Lf: 21,0 cm;B- At.: 87,0 cm; G.: 24,0 cm; Lf: 23,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MNAC.13 e MNAC.14)

No acompanhamento das obras destinadas à renovação do Museu de Arte Contemporânea do Chiado, numa área que hoje corresponde ao Jardim das Esculturas, foram encontradas cinco colunas de fuste prismático em calcário, algumas delas completas. Todos estes elementos encontravam-se reaproveitados como material de enchimento de muros entretanto demolidos apresentando, por essa razão, bastantes restos de argamassa de cal e areia. Trata-se de um conjunto de colunas certamente provenientes do antigo Convento, com grandes semelhanças tipológicas mas evidenciando também algumas diferenças não só em termos de dimensões como no tratamento escultórico de bases e capitéis.

Os dois exemplares em exposição parecem pertencer a uma mesma campanha de obras, mas destinados a espaços diferentes, uma vez que A apresenta um fuste de diâmetro mais estreito face aB, que ostenta, também, um ábaco menos projectado e escócia sobre um motivo inciso, inexistente em A. Ambos os capitéis mostram folhas angulares muito estilizadas, embora na nº13 as bases se toquem e as pontas surjam enroladas em voluta. Em ambas as peças a base é quadrangular, com os ângulos reentrantes.

Este conjunto de colunas pode, sem dúvida, aproximar-se dos modelos divulgados em Portugal a partir de meados do século XV, inspirados nos protótipos concebidos pelo arquitecto Fernão d'Évora para o piso superior do claustro do Mosteiro da Batalha, dito de D. Afonso V. Peças do mesmo tipo de fustes prismáticos e capitéis anicónicos ou com ornamentação muito sintética aparecem, por exemplo, no convento do Varatojo, mosteiro franciscano também patrocinado por D. Afonso V.

Datáveis de fase anterior às grandes obras de remodelação levadas a cabo por D. Manuel I, no primeiro quartel do século XVI, as colunas em apreço, provenientes certamente dos claustros conventuais ou de outras estruturas porticadas (alpendradas) e vãos – o que a diversidade de dimensões sugere –, correspondem a uma tendência para a simplificação decorativa e arquitectónica identificável no tardo-gótico português.

MMR

UM PALÁCIO NA *RIBEIRA DE LISBOA*

Manuela Leitão

O lanço ribeirinho da "Cerca Velha" foi praticamente absorvido por uma frente residencial de famílias aristocráticas com altos cargos militares (Carita, 1999: 193), fenómeno construtivo provocado não só pela expansão portuguesa além-mar, mas também pela necessidade de afirmação da nobreza na sociedade e na própria paisagem urbana (Pereira, 2006: 51).

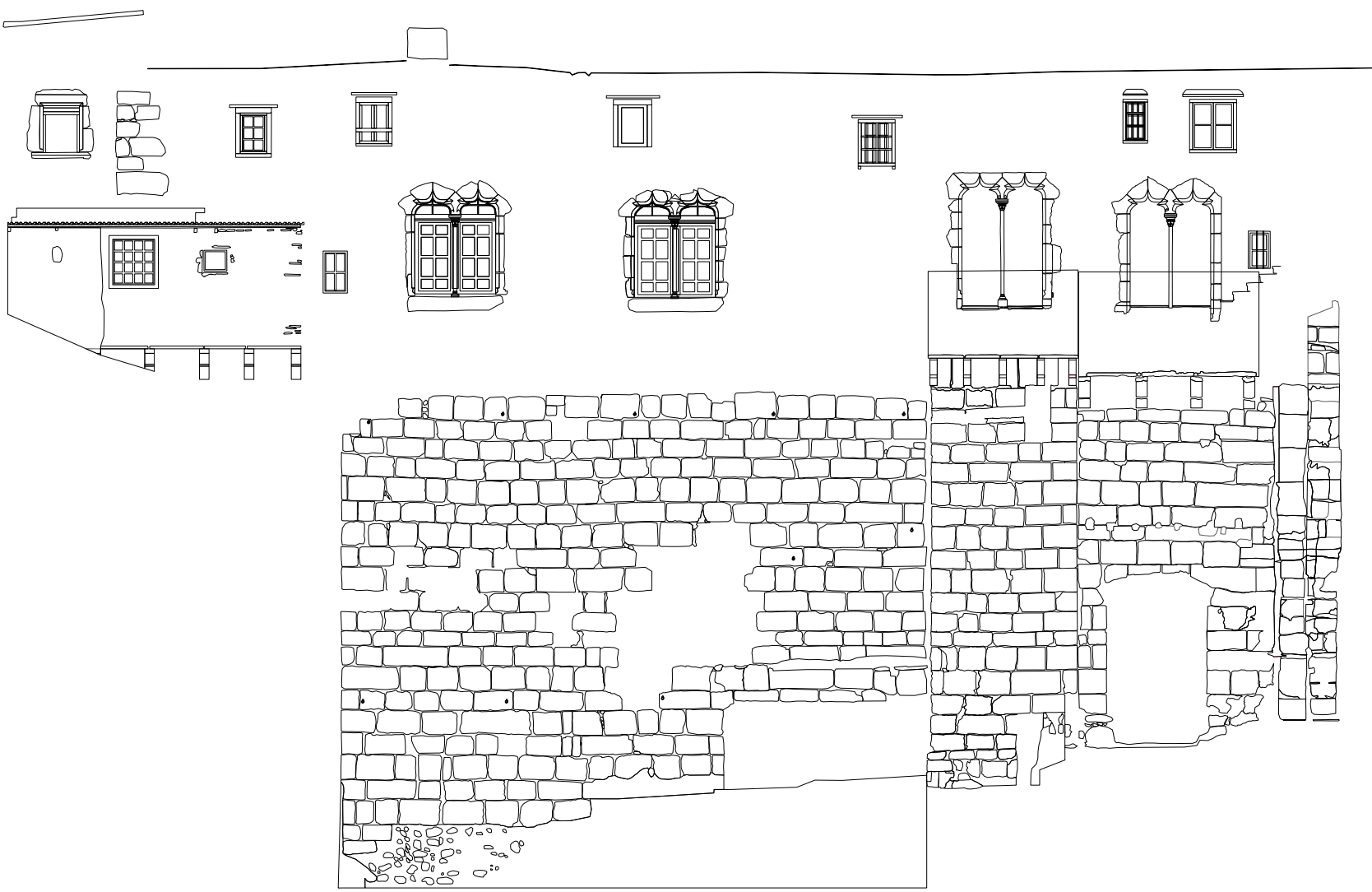
As recentes intervenções arqueológicas realizadas neste espaço têm revelado novos dados sobre estes edifícios nobres, constituindo a Casa dos Bicos o primeiro exemplo representativo.

Evoca-se aqui outro palácio do século XVI, muito descaracterizado por reconstruções posteriores que o converteram em prédios de habitação de aluguer, situado entre as Ruas da Judiaria e S. João da Praça, no sopé da encosta Sul da colina de S. Jorge. Na época estava inserido no limite do eixo urbano oriental que a partir do novo centro se desenvolveu ao longo da margem do Tejo, sobre a *rua da praça dos Escravos para são João da Praça*, actual Rua dos Bacalhoeiros (Carita, 1999: 91) até ao Chafariz d'El Rei. Este palácio foi adossado e sobreposto a um troço de muralha com cerca de 30 metros de extensão que ligava a primitiva cerca urbana medieval, a partir de uma das torres junto à porta de Alfama, à torre avançada de S. Pedro, como se pode observar na *Vista* de Leiden. Constitui um exemplo da alienação dos sistemas defensivos, verificados em Portugal sobretudo a partir de meados do século XV e primeiros anos do século XVI, sistematicamente convertidos em casas de morada das elites urbanas, que passam não só a encostar aos muros mas também a incluir os adarves e por vezes algumas torres (Trindade, 2002: 106).

Os primeiros proprietários deste edifício terão sido João Vogado, escrivão da Fazenda de D. Afonso V, em 1457, e Lopo de Albuquerque, em 1517 (Silva, 1987b: 161-162). Terá sido este último o responsável pelos melhoramentos empreendidos no edifício, patentes na fachada Sul ao nível do antigo piso nobre: janelas de dois lumes decoradas por vergas contracurvadas formando arcos policêntricos com mainel central (Pereira, 1994: 24) e pelo menos dois dos três balcões. A análise estratigráfica deste alçado (Fontes et al., 2007) sugeriu também diferentes níveis de circulação interior, adaptados certamente a novas necessidades, e tipologias distintas nos cachorros que suportam os balcões, nomeadamente nos que se encontram sobre o cubelo da muralha, de talhe cuidado e perfil em "papo de rola" [1]. No interior deste balcão e de outro contíguo, colocado sobre um postigo, a intervenção arqueológica revelou três níveis de pavimentos em tijoleira, o segundo dos quais coetâneo à criação do balcão sobre o cubelo[2]. Neste espaço foi encontrado um cântaro e duas *olive jars*[3], material de inícios do século XVI, colocado em posição invertida directamente sobre a estrutura de lajes em consola envolvidos com sedimento arenoso até ao nível do pavimento. O emprego intencional de cerâmica de refugo na construção de abóbadas e pisos constituiu uma solução comum adoptada sobretudo desde a época islâmica[4], tendo por objectivo aligeirar o peso das construções sem perder a eficácia estrutural (Mestre, 1998: 565-566). Por último, destacamos um orifício circular rasgado numa das lajes, onde encaixava uma tubagem em cerâmica, cujo topo conservado, mais largo, sugere que este elemento terminava num receptáculo. Vestígio singular, poderá estar relacionado com a instalação de uma *privada*[5], situação não muito frequente mas já documentada nas residências abastadas dos grandes centros urbanos, principalmente desde finais do século XV (Trindade, 2002: 74).

A presente síntese não deixa de evidenciar a potencialidade destes edifícios conservados nas áreas mais antigas de Lisboa, como verdadeiros "arquivos " de informação, proporcionando a leitura de aspectos nem sempre considerados pelas fontes, valiosos contributos para o estudo da cidade e das suas materialidades.

[1] Primeiros levantamentos fotogramétricos realizados no âmbito do estudo da cerca urbana medieval, construção de origem romana. Com a implementaçãodo *Projecto Integrado de Estudo e Valorização da "Cerca Velha" de Lisboa* a partir de 2009, a autarquia tem vindo a promover um conjunto de acções multidisciplinares que visam o conhecimento científico e a divulgação deste Monumento, junto do grande público.



ALÇADO SUL DO PALÁCIO COM REGISTO DOS BALCÕES SOBRE
O CUBELO E POSTIGO (FONTES EL AL., 2007)

2 Intervenção arqueológica desenvolvida entre 2004 e 2006 no âmbito de um projecto de reabilitação encetado pela Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana / Unidade de Projeto de Alfama, Câmara Municipal de Lisboa.

3 Cântaro com bojo esferóide, bocal alto, saliente e asa de fita com canelura central. Conserva decoração no bocal e parte superior do bojo, constituída por linhas horizontais, sobrepostas por linhas onduladas, digitadas. Esta peça de fabrico alentejano é idêntica a outras exumadas na abóboda da galilé da Igreja de Sta. Maria de Beja, construção de cerca de 1500 (Mestre, 1998).
É curiosa a sua reutilização em contexto lisboeta, onde não deviam faltar peças locais para esse efeito. As *olive jars* correspondem ao tipo A proposto por C.J.N.Martin produzidas na região do Vale do Guadalquivir (Martin, 1979).

4 Exemplos do emprego desta técnica encontram-se documentados em edifícios religiosos da região do Alentejo, igualmente em torno de 1500 (Teichner, 2003: 506).

5 Sugestão do Prof. Doutor Paulo Pereira, a quem agradecemos.

VISTA ACTUAL DA FACHADA DO PALÁCIO VIRADA A SUL, SOBRE TROÇO DE MURALHA (JOSÉ VICENTE)

ASPECTO DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO INTERIOR DOS BALCÕES.

NUESTRA SEÑORA DE ÁFRICA Y SU SANTUARIO

José Luís Gómez Barceló

Pocos años después de la conquista de Ceuta, el infante don Enrique envió a los caballeros de la orden de Cristo una imagen singular, una piedad gótica de finales del siglo XIV, sin duda muy moderna para la época, y cuya importancia no ha hecho más que aumentar con el tiempo: Santa María de África.

Así se refrenda por el propio infante en uno de los codicilos de su testamento, redactado en 1460, y por el cual sabemos no sólo que la envió, sino que fue su voluntad que recibiera tal nombre y tuviera templo propio, siendo encomienda y parroquia única, hasta que esta última función la asumió la catedral y su cabildo. Por esta misma disposición testamentaria se creaba la obligación de pedir, cada sábado, por el alma del donante, dando lugar a la sabatina. Este rezo, y la ceremonia de dar posesión con el aleo a los gobernadores de la Plaza, vienen repitiéndose durante seis centurias ininterrumpidamente, constituyendo dos manifestaciones de patrimonio inmaterial de indiscutible valor.

La Virgen de África es, como decíamos, una piedad, entronizada, en cuya estética es indispensable el aleo, es decir, el bastón con el que Juan I de Portugal dio posesión a Pedro de Meneses del gobierno de la ciudad, en 1415. La evolución estilística de los siglos posteriores hizo reemplazar las potencias de Cristo por otras de orfebrería y, poco a poco, la talla fue enjoyándose y vistiéndose hasta taparla casi enteramente, haciéndose tolerable para los gustos barrocos.

Su tamaño no muy grande y la falta de peso –parece que en tiempos el refuerzo trasero que hoy tiene de madera era una lámina metálica- la hicieron parecer aún más frágil de lo que era, evitando ser portada en procesiones más que en contadas ocasiones. Así, todo se conjugó en favor de su buena conservación.

La primera construcción del santuario debió ser muy modesta. Puede que se reaprovechara alguna edificación anterior, que ya a mitad del siglo XV hubo de ser reconstruida. Esa necesidad se repitió casi cada media centuria, hasta que a finales del siglo XVII la construcción de la cripta hizo necesaria una reedificación total. A comienzos del siglo XVIII los grabados nos presentan un modesto templo con cubierta a dos aguas y una pequeña logia en la fachada. Ese aspecto fue alterado al construirse un cuerpo de iglesia, en los años 50 del siglo XVIII, que fue después demolido para hacerse el actual, con sus frescos en los paramentos y bóvedas, así como nuevo retablo, todo ello durante el episcopado de don Martín de Barcia. Este prelado fue quien bendijo el nuevo templo el 5 de agosto de 1752.

Declarada Patrona de Ceuta en 1651, Nuestra Señora de África ha vertebrado las creencias de los ceutíes durante siglos, teniendo entre sus momentos más importantes, el Voto renovado en 1743, la Coronación Canónica de 1946 y la designación como Alcaldesa Perpetua en 1954.

IMAGEN DE LA VIRGEN DE AFRICA SIN INDUMENTARIA NI ADEREZO

LA VIRGEN DE AFRICA EN SU ACTUAL FISONOMÍA AL CULTO.

OS SÍTIOS E EDIFÍCIOS DE PODER EM CEUTA

Jorge Correia

A passagem da cidade de Ceuta do poder árabe para a coroa portuguesa fez-se muito mais por continuidade que por ruptura, no que à arquitectura diz respeito. Nos edifícios de poder em Ceuta verifica-se uma apropriação pelos portugueses das estruturas herdadas, com níveis de transformação e adaptação variáveis de acordo com a função.

A compartimentação típica de cidades medievais hispano-muçulmanas (Torres Balbas, 1985: II, 129) traduzia-se numa fragmentação urbana que se manifestava através de núcleos independentes formados pela alcáçova, pela medina e por arrabaldes. Do núcleo central ou antiga medina muçulmana, circunscrita à zona mais estreita do istmo, os portugueses herdariam uma rede viária e de equipamentos que se tornaria o estrato urbano a manter, apropriar ou eliminar. De igual modo, as arquitecturas militares não sofreriam grandes alterações aquando da tomada portuguesa.

No núcleo central o dispositivo de defesa assentava em duas unidades arquitectónicas, comunicantes construtivamente: a cerca e a alcáçova. Se no século XIV, os sultões merínidas haviam preferido o Afrag (al-Ansari, 1982-83: 144-145), estância palaciana para ocidente cujos vestígios podem ainda ser observados na zona continental da cidade de Ceuta, em 1415 a sede do governador árabe Sala ben Sala era a alcáçova. Aquando da conquista, passou a denominar-se castelo, mantendo a sua implantação encostada às muralhas ocidentais. Consistia num recinto independente, reduto de resistência em caso de queda da cidade ou refúgio do governador, pontuado por torreões quadrangulares nos cunhais, dos quais se destacavam os cunhais pela altura. A torre sudeste, conhecida por *Torre de la Vela ou de la Mora* (Posac, 1960: 157-164), passou a Torre de Menagem no tempo português e resistiu até princípios do século XX, altura em que foi demolida. Alojava também o palácio do governador, uma estrutura de dimensões consideráveis, composta por um paralelepípedo mais baixo com açoteia e por outro mais elevado, com cobertura inclinada de duas águas.

Todo o alçado oriental era perfurado por aberturas regulares, denunciando a existência de, pelo menos, quatro pisos. A restante área perimetral do castelo, bem como a sua praça de armas central, viam-se agora preenchidos por habitações ou quartéis, com cérceas e tipos de cobertura variáveis.

O poder administrativo ganharia ao tempo português uma nova exposição e dignidade urbana com a reformulação da *Aira* no século XV. Esta praça ou terreiro da cidade assumia-se como o espaço público mais importante, organizador e distribuidor dos equipamentos mais notáveis e percursos internos da cidade portuguesa, rompendo com a densidade ocupacional precedente. De configuração quase quadrangular, formalizava-se como uma verdadeira praça dos poderes.

A sul implantava-se o grande edifício de culto cristão, agarrado à sua orientação muçulmana original. De todos os factos históricos sucedidos aquando da tomada de Ceuta, o episódio da investidura nas honras de cavalaria dos infantes por D. João I é dos mais célebres. Tal acontecimento deu-se na mesquita maior da cidade, sagrada então igreja matriz. A tipologia de tramos colunados suportando telhados em tesoura, orientados perpendicularmente à antiga qibla (parede orientada a Meca) foi adaptada a catedral portuguesa, tirando partido de uma nave mais elevada para central. Era o edifício que oferecia maior dignidade para a implantação da Sé em território africano, quer pela sua dimensão física, quer sobretudo pelo simbolismo da substituição do culto que, à época, se interpretava fervorosamente como uma reposição interrompida pelo Islão. Consagrada a N. Sra. da Assunção, a catedral contava com um interior hipostilo (Gozalbes, 1995: 93). Até finais do século XVII, ou seja, durante todo o período de ocupação portuguesa, a catedral sempre se alojou no edifício da outrora grande mesquita (Pérez Del Campo, 1988: 42-43).

No terreiro destacava-se ainda a estrutura da outrora mais importante escola corânica ou madrassa nova (Al Jadida). A sua opulência conferia-lhe a terceira posição em ordem de grandeza na cidade muçulmana, logo atrás da alcáçova de Sala ben Sala e da contígua mesquita maior, permitindo-lhe a perenidade de algumas das suas estruturas, ainda registadas fotograficamente em princípios do século XX. Sofreu diversas adaptações cristãs, convertendo-se em igreja de S. Tiago, cujo convento passou de franciscanos para trinitários já em 1568. A praça central afirmava-se irreversivelmente como epicentro do poder da coroa e da igreja, reforçada com a construção de raiz do templo dedicado a N. Sra. de África do lado norte, ainda hoje uma das mais importantes referências patrimoniais de Ceuta.

TORRE DA MORA OU DA VELA, 1909. ARCHIVO GENERAL DE CEUTA: ÁLBUM CEUTA

LA CASA DE LA MISERICORDIA

Manuel Cámara del Río

En Ceuta se erigió una Casa de Misericordia. Este tipo de Institución fue fruto de la remodelación del concepto benéfico asistencia que se produjo en Portugal a finales del siglo XV. La primera Casa de Misericordia fue la de Lisboa, creada en 1498, que sirvió de referencia para la creación de las siguientes. La fundación de esta Institución fue propiciada por la intervención de la reina Leonor y fomentada por el rey Manuel I.

Este tipo de establecimientos auspiciados por la corona se propagaron por las principales ciudades portuguesas y entre las primeras casas nos encontramos con la de Ceuta, que llegó a denominarse "La Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta" (Cámara, 1996). Fue de las más importantes instituciones de la Ceuta portuguesa, pues fue patronato real al que pertenecieron los más ilustres de la Ciudad, la nobleza y alto clero así como aquellas personas de oficio que destacaban por su honestidad, rectitud y ejemplaridad en todo los órdenes de la vida. La nómina de quienes detentaron sus órganos de dirección se nutre pues de los más destacados miembros de la sociedad ceutí.

Esta institución gozó de una serie de privilegios y prebendas por ser una de las más antiguas y prestigiosas de la Ciudad, siempre celosamente salvaguardados por sus miembros, hasta tal punto que incluso fueron respetados cuando Ceuta se incorporó a la corona castellana.

La Casa de la Misericordia de Ceuta al ser subsidiaria y teniendo como guía a la de Lisboa mantuvo los principios de ésta, de exaltar los sentimientos fraternales tanto espirituales como en lo material. Su objetivo de actuación viene marcado por el cumplimiento de las catorce obras de misericordia que cita San Mateo en su evangelio. Y se insiste constantemente a los hermanos que en todos los actos de su vida tuvieran por fuente de inspiración las palabras del citado evangelio.

Se rigieron por un reglamento copia del de la Casa Matriz, que se denomino *"Compromisso"*.

LISTA
de Cavalleros Protocolada en
la Real Casa de la Misericordia
Cathalago de los de los que se halla-
ron en la Conquista de la Plaza de
Zevta, y quedaron avecindados des
pues de ella, y Resumen de las
Moradias assi de estos como
de otros que se han con natu
ralizado.
RECOPILA
DO
todo en este presente
año de 1754

LISTA DE CABALLEROS DE LA REAL CASA DE LA MISERICORDIA DE CEUTA.
ARCHIVO GENERAL DE CEUTA

Entre las obras a realizar en el terreno material una de las primeras a que se dedicó la Real Casa fue la creación de un refugio de pobres, niños expósitos que fueron atendidos y criados. También se dedicaron a dar protección a las huérfanas, creando un refugio de doncellas, así como ayudando a las muchachas pobres dotándolas para casarse. Se dedicaron a cuidar enfermos pobres , desterrados y soldados, para ello dispusieron de un hospital, único en el periodo portugués. En muchos momentos contribuyeron a ayudar y a liberar a cautivos. Otro objetivo que cumplieron fue la de consolar física y espiritualmente a los condenados a muerte. Se ocuparon también de enterrar a toda persona pobre, corriendo con los gastos de las exequias y a acompañar a todos los ciudadanos que morían en la ciudad. Fueron legatarios testamentarios, por cuanto su seriedad y honradez en su quehacer les hizo que le confiaran testamentos y que actuasen como albaceas en el cumplimiento de últimas voluntades. Se encargaron de administrar fondos para invertirlos en misas por los difuntos que depositaron su confianza en la Institución.

La Casa de la Misericordia fue una de las Instituciones de más larga permanencia en la ciudad, muy respetada. Su creación tuvo un origen portugués y los privilegios concedidos por los diferentes reyes de este reino perduraron y se acrecentaron con los reyes españoles. Es un caso raro de permanencia y actuación de una Institución de origen portugués en territorio de la corona de Castilla. Aspecto que se debe de considerar por la solidez y rectitud de sus actuaciones.

ASILO DE ANCIANOS Y HUÉRFANOS DE CEUTA TRANSFORMADO EN ESCUELAS NACIONALES, 1971.
ARCHIVO GENERAL DE CEUTA

PODER CIVIL

FRAGMENTO DE PLACA

Barro vermelho com decoração a molde
Lisboa, olarias da Mouraria
Fim do século XV-inícios do século XVI
Quarteirão dos Lagares. Trab. Arqueológicos 2005
Acons: 3,1 cm; Lcons: 4,4 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (Q.Lag.05/ 35)

Fragmento superior de uma placa em cerâmica comum. A parte que se conserva pode levar-nos a considerar um formato em cruz, e a hipótese de se tratar de um aplique superior da haste vertical de um crucifixo é a considerar. A peça apresenta uma decoração incisa cujo motivo central é composto por um «M» gótico coroado e, no lado esquerdo deste, uma ave com um ramo no bico, restando vestígios de ornato similar do lado oposto.

O motivo central, o «M» em letra gótica, coroado, apresenta paralelos com as moedas cunhadas no reinado de D. Manuel I (1495-1521), nomeadamente com o meio real de cobre, o cinquinho de prata e o vintém de prata (Gomes e Trigueiros, 1992: 96-101).

A figuração da ave com o ramo no bico, eventualmente uma pomba com um ramo de oliveira, poderá remeter para a simbologia da paz, e apontar para um carácter religioso do objecto, reforçando o carácter simbólico que lhe é denunciado pela presença do monograma régio.

EC

PRATO (?) EM MAJÓLICA.

Barro de cor bege. Superfícies revestidas com vidrado de estanho. Pintura utilizando a cor azul-cobalto, amarelo-antimónio e castanho-manganês (Piccolpasso, 1556/1559).
Itália.
1495-1521
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
Cmax: 4,5; Lmax: 10,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/1283)

O motivo decorativo, aparentemente aplicado sobre o lábio, corresponderá ao brasão de armas do rei D. Manuel I de Portugal, na versão com oito castelos (Seixas: 2011). É um exemplar que eleva as importações de majólica italiana da mera encomenda do produto disponível no mercado, à compra por encomenda específica, colocando a cerâmica no mesmo patamar de outras encomendas feitas por D. Manuel I aos artífices florentinos, por exemplo para o Mosteiro dos Jerónimos. Este fragmento revela ainda uma outra particularidade da produção de majólica italiana e em particular da montelupina: a ausência da utilização do pigmento vermelho para colorir o escudo, que aqui é substituído pelo castanho-manganês. Com efeito, a utilização do pigmento vermelho requeria uma tecnologia mais apurada que não estava ao alcance de todos os oleiros, devido à dificuldade de fixação durante a segunda cozedura. A partir dos anos noventa do século XV alguns oleiros conseguiram adoptar uma tecnologia que revelava um tom vermelho-rubi, imitando a produção da cidade de Iznik, a antiga Niceia (Turquia).

MJS

PRATO EM MAJÓLICA

Barro de cor bege claro. Superfícies revestidas com vidrado estanífero. Superfície interna pinta a azul, vermelho, amarelo e verde.
Montelupo (Itália)
Primeira metade do século XVI
Ribeira das Naus. Trab. Arqueológicos 1995.
At: 5,8 cm; Db: 35,7 cm; Df: 13,7 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MRN.95/9)

No acompanhamento arqueológico para a construção da linha do Metropolitano de Lisboa foi aberto um grande poço no pátio das instalações da Marinha, situadas no antigo Arsenal de Marinha, na Ribeira das Naus, numa zona de interface ribeirinho do Tejo. Foram identificados vários estratos com cerâmicas romanas (Marques et al., 1997) e com materiais atribuídos aos séculos XV e XVII, tendo-se, ao todo, exumado 7037 fragmentos e inventariadas 184 peças (Marques e Santos, 1997: 168).
Esta era uma área importante da cidade, onde pelo menos desde finais da Idade Média se concentravam actividades a construção naval, tendo sido reordenada no reinado de D. Manuel I com a construção do Paço da Ribeira, a que foi acrescentado sob D. Filipe I um novo torreão, vindo todo o conjunto a ser destruído pelo terramoto de 1755.

A presente peça foi recolhida naqueles trabalhos arqueológicos, constituindo-se como um objecto de grande raridade no contexto português, devido à especificidade e simbolismo da sua decoração. Trata-se de um prato de grandes dimensões com as armas reais portuguesas ao centro, envolvidas por uma coroa de louros. O seu tamanho invulgar sugere uma peça de servir à mesa e não de uso individual.

A morfologia do pé, em bolacha com uma pequena moldura, acusa uma origem segura nas oficinas de Montelupo e a decoração a stemma (heráldica) é igualmente comum em peças desta proveniência, nomeadamente os brasões da família Medicis, frequentemente reproduzidos em cerâmica para exportação. Do brasão resta a extremidade inferior do escudo, que permite classificá-lo como do tipo "clássico" ou de ponta em ogiva, bastante usado até ao reinado de D. Manuel I e que perdeu importância a partir dos reinados de D. João III e D. Sebastião em favor do escudo de ponta redonda. Este pormenor poderá ser um elemento datante, fazendo-a recuar até ao primeiro quartel do século XVI. Contudo, apesar de se tratar de um tipo de decoração muito concreta, a rudeza da sua execução desmente a existência de um encomendante específico, indiciando tratar-se de uma peça destinada a cativar o mercado da corte em inícios de Quinhentos.

JAM/GL

FRAGMENTO DE BORDO DE TALHA

Barro vermelho
Lisboa
Século XV
Armazéns Sommer. Trab. arqueológicos 2005.
Lmax: 10,7 cm; At:1,9 cm
DGPC (S/n)

As escavações arqueológicas realizadas nos Armazéns Sommer, em Lisboa, permitiram a identificação de longas diacronias. Esta zona encontra-se na parte ribeirinha da cidade onde as muralhas conviviam com o rio Tejo – muralha alto-imperial, baixo-imperial e a cerca "moura" da cidade medieval. Estas estruturas defensivas serão parcialmente arrasadas, no século XVI, para permitir a construção do Palácio dos Condes de Coculim, assim como de outros palácios dos nobres que acompanham a deslocação do rei, do Paço Real do Castelo para o Terreiro do Paço, junto ao rio. Esta peça foi encontrada nos níveis de entulhamento de um poço de época romana juntamente com peças importadas do sul de Espanha. Trata-se de uma das mais antigas representações da Barca dos Corvos, marca do município de Lisboa, gravada numa talha de armazenamento.

AG/AG

ALCATRUZ FRAGMENTADO, ESGRAFITADO COM AS ARMAS REAIS DE PORTUGAL ESTILIZADAS

Barro vermelho
Lisboa
Final do século XV
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 2000
Amaxcons: 16,0 cm; Df: 9,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PF.00/K3[1139])

Alcatruz a que falta o bocal, equivalendo a um vaso de corpo cilíndrico, fundo plano e estrangulamento na zona mesial destinado à preensão por corda no aparelho de uma nora. Este alcatruz foi encontrado com várias outras dezenas de vasos similares no interior de um poço oval em alvenaria que pertencia às hortas do convento de São Domingos, construção desactivada e entulhada pelos trabalhos preparatórios do terreno para a edificação do Hospital Real de Todos-os-Santos, iniciados em 1492.

Um grafito foi elaborado com o vaso invertido, executado com instrumento bem afilado na pasta ainda fresca, ou seja, nas instalações da olaria: representou-se ali um escudo clássico, com bordadura e, na zona central, cinco pontos. Trata-se, na interpretação mais verosímil, de uma estilização do escudo real português feita em ambiente popular e vernacular, por isso se tendo omitido os castelos da bordadura e simplificado ao extremo as quinas.

Deverá recordar-se que a exibição de um escudo de armas num alcatruz não faz qualquer sentido, pois tornar-se-ia invisível quando o objecto estivesse a uso. O grafito assoma, portanto, como um exercício ocioso feito por alguém na olaria, e este será porventura o aspecto mais revelador do objecto, pois evoca a capacidade de penetração social atingida pelos símbolos da ideologia régia, omnipresentes nos quotidianos da capital através dos elementos patentes nas grandes construções, encenações ou até na moeda que circulava abundantemente.

RBS/AT

FECHO DE CINTURÃO "EM T"

Liga de cobre. Molde e cinzelado
Desconhecida
Século XV
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 2000
Cmax.: 6,0 cm; Lmax: 5,5cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PF.00/R9-10 [1316])

Fecho de cinturão em liga de cobre, obtido a molde, depois decorado a cinzel. O tipo de trabalho, e a particularidade da decoração, não permite esclarecer se a peça se deve a oficinas portuguesas ou a uma importação europeia, flamenga ou germânica, de onde se verificava importante importação para Portugal de objectos manufacturados em ligas de cobre ao longo dos séculos XIV a XVI. A natureza e cronologia deste tipo de objectos, durante muito tempo controvertida, foram definitivamente esclarecidas por Mário Jorge Barroca (1989; Martins, 2001), que aliás assinalou a representação de um objecto análogo presente no cinturão de um dos personagens nobres patente nos "Painéis de São Vicente", aspecto importante também para demonstrar o carácter socialmente discriminatório dos seus utilizadores.

RBS

FECHO DE CINTURÃO DECORADO COM MOTIVOS HERÁLDICOS

Liga de cobre. Banho de ouro. Molde e cinzelado.
Inglaterra (?)
Finais do século XIV - primeira metade do século XV
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 2000
C: 11,1 cm; Amax.: 3,5 cm; G.: 0,1 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PF.00/R7 [5041])

Fecho de cinturão composto por dois elementos: uma folha vazada e finamente cinzelada e um fivela igualmente decorada a cinzel. A fivela estaria unida à folha através de dois rebites de cabeça cónica, hoje perdidos. Outros seis rebites idênticos sobreviveram, e equivalem aos elementos que fariam a preensão com o cinto ou cinturão, feito em tecido ou, mais provavelmente, em cabedal.

Este tipo de trabalhos em liga de cobre, depois alvo de banho a ouro fino, era bastante difundido na Europa da Idade Média, mas somente aplicado na arte sacra e em objectos de prestígio profanos. Apesar de se conhecerem oficinas no Al-Andaluz, o tipo de trabalho da peça encontra mais próximos paralelos em objectos franceses, flamengos e ingleses, devendo procurar-se neste aro a sua origem geográfica.

A decoração tem no centro um escudo com ave, ladeado por uma partição de quatro quartéis, onde se vêem flores-de-lis no 1º e 3º, e leões no 2º e 4º, podendo relacionar-se esta representação heráldica com a Inglaterra, tal como surgida no reinado de Eduardo III (r. 1327-1377), cronologia aliás concordante com a do contexto em que foi arqueologicamente recolhida, e com a sua mais provável proveniência.

A iconografia heráldica é altamente sugestiva de uma qualquer conexão entre este objecto achado na Praça da Figueira, o seu original possuidor e as relações entre Portugal e a Inglaterra à época. Relembre-se a aliança luso-inglesa selada com o enlace nupcial entre D. João I de Portugal e D. Filipa de Lencastre, filha do Infante de Inglaterra D. João de Gante, Duque de Gante e da Aquitânia, e pai do futuro rei de Inglaterra Eduardo IV (r. 1399-1413).

RBS

CAPITEL DECORATIVO

Mármore branco
Desconhecida
Século XVI
Castelo de São Jorge. Obras 1937-1939
Acons: 15 cm e Df: 11 cm
Museu de Lisboa

Pequeno capitel ornamental, talvez pertencente a um mainel de janela. Possui quatro enrolamentos vegetalistas na parte inferior do kalathos (corpo) da peça, estilizados e de carácter esquemático.

LF

ESCUDILLA

Loza esmaltada, pintada a
mano con azul cobalto.
Área valenciana
Primera mitad del siglo XV
Echegaray. Trab. Arqueológicos 2002
At: 5,2 cm; Db: 13,1 cm; Df: 5,5 cm
Museo de Ceuta (11.458)

Escudilla de base cóncava (umbo) sin anillo de solero, cuerpo hemisférico, borde redondeado. Asas trilobuladas ligeramente inclinadas hacia el exterior a las dos extremidades del diámetro del borde. Esmalte blanco, cubriente, fino, bastante brillante. Pasta rosada, dura. Decoración en azul cobalto bajo cubierta y loza dorada de color amarillento. En el interior, en el centro del fondo motivo en loza dorada con "A" en letras góticas entre ramas de palmas estilizadas enmarcado dentro círculo azul. Sobre el círculo azul se apoyan tres coronas también azules con cenefa reticular en dorado, alternadas con ramas de palmas estilizadas doradas. En el asa pequeña espirales. Al exterior decoración únicamente en loza dorada con asterisco de cinco líneas entre doble círculo en el fondo. En el cuerpo, palmetas estilizadas entre círculos con asteriscos de cinco líneas en los espacios blancos entre ellas y fondo de puntos (Hita y Villada, 2003: 373-374; Hita y Villada, 2007: 169).

El hallazgo de cerámicas levantinas y portuguesas en la zona de la Almina presenta una importante particularidad. Como podemos ver a partir de la datación ofrecida por las producciones del área valenciana, la sustitución de los ajuares cerámicos es prácticamente inmediata tras la conquista pero en ningún caso rebasa los límites del siglo XV. Esta circunstancia debe ser puesta en relación con la ordenanza de Manuel I de abandonar todo el espacio situado al este de la antigua medina islámica con el objetivo de condensar la población exclusivamente en la zona ístmica de cara a garantizar una mejor defensa y organización de la población. A semejanza con otras plazas ocupadas en el norte de África como Azemur, Arcila o Safi, el antiguo espacio urbano será segmentado con la creación de un atalho que marcará los nuevos límites del poblamiento ciudadano.

JMHR / FVP

PODER RELIGIOSO

ALICER

Madera de cedro tallada y policromada
¿Ceuta / Marruecos?
1347
Madrasa al-Yadida
Lmax: 140,8 cm; At: 27,5 cm; Gmax: 8,5 cm
Museo de Ceuta (7.912)

Alicer que formaba parte del friso decorativo de una de las estancias de la madrasa al-Yadida. Se ubicaba entre dos dinteles que describían un espacio de en torno a 1,5 m de lado. Conserva su tocadura superior y presenta marcas de clavos en su canto inferior de la que llevaba abajo. La tocadura está fabricada con un listón de madera con una escuadría de 8,5 cm. de anchura y 5,5 cm. de altura. Sus dos tercios inferiores lo ocupa una moldura en nacela y el tercio superior (en torno a 2 cm) sin corte a modo de listel liso. La moldura en nacela de la parte inferior hace que la zona en contacto con los aliceres disminuya hasta los 7 cm en vez de los 8,5 que presenta en su parte superior. La tocadura superior de los aliceres tiene su nacela enrasada con la tabla mientras que la inferior se adelanta alrededor de 2 cm.

Se encuentra policromada, recibiendo la nacela un solo color (rojo) y el listel superior se decora mediante una cenefa blanca sobre la que se coloca una sucesión de motivos perlados de trazo negro muy fino idéntico al perlado que decora las cenefas de la cinta de encuadramiento de rosetas cuatripétalas y los motivos principales del alicer. En ambos extremos del alicer se observa un rebaje de sus cantos para facilitar la unión con las hendiduras de los dinteles con los que se relacionaba estructural y espacialmente.

La decoración del friso se desarrolla mediante la sucesiva alternancia de motivos. Se trata de arcos de cinco lóbulos que albergan motivo epigráfico que se combinan con un motivo circular coronado con fruto (pimiento) con sépalos enroscados en el que se inscribe una venera gallonada con fruto. Ambos se encuentran rodeados y ligados por una cinta plana de motivos perlados pintados. El tema epigráfico, sobre fondo vegetal de palmas lisas, es la eulogia yumn en caracteres cúficos representada en espejo en el que sus ápices sobrepasan el límite del arco y quiebran para ceñirse al trazado horizontal de la cinta de encuadramiento superior del friso. El espacio exterior a ambos motivos se rellena con palmas talladas (Martínez, 1998: 154).

La Madrasa al-Yadida fue uno de los principales monumentos de la Ceuta mariní. Tras la conquista portuguesa su sala de oraciones fue convertida en capilla bajo la advocación del apóstol Santiago y con posterioridad transformada en convento. Primeramente fue regido por la Orden franciscana para pasar luego a ser residencia de trinitarios. Estas reformas incidieron notablemente en el antiguo edificio del que sólo subsistió, con las consiguientes alteraciones y modificaciones, su alminar, el patio, sus crujías norte y sur y parcialmente la oeste. Tras distintos avatares los restos fueron demolidos a fines del siglo XIX. Entre estas piezas cabe destacar un importante conjunto de elementos pétreos (basas, fustes, collarinos, capiteles, ábacos y un brocal de pozo) y de madera (aliceres, vigas, paños de alfarjía y canes), algunos de ellos epigrafiados, que conservan aún hoy restos de policromía.

JMHR/FVP

COLLARINO

Mármol tallado y policromado
¿Ceuta / Marruecos?
1347
Madrasa al-Yadida
At: 6,0 cm; D. zona de contacto con el capitel: 21,5 cm; D. zona de contacto con el fuste: 18,7 cm
Museo de Ceuta(7.858)

Collarino tallado en mármol. En la zona de contacto con el capitel presenta un bocel a modo de banda sogueada. Bajo éste y hasta la unión con el fuste se despliega una sección de cuarto de círculo (caveto) limitada por dos cenefas continuas en las que se inscribe un texto en caracteres cursivos con las aleyas 17, 18 y 19 de la Sura XXX del Corán (Martínez, 1998: 87-89; Martínez, 2006: 37). Traducción: ¡Gloria a Dios tarde y mañana! // ¡Alabado sea en los cielos y en la tierra, al atardecer y al mediodía!// Saca al vivo del muerto, al muerto del vivo. Vivifica la tierra después de la muerte. Así es como se os sacará ¡Alabado sea Dios!

La madrasa al-Yadida de Ceuta fue construida en 747H/1347 por iniciativa del sultán mariní Abu-l-Hasan Ali. Su fundación se enmarca en un fenómeno más amplio de creación de madaris por esta dinastía como instrumento de legitimación de su poder y para la formación e instrucción de los cuerpos dirigentes del sultanato. El sobrenombre de "la Nueva" es debido a la existencia en esta ciudad de otra madrasa anterior, aunque privada, edificada por Muhammad al-Sarri, notable intelectual ceutí en 635/1238.

Las distintas descripciones conservadas de la madrasa al-Yadida destacan la riqueza de su ornamentación lo que la convirtió en uno de los monumentos más notables de la Ceuta medieval islámica. Originalmente su planta respondía a la habitual en este tipo de edificios, con planta básicamente rectangular organizada en torno a un patio central de amplias dimensiones en torno al cual se disponen las diferentes habitaciones en dos plantas ocupando la mezquita o sala de oración la crujía situada al sur. Sus dimensiones, 400 m^2 aproximadamente, son semejantes por ejemplo a la de Salé. Contó con una notable biblioteca. Su emplazamiento en el corazón de la medina ceutí, muy próxima a la mezquita aljama, al palacio del Gobernador y a la alcaicería denota su importancia.

JMHR/FVP

ESCUDILLA

Loza esmaltada, pintada a mano con azul cobalto y dorado no conservado.
Área valenciana - ¿Manises?
Primer cuarto del siglo XV
Ceuta
At: 6,2 cm; Db: 14,6 cm; Df: 5,5 mm
Museo de Ceuta (2.880)

Cuenco con pie cóncavo y perfil semiesférico, con ligero quiebro al exterior. Esmalte blanco, cubriente, en parte desvitrificado, con carbonados adheridos. Pasta con alma rosada y de color marfil en el exterior; poros de formas y dimensiones diferentes, micas, feldespatos y calcita de pequeño tamaño. Decoración en azul cobalto bajo cubierta y dorado no visible a causa de las condiciones de conservación. Inscripción con letras góticas « AVE MA RIA » (Fernández Sotelo, 1980: 112, Lám. LX, fig. 35)

La presencia portuguesa tuvo su reflejo en el cambio en los modos de consumir los alimentos. Aunque del estudio del ajuar cerámico mariní de Ceuta se puede inferir la introducción de piezas de servicio de dimensiones más pequeñas, el consumo de alimentos se hace fundamentalmente en piezas comunitarias. Sin embargo entre las poblaciones cristiana se generaliza la presencia de escudillas de dimensiones reducidas destinadas a uso individual, algunas ricamente decoradas como esta.

Pertenece a la denominada loza valenciana dorada clásica gótica (Coll, 2009) conocida también como la serie del "Ave Maria" por la leyenda en caracteres góticos unciales que porta. Algunos investigadores, como Cerdà i Mellado (Cerdá, 1991), sostienen que podría tratarse de una adaptación de aquellas leyendas en caracteres árabes realizadas por los alfareros mudéjares de los talleres levantinos durante el último cuarto del siglo XIV, con una caligrafía y un contenido netamente cristiano. La más divulgada de estas series, aunque no la única, fue la que aquí se presenta.

JMHR /FVP

PRATO

Barro de cor bege claro. Superfícies revestidas com vidrado de estanho branco.
Pintura a reflexo metálico obtido a partir de óxidos de cobre e prata (muito desgastada).
Área valenciana - Paterna ou Manises
Final do século XV-1ª metade do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 3,7 cm; Db: 37,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/733)

Prato de paredes oblíquas e fundo côncavo, delimitado por um filete relevado. O exterior encontra-se decorado com bandas concêntricas: a primeira, epigráfica, com a inscrição [PRINCIPIO ERAT VERBUM ET VER] BU[M ERAT APVT EVM ET VERBUM ERAT APVT EVM ET LEV] ("No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus"), parte do primeiro verso do Evangelho de São João; a seguinte, demasiado apagada apenas permite identificar um conjunto de pétalas largas organizadas em conjuntos de três, separadas de outro motivo por cartelas. O reverso apresenta uma repetição da folha-flor, muito estilizada, por toda a superfície (Gavin, 2002; Martínez, 1992; Rose-Albrecht, 2002a; Rose--Albrecht, 2002b).

O "Reflexo Metálico" ou "Lustro Dourado" representa um fabrico muito presente na colecção do Corpo Santo, sob a forma de pratos, escudelas, tampas e travessas. A decoração é frequentemente acompanhada de apontamentos a azul, estando também identificadas algumas aplicações plásticas. Os motivos são diversos, reconhecendo-se os geométricos, fitomórficos, as denominadas solfas e a série epigráfica.

Extremamente popular junto das classes europeias abastadas conheceu uma longa existência, acompanhando as transformações e alterações estéticas e funcionais que marcaram a transição do período medieval para o moderno. Após ter conhecido uma grande difusão a partir de meados do século XIV, com grande variedade de formas caracterizadas por uma gramática decorativa que abarca influências gótico-cristãos e hispano-muçulmanos, regista-se, na transição do século XV para o século XVI, um declínio acentuado, ao qual não será estranha a concorrência da majólica italiana.

AV

JARRO EM MAJÓLICA

Barro de cor bege clara. Superfícies revestidas com vidrado de estanho.
Pintura a azul-cobalto, amarelo-antimónio, laranja-antimónio, verde-cobre e castanho-manganês na superfície externa (Piccolpasso, 1556/1559).
Montelupo Fiorentino (Itália)
C.1510-1520
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996.
Amax: 11,0 cm; Df: 8,2 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/1633)

Fragmento de pança e pé. Na zona central da pança, emoldurada por linhas azuis e laranjas, está o monograma IHS, pintado em laranja, as três primeiras letras do nome de Jesus, cuja forma mais latinizada deu, por desenvolvimento, IesusHominumSalvator. De cada lado da moldura, uma bolota pintada em amarelo, ladeada por duas folhas estilizadas de carvalho, pintadas em verde. Em cada lado do motivo central, entre linhas verticais azuis e castanho, elipses azuis, dispostas na vertical, preenchidas com linhas grossas horizontais, pintadas em laranja. As elipses apresentam o meio sublinhado com uma linha grossa, pintada em azul, de onde partem finas linhas verticais também pintadas em azul. É visível uma fina linha horizontal em castanho a sublinhar o arranque inferior da asa. Na base da asa está pintada em castanho a marca "R".

A gramática decorativa desta peça enquadra-a no género 27-subgrupo 27.1, Fascia com "ovali" definido por Berti (1998: 270). A temática decorativa central apresenta a complexidade típica das pinturas dos oleiros renascentistas, remetendo esta peça para meados do século XVI.

MJS

TAÇA EM MAJÓLICA

Pasta de cor bege rosada. Superfícies revestidas com vidrado de estanho. Pintura utilizando a cores azul-cobalto e dourado.
Deruta (Itália).
Finais do século XV-inícios do século XVI.
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
Amax: 10,0 cm; Db: 10,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/0504)

Fundo côncavo onde é parcialmente visível o tema central. O desenho, elaborado utilizando tinta azul escura, representa São Francisco de Assis, de perfil voltado para a esquerda. Contempla uma cruz onde se vêem duas setas apontando o céu, localizadas de cada lado do braço vertical. É ladeado por dois ciprestes representados de forma muito estilizada. Sobre a cena são visíveis os raios do sol. As principais figuras estão pintadas com pigmento de reflexos dourados, sendo o fundo realçado com pinceladas em azul claro. O conjunto é emoldurado por quatro bandas concêntricas: uma pintada com pigmento dourado e as outras três em azul claro. O estado fragmentado da peça apenas permite ver uma banda concêntrica pintada com pigmento de reflexos dourados a decorar a superfície externa.

O panorama produtivo de finais de quatrocentos e inícios de quinhentos em Deruta é dominado pela produção de cerâmica de brilho dourado ou avermelhado. Esta técnica, que tornou os vasos de Deruta famosos, é conhecida a partir da segunda metade do século XV, provavelmente através da influência das produções de brilho dourado hispano-mouriscas da região valenciana. O emprego do brilho dourado estava reservado a peças de prestígio e o seu preço era notavelmente superior em relação ao da produção policroma contemporânea. Provavelmente devido à proximidade da cidade de Assis, as representações de São Francisco são recorrentes na majólica produzida em Deruta (Minchilli, 1998; Watson, 2001).

MJS

AZULEJO COM MONOGRAMA DE CRISTO

Barro vidrado. Molde
Sevilha
Inícios do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 13,5 cm; Lt: 13,5 cm; G: 1,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/124)

CRISTO

Barro cozido
Flandres
Século XVI
Largo do Corpo Santo. Escavação 1996.
Cmax: 8,6 cm; Lmax: 3,5 cm; G: 5,2 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/171)

O fragmento do torso e da cabeça de uma imagem de Cristo crucificado modelado em barro e cozido constitui um significativo vestígio material da escultura de pequenas dimensões que serviu a devoção privada e uma vivência intimista da espiritualidade em que o culto cristológico desempenhou papel fulcral. De proporções esbeltas, com o tronco delineado com elegância, apresentando costelas, externo e chaga aberta na parte da frente, conserva apesar do estado fragmentário singular expressividade plástica, capaz de comover a quem contemplava a imagem tridimensional.

A representação mostra Cristo morto, com os olhos fechados, a cabeça inclinada para o lado direito, de cabelos longos e curta barba bifurcada a emolduarem o rosto fino, coroado de espinhos, segundo um modelo figurativo consagrado desde a Idade Média. Traçado compositivo e modelação apontam, no entanto, para uma obra quinhentista influenciada pelas matrizes flamengas, podendo ser uma peça de importação directa ou de execução em Lisboa por modeladores familiarizados com a linguagem artística do Brabante. Patenteia, além disso, a popularidade e a ampla produção de imaginária devocional executada em barro cozido desde o período medieval, que gozando da fácil disponibilidade da matéria-prima, da pobreza do preço, da simplicidade de execução, se difundiu e rapidamente se afirmou como um dos suportes preferenciais para a escultura de carácter religioso durante toda a Idade Moderna.

MJVC

PENDENTE

Azeviche esculpido e polido
Desconhecida
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996.
Século XVI
At: 3,4 cm; Lmax: 0,9 cm; G: 0,9 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/2013)

Tiago Maior (? – c.44), apóstolo e mártir, originário da Galileia, segundo a tradição cristã teria passado pela Península Ibérica em pregação após a morte de Jesus. O pouco frutífero processo de evangelização fá-lo-ia regressar à Palestina, onde viria a ser preso e decapitado a mando de Herodes. O seu corpo teria sido transportado até à Galiza, sendo sepultado em Compostela, onde repousou esquecido até ao século IX, data em que se iniciariam as peregrinações ao seu sepulcro. A descoberta do túmulo está ligada à causa da "Reconquista" cristã, fazendo com que o seu culto ganhe expressão, tornando-se o patrono de toda a Espanha (Mendes, 2009: 1-5). São Tiago é considerado o protector dos peregrinos, dos cavaleiros, dos trabalhadores, dos chapeleiros, dos veterinários e dos boticários (Heritage e Heritage, 2012: 192).

A pequena figura foi talhada em azeviche, carvão mineral fossilizado ao qual se atribuía poderes mágicos e taumatúrgicos (Teixeira e Gil, 2012: 677), representa São Tiago como peregrino, identificável através de alguns dos seus símbolos característicos, como o chapéu, o bordão e a vieira. São Tiago em posição vertical estática apresenta-se de barba e cabelo liso compridos, elementos associados à representação dos apóstolos. Veste uma capa comprida com mangas, cobrindo a cabeça com um chapéu de aba revirada e carregando uma esmoleira com borlas a tiracolo. Complementa a indumentária com elementos que seriam utilizados pelos peregrinos na sua caminhada, mas que têm também um significado simbólico intrínseco. Na mão direita segura um bordão com terminação em tau, símbolo dos eremitas (Begoña, 2012: 11), que não só ajudava na caminhada e defendia dos perigos, como simbolizava o terceiro pé, a santíssima trindade, um símbolo presente da sua missão evangelizadora. Junto do bordão e na mão esquerda parecem poder identificar-se uma cabaça e uma vieira. Esta é símbolo de prosperidade e sorte desde da época romana, um molusco abundante na Galiza e que os peregrinos levavam para casa como prova e recordação da peregrinação, tornando-se desde a Idade Média o símbolo mais emblemático de São Tiago e dos seus peregrinos (Mendes, 2009: 6).

As figuras de azeviche com a representação de São Tiago eram utilizadas pelos caminhantes presas nos barretes e chapéus a fim de assegurar protecção (Côrte-Real, 2009: 41), como descreve Amato no século XVI (Malaquias e Pereira, 2015: 408); talvez por isso esta figura apresente uma perfuração horizontal a meio do seu corpo, permitindo a sua suspensão.

LSG

FRAGMENTOS DE COMPOSIÇÃO ESCULTÓRICA EM TERRACOTA

Barro vermelho cozido, modelado e esculpido
Desconhecida
Meados do século XVI
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 2000
A-Amax: 36,0 cm; Lmax: 11,0 cm; B-Amax: 36,0 cm; Lmax: 14,0; C-Amax: 11,0 cm; Lmax: 11,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PF.00/ 2691-1, 2 e 3)

Os fragmentos equivalem a três distintos elementos representando frades que integrariam uma composição escultórica de carácter religioso mais ampla, hoje não descortinável. Elaborados em barro local, possivelmente hoje desprovidos da policromia original, foram modelados e esculpidos em alto-relevo, estando a parte posterior apenas esboçada, pelo que se trataria de uma aplicação feita numa superfície, eventualmente parede, interior de nicho ou suporte de outra natureza, como madeira.
Os fragmentos foram encontrados nas escavações da Praça da Figueira de 1999-2001, de permeio com cerâmica utilitária dos meados do século XVI com que se entulhou um poço medieval localizado nas traseiras do Hospital Real de Todos-os-Santos, e que terá funcionado até este momento.

Ao longo dos séculos XV e XVI operaram em Portugal diversos artistas, nomeadamente flamengos e do Norte de França, que deixaram obra sacra modelada e esculpida em terracota, alguma da qual monumental, muitos deles patrocinados pelo rei, sendo tentador conectar a presença no local desta composição iconográfica com o período de 1530-1569 em que o Hospital Real esteve sob a gestão dos frades Lóios (Abreu, 2009).

RBS

LA VIDA COTIDIANA Y EL MULTICULTURALISMO
VIDA QUOTIDIANA E MULTICULTURALISMO

A VIDA QUOTIDIANA E O MULTICULTURALISMO DE LISBOA

Jorge Fonseca

A cidade sofreu importantes transformações económicas, demográficas e urbanísticas nos últimos séculos da Idade Média, que lhe conferiram maior dimensão e dinamismo, as quais se acentuaram no século XVI sob o impulso da expansão. Esse novo caráter repercutiu-se no quotidiano dos moradores, sobretudo nas condições de alimentação, higiene e saúde, mas também na habitação, no trabalho e em muitos outros aspetos do dia a dia.

Um dos factos mais referidos pelos observadores quinhentistas foi o crescimento da urbe. Jan Taccoen de Zillebeke, flamengo de passagem para Jerusalém em 1514, fez-se eco da impressão dos habitantes de que a cidade era muito mais reduzida trinta ou quarenta anos antes, não passando então de um pequeno centro urbano (1514: 122). Apesar de o autor atribuir o fenómeno à presença do rei na cidade e aos cristãos-novos, esse desenvolvimento era uma das consequências das viagens de comércio e conquista empreendidas pela Coroa desde a centúria anterior, que fizeram da foz do Tejo o dinâmico porto e empório de produtos ultramarinos em que se transformou na Idade Moderna.

Mas o movimento de expansão urbana e de afirmação da cidade como centro político do reino tinha-se iniciado antes, com repercussões no modo de vida da população. Na passagem do século XIII para o XIV, o reinado de D. Dinis assistiu à construção de uma nova frente de muralhas, à abertura de novas vias e largos e à urbanização da colina ocidental (Carita, 1999: 30-35). Obras semelhantes continuaram nos reinados seguintes, levando a uma valorização da área ribeirinha e favorecendo o incremento das atividades ligadas ao rio e ao mar.

A Ribeira tornou-se o centro vital de Lisboa: aí chegavam diariamente os produtos agrícolas necessários ao consumo da população, trazidos do Ribatejo, do Alentejo e dos campos em redor da cidade, aí se descarregava e vendia peixe e marisco, se transacionavam frutas, hortaliças, aves e cereais, e se cortava e distribuía a carne, nos respetivos açougues. Na Rua Nova cedo começaram a concentrar-se os mercadores de produtos de luxo, muitos importados. E igualmente na Ribeira labutavam carpinteiros, calafates e outros profissionais da construção naval, e se localizavam os serviços de apoio e controle de muitas dessas atividades: a Casa de Ver-o-Peso, onde se fazia a pesagem dos produtos para aplicação dos impostos, a Casa dos Contos, onde se cobravam as rendas reais e o Paço dos Tabeliães, onde se lavravam as escrituras relativas a negócios.

O dinamismo do porto, potenciado pela posição geográfica da urbe em relação às principais rotas internacionais, nomeadamente as que ligavam os países do Norte ao Mediterrâneo, atraía comerciantes de várias regiões europeias. Fernão Lopes discriminou-os: "Havia outrossi mais em Lisboa estantes de muitas terras…assi como Genoeses, e Prazentins, e Lombardos, e Catelães d'Aragom, e de Maiorga e de Milão, que chamavam Milaneses, e Corcins, e Biscaínhos, e assi doutras nações…e estes faziam vir e enviavom do reino grandes e grossas mercadarias…em guisa que…jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos e quinhentos navios de carregaçom" (1979: 5).

Todo esse movimento contribuiu para imprimir no ambiente citadino um caráter aberto e cosmopolita. E esse multiculturalismo, evidente nos modos de falar e nos comportamentos, era acentuado ainda pela presença de numerosos escravos, na maioria muçulmanos do Norte de África ou de Granada, capturados em operações de corso ao largo do Algarve ou em assaltos à costa africana. Muitos deles, sobretudo depois de libertos, continuaram a praticar o Islamismo e a adotar hábitos e rituais provenientes das terras de origem, ligados às tarefas diárias e à alimentação, ao culto dos mortos e às principais celebrações festivas, principalmente o Ramadão.

Habitava também a cidade a comunidade muçulmana descendente da antiga população autóctone anterior à conquista cristã, que se concentrava na Mouraria, onde mantinha em grande parte a sua identidade, com talhos próprios, hospitais, escolas, banhos públicos, cemitérios e autoridades comunitárias, até à expulsão, em 1497 (Soyer, 2013: 59-63).

O mesmo sucedeu com os Judeus, vindos para Portugal pelo menos desde os séculos V e VI e agrupados em Lisboa na Judiaria Grande, a mais antiga, na Judiaria Nova e na Judiaria de Alfama. Dedicavam-se ao comércio e à produção industrial, como alfaiates, ferreiros, ourives, sapateiros, e à prática de profissões como a medicina, o arrendamento de impostos e a usura.

A faceta multicultural da cidade acentuou-se muito com a expansão além-mar. Por um lado, porque passou a circular por ela e a fixar residência um número muito maior de europeus, na proporção do incremento comercial do seu porto. A este chegavam agora a malagueta e a pimenta de Benim, o algodão de Cabo Verde, as especiarias e tecidos do Oriente, a madeira e o açúcar do Brasil. Esses mercadores vinham à procura de oportunidades como intermediários no tráfico de produtos exóticos com os países nórdicos e mediterrânicos. As grandes casas comerciais e financeiras da Europa passaram a ter em Lisboa agentes em permanência.

Por outro lado, a entrada em grande quantidade de escravos negros, comprados e postos ao serviço das camadas sociais mais prósperas da urbe, reforçou a variedade étnica desta, levando alguns visitantes a apelidá-la de "tabuleiro de xadrez", por parecer habitada por tantos negros como brancos. O médico alemão Jerónimo Münzer, que visitou Lisboa em 1494, achou que era "verdadeiramente extraordinária a quantidade de escravos negros e acobreados" que aqui viviam (1931: 51-52). A exuberância dos Africanos, empregues muitas vezes em trabalhos ao ar livre, como o transporte de água das fontes e a venda de produtos, incutiu na paisagem urbana uma nota de maior colorido e vivacidade, originando até uma imagem exagerada do seu verdadeiro número.

O comércio ultramarino provocou um notável crescimento demográfico da cidade. De 60.000 habitantes em 1415, passou para 70.000 aquando do numeramento joanino de 1528 e para 120.000 no terceiro quartel de Quinhentos. Em resultado disso viriam a ser criadas doze novas *freguesias* entre meados e finais do século XVI, por desdobramento de parte das paróquias medievais. A Ribeira passou a concentrar 30% dos fogos tributáveis, com o mais elevado rendimento *per capita*, morada de mercadores, funcionários régios e camarários (Rodrigues, 1990: 48-49). Isso levou o já citado flamengo Jan Taccoen a afirmar em 1514: "Lisboa, no futuro, será uma grande, rica e poderosa cidade, porque é de admirar o número de casas que nela se constroem" (Zillebeke, 1514: 122). Paralelamente, erguiam-se novos edifícios destinados ao rei, a serviços da Coroa, equipamentos sociais e ao comércio e domínio além-mar: a Alfândega Nova, o Arsenal, a Casa da Índia, a Misericórdia, o Paço da Ribeira, o Terreiro do Trigo e outros. Na Rua Nova dos Mercadores e na Rua Nova del Rei reuniam-se os principais mercadores e cambistas.

Nada disso, naturalmente, deixou de ter consequências na vida dos habitantes. O maior número de pessoas, apesar do alargamento da área urbana, levou a que se concentrasse em edifícios mais altos, que no centro atingiam três e quatro fogos por prédio, causando admiração aos estrangeiros. Mas isso não foi acompanhado de melhores condições materiais para tarefas diárias como a confeção dos alimentos, que eram preparados em fogareiros dentro de casa, sendo raras as chaminés. Não havendo canalizações para escoar as águas sujas dos domicílios, estas eram despejadas para a rua, muitas vezes pelas janelas. E, na falta de privadas, os dejetos domésticos eram transportados diariamente, pela manhã, em bacios sobrepostos dentro de canastras carregadas à cabeça de negras e negros, para certos locais do rio. Havia, mesmo assim, sanitários públicos destinados aos homens, mantidos pelo município, em comunicação com um canal que desaguava no Tejo. Também se acumulavam lixos por toda a parte, apesar das proibições camarárias. A sujidade tinha como efeito, segundo um autor italiano anónimo," uma lama e uma chuva contínua e um mau cheiro enorme, pelo que e com razão, aquela gente usa(va) sempre chapéu e borzeguins e anda(va) a cavalo" (Marques, 1987: 194-195).

A falta de higiene tinha implicações na saúde dos moradores, sendo apontada como origem de várias epidemias. Por isso o município tomou, a partir do século XV, medidas tendentes a tornar a cidade mais limpa, obrigando os moradores a varrer as ruas em frente às suas portas, introduzindo carretas destinadas à remoção do lixo, afastando do centro atividades poluentes, como curtumes e matadouros, e lançando uma rede de esgotos. Na ocorrência de doenças, um conjunto de pequenos hospitais, ligados a instituições religiosas, procurava suprir as carências dos mais pobres. Em 1479 o futuro D. João II obteve licença papal para os unir num único, levando à fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos. Mas, na ocorrência de pestes, todas as medidas eram insuficientes, recorrendo-se sobretudo ao controle da entrada de forasteiros e de navios, ao isolamento dos doentes e à desinfeção das suas casas (Rodrigues, 1968: 114-117).

A alimentação continuava, como no período medieval, a ter por base os cereais, sobretudo o trigo, a carne e o peixe, nomeadamente nos dias de abstinência

obrigatória, mariscos e crustáceos. O peixe podia-se consumir fresco ou, então, seco, fumado ou salgado. Comiam-se também largamente hortaliças, legumes e fruta. O leite e os seus derivados, bem como o mel, eram complementos frequentes da alimentação. Os pratos cozinhavam-se e temperavam-se com recurso ao azeite, banha, cebolas, ervas aromáticas, manteiga, ovos, sal, vinagre e toucinho. Usavam-se, embora menos intensamente, as especiarias importadas (Marques, 1971: 7-13). Com as Descobertas viu-se reforçado o consumo destas, sobretudo da pimenta, canela, cravo, gengibre, malagueta e noz-moscada, assim como do açúcar, que passaram a entrar na preparação de grande parte dos alimentos, de forma exagerada, na opinião de estrangeiros, por lhes alterarem o sabor.

A venda fazia-se, em grande parte, ao ar livre, na Ribeira Velha, principal mercado de pão, legumes e fruta, no Mal Cozinhado, onde se transacionavam alimentos prontos a comer, e um pouco por todo o lado na cidade. As doçarias mais elaboradas tinham uma rua própria, a da Confeitaria. O pequeno comércio estava em grande parte a cargo de mulheres, muitas delas negras, que apregoavam peixe e vendiam legumes, hortaliças, cabritos, marisco, marmelada e arroz cozido. Outras distribuíam água, as *negras do pote*. Era também a mulheres que cabia o fabrico do pão, a lavagem da roupa dos domicílios, medir e joeirar trigo no Terreiro e coser peças de roupa. Aos homens cabia, além do comércio nas tendas da cidade e da maioria dos ofícios artesanais, a pesca, a descarga dos barcos, o transporte de mercadorias com animais, a construção de embarcações na Ribeira, a caiação de casas, limpeza das ruas com carretas, assim como a venda de água e de muitos outros produtos (Brandão, 1552: 207-2333).

As festas, momentos de pausa no labor diário, de celebração e de convívio, eram na maior parte de natureza religiosa e ocupavam parte substancial dos dias do ano. Entre as mais importantes contavam-se a de Quinta-feira Santa, com procissão de flagelantes, e as do Corpo de Deus e de Todos-os-Santos. D. Manuel I introduziu a do Anjo Custódio e a da Visitação. Outras eram organizadas na chegada à cidade de relíquias ou em ação de graças pelo fim de epidemias. Mas outras ainda comemoravam sucessos de ordem política, casamentos e entradas reais, com as ruas engalanadas, danças, fogueiras e corridas de touros.

Os rituais da morte, contraponto negativo das festas no quotidiano comunitário, reuniam familiares e amigos dos falecidos em funerais acompanhados de gritos, arrancar de cabelos e rasgar de roupas, mas igualmente de refeições ligeiras. O referido Jan Taccoen anotou na sua passagem pela cidade: "Quando morre alguém fazem uma grande gritaria, como em Roma". O luto era assinalado não pelo uso da cor preta nas roupas, mas pela qualidade mais grosseira do respetivo pano, pelos fatos do avesso, a barba crescida e menores cuidados de higiene. Os mortos eram sepultados no interior ou no adro das igrejas.

PÁGINA ANTERIOR/

NASCIMENTO DE S.JOÃO BAPTISTA
PINTURA SOBRE MADEIRA
LISBOA. GREGÓRIO LOPES. 1530-1540
MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA - DGPC

POSTURA DA CÂMARA DE LISBOA SOBRE A ORDEM A TER NAS BICAS DO CHAFARIZ DE EL-REI

Papel
[Lisboa]
1515-1733
38,8 x 25,5 cm
Posturas da mui excelente e sempre leal cidade de Lisboa reformadas emmendadas e recopiladas pelo Ill.mo Senado della. Anno 1610, f. 314-314v.
Arquivo Municipal de Lisboa

O códice "Posturas da mui excelente e sempre leal cidade de Lisboa reformadas emmendadas e recopiladas pelo Illustrissimo Senado della Anno 1610" copia e organiza em livros as colecções anteriores de posturas referentes à administração municipal. Contém documentos que nos permitem conhecer ordenações régias e camarárias de proibições, autorizações, providências e regulamentos sobre o abastecimento da cidade, actividades artesanais, regimentos de ofícios, aspectos de construção civil, compra e venda de mercadorias, limpeza da cidade, inspecção de pesos e medidas, taxação de preços ou as normas para eleições do Conselho. As posturas copiadas e as anotações colocadas posteriormente nas margens apresentam como balizas cronológicas as datas de 1515 e 1733.

As resoluções relativas à utilização do Chafariz de El-Rei encontram-se no Livro IV - De posturas e defesas contra os maus costumes e delitos. A postura que aqui se reproduz intitula-se "Postura LII – Sobre a ordem que se ha de ter nas bicas do chafariz d´el Rey" e organiza o modo como a população de Lisboa se devia distribuir pelas bicas do chafariz: "[fl. 314] [...]Que na primeira bica indo da Ribeira pera ella encherao pretos, forros, e captiuos assim mulatos indios como os mais captiuos que seiao homens. E logo na segunda seguinte poderão encher os Mouros das galles somente agoa que for necessaria pera suas [fl.314v.] auguadas, e tendo cheos seus barris ficara a dita bica pera os ditos negros e mulatos conforme a declaração atras. E Na terceira e quarta que sao as duas do meo encherao nellas os homens e molheres brancos, E Na quinta seguinte logo encherao as molheres pretas, mulatas, jndias, forras e captiuas E Na deradeira bica da banda d'Alfama encherao as molheres e mocas brancas conforme a declaracao das bicas. [...]". Esta postura define ainda as medidas a tomar em caso de desrespeito pela distribuição definida, que deveria ser comprida mesmo que corresse água no chão. As penas variavam conforme o grupo social, entre contribuições monetárias, açoitamentos públicos e dias de prisão.

EA

VISTA DO CHAFARIZ D´EL REY

Óleo sobre tela
Anónino dos Países Baixos.
1570-1580
Fundação Berardo

LÁPIDE FUNERÁRIA DE AL-ABBAS AHMAD

Calcário branco, cristalino
Lisboa
1398
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 1962
At: 70,0 cm; Lt: 46,0 cm; G: 18,0 cm
Museu de Lisboa (MC.ARQ. PF.62/ E.P. 0004)

Lápide funerária em calcário branco e cristalino (lióz), encontrada em 1962 durante o acompanhamento das obras do metropolitano, reutilizada nas fundações do Hospital Real de Todos-os-Santos (Moita, 1967: 81-86; Leite, 1994: 239).

O monumento enquadra-se na tradição das lápides decoradas com arco simbólico, tendo insculturada uma extensa inscrição que se estende pelos bordos laterais, onde se lêem suras do corão (Borges, 1998: 255; Barroca, 2000: 71).
Apresenta uma inscrição central, como as restantes bem paginada e em cursivo elegante, que se estende pela faixa circundante: "Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. Este é o sepulcro de Al-'Abbās Ahmadibn [… morreu] na segunda-feira, primeira de Shawwāl do ano oitocentos. Que Deus tenha compaixão dele" (Borges, 1998: 255; Barroca, 2000: 71; Torres e Macias, 1998: 102). A data corresponde a 17 de Junho de 1398.

O rei D. Manuel I doou, em 1497, o terreno do almocávar de Lisboa (que se espraiava pela encosta da actual Ermida de N.ª Sr.ª do Monte, antiga de S. Gens) para nele se formar um rossio, tendo as cabeceiras dos jazigos e outros elementos arquitectónicos que ali se encontravam sido destinados às obras de construção do Hospital Real de Todos-os-Santos, o que é comprovado pelo local do achamento desta peça.

RBS

PIA DE ABLUÇÕES COM INSCRIÇÃO CÚFICA REPETIDA NO BORDO (AL-MULK)

Calcário branco, cristalino
Lisboa
Séculos XIV-XV
Rua João do Outeiro, Mouraria. Trab. Arqueológicos 1990
At: 11,4 cm; Db: 22,3 cm
Museu de Lisboa (MC.ARQ.RJO.90/ E.P 0067)

Pia de abluções de oito lóbulos, de bordo moldurado, onde pontuam na face lateral losangos, quadrados e círculos insculturados e, na parte superior, bem demarcada, uma inscrição em cúfico, também insculturada, onde se lê a expressão al-mulk (o poder, o império de deus), repetidamente encadeada. A peça foi mais tarde truncada, perfurada no seu interior e a base está obliterada, podendo pressupor-se uma zona peduncular hoje ausente.\

O objecto foi encontrado durante as obras no edifício com o n.º67 da Rua de João do Outeiro, em plena Mouraria de Lisboa, reutilizado como material de construção numa parede (Silva, 2015). Em zona próxima do prédio situar-se-ia, segundo as fontes documentais, a mesquita maior do extenso bairro muçulmano da Lisboa medieva.

RBS

A VIDA QUOTIDIANA EM CEUTA DURANTE O PERÍODO PORTUGUÊS

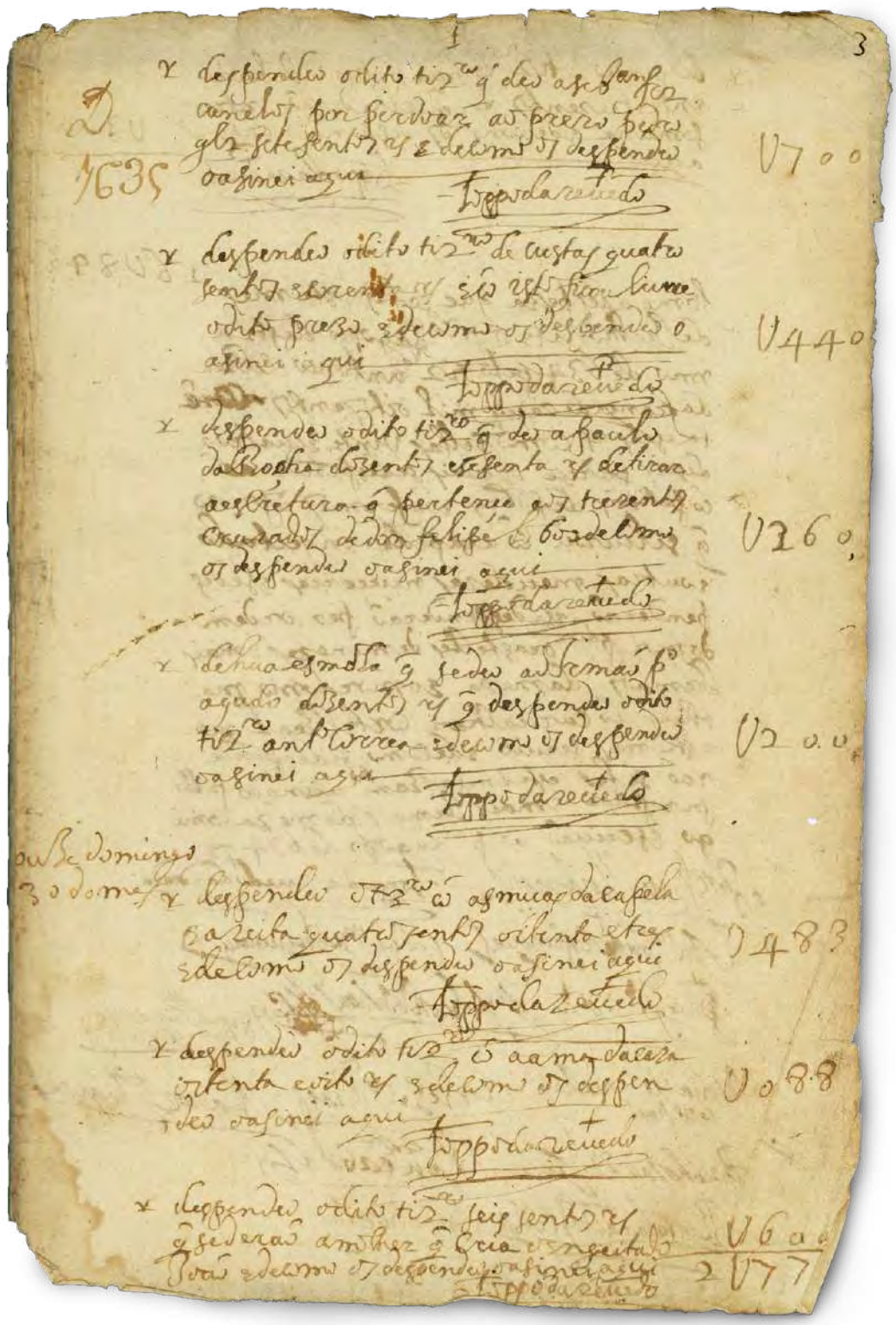
Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga

As vivências das populações estão sempre dependentes de um conjunto de circunstâncias, umas naturais, outras criadas pelo Homem. Algumas variantes a ter em conta passam por aspetos como a situação geográfica, o poder económico, os hábitos culturais e a religião de cada comunidade. No caso de Ceuta, ou de qualquer outro espaço que passou do domínio muçulmano para o cristão, algumas destas realidades tornaram-se ainda mais acentuadas, uma vez que se aproveitaram legados cuja receção implicou sempre algumas transformações, por vezes significativas.

Com a conquista de Ceuta, por parte dos Portugueses, em 1415, iniciou-se uma nova etapa da vida da cidade e, desde logo, dois dos problemas que mais afligiram o quotidiano das populações: o isolamento e a falta de segurança. Tratava-se de um pequeno espaço, separado da Europa pelo mar e rodeado de populações autóctones desejosas de reconquistar a cidade. Consequentemente, todos os que viveram em Ceuta terão, em algum momento, receado os ataques, vivido algum cerco e até conhecido direta ou indiretamente os problemas decorrentes das perigosas entradas em território inimigo, as chamadas almogaverias que, quando levadas a cabo com êxito, permitiam obter mantimentos, designadamente gado bovino e equino, além de recompensas posteriores, como a dignidade de cavaleiro para os que nelas participavam, mas que, quando acabavam em insucesso, conduziam a mortes e cativeiros (Braga, 1993: 83-88).

Com uma população maioritariamente masculina, apesar da presença de algumas mulheres – quer as que pertenciam à família dos capitães quer outras de menor qualidade social, passando por prostitutas – o clima belicista era naturalmente pesado. A insegurança e o medo pontuavam e disso mesmo foram fornecidos diversos testemunhos. Por exemplo, em 1534, D. Duarte de Meneses, capitão interino da cidade, escreveu a D. João III: "Senhor, sempre vivemos nestes medos e não temos outros proveitos desta vossa guerrase não mataram fulano, cativaram fulano e não tiraram fulano" (*apud*. Braga e Braga, 2010: 292). Efetivamente, qualquer ato menos cuidadoso, como deixar o interior das muralhas para apanhar tâmaras, podia levar ao cativeiro, pois o inimigo estava sempre próximo e atento. Neste contexto não se estranham depoimentos como um de 1566, em que alguém referia que os habitantes das praças marroquinas não ousavam sair do espaço amuralhado pois "los moros están tan cerca que cada dia les corren la tierra hasta las puertas de los dichos lugares" (*apud*. Braga e Braga, 1998: 110). Perante um clima de constante sobressalto, de muitas escaramuças, de ataques e de alguns cercos (1418, 1419, 1453 e 1464) – lembremos que quer o rei de Fez quer os turcos procuravam atacar a cidade – foram vulgares os ferimentos resultantes dos combates. Recordemos as palavras do cirurgião Diogo Salvador, em meados do século XV: em Ceuta, curara "muitos homens de mui grandes feridas e delas mortais de que eles em breve tempo ficaram sãos" (*apud*. Braga e Braga, 2010: 289). No entanto, este não foi o único problema de saúde das populações. Os surtos de peste documentados – 1443, 1451-1453, 1455, 1557, 1574-1579, 1579-1580, 1592 e 1602 – deram igualmente trabalho a físicos (médicos), cirurgiões e boticários, além de todo um conjunto de padecimentos que assolaram as populações independentemente do lugar onde se encontravam.

O clima de tensão também se vivia dentro de portas. Ceuta contava com população fixa e flutuante. No primeiro caso temos os moradores da praça, dos diversos grupos sociais; no segundo, os homens de armas e todos os que estavam de passagem mesmo que involuntariamente, caso dos degredados, ou acidentalmente, dos cativos que haviam conseguido escapar para solo cristão. Havia ainda estrangeiros, judeus, mouros, cristãos-novos de judeus e mouriscos. Como em qualquer outra cidade, a conflituosidade das populações fazia parte do quotidiano, ao mesmo tempo que pequenos e grandes problemas – furtos, roubos, pancadas, ferimentos e mortes – davam origem a insultos e a mais violência física não raramente envolvendo o uso de armas. No caso de Ceuta, algumas contendas foram, contudo, potenciadas pela convivência entre pessoas de credos diferentes ou entre pessoas descendentes de elementos das antigas minorias étnico-religiosas: mouros e judeus.



ARCHIVO GENERAL DE CEUTA, *SANTA Y REAL CASA DE MISERICORDIA*, LIBRO DE DESPESSA, 1635.

Face a judeus, mouros, cristãos-novos de judeus e mouriscos houve determinações régias que limitaram as suas vivências. Por exemplo, judeus e mouros não se podiam alojar em casas de cristãos-novos quando iam mercadejar a Ceuta. Por outro lado, os judeus ficavam confinados às suas casas durante a semana santa. No que se refere aos mouros, havia-os livres e cativos. Os primeiros, em escasso número, dedicavam-se ao comércio e ao resgate de cativos, enquanto os segundos tinham que assumir um comportamento discreto do ponto de vista religiosos e à noite recolher às masmorras. No que se refere aos mouriscos não raramente colaboraram com os portugueses nas almogaverias (Braga e Braga, 1998: 53-70). A presença de gentes tão diversas dava à cidade um colorido particular, visível na indumentária. Atendendo a que os trajes cristãos eram muito diferentes dos que se usavam no mundo muçulmano, não será de estranhar que "calções verdes, borzeguins vermelhos, sapatos brancos, tudo em hábito mourisco", ou "almilhas e albernozes", vestimentas envergadas por certos mouriscos no início do século XVII, certamente afins às de outros, chamassem a atenção.

No domínio alimentar, Ceuta, antes da conquista portuguesa, foi uma cidade semelhante aos outros espaços magrebinos e ao sul da Península Ibérica. Ou seja, os habitantes dispunham – tendo em conta as suas possibilidades económicas, o tipo de refeição, a sazonalidade de alguns alimentos e os constrangimentos religiosos, designadamente a interdição do consumo de alimentos impuros, tais como o porco – de carne, peixe, frutas e legumes. As intervenções arqueológicas e os estudos de paleobiologia permitiram documentar uma alimentação baseada em cereais apesar de a cidade ser deficitária, daí a presença de vários silos; frutos frescos muito diversificados (ameixas, amoras, azeitonas, bananas, cerejas, cidras, damascos, figos, laranjas, limas, limões, maçãs, marmelos, peras, pêssegos, romãs e uvas), frutos secos (amêndoas, avelãs, castanhas e nozes), verduras, cultivadas quer nas zonas periurbanas quer nos quintais das casas; cana-de-açúcar, algumas variedades de moluscos e peixes (atum, boga, cherne, dourada, peixe espada, rascasso e sardinha, de entre outros), sem esquecer a carne, designadamente galinhas, coelhos e exemplares de gado caprino, ovino e vacum (Lozano, 2010: 39-60). Os pratos eram preparados com azeite, manteiga, sal, vinagre, especiarias e ervas aromáticas. Das bebidas sabe-se menos: algumas fermentadas feitas a partir de cereais, sumos de frutas e vinho, apesar da proibição. A presença de infraestruturas como fornos, matadouros e moinhos facilitavam a preparação dos alimentos vendidos já preparados ou manipulados nas casas particulares em utensílios cerâmicos (Hita et al., 2010: 101-150). Ora, com a presença portuguesa estas características mantiveram-se se excetuarmos a ausência do consumo da carne suína e o parco consumo de vinho, esse proveniente de Portugal, em especial do Algarve, apesar de a aguardente se fazer em Ceuta (Posac, 1978: 209). Os legumes e frutos presentes em campos e hortas foram notados por diversas figuras que passaram pela cidade, o mesmo acontecendo com a caça de codornizes, perdizes, pombos e coelhos (Braga e Braga, 2007: 284). Por seu lado, a criação de porcos ficou a cargo de andaluzes e de cristãos-novos castelhanos (Ricard, 1955: 152). Ceuta não dispunha de alimentos suficientes para satisfazer as necessidades da população ficando dependente do abastecimento proveniente quer do reino quer da feitoria da Andaluzia o qual nem sempre era atempado nem suficiente. Daí situações de fome sempre reportadas em cartas dirigidas aos monarcas (Braga e Braga, 2010: 285-286). E este é mais um dos traços marcantes do quotidiano das populações estantes na cidade, o qual resulta diretamente do clima de tensão que dificultava ou impedia as trocas e do isolamento a que as populações que habitavam na cidade estavam sujeitas.

Se, antes da conquista, Ceuta era um importante espaço comercial no qual abundavam os mais variados produtos, a partir da conquista a situação da cidade conheceu alterações. A saída de quase toda a população autóctone, a ocupação dos espaços habitacionais pelos recém chegados, a transformação da mesquita em igreja, a presença de cristãos, mouros, judeus, cristãos-novos de judeus e mouriscos e, em especial, o clima de tensão, o isolamento e a insegurança foram os responsáveis pelas principais diferenças do quotidiano dos que se instalaram em Ceuta se tivermos como padrão de comparação o reino.

BANHOS TERMAIS NO SÉCULO XVI: UM EXEMPLO EM ALFAMA

Manuela Leitão e Marco Calado

São várias as referências documentais que atestam a existência de banhos públicos em Alfama, zona oriental da cidade de Lisboa[1]. A abundância de nascentes, cuja origem se associa a um sistema de falhas geológicas, impulsionou o desenvolvimento de uma série de actividades, onde se destacam os banhos com fins terapêuticos, vulgarmente designados desde a época medieval por alcaçarias.

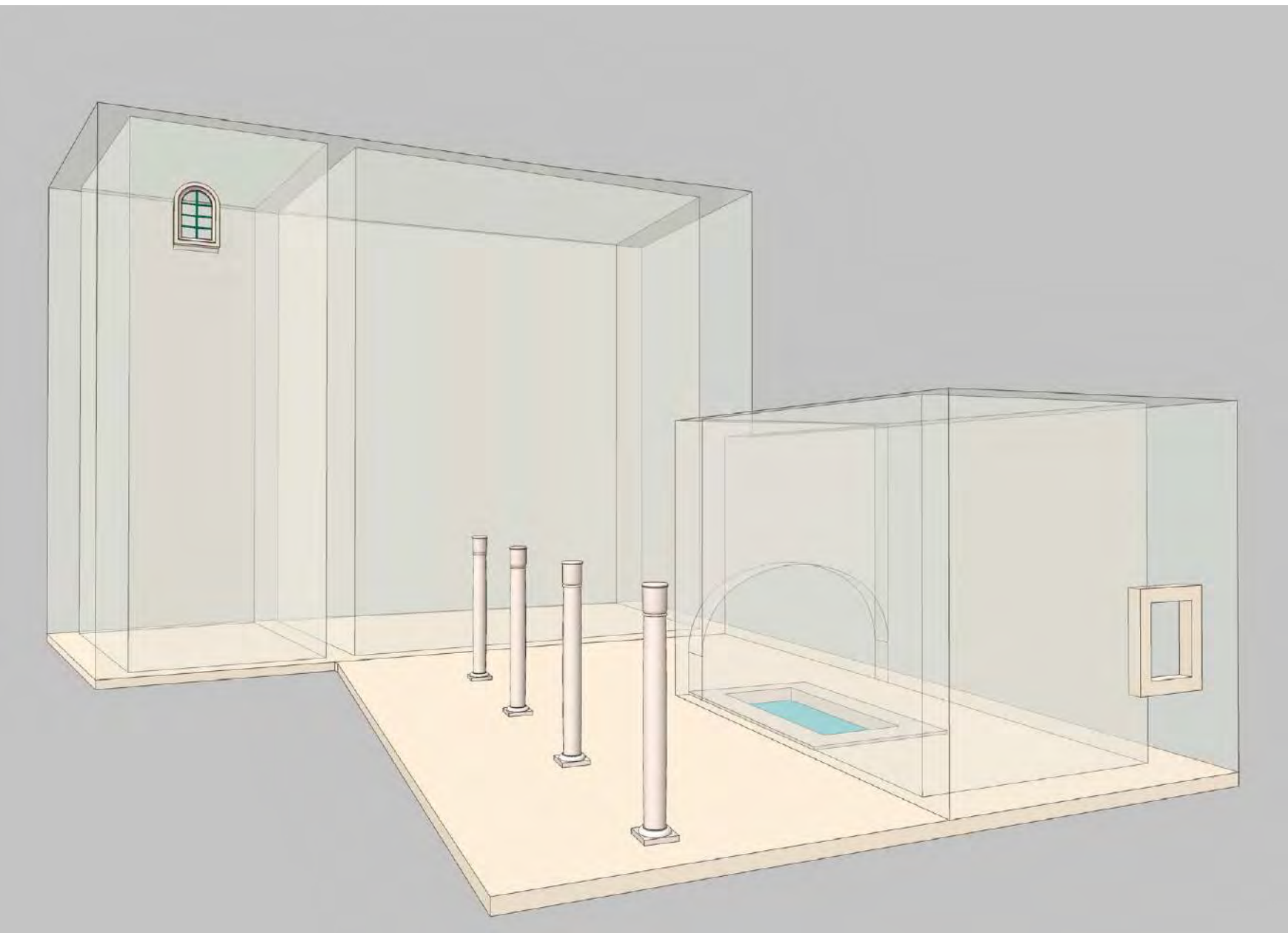
O exemplo aqui exposto, recuperado pela investigação arqueológica[2], trata do conjunto edificado de origem quinhentista localizado na frente ribeirinha de Alfama, a Noroeste do actual Largo das Alcaçarias. Área intra-muros de tradição "industrial", periférica do novo centro político e económico e menos qualificada do ponto de vista social e urbanístico (Caetano, 2004: 137), revelou vestígios de uma construção cuidada, vocacionada, pelo menos em parte, para a prática de banhos termais.

No decurso dos trabalhos arqueológicos foi possível reconhecer elementos da construção primitiva: um corpo de planta rectangular, cuja empena lateral conserva uma janela em arco de volta inteira, voltado a um pátio com igual configuração, mas mais estreito, delimitado a Norte pelo substrato geológico cortado para o efeito. A Sul, o pátio terá comportado uma colunata, hipótese fundamentada na detecção de uma base *in situ*, com fuste e capitel remontados em época posterior, e outros elementos reintegrados no edificado. No vértice Norte do pátio, num espaço compartimentado, foi identificada uma infra-estrutura de captação de águas associada a um tanque rectangular com vestígios do revestimento em lajes de calcário cristalino, polido, material também aplicado no pavimento envolvente[3].

É provável que os vestígios detectados correspondam a uma das alcaçarias exploradas pelo Hospital de Todos-os-Santos, localizada na *rua Direita* que ia de S. Pedro ao *Chafariz dos Cavalos* (Chafariz de Dentro) (Ramos, 2013: 112), artéria que continua a delimitar a frente Norte deste quarteirão, actual Rua de S. Pedro. Outro argumento a considerar diz respeito à inscrição incrustada numa fachada deste conjunto, ostentando as iniciais OS – *Omnium Sanctorum* – insígnia do hospital usada também como marca de propriedade, à semelhança da lápide existente no nº 13 da Rua das Madres (Pereira, 1993: 84). De facto, o primeiro exemplo ofereceo seguinte texto[4]: Estas casas do meio a parte interior são foreiras ao Hospital Real e para a rua livres.

Em 19 de Agosto de 1502, D. Manuel I fez uma doação de chãos na Ribeira ao Hospital, uma localização vaga. Curiosamente, o mesmo documento faz menção a um foro recebido pelo Conde de Penela, por metade de um chão e água em Alfama (Castilho, 1893: 151). Efectivamente, a 12 de Agosto do mesmo ano, D. João de Vasconcelos de Meneses recebeu uma propriedade situada fora do muro da ribeira, próxima ao Chafariz de Alfama (presumivelmente o Chafariz d'El Rei) e ao lugar onde as mulheres lavam, para ali fazer alcaçarias, casas ou outras benfeitorias[5]. Em 1515, o rei autorizou a Câmara de Lisboa a efectuar um escambo com o Hospital de Todos-os-Santos, de forma a ficar com um chãao que esta aleem do chafariz junto das alcaçarias do conde de Penela[6].

Na Vista de Leiden, junto a uma serventia que corresponde hoje à Travessa do Terreiro do Trigo, é visível uma casa constituída por um corpo sobradado, armado sobre esteios ou colunas, adossado a outro mais estreito. Colocada num plano avançado em relação à muralha e a um postigo, a imagem captou também o que parece ser um tanque contíguo à casa[7], escavado na praia fluvial. Em 1502 ou 1505, no seguimento dos conflitos entre o Conde de Penela e a Câmara de Lisboa, D. Manuel I ordenou a construção de um tanque na ribeira[8]. Quer as evidências arqueológicas, quer as fontes escritas sugerem uma proximidade entre as duas alcaçarias, ambas situadas em Alfama, a oriente do Chafariz d'El Rei. Separava-as o troço da cerca Fernandina que das portas do Chafariz de Dentro prosseguia pelo Beco dos Cortumes até ao postigo de Alfama ou das Alcaçarias, aberto a meio da *rua de Alfama*, hoje Travessa do Terreiro do Trigo, terminando provavelmente na torre de S. Pedro (Silva, 1987a: 108-112). As afinidades morfológicas e arquitectónicas entre os vestígios registados e a representação iconográfica sustentam a hipótese daquela construção corresponder também a umas alcaçarias, talvez correspondentes às do Conde de Penela[9].



RECONSTITUIÇÃO PARCIAL DA CASA QUINHENTISTA (CARLOS LOUREIRO)

É possível que os novos discursos arquitectónicos urbanos então vigentes, com preocupações formais e estéticas devidamente legisladas (Carita, 1999: 169-181), tivessem exercido influência. Para além da relevância material destas estruturas, elas são também o testemunho da tolerância em relação aos banhos medicinais numa época em que o medo do contágio de doenças, como a peste e a sífilis, levou ao encerramento oficial e sistemático dos estabelecimentos para banhos públicos (Trindade, 2014: 217).

1 As descrições dos geógrafos árabes no século XI constituem as referências mais antigas conhecidas sobre um edifício termal em Alfama, instalado junto a uma das portas do lanço oriental da primitiva cerca urbana medieval: […] Numa das portas de Lisboa (*al-Usbuña*) conhecida por Porta das Termas (*Bãb al-Hamma*), há umas termas (*hamma*) perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. […] (Sidarus e Rei, 2001: 45).

2 Intervenção arqueológica desenvolvida entre 2003 e 2006 no âmbito de um projecto de reabilitação promovido pela Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana / Unidade de Projeto de Alfama, Câmara Municipal de Lisboa. Agradecemos ao Prof. Doutor Paulo Pereira, ao Carlos Loureiro e à Dra. Ana Cristina Leite, a troca de informações no decurso destes trabalhos.

3 Compartimento com 21,17m^2 de área. O tanque apresenta as seguintes dimensões: 2,60 X 1,75 X 0,77 e tinha uma capacidade total de c. 3500l. As estruturas foram protegidas e preservadas sob o novo pavimento.

4 Leitura revista pela Dra. Edite Alberto (Arquivo Municipal de Lisboa), a quem agradecemos.

5 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl.27.

6 Arquivo Municipal de Lisboa, *Chancelaria Régia*, Livro IV de D. Manuel, doc. 39, f. 50-50v.

7 Veja-se, a título de exemplo, as referências de João Brandão de Buarcos a "tanques, laguos e casas de água" destinados à lavagem de roupa, "couros e llaãs" aproveitando as nascentes (Buarcos, 1990: 103-104).

8 Arquivo Municipal de Lisboa, *Chancelaria Régia*, Livro de D. Manuel, doc. 86-87.

9 Com efeito, neste local funcionaram entre 1759 e os finais do século XIX os Banhos de D. Clara (Silva, 1987a: 116).

VISTA DO COMPARTIMENTO DOS BANHOS.

EMPENA LATERAL DA CASA QUINHENTISTA.

EL BAÑO ÁRABE DE LA PLAZA DE LA PAZ (CEUTA)

José Manuel Hita Ruiz y Fernando Villada Paredes

En 1970, tras la demolición de unas viviendas, fueron puestas al descubierto unas estructuras abovedadas que Posac identificó como pertenecientes a un *hammam*. Los restos fueron conservados y se procedió a su documentación gráfica aunque no fueron excavados hasta mucho más tarde. Efectivamente, en 2000 y 2004 sendas excavaciones arqueológicas permitieron exhumar nuevas estructuras, determinar sus diferentes fases constructivas así como identificar funcionalmente las salas conservadas. Finalmente, en 2006 fueron rehabilitados y abiertos a la visita pública (Hita y Villada, 2006; Hita y Villada, 2013).

Cuatro son las fases que pueden distinguirse en este monumento.

La primera corresponde a los vestigios de una primitiva vivienda y una calle, fechadas en torno al siglo XI, sobre las que se levantaría posteriormente el baño. La acomodación de estas estructuras precedentes explica en parte su planta irregular.

En la siguiente fase, que debe situarse entre los siglos XII-XIII, se construye el baño primitivo que presenta el habitual esquema en este tipo de edificios. Es decir una sucesiva serie de habitaciones de planta rectangular comunicadas entre sí, con techos abovedados en los que se abren luceras, a las que precede un patio y, medianera a la sala caliente, la caldera y otras habitaciones auxiliares. Para su edificación se rebajó el terreno, que presenta una marcada caída en dirección sur-norte, de modo tal que el edificio quedó parcialmente soterrado como es frecuente en este tipo de estructuras ya que así se facilita el abastecimiento de agua y la preservación del calor.

En la tercera fase, ya en época mariní, el baño sufrió una profunda remodelación. El acceso se ubicó en el lado contrario del baño, la sala templada fue subdividida en dos para conseguir espacio para la sala fría y el antiguo acceso y la primitiva sala fría fueron demolidas.

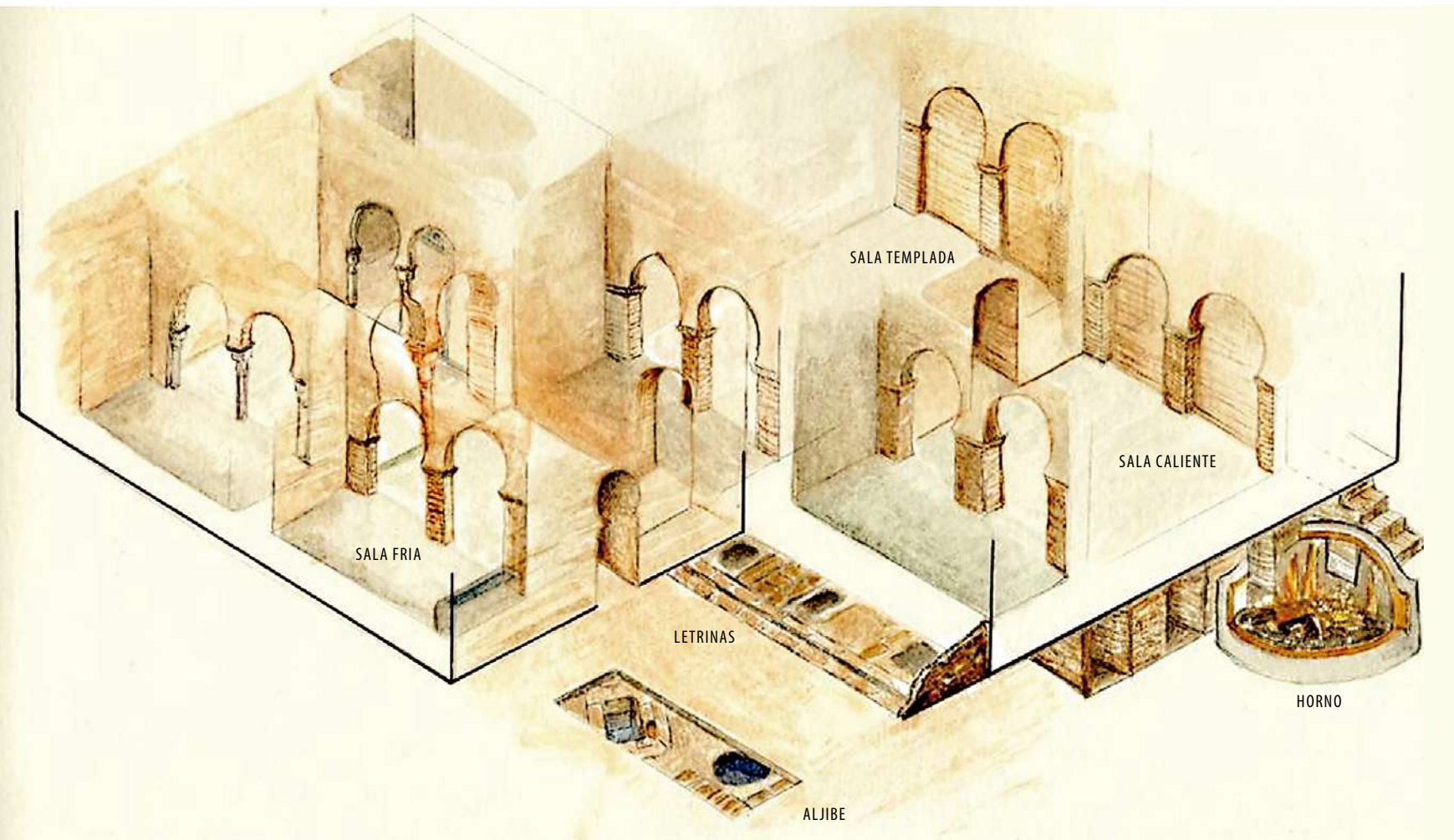
La cuarta fase del baño corresponde con la ampliación de la sala fría mediante la construcción de un cuerpo rectangular con alhanías en sus dos lados menores y una sala central cubierta con bóveda de aristas y luceras estrelladas comunicada con la sala fría.

Tras la toma de la ciudad por los portugueses este edificio deja de usarse. Atendiendo a la información arqueológica este abandono debe situarse en las primeras décadas de presencia lusitana. La presencia de una escudilla de asas con decoración azul, algunas piezas de cerámica común y una moneda de D. Duarte I confirman esta datación.

Por aquellos años los elementos más notables del baño fueron expoliados. Mármoles del pavimento y columnas, lajas de pizarra, etc. aparecen ocasionalmente y siempre fragmentados en pequeños trozos. El edificio, una vez abandonado y expoliado, fue deteriorándose progresivamente. Los suelos se precipitaron en la sala cálida sobre las estructuras subterráneas que permitían el paso del aire caliente. Muros y cubiertas cayeron también generando un depósito de abandono que fue el documentado en las excavaciones.

Como en el caso de las viviendas de Huerta Rufino no hay testimonios que acrediten el uso del edificio durante el periodo portugués. Al contrario, las evidencias apuntan a que quedaron abandonados o frecuentados únicamente de forma ocasional lo que no ha dejado huella en el registro material.

No será hasta el siglo XVIII cuando se reocupe la Almina. En un momento que no puede ser determinado con precisión los vestigios de este edificio fueron incorporados a unas viviendas recibiendo los usos más diversos (establo, almacén, etc.).



RECREACIÓN FUNCIONAL DE LA ÚLTIMA FASE DEL BAÑO (DIBUJO C. NAVÍO)

VISTA GENERAL DE LAS ESTRUCTURAS TRAS LA DEMOLICIÓN
DE LOS EDIFICIOS QUE LAS ENMASCARABAN

VISTA EXTERIOR DEL BAÑO TRAS SU RESTAURACIÓN

DETALLE DE LA AMPLIACIÓN MARINÍ DE LA SALA FRÍA

ALMOFARIZ

Mármore
Nordeste Alentejano
Meados do século XVI
Largo do Chafariz de Dentro.
Trab. Arqueológicos 2007
At: 15,5 cm; Db: 20,5 cm; Df: 15,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (LCD.07/04)

PM/CN/RBS

ALMOFARIZ

Barro vermelho. Superfícies revestidas
com vidrado de chumbo.
Lisboa
Primeira metade do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 11,5 cm; Db: 12,0 cm; Df: 8,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/2503)

TAÇA CARENADA COM PÉ ALTO

Barro vermelho
Lisboa, olaria da Rua da Amendoeira, na Mouraria
Rua da Amendoeira n.ºs 9-15. Trab. Arqueológicos 2006
Século XIV-XV
At: 6,7 cm; Db: 19,0 cm; Df: 7,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (RAMEN.06/V.2/C.4)

Taça em barro vermelho "fosco", de carena acusada e bordo boleado, distinto da parede por canelura fina. Possui pé alto, em anel. Encontra-se chamuscada num dos lados, e ligeiramente deformada.

No prédio actual com os n.ºs 9-15 da Rua da Amendoeira escavaram-se os restos de uma olaria, de que se detectou um forno e uma entulheira associada. O forno, de planta rectangular, possuía um corredor de acesso, com a boca em tijoleira, e da câmara de combustão restou a parte abaixo da grelha, que era suportada por arcos sustidos por pilares edificados em tijolo, muito do qual ostentava vitrificação e escorrimentos de vidrado castanho e verde escuro. A leste do forno escavou-se uma entulheira com presença abundante de cerâmica de barro vermelho, "fosco", e onde pontuava uma outra morfologia de taça carenada, esta destinada a vidrar com óxido de chumbo ou de estanho, mas que não chegou a levar este tratamento. No seu conjunto, os tipos cerâmicos atribuíveis a esta olaria entroncam em modelos muçulmanos mais ancestrais, como é o caso da taça em apreço.

AVA

TACHO

Barro vermelho
Lisboa
Século XVI
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 1999-2001
At: 6,3 cm; Db: 15,3 cm; Df: 10,4 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PF.00/1194.1)

Tacho em barro vermelho "fosco", de corpo de tendência troncocónica, bordo invertido ovóide de secção semicircular, de onde arrancam duas asas triangulares opostas, ligeiramente pendentes. A totalidade da superfície exterior ostenta marcas de fogo, que comprovam a sua utilização. Enquadra-se num modelo muito corrente do conjunto de cozinha quinhentista.
Esta peça foi exumada aquando da intervenção arqueológica na Praça da Figueira, onde se reconheceu o remanescente do Hospital Real de Todos-os-Santos, com as respectivas áreas de funcionamento. Proveniente do poço SE do claustro NE, o tacho foi recolhido conjuntamente com cerâmica vidrada, esmaltada de importação, porcelana e grés germânico, num contexto bem definido, datado do século XVI. Compõem este conjunto de peças, perdidas no fundo do poço, objectos de ir à mesa e de armazenamento, assumindo este objecto um lugar singular, dada a escassez de loiça para confeccionar alimentos ao lume neste acervo.

SF/AB

PANELA

Barro vermelho
Lisboa, olarias Mouraria
Século XVI
Quarteirão dos Lagares. Trab. Arqueológicos 2005.
At: 14,1 cm; Db: 12,2 cm; Df: 10,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (Q.Lag.05/ 92)

PÚCARO EM "CERÂMICA MODELADA"

Barro vermelho
Lisboa, olarias da Mouraria
Quarteirão dos Lagares. Trab. Arqueológicos 2005.
Século XVI
At: 8,6 cm; Db: 7,2 cm; Df: 5,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (Q.Lag.05/ 28)

A história da Mouraria de Lisboa está umbilicalmente ligada à presença muçulmana neste espaço. Os mouros forros de Lisboa, oficialmente reconhecidos e organizados pelo foral de 1170, outorgado por D. Afonso Henriques na sequência da conquista da cidade em 1147, cessarão de existir, enquanto tal, com a promulgação do édito de expulsão das minorias religiosas em 1496 (Barros, 2007: 595). Após esta data, na senda das reformas urbanísticas implementadas por D. Manuel I, o espaço cristianiza-se, adoptando a denominação de Vila Nova, que não sobreviverá. A toponímia altera-se, tornando difícil a identificação de determinados espaços do antigo bairro islâmico, como duas mesquitas, uma escola, banhos públicos, cadeia e carniçaria. No exterior do bairro situar-se-iam o almocávar, o curral, o poço dos mouros e, por fim, a loja dos direitos régios (Oliveira e Viana, 1993: 198-203).

As investigações históricas e arqueológicas têm vindo a desvendar a relevância económica desta área, inicialmente excêntrica à cidade. Se em períodos mais recuados se registam actividades como a extracção de pedra ou a agricultura, a partir do século XV o sector produtivo parece diversificar-se e a Mouraria assume-se como centro produtor (e difusor) oleiro (Marques et al., 2012: 125). O Quarteirão dos Lagares, à semelhança de outros sítios da Mouraria (Nunes e Filipe, 2012), é ilustrativo desta realidade, apesar de não se ter encontrado nenhum forno. O espólio é esmagadoramente constituído por cerâmica comum, obedecendo a uma tipologia reconhecida como de produção local, apesar destes exemplares apresentarem vestígios de uso. Regista-se menor frequência de cerâmica vidrada, mas alguns exemplares com defeito de fabrico. Surge, igualmente, a cerâmica de construção, também com vestígios de produção, bem como escórias de vidrado e de metal, além de um número expressivo e variado de trempes. A cerâmica de importação e a faiança estão igualmente representadas, embora de forma claramente minoritária.

EC

FRAGMENTO DE CANECA COM DECORAÇÃO VEGETALISTA

Barro vermelho com pintura a branco (cal) na superfície externa
Lisboa, olarias da Mouraria
Segunda metade do século XV
Beco de São Marçal. Trab. Arqueológicos 1993
Amax: 8,6 cm; Df: 6,6 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (SMLx.93/23)

PANELA E TAMPA

Barro vermelho
Lisboa
Rua dos Fanqueiros nºs 51-57. Trab. Arqueológicos 1991.
Século XV
Panela- At: 20,3 cm; Db: 15,5 cm; Df: 15,7 cm; Tampa- At: 3,0 cm; Db: 14,0 cm; Df: 4,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (RF.91/41 e s/n)

PRATO-TAMPA

Barro vermelho
Lisboa
Rua dos Fanqueiros nºs 51-57 (Baixa). Trab. Arqueológicos- 1991.
Século XV
At: 4,9 cm; Db: 25,6 cm; Df: 7,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (RFaq.2)

Conjunto de loiça em cerâmica comum, representativo de uma colecção mais vasta e que integra diversificada loiça de cozinha, de ir à mesa e de consumo de líquidos. Este conjunto de peças foi encontrado no interior de um dos dois tanques destinados a preparados de peixe (cetárias) do período romano. Um número significativo de peças encontram-se intactas, outras completas ou perfil completo e fragmentos de outras, as quais não foram integralmente levantadas por razões de segurança.
O acervo cerâmico foi identificado na Rua dos Fanqueiros nº51-57, na sequência da abertura de uma cave para arrumos, num estabelecimento comercial. Procedeu-se a uma curta intervenção de emergência, que contou com a colaboração do proprietário, o que permitiu exumar cerca de cinquenta peças cerâmicas, de um todo mais vasto.

O depósito das peças encontrava-se a cerca de 2.50m de profundidade sobre um vasto aterro que corresponde, com toda a probabilidade, a dois momentos de enchimento e terraplanagem da Baixa. O primeiro momento, e que cobria directamente os tanques, deverá corresponder ao terramoto de 1531. O segundo momento, e que se desenvolvia até praticamente ao nível do assentamento do lajeado, estará associado à deposição de entulhos e ao sequente nivelamento que o plano urbanístico pombalino implementou para a zona na sequência do Terramoto de 1755.

A presença dos dois tanques permitiu a localização de mais uma unidade fabril de preparados de peixe e que se desenvolvem desde a margem esquerda do antigo esteiro até por alturas da Casa dos Bicos (Amaro et al., 2013: 000). Esta unidade fabril ficaria junto à praia fluvial e a jusante do complexo fabril da Rua dos Correeiros (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros).

CA

PÚCARO DE PÉ ALTO

Barro vermelho
Lisboa
Século XV
Rua dos Fanqueiros nºs 51-57. Trab.Arqueológicos 1991.
At: 13,4 cm; Db: 10,0 cm; Df: 6,2 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (Rua Faq.4)

PÚCARO

Barro vermelho
Lisboa
Século XVI
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 1999-2001
At: 9,0 cm; Db: 6,5 cm; Df: 4,8 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PF.00/1994.2)

TAÇA EM "CERÂMICA MODELADA"

Barro vermelho
Lisboa
Século XVI
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 1999-2001
At: 6,5 cm; Db: 12,0 cm; Df: 8,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PF. Terreiro do Paço/
Praça do Comércio. Tran. Arqueológicos 2009
Século XVI
Acons: 4,8 cm; Db: 8,6 cm
00/1194.3)

Ambas as peças integram as produções regionais lisboetas de quinhentos mais delicadas, no caso destinadas ao consumo de líquidos. Exumadas em conjunto com outros elementos similares num contexto bem definido do Hospital Real de Todos-os-Santos, a sua localização no interior de um dos dois dos poços do Claustro NE, é bem demonstrativa do tipo de objecto empregue para beber.

Estas peças são fortes indicadores dos novos ideais que emergiam na Europa de época moderna, onde o pragmatismo hospitalar, juntamente com o individualismo, se revelam nos novos hábitos e quotidianos, nomeadamente de consumo alimentar. De tradição tipicamente portuguesa, estes exemplares podiam ter mais que uma função, verificando-se no exemplar em "cerâmica modelada" que, não obstante o consumo pessoal de líquidos, podia ter como função o armazenamento de doces, tão frequentemente reproduzido na centúria seguinte em "naturezas-mortas".

AB

JARRO

Barro vermelho, brunido na superfície externa
Lisboa
Finais do século XV- 1ª metade do século XVI
Jardim do Palácio dos Condes de Penafiel. Trab. Arqueológicos 1992
At: 20,0 cm; Db: 9,5 cm; Df: 12,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PPJ.92/6300)

Jarro de corpo de tendência globular, com estrangulamento na parte superior de onde arranca o colo de perfil convexo e tendência esvasada. O bordo é arredondado, espessado internamente, distinto do colo por canelura romboidal. A asa, de fita, arranca da parte superior do colo e termina na zona mediana do corpo. O fundo é ligeiramente convexo. Apresenta uma biqueira falsa no bordo.

Este objecto foi encontrado com outros materiais cerâmicos, na sua maioria destinados ao consumo de líquidos (copos, jarros, infusas, …), no interior de uma conduta de águas, talvez datável do século XV, detectada nas escavações dirigidas por Dias Diogo no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel. A esta infra-estrutura urbana se sobrepunham duas casas, originadas na mesma época e utilizadas até ao grande terramoto de 1755.

RBS / SF

PRATO

Barro bege revestido por vidrado estanífero.
Sevilha
Século XVI
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 2000
At: 4,3 cm; Db: 18,0 cm; Df: 4,8 cm
Centro de Arqueologia de
Lisboa (PF.00/8003-1)

JT/AT

CANDEIA

Barro vermelho
Lisboa
Meados do século XVI
Largo do Chafariz de Dentro.
Trab. Arqueológicos 2008
At: 2,9 cm; L: 8,8 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (LCD.07/02)

PM/CN/RBS

BISPOTE ASADO (ASAS EM FALTA)

Barro vermelho
Lisboa
Cadeia do Aljube (Colina do Castelo). Trab. Arqueológicos 2004-2005
Século XVI
At: 28,6m; Db: 18,7 cm; Df: 13,8 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (ALJ.04/491)

No decurso da intervenção arqueológica realizada na antiga prisão do Aljube identificou-se um compartimento integralmente entulhado num único momento e, em simultâneo, selado. Este espaço correspondeu, presume-se, a um saguão do edifício prisional de raiz medieval e provavelmente desactivado nesta fase.

Este contexto quinhentista, no qual se integra o bispote, destaca-se, de forma significativa, de entre os contextos romano, islâmico e medieval cristão do local (Amaro, 2011). O precipitado entulhamento deverá estar associado ao acontecimento ocorrido em 1589 e relacionado com a entrada da peste em estabelecimentos prisionais, como foi o caso do cárcere episcopal do Aljube. Do acervo destaca-se uma vasta colecção de faiança, cerâmica comum e modelada, porcelana (Henriques, 2012), vidro e colecção de numismas, espólio associado ao quotidiano dos diferentes actores de uma prisão. Destaque particular para uma colecção de objectos, em fase de fabrico ou já concluídos, talhados em osso (Amaro et al., 2013).

CA

QUEIMADOR

Terreiro do Paço/Praça do Comércio.
Tran. Arqueológicos 2009
Século XVI
Acons: 4,8 cm; Db: 8,6 cm

Em trabalhos de acompanhamento arqueológico na Praça do Comércio foram identificadas estruturas portuárias possivelmente construídas no século XVII, permanecendo em actividade até ao Terramoto de 1755. A realidade com maior extensão corresponde a uma muralha de grandes dimensões fabricada com blocos pétreos em lióz, provavelmente o paredão que delimitava o antigo Terreiro do Paço face à praia, detendo uma função defensiva evidenciada pela sua larga espessura. Articulado com ele estava um cais em silharia, ladeado por um conjunto de estacas em madeira cravadas no solo, eventualmente um tabuleiro ao qual o cais estaria associado. Ambas estruturas assentavam sobre uma grelha em madeira, que as suportava em terrenos ribeirinhos instáveis e movediços. Nos sedimentos envolventes destas estruturas foram recolhidos numerosos materiais arqueológicos dos séculos XVI a XVIII (Neves et al., 2012).

O queimador em barro vermelho "fosco" aqui encontrado, de morfologia troncocónica, tem bordo ligeiramente invertido de secção semi-circular, destacado do corpo oblíquo por uma carena. Apresenta uma asa ovalada vertical em forma de "orelha" que arranca da carena. Mostra ainda a "grelha", composta por duas aberturas rectangulares simétricas. A peça exibe uma sucessão de, pelo menos, oito linhas verticais de pigmento branco na superfície exterior. Esta decoração tem forte expressão em peças cerâmicas dos séculos XI-XIII, ressurgindo com clara manifestação – ainda que com devidas mutações – nos séculos XV-XVI em olarias e em contextos arqueológicos de Lisboa. Frequentemente encaradas como objectos de carácter lúdico, ideia adensada pela ausência de marcas de fogo, é possível que estes objectos usufruam de efectiva utilização enquanto contentor de fogo, podendo queimar substâncias aromáticas ou, até, servir preceitos medicinais através da combustão de essências de cariz terapêutico.

CEN/AB

COLHER

Madeira
Desconhecida
Século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
Ct: 17,4 cm; Cmax cabo: 11,3 cm; Dmax cabo: 0,8 cm; Lmax concha: 6,1 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/ 289)

O exemplar ilustrado foi produzido em madeira encontrando-se completo. Mostra concha ovalada e a pega, ou haste, com extremidade de feição rectangular.

Com uso alargado no quotidiano, as colheres poderiam ser utilizadas na cozinha como medida, para desfazer, mexer, deitar ingredientes enquanto os alimentos cozinhavam ao lume, para diluir ou para estender (Dórdio, 1996: 98, 100-02, 104); ou à mesa, enquanto de uso pessoal ou coletivo. Os vestígios de colheres em madeira são mais comuns em contextos subaquáticos de naufrágio, surgindo, com grande variedade formal, em sítios do século XVI como o Mary Rose (Gardiner e Allen, 2005) ou do século XVIII como os navios de La Natière (L'Houre e Veyrat, 2002: 98; L'Houre e Veyrat, 2004: 117).

PC/IPC

PENTES (2)

Madeira
Lisboa ?
Século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
A-Amax: 4,0 cm; Cmax: 3,0 cm; G: 0,8 cm; B-Amax: 5,4 cm; Cmax: 5,4 cm; G: 0,9 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (A- MLCS.96/118; B- MLCS.96/164)

Objectos de uso pessoal, os pentes em madeira encontram-se incompletos, mas teriam uma morfologia muito semelhante, sub-rectangular, com duas fiadas de dentes.

Esta característica tem uma dimensão funcional, uma vez que odenteado mais grosso serviria para desembaraçar o cabelo, enquanto o mais fino para um pentear mais apurado, mas também para remover pulgas e piolhos, consistindo num objecto de higiene pessoal.

Peças semelhantes são um achado comum em contextos saturados de água, nomeadamente em naufrágios, encontrando-se exemplares muito semelhantes em sítios do século XVI ou inícios do XVII, nomeadamente em Cattewater (Inglaterra) (Redknap, 1984: 46-48) ou em Angra D (ilha Terceira, Açores) (Garcia, 2004: 166). Os pentes eram também fabricados em marfim ou em osso, como acontece em exemplares recuperados nos navios da VOC Vergulde Draeck (Austrália, 1656) (Green, 1977: 40), ou Avondster (Sri Lanka, 1659) (Parthesius et al., 2003: 44).

JB/CF/TS

DEDAIS (2)

Liga de cobre
Desconhecida
Séculos XV-XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
A- At: 1,6 cm; Db: 1,5 cm; Dtopo: 1,1 cm; G: 0,05cm; B- At: 2,1 cm; Dtopo: 1,2 cm; G: 0,05cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (A- MLCS.96/46; B- MLCS.96/99)

TPeças em cobre de forma troncocónica e topo convexo, sendo o exemplar B ligeiramente achatado. Ao longo de ambas as peças registam-se várias fiadas de pequenas incisões circulares, delimitadas no caso de A por uma linha incisa junto à base e, noutro (B), por uma linha em relevo, que teriam como função não deixar deslizar a agulha, conferindo assim maior segurança ao utilizador (Sousa, 2011: 500). As dimensões destes dedais, bem como a sua espessura, indicam tratar-se objectos utilizados para executar trabalhos delicados em tecidos e outros materiais finos (Torres e Alves, 1989: 55).

Os dedais típicos dos séculos XI e XIII seriam constituídos por uma folha de bronze com pequenas perfurações feitas através de martelagem. Teriam forma troncocónica e pontiaguda, com um orifício (Deagan, 2002: 204). A influência islâmica foi gradualmente desaparecendo, porque os dedais em bronze seriam muito pesados para coser ou reparar tecidos (Hill, 1995: 84), passando aqueles a serem em cobre, menos pontiagudos e mais arredondados, como estes exemplares.

Foram reconhecidos dedais semelhantes a este em contextos muito dispersos geograficamente dos séculos XVI e XVII: em Portugal, no Santa Clara-a-Velha (Côrte-Real, 2009: 45) ou no castelo de Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005: 181); nos aglomerados urbanos portugueses no Norte de África, como Ceuta e Alcácer Ceguer; mas também em vários contextos britânicos (Egan, 2010: 265-67), americanos, como Puerto Real ou St. Augustine (Deagan, 2002: 200-05); e nos naufrágios Batavia (1629) (Green, 1989: 174) e La Belle (1686) (West, 2005: 134).

Com a introdução da recartilhagem no século XVII, em que os furos passaram a apresentar tamanho, forma e espaçamento regular (Deagan, 2002:200), os dedais tornaram-se praticamente iguais aos dos dias de hoje.

GCL

BOTÃO

Osso
Desconhecida
Século XIV - inícios do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
D: 1,7 cm; G: 0,6 cm; D orifício central: 0,35 cm; D perfurações diagonais: 0,1 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/36)

Botão em osso, de forma redonda, com furo central circular e base plana. Na face superior apresenta polimento e decoração incisa formada por cinco círculos com furo central, dispostos de forma arbitrária em torno do orifício central. Na base apresenta três furos na diagonal, que ligavam ao orifício principal, por onde passava a linha de costura e ainda um círculo em relevo com a superfície rugosa.

O botão tem sido um objecto utilizado desde sempre, mas na Europa não existe registo do uso de botões em larga escala antes do século XIII (Egan e Pritchard, 2002: 272-73). Os muçulmanos tinham um estilo de roupa que empregava os botões em maior número, acabando por influenciar o vestuário europeu. Os círculos com furo central são claramente de influência islâmica, podendo encontrar-se este tipo de ornamentação em torres de roca e cossoiros em osso (Macias e Torres, 2001: 170-71).

Durante os séculos XIV, XV e XVI, as novas tendências de vestuário foram implicando alterações no que respeita aos seus acessórios, pelo que proliferaram vários tipos de botões, a grande maioria em metal, como demonstram várias pinturas e iluminuras de época (Deagan, 2002: 157-58). A sua generalização a todos os níveis sociais foi, porém, mais tardia, sobretudo por via da moda de vestuário francesa do século XVIII (Deagan, 2002: 178), voltando os de osso a serem bastante utilizados. Porém, estes botões já não possuem qualquer ornamentação que nos remeta para o mundo islâmico, sendo lisos e possuindo em geral quatro ou cinco furos no centro, como ilustram os exemplares em La Habana Vieja, em Cuba (Martel Ruiz, Eduardo, 2010: 207) e no naufrágio Die Frau Metta Catharina von Flensburg (Skelton, 2010: 253), muito semelhantes ao que ainda hoje se utilizam.

GCL

FRAGMENTOS DE BRACELETES (2)

Vidro
Desconhecida
Inícios do século XV
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
A- D: 4,1 cm, G: 0,45 cm; B- D: 3,3 cm, G: 9,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (A- MLCS.96/67; B- MLCS.96/53)

Fragmentos de braceletes em vidro torcido de secção aproximadamente circular. Apresentam decoração espiralada e de sulcos policromática a preto e branco. O exemplar B possui ainda tonalidade azul-escura, resultante do processo de irisação. O exemplar A apresenta, na face interna, um alisamento que conferia maior comodidade ao utilizador.

Este tipo de braceletes era utilizado principalmente como adorno, mas também podia ter função social, como comprovam os achados deposicionais de vários braceletes nos braços de uma inumação cristã em Alcácer Ceguer, no Norte de África (Redman e Boone, 1979: 38).
Os braceletes com estrias oblíquas paralelas já eram utilizados na Península Ibérica durante a ocupação romana, como se pode observar nos exemplares recolhidos na vila romana do Rabaçal (Sousa, 2011: 496). A sua utilização estendeu-se por época medieval e moderna na Península Ibérica, podendo referir-se o castelo de Portillo, em Valladolid (Balado e Escribano, 2001: 923-30), mas também em espaços da expansão portuguesa e espanhola, como a mencionada vila de Alcácer Ceguer (Redman e Boone, 1979: 38), a ilha da Madeira (Sousa, 2011:496), La Isabela, na República Dominicana (Deagan, 2002: 135), ou o Forte de Jesus, no Quénia (Deagan, 2002: 135).

De acordo com iconografia do século XVIII estes braceletes seriam utilizados aos pares, uma em cada pulso, podendo associar-se-lhe contas de vidroatravés de evidências arqueológicas (Deagan, 2002: 135-36).

GCL

VIDA QUOTIDIANA EM CEUTA
NOS SÉCULOS XV-XVI

ESCUDILLA

Loza esmaltada, pintada a mano con azul cobalto.
Sevilla
Fines del siglo XV - primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
At: 5,9 cm; Db: 13,7 cm; Df: 6,3 cm
Museo de Ceuta (12.506)

Escudilla de pie anular, cuerpo de perfil quebrado con carena, paredes verticales en la parte superior y borde redondeado. La decoración consiste en una serie de líneas azules en el interior de la pieza. Dos círculos azules concéntricos se ubican en el fondo y una línea recorre la pared en la zona cercana al labio. Serie azul lineal.

Las importaciones cerámicas del área de la Baja Andalucía además de ser mayoritarias incluyen no sólo cerámica de cocina y contenedores para distribución y almacenamiento sino también vajilla de mesa. El repertorio de vajilla de mesa está formado principalmente por escudillas y platos. Atendiendo a su decoración se han establecido distintas series: blanco liso ("Columbia Plain"), verde a mitades ("Columbia Plain Green Dipped"), azul y manganeso (Isabela Polychrome), azul lineal (Yayal Blue on White), azul figurativo (Santo Domingo Blue on White), etc. Todas ellas están representadas en la excavación de la Puerta Califal.

JMHR / FVP

PLATO

Loza esmaltada.
Sevilla
Fines del siglo XV - mediados del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Db: 5,5 cm.
Museo de Ceuta (12.508)

Pie cóncavo (umbo), ligera depresión al interior marcada por dos círculos concéntricos y pared recta divergente. Son visibles en el interior marcas de atifle y en la pared exterior restos de haber estado pegada parcialmente a otra pieza durante el horneado. Producción verde y blanco "a mitades" ("Columbia Plain Green Dipped"). La decoración consiste en la inmersión parcial de la pieza esmaltada en un blanco en un baño de esmalte verde que ocupa aproximadamente la mitad de la superficie de la pieza.

JMHR / FVP

OLLA

Barro cocido bizcochado.
Portugal
Siglo XV-XVI
Plaza de la Catedral. Trab. Arqueológicos 2006
Acons: 20,7 cm; Db: 16,5 cm
Museo de Ceuta (11.743)

Olla con borde redondo, cuello cilíndrico, cuerpo globular. Asas de sección oval con acanaladura que arrancan del labio y llegan hasta el tercio superior de la panza. En el extremo inferior interno del cuello baquetón que está dispuesto para recibir una tapadera. El borde, así como en cuerpo, está separado del cuello por una acanaladura. Acanaladuras también en el cuerpo que se van espaciando conforme descienden. Pasta de color rojo, con inclusiones de micas y calcita. Marcas de exposición al fuego en el exterior, que es de color gris-negro (Hita y Villada, 2007: 178-79).

El registro arqueológico de La Ciudad (zona ístmica) se conserva peor que el del resto de Ceuta debido a la ocupación ininterrumpida de este espacio durante siglos. Una fosa localizada durante la excavación realizada en la plaza de la Catedral permitió recuperar algunas piezas de este periodo, fundamentalmente destinadas a la preparación de alimentos. Más allá del interés de los ajuares recuperados, la cronología de los mismos pone de manifiesto la diferente ocupación que dicha parte de la ciudad experimenta en contraposición con la Almina, abandonada en el primer decenio del siglo XVI y que no registrará más que una ocupación en precario hasta que la artillería de las tropas de Mulay Ismail durante el cerco de 1694-1727 ocasione numerosos daños en el área ístmica y obligue a la reocupación de la Almina.

JMHR / FVP

OLLA

Barro cocido bizcochado,
vidriado de color melado.
Sevilla
Siglo XVI-XVII
Baluarte de los Mallorquines.
Trab. Arqueológicos 2006
At: 15, o cm; Db: 12,3 cm; Df: 12,5 cm
Museo de Ceuta (12.481)

Fondo convexo, carena ligeramente marcada en la transición del fondo y el cuerpo, cuerpo globular con acanaladuras de torneado bien marcadas al exterior, cuello exvasado y labio redondeado. Dos asas de sección oval con acanaladura central resaltada que arrancan debajo del labio y llegan hasta el diámetro máximo del cuerpo. Pasta de color rojo anaranjado, con inclusiones de micas. Marcas de exposición al fuego en el exterior.
La excavación del interior del baluarte de los Mallorquines permitió documentar una secuencia que se iniciaba en época alto imperial romana y conservaba algunos niveles correspondientes a la Edad Moderna. Los objetos recuperados del período português corresponden principalmente a cerâmicas comunes de uso cotidiano.

JMHR / FVP

CAZUELA

Barro cocido bizcochado,
vidriado de color verdoso.
Andalucía
Siglo XV-XVI
Plaza de la Catedral. Trab. Arqueológicos 2006
At: 9,6 cm; Db: 26,5 cm; Df: 10,0 cm
Museo de Ceuta (11.742)

Cazuela de fondo convexo, cuerpo semiesférico achatado, acanaladura al exterior que marca la transición entre el cuerpo y el labio, borde redondeado ligeramente exvasado y biselado al interior, dispuesto para recibir tapadera. Dos asas opuestas ovales y dispuestas diagonalmente. Pasta de color rojo que presupone una cocción en atmósfera oxidante. Mica y calcita de grano fino, vacuolas. Marcas de exposición al fuego en el fondo externo. Vedrío plumbífero de color verdoso en el interior (Hita y Villada, 2007: 178-79).

JMHR / FVP

OLLA

Barro cocido bizcochado.
Portugal
Segundo cuarto a fines del siglo XV
Echegaray. Trab. Arqueológicos 2002
Amax: 15,0 cm; Db: 13,5 cm
Museo de Ceuta (11.486)

Olla de borde apuntado, engrosado al exterior, cuello marcado mediante el estrechamiento progresivo del cuerpo; cuerpo globular y fondo ligeramente convexo. Tiene dos asas (de las cuales sólo una se conserva) que arrancan del borde y llegan a la zona inferior del estrechamiento del cuerpo. Pasta rojo-anaranjado con inclusiones de mica y calcita, es evidente la cocción en atmósfera oxidante. Evidentes marcas de exposición al fuego en el exterior, que es de color gris-negro (Hita y Villada, 2003: 378; Hita y Villada, 2007: 174).

Durante los primeros momentos las cerámicas procedentes del Reino, especialmente de área de Lisboa, identificadas en Ceuta se asocian mayoritariamente a los servicios de preparación y elaboración de alimentos (ollas, cazuelas, tapaderas, etc.) y en menor medida de consumo (jarros, jarritas, platos, etc). La tipología de las piezas no deja lugar a dudas en cuanto a su procedencia pues ajuares similares se han recuperado por todo el territorio portugués (Cardoso y Rodrigues, 1991; Diogo y Trindade, 2000; Gaspar y Amaro, 1997; Gomes y Gomes, 1991; Gomes y Gomes, 1998).

JMHR / FVP

CANDIL

Bronce
Desconocida
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Primera mitad del siglo XVI
At: 1,7 cm Df: 6,0 cm
Museo de Ceuta (15.346)

Candil de base plana y paredes casi verticales con asidero romboidal de la que se conserva aproximadamente su mitad posterior. Los útiles personales para la iluminación han mantenido una tipología bastante homogénea desde la Antigüedad. La funcionalidad del elemento es lo prioritario en este tipo de piezas, dando cumplimiento a las necesidades de contener el combustible, una mecha y ser además fácilmente transportables.

JMHR/FVP

BACÍN

Barro cocido bizcochado, vidriado interior de color melado.
¿Sevilla?
Siglo XVI-XVII
Baluarte de los Mallorquines 2006
At: 24,8cm; Db: 16,0 cm; Df: 14,0 cm
Museo de Ceuta (12.482)

Bacín de fondo plano, cuerpo cilíndrico con estrangulamiento central que le confiere un perfil ligeramente bitroncocónico, sin cuello y borde acabado en ala levantada de sección almendrada y resaltada al interior. Dos asas de sección oval que parten de la zona central del cuerpo y llegan hasta la zona inferior del borde externo, marcada por una acanaladura. Pasta de color amarillento, dura, bien decantada con inclusiones de color negro. Vedrío de color melado al interior y parte superior del ala.

La preponderancia de las cerámicas importadas de la Baja Andalucía seguirá durante el siglo XVII. Si bien en cuanto a la vajilla de mesa se asiste a la presencia de importaciones de distintos puntos de Europa y Asia (Italia, Holanda, Portugal, China, etc.) las vajillas de uso más común y aquellas relacionadas con las tareas culinarias o higiénicas son mayoritariamente de procedencia andaluza.

JMHR / FVP

CUCHARA

Hierro
Desconocida
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Cmax: 13,2 cm, Lmax: 3,4 cm
Museo de Ceuta (15.348)

Cuchara con vástago cilíndrico que se ensancha y aplana en uno de sus extremos formando una superficie rectangular y ligeramente curvada hacia arriba en su extremo que sirve de cazoleta. Por las dimensiones que presenta, parece más adecuado sugerir un uso artesanal enmarcado en el ámbito doméstico.

JMHR/FVP

LLAVES (2) Y BOCALLAVE

Hierro forjado
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A- C. 5,7 cm; Lmax: 2,6 cm; Gtija: 0,65 cm; B- C.: 7,75 cm; Lmax: 3,1 cm;
Cdientes: 2,0 cm; Gtija: 0,7 cm; C- C:. 5,23 cm; Lmax: 5,7 cm
Museo de Ceuta (A- 15.351, B- 15.349, C- 15.350 y 15.351)

Bocallave rectangular perdida parcialmente que conserva el ojo para introducir la llave.

Llaves que conservan todas sus partes (anillo o asidero, tija cilíndrica y paletón) aunque la oxidación impide determinar el número y forma de los dientes.

Han sido abundantes los elementos metálicos de época portuguesa recuperados en las intervenciones arqueológicas realizadas en la Puerta Califal. Su tipología, como hemos podido apreciar en algunas de las piezas presentadas es amplia, habiéndose documentado monedas, accesorios de uso personal y de vestimenta, piezas posiblemente relacionadas con guarnicionerías y otros atalajes de caballerías, etc. Pero también otros elementos de la vida cotidiana han salido a la luz, como estas llaves y bocallave. Por las dimensiones de las llaves recuperadas probablemente fueran de cerraduras de armarios u otro tipo de mobiliario.

JMHR/FVP

CASCABEL

Bronce
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
D: 1,6 cm
Museo de Ceuta (15.339)

Bola hueca, con importantes pérdidas de material, y asidero en forma de anillo.

El uso de cascabeles está atestiguado por fuentes escritas e iconográficas como objeto de adorno personal y también formando parte de jaeces y adornos de caballos e incluso de otros animales domésticos.

JMHR/FVP

FRAGMENTOS DE BRAZALETES (5) Y CUENTA

Vidrio
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A- D: 5,0 cm, G: 0,5 mm; B- D: 7,0 cm, G: 0,4 cm; C- D: 6,0 cm; G: 0,3 cm;
D- D: 5,5 cm; G: 0,35 cm; E- D: 4,0 cm, G: 0,45 cm; cuenta- C: 0,7 cm
Museo de Ceuta (A a D - 12.514 a 12.518 y E-12.519)

Agrupamos en esta ficha diversos fragmentos de pulseras o brazaletes de Ceuta. Todas ellas presentan una sección circular de en torno 3 a 5 mm. Una de las piezas (A) tiene la particularidad de poseer una parte achatada de sección rectangular como para disponer en sus inmediaciones un engarce o ser la zona de contacto para el cierre del círculo que describe la pieza. A excepción del fragmento D, lisa, todas están fabricadas mediante la torsión de la pieza sobre sí misma lo que le confiere un aspecto sogueado. En cuanto a la gama de colores, dos son doradas (A y C), una negra (D), una azul (E) y en una de ella se emplea la combinación del núcleo azul-verdoso con un hilo de vidrio dorado aplicado en espiral (B).

La cuenta es cúbica, en color azul con orificio central para permitir el paso de un hilo para ser engarzada y formar un elemento ornamental (collar, pulsera, etc.).

Los brazaletes de pasta vítrea son conocidos desde época romana e incluso antes. Fueron usados habitualmente como pulseras aunque existen algunos ejemplos de su utilización como tobilleras. A tenor de los hallazgos en necrópolis suelen vincularse a niñas/mujeres posiblemente como un carácter profiláctico además de ornamental. Su pequeño diámetro indica su uso por niñas/adolescentes o su cierre en caliente directamente sobre la muñeca.
Estas pulseras junto a la cuenta de collar se vinculan al mundo femenino habitualmente menos evidente en el registro arqueológico.

La población femenina de Ceuta, dada las características de la ciudad, territorio frontero y plaza fuerte, era porcentualmente más escasa que la masculina (Braga, Braga, 1998; 2009) y su papel en la sociedad ceutí estaba principalmente relegado al ámbito doméstico.

JMHR / FVP

COMERCIO, ABASTECIMIENTO Y ACTIVIDADES MARÍTIMAS

COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E ACTIVIDADES MARÍTIMAS

O COMÉRCIO E VIDA MARÍTIMA DE LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI

Carlos Caetano, Rodrigo Banha da Silva, José Bettencourt

O abastecimento e as actividades mercantis

Em 1377, o rei D. Fernando outorgou a Lisboa o "Foral da Portagem"[1], que estabelecia uma terminologia peculiar quanto à origem dos produtos que chegavam e partiam da cidade. Nele se aplicavam cargas fiscais mais pesadas aos que arribavam "per foz", do que aos que chegavam "per mar" ou "per terra" (citado por Marques, 1987). Esta geografia dos impostos a pagar no aprovisionamento e comércio da capital portuguesa manteve-se em vigor ao longo de todo o século XV.

A tríplice procedência dos produtos expressa no foral ilustra a visão lisboeta do espaço geográfico que a rodeia, onde o Tejo é um "mar", noção ainda vigente na primeira metade do século XVI (Stolz et al., 2014). O documento atesta, também, a operacionalidade e vigor das redes de comunicação terrestres que ligavam a cidade aos territórios que lhe eram próximos. Dele sobressai, de todas as formas, uma Lisboa ponto de chegada e de partida de e para o oceano.

A necessidade da elaboração do texto legal, como da sua renovação poucas décadas passadas, evoca, noutro sentido, o crescimento demográfico e o desenvolvimento comercial e artesanal que a cidade conheceu nos séculos XIV e XV. Isto, a despeito de uma conjuntura histórica que poderia ter funcionado de forma bem desfavorável, pelos graves surtos de peste, as crises frumentárias e o impacto directo das sucessivas guerras com Castela, onde Lisboa assomou como um dos principais palcos (Marques, 1987).

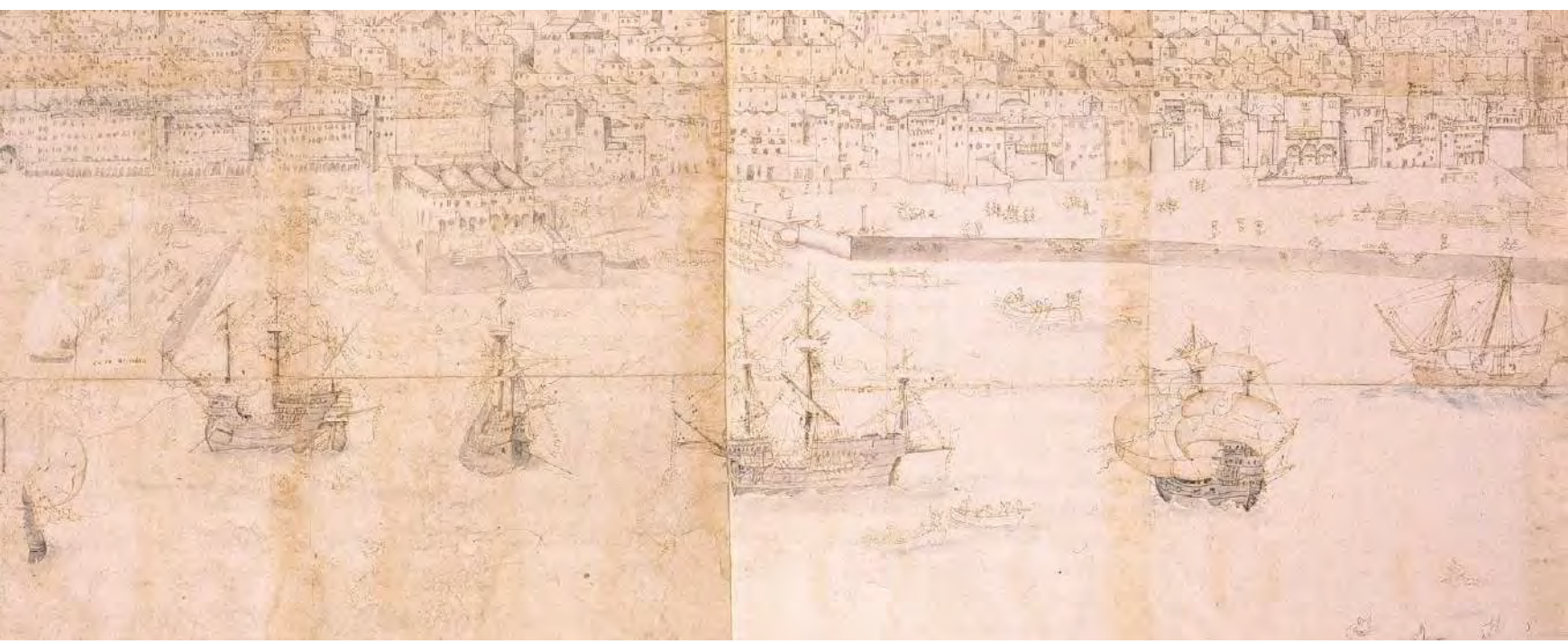
Os números crescentes da população de Lisboa a partir de trezentos geraram necessidades maiores no aprovisionamento da capital, que aumentaram a partir de 1415 e depois, exponencialmente, na primeira metade de quinhentos. Todavia, e apesar de ricos e diversificados, os recursos do entorno estavam longe de conseguir suprir a cidade. Forjou-se, assim, uma teia ampla e extensa de portos marítimos conectados com Lisboa abrangendo todo o Reino, além de uma série de pontos na mais curta distância do "mar" tagano (Marques, 1987: p. 130 e 150). Para o abastecimento alimentar da cidade, o Tejo e o Oceano proporcionavam abundante pescado e marisco. Suficientes para as necessidades da população, repetidas vezes exaltados nas descrições dos visitantes estrangeiros, alcançaram importante exportação a partir do século XIII, pelo menos (Pradalié, 1975), destacando-se a sardinha fumada. Os destinos principais do seu comércio com o exterior foram o Sul de Espanha e o Norte da Europa. No citado "Foral da Portagem" referem-se os mercadores catalães que daqui a transportavam para Aragão e Sevilha, aconselhando Bartolomeo di Ser Iacopo Vanni, em 1399, que esta fosse adquirida com destino à Itália (Marques, 1987: p.169). Já em matéria de carne, Lisboa via-se obrigada a adquirir no exterior, inclusive de outros espaços europeus, apontando algumas fontes a sua escassa utilização no quotidiano da população (Marques, 1984).

A produção agrária regional, apesar de importante, era também insuficiente. A cultura cerealífera, praticada nas zonas próximas do termo, como as de Alvalade, Carnide, Lumiar ou Telheiras, não chegava para as necessidades da população, e o essencial deste abastecimento em "pão" fazia-se rio abaixo a partir do Ribatejo, celeiro da capital portuguesa. A partir do século XV importa-se também da Madeira e dos Açores, igualmente das Ilhas Britânicas e da França. O azeite, empregue na alimentação por preferência cultural à banha ou à manteiga, estava disponível nas proximidades, e o olival aparece com frequência nas fontes escritas e iconográficas, ou fossilizado na toponímia actual. Contudo, e como acontecia com o cereal, o grosso provinha de outras partes do Reino e do Sul de Espanha, origem com comprovação arqueológica através das *botijas* andaluzas, assinaladas pela arqueologia na capital desde os finais da Idade Média. O vinho, abundante e de qualidade díspar, era largamente produzido e consumido. Parte era destinada ao comércio externo europeu, especialmente às Ilhas Britânicas, Flandres e Alemanha; do Atlântico provinha também algum vinho francês, sendo significativo registar que nos contextos arqueológicos lisboetas de finais do século XIII e da centúria seguinte são recorrentes os pichéis e jarros profusamente ornamentados concebidos para o consumo vínico, trazidos sobretudo da Flandres, mas também de Saintonge (na área de Bordéus) e do Norte de França.

As frutas, legumes e os produtos silvícolas eram também vitais no abastecimento alimentar a Lisboa. Os textos salientam a fruta seca e o mel, oriundos sobretudo de outras partes do Reino. Os dados obtidos pelos raros estudos paleo-ambientais aportados pela arqueologia apontam para um peso insuspeitado da fruta: nos estratos da primeira metade do século XIV da Praça do Município, as percentagens da videira e da oliveira são marginais, ao passo que a figueira atinge valores de 60-70% (Van Leeuwaarden et al., 1999). Além do fruto fresco e seco (a *figa*), esta proporcionava as folhas, empregues na embalagem dos frescos destinados ao transporte terrestre e fluvial; no Largo do Chafariz de Dentro, os estratos de meados do século XVI mostram um panorama complementar, assomando com maior peso o pêssego, seguido da uva e do côco (forâneo, trazido a bordo dos navios ou utilizado como caixa) e, um pouco abaixo, o pinhão e a ameixa, situando-se em valores francamente discretos a avelã, a cereja e a azeitona (Vicente et al., 2008).

O quadro geral das importações de fora do Reino era dominado pelos têxteis, quer de alta, quer de baixa qualidade, seguidos dos metais, para além dos produtos alimentares já referidos (Marques, 1987: p.164). Os escassos dados disponíveis apontam para que, na primeira metade do século XV, um volume de cerca de 80% dos panos fosse oriundo da Flandres e das Ilhas Britânicas. Abaixo dos 10% situavam-se os panos da Normandia, Bretanha, Castela e Aragão. É de admitir que uma parte destes têxteis fosse antes aprimorada em oficinas especializadas italianas. Quadro similar apresentam os produtos acabados, como os chapéus, mantos e acessórios de vestuário associados, como as fivelas em liga de cobre (Marques, 1987: 162-163).

Nos metais inclui-se uma panóplia diversificada, desde o metal em bruto às produções manufacturadas. O cobre ocupou lugar de destaque, sendo importantes os objectos em liga de latão para o consumo e os intercâmbios além-mar, e o

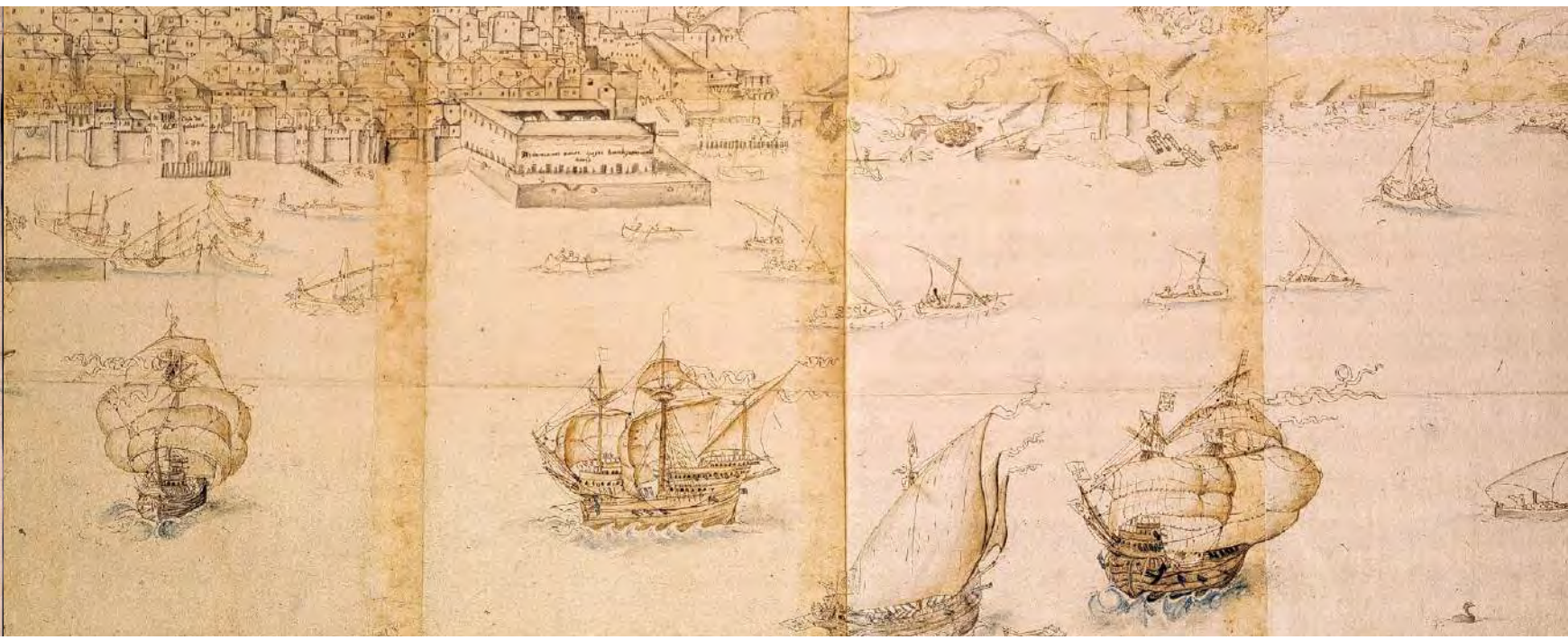


SEGMENTO ORIENTAL DA RIBEIRA DE LISBOA, COM REPRESENTAÇÃO DA TORRE DA PÓLVORA, DAS TERCENAS DAS PORTAS DA CRUZ E DE OUTRAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS - VISTA PANORÂMICA DE LISBOA, DESENHO SOBRE PAPEL, C. 1570; BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LEIDEN, HOLANDA; PORMENOR.

lingote para transformação. Destacavam-se as remessas para a Casa da Moeda de Lisboa, cujas oficinas conheceram uma actividade sem precedentes entre finais do século XIV e meados do século XVI, em resultado do processo de extensa monetização da economia portuguesa, que a arqueologia bem corrobora. O armamento foi outro vector fundamental deste comércio em metais: o reinado de D. Afonso V requereu um forte investimento na sua aquisição e transformação, pelas iniciativas africanas ou pelo conflito com Castela; a partir de D. Manuel I teve papel de relevo o fabrico de artilharia na capital.

Do panorama geral esboçado sobressai uma dinâmica onde a cidade em expansão demográfica exige um crescente aprovisionamento, feito sobretudo a partir do exterior, onde o cálculo dos fluxos é difícil de estimar com precisão. Em sentido oposto, a exigência de carga de retorno dos vasos que afluem até Lisboa, condição da sua navegabilidade, potencia também a exportação. O movimento portuário atingirá números que, mesmo que exagerados pelas fontes descritivas coevas, desenham um quadro de um rio fervilhante de navios e embarcações. Foi o comércio além-mar a chave que tornou possível a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI, um espaço marítimo quase sem territorialidade (Costa, 2002: 87). Os afluxos ultramarinos providenciam os bens destinados aos restantes mercados ibéricos e europeus, que, por seu turno, facultaram os seus próprios, transaccionados pelos privados estabelecidos em Lisboa e pela própria Coroa, que beneficiou duplamente pelo comércio directo e pela tributação.

Os testemunhos directos dos visitantes estrangeiros atestam esta condição comercial e mercantil da cidade e acrescentam os sinais evidentes do bem-estar material de uma parte alargada da população, onde o gosto pelos ornamentos áureos (as grossas pulseiras e cadeias), a luxuária europeia e o exotismo dos objectos vindos das partes mais remotas do mundo os impressionava. Por outra



A RIBEIRA DE LISBOA, DESDE O TERREIRO DO PAÇO AO EXTREMO ORIENTAL DA RIBEIRA DAS PORTAS DO MAR - VISTA PANORÂMICA DE LISBOA, DESENHO SOBRE PAPEL, C. 1570; BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LEIDEN, HOLANDA; PORMENOR.

via, o universo objectual da Lisboa das décadas finais do século XV até meados do século XVI, conhecido através da arqueologia, mostra o forte eco da expansão portuguesa, onde as loiças italianas destinadas sobretudo ao aparato são frequentes, o grés renano, os vidros italianos e germânicos recorrentes, as produções andaluzas um achado comum, como o será a porcelana da China nas décadas centrais de quinhentos, sintomas do grande entreposto e placa giratória do comércio intercontinental com a Europa em que Lisboa se transformou, guindando-a à categoria de uma das maiores cidades do mundo ocidental da época.

A Ribeira

A intensa actividade mercantil de Lisboa espelhava-se sobretudo na Ribeira, faixa costeira da cidade que, pelo menos desde meados do século XIV, ia desde os velhos sítios medievais das *Portas da Cruz*, a Oriente, até *Cata que Farás*, a Ocidente, e que conheceria depois importantes extensões, quer na direcção de *Santos-o--Velho,* quer em estruturas de produção localizadas na *Outra Banda*.

A *Ribeira* acolheu e assegurou desde sempre a componente portuária de Lisboa. O salgado (praia) fronteiro às sucessivas linhas de muralhas da cidade, na Ribeira traçadas ao rés da água, foi sendo modelado por cais, pontes e ancoradouros de todo tipo e foi o sítio natural de instalação das tercenas navais medievais, com os seus armazéns e os seus estaleiros de construção e reparação naval. Ao longo do século XV intensificam-se as actividades e funções de carácter portuário, produtivo e comercial da Ribeira, que se tornou no grande centro abastecedor da cidade e que, com a expansão além-mar, ganhou um protagonismo político e urbano inédito. Com efeito, para a *Ribeira* se transferiram ou nela se criaram as sucessivas casas e instituições ligadas à expansão: a *Casa de Ceuta* e as *Casas da Guiné*, da *Mina* e da *Índia*, que tinham um complemento natural nos *Armazéns do Reino*, na *Armaria Real* e na própria *Ribeira das Naus*, o principal centro de produção e construção naval do Reino, que sobreviveria neste sítio até aos anos 30 do século XX.

A progressiva re-configuração urbana e funcional da Ribeira de Lisboa acentuou-se na passagem do século XV para o século XVI, quando em 1498 se assistiu à regularização da praia fronteira ao segmento ribeirinho mais importante da *Cerca Fernandina*, mediante um audacioso e gigantesco aterro. Este prolongou e projectou de certo modo no exterior da cerca amuralhada, sobre o rio e numa escala explosiva, os velhos e acanhados sítios vizinhos da *Tanoaria*, do *Largo do Pelourinho* e, sobretudo, da *Rua Nova dos Mercadores*, cada vez mais opulenta. A secção central do aterro deu origem ao que em breve seria chamado de *Terreiro do Paço*, por acolher a residência dos reis de Portugal no *Paço da Ribeira* (Senos, 2002), passando a constituir, desde então e até hoje, o eixo da fachada ribeirinha da cidade. A construção desta vasta e complexa estrutura e a consequente transferência do rei e da corte para o novo paço constituem o culminar do longo e heróico processo de definição do modelo urbano tipicamente português que conhecemos como *Ribeira*.

A modelação da *Ribeira* de Lisboa convocou, porém, outras instituições e equipamentos, todos eles instalados em edifícios monumentais tipicamente manuelinos, localizados à volta do *Terreiro do Paço*, quer de tutela concelhia, como os *Açougues* da cidade (encostado às muralhas) e o *Terreiro do Trigo*, quer de tutela régia, como a *Alfândega Nova*, construída parcialmente sobre a água, e a própria *Misericórdia de Lisboa*. Mas o vasto espaço do Terreiro, balisado a Oeste pela galeria do Paço da Ribeira e pelo respectivo baluarte sobre o rio e a Leste pelo complexo constituído pelos edifícios monumentais do *Terreiro do Trigo* e da *Alfândega Nova*, abrigaria ainda o mercado quotidiano de comestíveis, transferido na segunda metade do século XVI para a frente das velhas *Portas do Mar*, contíguas à famosa *Casa dos Bicos*, dando lugar ao chamado *Mercado da Ribeira das Portas do Mar*.

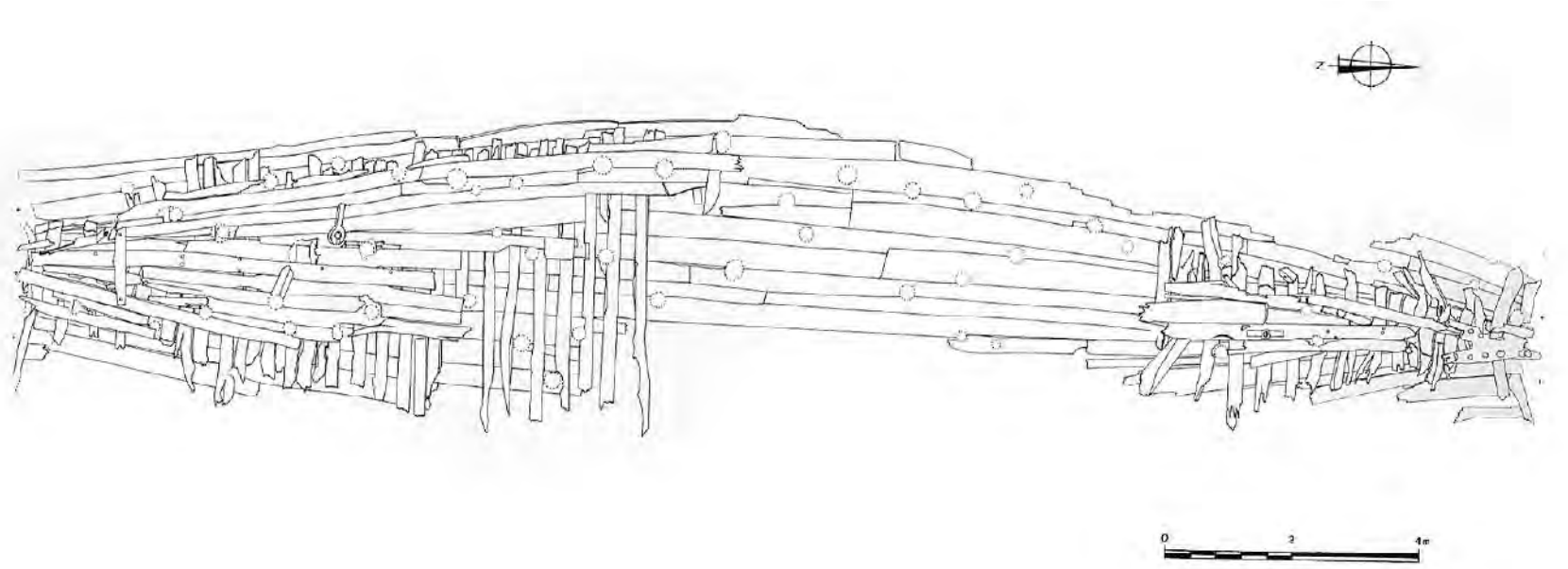
Dadas as suas múltiplas e variadas funções – de cunho administrativo e fiscal, mas também de carácter residencial, produtivo, comercial e até religioso e assistencial – a Ribeira de Lisboa era uma realidade política, portuária e urbana de uma importância e de um significado verdadeiramente transcendentes. Como tal, a sua estrutura e as suas componentes essenciais foram replicadas em todas as implantações portuguesas costeiras de além-mar, modeladas ou construídas ao abrigo de tipologias urbanas e arquitectónicas muito próprias, experimentadas e validadas no Reino, em particular na Ribeira de Lisboa. Assim, em cada cidade ou vila ultramarina, encontraremos sempre, seja qual for a sua efectiva designação local, um *terreiro do paço*, projectado ao rés da água, à volta do qual se adaptaram ou ergueram o *paço do Governador*, o complexo da *feitoria* ou da *alfândega* e *armazéns* afins, os *estaleiros* da indispensável "ribeira das naus", o *mercado dos comestíveis* a céu aberto e as *estruturas de produção* complementares. Elementos obrigatórios são ainda a *fortaleza*, maior ou menor, bem como a *Misericórdia,* com o respectivo *hospital* anexo.

Na base da *ribeira*, enquanto verdadeira cidadela portuária, eficiente e autosuficiente – e tipicamente anfíbia por natureza – está sempre a *água*, o seu elemento identitário, aglutinador de todas as suas componentes e verdadeira razão de ser de cada implantação ultramarina portuguesa. A Ribeira de Lisboa proporciona a matriz a todas as *ribeiras* do Império desde o início da expansão, mas é sobretudo o coração poderoso do imenso sistema circulatório que move gentes, bens e ideias e que se articula, se alimenta e se revê em todas as ribeiras implantadas pelos portugueses nos sítios mais estratégicos das costas marítimas de quatro continentes.

Os navios

A base marítima da cidade assentava na utilização de diferentes navios, que vemos em toda a iconografia da cidade de época moderna, ancorados ao largo na Ribeira. A mesma azáfama marítima encontra-se descrita em vários textos da época, que testemunham a dimensão portuária de Lisboa (Stols et al., 2014), ou a complexa manobra necessária à saída das armadas que todos os anos iam até à Índia pela Rota do Cabo (Silva y Figueroa, 2011: 7-9). Em todas estas fontes evidencia-se a diversidade das embarcações que frequentavam o porto, utilizadas na navegação oceânica ou fluvial. Por exemplo, na Vista Panorâmica de Lisboa da Biblioteca da Universidade de Leyde (c. 1570) podemos observar no fundeadouro navios de grande porte de três mastros, de aparelho redondo ou misto, provavelmente naus e galeões, e embarcações de menor porte com aparelho latino, de comércio ou de pesca, a par de pequenas embarcações de boca aberta, a remos. Adivinham-se igualmente navios de outras nacionalidades.

As mesmas fontes dão igualmente conta da existência de numerosos desembarcadouros naturais, na praia, ou em cais de pedra e madeira, em zonas regularizadas, e estaleiros. Apesar da impossibilidade que temos de aceder aos numerosos vestígios que certamente jazem no fundo rio, o registo destas estruturas e actividades marítimas é diverso, surgindo frequentemente durante o acompanhamento arqueológico de obras na zona ribeirinha.



PLANTA DO NAVIO DO CAIS DO SODRÉ. ARQUIVO CNANS-DGPC

VISTA GERAL DO NAVIO DO CAIS SODRÉ DURANTE A ESCAVAÇÃO. ARQUIVO CNANS-DGPC

ASPECTO DO NAVIO DO CORPO SANTO, COM A PATILHA DO LADO DIREITO. ARQUIVO CNANS-DGPC

As evidências mais directas de construção naval na área ribeirinha de Lisboa correspondem a madeiras para navios pré trabalhadas, que se encontravam armazenadas na actual Praça do Município. Estas nunca chegaram a ser utilizadas, apresentando uma cronologia que poderá remontar nalguns casos aos séculos XIII-XIV, de acordo com as datações por Carbono 14 (Alves et al., 2001; Alves, 2002). Esta cronologia poderia colocar estes vestígios na pista das Tercenas medievais, hipótese que parece pouco provável se considerarmos a grande dimensão de algumas peças, mais adequadas ao que se esperaria de uma construção de navios de grande porte, de época moderna.

Os aterros que permitiram o desenvolvimento urbano da zona ribeirinha preservaram outros vestígios náuticos, mais inesperados, navios abandonados ou perdidos enquanto frequentavam o porto de Lisboa, sepultados sob os entulhos que ganharam terra ao Tejo, regularizando as suas margens e fossilizando antigos leitos fluviais, abaixo do nível do mar. Para a época que aqui nos interessa destacam-se dois navios descobertos durante as obras de ampliação do Metro de Lisboa.

O primeiro corresponde à extremidade de um navio escavado em 1996 no Largo do Corpo Santo, cuja datação por Carbono 14 aponta para o século XIV (Alves et al., 2001), mas em que o contexto arqueológico sugere uma cronologia mais recente, entre finais do século XV e a primeira metade da centúria seguinte, já que o destroço, provavelmente abandonado na praia, estava coberto por um aterro contendo materiais do século XVI (ver materiais neste catálogo). Trata-se de um pequeno troço da popa de uma embarcação de pequeno porte, seccionado pela construção de uma chaminé de arejamento, com cerca de 1,8 m de comprimento, compreendendo o couce da quilha, o coral, picas e tábuas de forro de exterior, em carvalho. Apesar da sua limitada extensão, o navio do Corpo Santo assume grande importância no estudo da construção naval portuguesa, partilhando várias características da designada tradição ibero-atlântica, nomeadamente com o navio Ria de Aveiro A, sendo possivelmente ambos os casos com cronologia mais recuada. Entre estas características encontra-se a utilização de pregadura mista, pregos e cavilhas em ferro e cavilhas em madeira, nas fixações entre os vários elementos. Particularmente interessante, é a transição entre a quilha e o cadaste com um couce de popa, indicando o uso de um leme central de cadaste, peça ilustrada em documentação do início do século XVII, que surge igualmente em quase todos os navios da tradição ibero-atlântica (Alves et al., 2001).

A mesma tradição foi reconhecida no navio do Cais do Sodré, descoberto em 1995. Conservado ao longo de 24m, embora seccionado à popa e à proa pelas paredes do túnel do metro, o navio foi datado pelo radiocarbono da segunda metade do século XV ou dos inícios do XVI (Rodrigues et al., 2001). Este corresponde, ainda hoje, ao vestígio deste tipo mais bem conservado em Lisboa, incluindo grande parte do fundo do casco, com a quilha, o tabuado do forro exterior, cavernas, braços, escoas, forro interior e parte da sobrequilha, utilizando várias madeiras na sua construção – carvalho no cavername, pinheiro manso (*pinus pinea*) e pinheiro silvestre (*pinus sylvestris*) nas tábuas de forro interior. Entre as evidên-cias que o filiam na tradição ibero-atlântica, encontram-se a ligação entre as cavernas e os primeiros braços com escarvas em *rabo de minhoto*. Esta característica está relacionada com a utilização de um número pré-determinado de balizas desenhadas antes da sua colocação sobre a quilha, que definiam a forma da parte central do casco, tendo por isso um papel determinante na sua concepção. Esta função é confirmada pela presença de marcas incisas e numeração em algarismos romanos gravados nas cavernas, indicando a sua posição sobre a quilha, o *côvado* ou a sequência, a partir da caverna-mestra, para a proa e para a popa. A investigação, iniciada por Paulo Jorge Rodrigues (Rodrigues et al., 2001; Rodrigues, 2002) e actualmente continuada por Filipe Castro (Castro et al., 2011), sugere um navio de grande porte, com uma quilha com mais de 24 m de comprimento, mas com características inusuais em navios para a navegação oceânica, como a escarva topo a topo entre troços da quilha, e a evolução da forma das cavernas de fundo (Castro et al., 2011: 241-242), o que o tornam um caso único à escala internacional.

1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo, 356.

REDES DE ABASTECIMENTO E COMÉRCIO DE LISBOA E CEUTA NO SÉCULO XIV
REDES DE ABASTECIMIENTO Y COMERCIO DE LISBOA Y CEUTA EN EL SIGLO XIV

REDES DE ABASTECIMENTO E COMÉRCIO DE LISBOA E CEUTA NOS SÉCULOS XV-XVI
REDES DE ABASTECIMIENTO Y COMERCIO DE LISBOA Y CEUTA EN LOS SIGLOS XV-XVI

O ABASTECIMENTO E COMÉRCIO DE CEUTA PORTUGUESA

André Teixeira e Joana Torres

A Ceuta que os portugueses encontram em 1415 era uma cidade de grandes dimensões, com uma intensa actividade comercial, proporcionada pela sua excelente posição geoestratégica na confluência entre o Mediterrâneo e o Atlântico, entre a África e a Europa. O abastecimento de tão grandiosa urbe fazia-se, assim, por inúmeras vias, afluindo produtos provenientes dos lugares mais díspares, do interior de África ao Al-Andalus, dos territórios cristãos ibéricos e italianos ao Próximo Oriente. Com efeito, em Ceuta documenta-se uma contínua e pujante actividade naval desde época califal. A cidade afirmou-se como uma das principais bases marítimas do ocidente islâmico, constituindo o mar a sua principal fonte de receita e os agentes que o exploravam um poder político dominante. Em Ceuta podia, pois, encontrar-se uma grande diversidade de produtos para troca (Picard, 1997: 27, 37, 84, 180; Hita et al., 2009: 113-14).

A arqueologia tem posto em evidência as estreitas relações de Ceuta com as regiões meridionais da Península Ibérica, sobretudo a partir dos séculos XII e XIII, constituindo o reino nazari de Granada o eixo primordial de trocas durante o século XIV (Hita et al., 2008: 26, 31; Hita e Villada, 2000c; Fábregas-García, 2013). Uma corrente comercial ancestral ligava as duas margens do Estreito de Gibraltar, sobretudo assente na troca dos frutos e legumes secos peninsulares pelo trigo magrebino (Ricard, 1955: 159-60). Os manuais de mercadorias italianos de Trezentos testemunham a intensidade das trocas entre Sevilha e as cidades do Norte de África, de que Ceuta era destacado exemplo, revelando também que aqueles comerciantes concebiam a Spagna como englobando o sul da Península Ibérica e o Norte de África, não distinguindo entre áreas islâmicas e cristãs, na tradição dos períodos almorávida e almóada, em que uma mesma província englobava as duas costas (González, 2008; González, 2011: 225).

Ceuta parece, contudo, ter funcionado muito mais como escápula de produtos exógenos – uma zona de serviços num espaço charneira da navegação medieval – que uma região produtora de bens destinados ao comércio externo, onde apenas se destacavam os objectos em cobre e tecidos, a par de frutas e peixe salgado. Os testemunhos escritos e arqueológicos comprovam uma área periurbana bastante rica, caracterizada por numerosas explorações disseminadas na paisagem, de que é exemplo a próspera aldeia de Belyounech. Eram zonas onde se praticava uma agricultura de regadio, em hortas produtoras de uma grande variedade de frutas e legumes, além da criação de gado. Estas actividades eram complementadas pela caça e recolecção nas áreas florestais que rodeavam Ceuta, bem como pela pesca, sobretudo de atum (Hita et al., 2009: 104-10). Note-se que o próprio Zurara recria uma cidade islâmica idílica mutilada à chegada dos portugueses, sendo desprovida do seu rico entorno rural, com a destruição de "herdades" e "quintas" e suas zonas de cultivo associadas (hortas, pomares ou vinhas). Este processo ter-se-ia dado especialmente na zona da Aljazira (Afrag ou Al-Mansura), onde se ordenara se "derribassem as cercaduras, e paredes das ortas, e pumares, a assy os vallados" (Zurara, 1988: 251, 260).

Contudo, aquelas produções não eram bastantes para abastecer a cidade, na justa medida em que esta se foi agigantando ao longo dos derradeiros séculos de domínio muçulmano. O entorno assaz montanhoso dificultava naturalmente a implantação de extensas áreas produtivas, como testemunhou eloquentemente Leão Africano, referindo-se à Ceuta pré-portuguesa: "Em torno da cidade podem ver-se esplêndidas propriedades com casas muito belas (…), mas o campo é pouco abundante e áspero, razão porque há sempre na cidade grande penúria de grãos" (L'Africain, 1981: vol. I, 266). O testemunho é consentâneo com o de Al-Ansari, que cita detalhadamente as abundantes espécies vegetais que se cultivavam em torno de Ceuta, mas não refere o trigo, assinalando também a escassez de oliveiras e palmeiras (Al-Ansari, 1962: 437-41).

De facto, uma das carências mais claras era a de cereais, nomeadamente de trigo, base da dieta alimentar das populações mediterrânicas medievais, de que Ceuta era abastecida quase exclusivamente a partir do exterior. Esta realidade levou à implantação de numerosíssimos silos anaeróbios no interior da cidade, nomeadamente a partir da carestia 1239-40, criando-se assim uma enorme reserva de trigo capaz de garantir em permanência alimento ao populoso burgo (Hita e Villada, 2009: 105 e 107). A arqueologia também deu um importante contributo

SILOS NA CALLE REAL, Nº14-16 (JOSÉ SUÁREZ PADILLA)

na comprovação desta premissa, registando-se silos um pouco por todo perímetro urbano, embora seja naturalmente exagerado o número de 40.000, veiculado por Al-Ansari no século XV (Fernández Sotelo, 2001: 9-10; Fernández Sotelo, 2005). Note-se que este mesmo dado do autor ceuti, a que se somam referências mais ou menos claras de fontes portuguesas, levou a que se visse Ceuta, ou mais exactamente todo o Habt, como uma região produtora de cereais, em volume que permitia a sua exportação, especulando-se que a apropriação desta riqueza teria sido um dos objectivos da conquista portuguesa em 1415 (Godinho, 1982: 245-48). Na verdade, a este "Marrocos Verde", onde predominavam as "hortas, vinhas e vergeis, jardins e quintas", opunha-se o "celeiro" das províncias mais meridionais da Chaouia e Duquela, onde o peso do trigo era esmagador, com um volume de produção bastante para larga exportação (Godinho, 1982: 246; Lopes, 1989: 9-10). Estão, aliás, bem provadas as intensas relações comerciais de Ceuta com aquela região magrebina, pelo menos a partir do século XII, com o propósito de adquirir o precioso cereal (Picard, 1997: 85-86).

Inexoravelmente a conquista portuguesa agravou a dependência de Ceuta face ao exterior, visto que a cidade se constituiu como um enclave cristão em território islâmico potencialmente hostil. O aprovisionamento de bens alimentares e todo o tipo de géneros para o Norte de África era assegurado pela Casa de Ceuta. Instalada em Lisboa logo após a tomada, centralizava todos os proventos recolhidos com este fito no Reino, através de várias recebedorias e contadorias, como por exemplo um tributo denominado 10 reais para Ceuta. Tinha igualmente a responsabilidade de assegurar os transportes necessários ao seu abastecimento, bem como das demais praças magrebinas conquistadas pelos portugueses (Farinha, 1990: 194-195, 296-299; Braga e Braga, 1998: 81-87).

Entre os produtos enviados, o trigo ocupava um lugar de destaque, sendo constante o envio de outros cereais (cevada, centeio e milho), biscoito, carne, peixe, sal e vinho (Farinha, 1990: 196-218). A escassez de documentação relativa à actividade da Casa de Ceuta explica que o transporte de outros produtos seja sobretudo atestado arqueologicamente, nomeadamente pela recolha em Ceuta de cerâmicas de origem portuguesa (Villada et al., 2011: 137-39). Ainda assim, em 1436 registava-se que "uma das principais coisas que são necessárias para o provimento dos que estão em Ceuta assim é loiça para lhes levarem os mantimentos" (Braga e Braga, 1998: 85).

Uma parte muito significativa e em crescendo dos abastecimentos feitos a Ceuta proveio, contudo, da região da Andaluzia. Perpetuavam-se assim as relações históricas e interesses comerciais dos andaluzes no Norte de África, anteriores à própria presença portuguesa, e que se vão manter com a fixação de importantes comunidades nos lugares conquistados. A vizinha Andaluzia revelou-se, para mais, uma verdadeira fonte de socorro aos portugueses em momentos de ameaça muçulmana, não fossem os seus habitantes dos principais beneficiários com a presença cristã do outro lado do Estreito de Gibraltar. Os produtos transportados foram fundamentalmente o trigo, os frutos secos e o vinho, adquirindo-se em troca no Norte de África os escravos, a cera e os couros, num balanço normalmente muito positivo para os andaluzes. A principal base de comércio destes era um triângulo marítimo constituído por Cádiz, Jerez de la Frontera e Puerto de Santa Maria, embora Málaga tivesse também um papel relevante e, em menor escala, Gibraltar e Tarifa (Ricard, 1955).

Os fornecimentos andaluzes aos aglomerados urbanos portugueses do Magrebe, tanto ao nível das provisões como dos recursos militares e de trans-

porte, faziam-se essencialmente através da feitoria da Andaluzia, existente seguramente a partir de 1500, embora desde 1464 existisse um feitor régio em Sevilha (Moreno, 1993: 23). Recebendo ordens directas do rei português e tendo de diligenciar autorizações de compra junto das autoridades locais e regionais andaluzas, os provedores itineravam por uma das cidades e portos referidos, tendo por vezes um subordinado noutra. Obrigada a pagar tributos apreciáveis à Coroa de Castela pelas transacções efectuadas, quase sempre alimentadas pelo envio a partir de Portugal de efectivos monetários ou por letras de crédito, a feitoria fornecia-se essencialmente junto das grandes casas senhorias andaluzas, assim como de ordens religiosas, mercadores de várias nacionalidades e até autoridades urbanas (Godinho, 1982: 270-75), dando por isso consideráveis lucros a vários agentes do Reino de Castela.

À feitoria cumpria essencialmente "a compra do trigo castelhano, a organização do seu transporte até aos portos de embarque, a sua armazenagem, o seu ensacamento, o fabrico de biscoito e a expedição para as praças luso-marroquinas" (Godinho, 1982: 269). Os dados disponíveis mostram o crescendo de importância dos fornecimentos deste cereal a Ceuta a partir da Andaluzia, constituindo o essencial das actividades a feitoria, sendo menos relevantes os provimentos de biscoito e cevada (Braga e Braga, 1998: 89). O Sul peninsular tornou-se a fonte alimentar principal das conquistas setentrionais portuguesas no Norte de África, constituindo-se o arquipélago dos Açores como dos principais fornecedores das meridionais.

MONTANHAS JUNTO A BELYOUNECH

TIGELA DE ORIGEM PORTUGUESA COM INCRUSTRAÇÕES DE QUARTZO.
MURALLAS REALES, CEUTA. MUSEO DE CEUTA, PC13-498

O peso dos abastecimentos andaluzes tem um reflexo material claro. Entre os materiais arqueológicos comprovadamente atribuíveis à ocupação portuguesa detecta-se um peso muito expressivo da cerâmica fabricada no vale do Guadalquivir, suplantando claramente os objectos oriundos de olarias portuguesas. O mesmo padrão é detectável na vizinha Alcácer Ceguer, onde o registo arqueológico se encontra mais bem preservado, uma vez que o aglomerado não voltou a ser reocupado após o abandono português, sobretudo para a primeira metade de Quinhentos (Redman, 1986: 190-216; Teixeira et al., 2013: 337). Entre aquelas produções de olarias andaluzas destaque-se o essencial do serviço de mesa, composto por pratos e pequenas tigelas ou escudelas individuais revestidas com vidrado estanífero (brancas) ou plumbífero (meladas e verdes); uma parte significativa das vasilhas de cozinha, como panelas e caçoilas vidradas a laranja e castanho, bem como almofarizes e outros objectos, que contrastam com a utensilagem de barro vermelho das olarias lisboetas, alentejanas ou algarvias, em menor número; e a clara maioria dos recipientes de armazenamento e transporte, onde avultam as grandes talhas andaluzas de barro claro, para conter cereais, água, vinho, azeite, mel ou frutos secos e em conserva (Teixeira et al., prelo).

Com efeito, é claro que "as relações comerciais entre Portugal e a Baixa Andaluzia se intensificaram no século XVI". Um "importante sector de exportação a partir de Sevilha era o de louça e cerâmica, aí fabricada. Um dos principais destinos de exportação eram Lisboa e o Algarve, com um total de nove em catorze fretes. Pertenceu a um natural de Aveiro, em 1508, transportar para os Açores dez toneladas destes artigos manufacturados" (Moreno, 1993: 22). As cerâmicas do vale do Guadalquivir têm, de facto, um peso importante nos contextos arqueológicos portugueses norte-africanos desta época, mas também nas regiões costeiras portuguesas meridionais e nos arquipélagos atlânticos (Sousa, 2011: 242-259), revelando um grau de interdependência quotidiano assinalável entre os dois impérios ibéricos. Dir-se-ia que "à diferenciação política se opunham a solidariedade geográfica, a comunhão religiosa e a unidade cultural" (Ricard, 1955), a par dos interesses económicos e geoestratégicos comuns.

Não obstante a importância vital destes provimentos a partir da Península Ibérica, não devem ser descurados os proveitos locais assegurados pelos portugueses. Por um lado, não deve ser sobrevalorizada a componente militar do quotidiano português em Ceuta: se é certo que a belicosidade foi contínua, e que era a guerra que os nobres procuravam quando se iam exercitar como fronteiros em terras africanas, também não é menos verdade que as refregas se circunscreviam no tempo e no espaço, permitindo aos moradores permanentes destes lugares o estabelecimento de outro tipo de relações com o entorno rural e gentes circunvizinhas. Os portugueses "não deixaram de semear e cultivar na media do possível" fora do aglomerado urbano, tanto nas áreas abandonadas da antiga urbe islâmica em direcção à extremidade da península ceuti, como face ao interior magrebino. A criação de gado e a recolecção estão igualmente documentadas, bem como uma pesca muito activa, nomeadamente de atum. Também lograram atrair para o seu campo em certos momentos aldeias e grupos muçulmanos vizinhos, os chamados "mouros de pazes", garantindo assim a colecta de tributos e a protecção do território (Godinho, 1982: 249-51; Godinho, 1983, 129-30). As trocas entre cristãos e muçulmanos, autorizadas sucessivamente por dispensa papal e confirmadas pela documentação coeva (Braga e Braga, 1998: 72), ou até mais a presença de comunidades islâmicas junto aos aglomerados portugueses, são razões possíveis para a descoberta, em contextos arqueológicos claramente portugueses de Ceuta, como também da vizinha Alcácer Ceguer, de cerâmicas fabricadas manualmente, de clara tradição norte-africana.

Por outro lado, também é claro que as actividades predatórias dos portugueses constituíram fonte de abastecimento e enriquecimento, sejam as acções marítimas, o corso, sejam as incursões terrestres, as razias ou almogaverias, onde se

capturava abundante gado (Braga, 1993; Cruz, 1997). O principal interesse de Ceuta do ponto de vista material parece, mesmo, ter-se constituído como "base de apoio à navegação cristã", rendendo direitos de ancoragem e lucros nos reabastecimentos às armadas, mas também "de sede de armadas de corso que flagelavam o sistema mercantil muçulmano", permitindo a acumulação de ouro nos cofres da Coroa (Costa et al., 2014: 38, citado; Cruz, 2006). A estes factos junte-se a "protecção à costa portuguesa", permitindo uma actividade mais intensa e segura das fainas pesqueiras do sul do país. Os lucros dos comerciantes portugueses de Lisboa, Porto e do Algarve, oriundos dos abastecimentos à cidade do Estreito e da referida protecção à navegação, devem também ser sublinhados (Costa et al., 2014: 35, 38-39).

Relacionada com estes factos pode interpretar-se o surgimento, em contextos arqueológicos ceutis de época portuguesa, de cerâmicas de luxo provenientes de vários pontos da Europa, do sudeste ibérico à Itália e à zona do Reno, para além das mais longínquas porcelanas chinesas, reproduzindo um padrão de consumo observável em vários sítios arqueológicos portugueses quinhentistas, expressão da integração nos mesmos circuitos mercantis, que então começavam a ganhar dimensão planetária. Aberta para o mar e protegendo-se de terra, a quase insularidade de Ceuta parece, pois, ter sido contrabalançada pela actividade comercial e navegação do seu porto, justificando a perenidade da presença portuguesa, mesmo quando o seu projecto no Norte de África perdeu fôlego ante o fascínio pelos velhos e novos mundos.

ANFORETAS DO MONASTERIO DE LA VICTORIA, PUERTO DE SANTA MARIA

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO LARGO DO CORPO SANTO E A RIBEIRA DE LISBOA NO SÉCULO XVI

Ana Vale

A intervenção arqueológica no Largo do Corpo Santo em Lisboa correspondeu a um acompanhamento arqueológico efectuado no âmbito da empreitada de alargamento do Metropolitano de Lisboa, em 1996[1]. Consistiu na abertura de um poço de ventilação, uma circunferência com cerca de 15 m de diâmetro, no canto nordeste do parque de estacionamento, encostado ao edifício da Marinha. As primeiras estruturas detectadas, imediatamente sob a superfície, respeitam aos vestígios das oficinas de serralharia do Arsenal da Marinha, demolidas para a criação do parque de estacionamento no decurso do século passado. Tratava-se de diversas infraestruturas e alguns elementos de carácter industrial, tais como tanques e fossas, aqui instaladas após a reorganização e reconstrução de toda a frente ribeirinha após o terramoto de 1755 (Folgado e Vale, 2002).

A remoção destes vestígios pôs a descoberto elementos do Palácio dos Côrte-Real, edificado em 1585. Estes terrenos tinham sido inicialmente doados por D. Manuel I a Vasqueanes Côrte-Real, para construção da sua morada. Durante o período da ocupação filipina, D. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, casado com D. Margarida de Côrte-Real, beneficiando do apoio de D. Filipe II de Espanha, ergueu um novo palácio em terrenos conquistados ao rio. Facilmente reconhecível pela sua monumentalidade nas diversas representações de Lisboa, tinha quatro pisos e uma torre em cada canto. A sua entrada principal, na fachada Oeste, fazia face para o Largo do Corpo Santo. Em direcção ao rio, seguiam duas alas paralelas da altura de três andares, com terraços e telhados planos, que cercavam um jardim quadrado, ligado ao Tejo por uma escadaria que dava acesso a um cais.

Na intervenção arqueológica foram identificados oito compartimentos com pavimentos sobrepostos, normalmente de argamassa, tijoleira e seixos rolados. Não apresentavam homogeneidade na sua tipologia, o que se deverá possivelmente a diferenças funcionais, ou a diversos momentos construtivos. Referem-se a áreas menos nobres do Palácio, no piso térreo, destinado a serviços e arrumos (Vale e Marques, 1997).

O Palácio assentava sobre um grande aterro onde abundavam os óxidos de ferro e cinzas, possivelmente provenientes das ferrarias aí instaladas no início do século XVI. Teriam sido eventualmente danificadas pelos terramotos de 1531 e 1551 que, segundo os relatos, atingiram duramente a zona ribeirinha de Lisboa. Os seus despojos terão sido utilizados para criar um aterro sobre a praia. Os sedimentos identificados, apesar de apresentarem muitas variações na sua composição, representam, na realidade, um único momento, o que é comprovado pelo seu espólio coevo, permitindo, designadamente, colagens entre diferentes unidades estratigráficas.

É exactamente no espólio onde se encontra o mais intrigante dado da escavação. O material proveniente do aterro inclui algumas peças de qualidade excepcional, como as primeiras majólicas importadas do centro de Itália, remetendo a sua produção para os séculos XV e XVI. Exumaram-se, ainda, faianças espanholas, como as de reflexos metálicos e de corda-seca, faiança portuguesa, cerâmica utilitária e apetrechos de uso quotidiano, como pentes, colheres, objectos de adorno, alfinetes de cabelo, assim como alguns vidros, poucos metais (todo o aterro estava inundado pelas águas freáticas) e bastantes solas de sapatos em cabedal. Algumas peças recolhidas apresentam vestígios de utilização, encontrando-se igualmente inúmeras completas, o que nos leva a concluir que não terão sido descartadas voluntariamente.

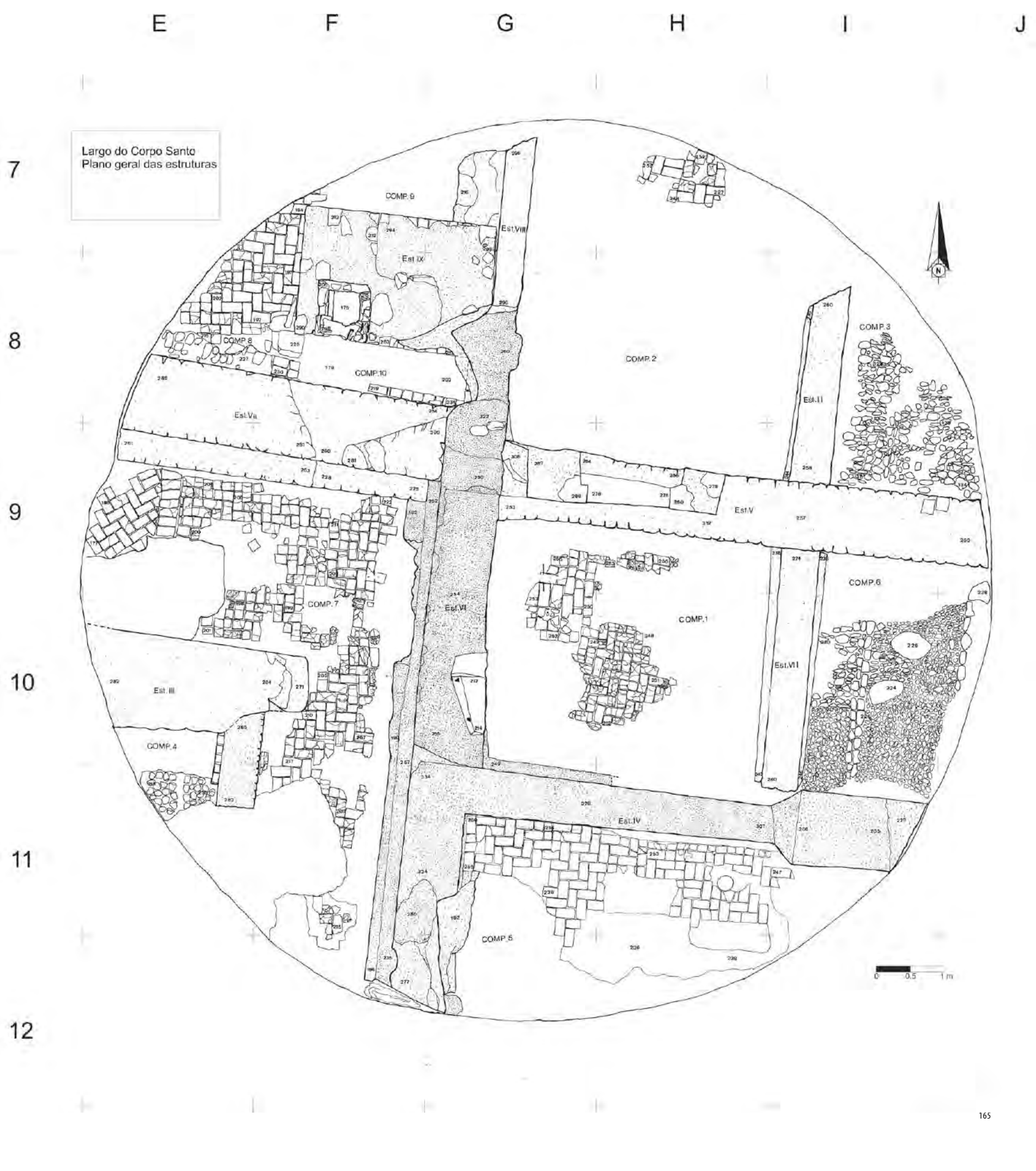
O aterro, com uma potência superior a dois metros, terminava nas areias da antiga praia quinhentista, onde foi encontrada uma embarcação presumivelmente inutilizada à época. Infelizmente a estrutura encontrada não corresponde à totalidade do vestígio, uma vez que este foi cortado pelas paredes moldadas do poço do Metropolitano, sendo natural supor que se prolonga para Este.

Apesar da reduzida intervenção, os trabalhos revelaram o que nos parece ser um importante testemunho da história da cidade, com a conquista de novas áreas ao rio Tejo, ocupadas com actividades directamente ligadas à expansão marítima de finais do século XV, o florescimento económico decorrente, reflectindo ainda a mudança do Paço e da nobreza para a zona ribeirinha.

1 A equipa foi dirigida pelo Dr. Clementino Amaro e era constituída por os arqueólogos Ana Vale e João Marques, pelos assistentes Paulo Figueiredo, José Luís Monteiro, Vitor Santos, pelos técnicos auxiliares Barros Cristóvão António, Paulo Pacheco e Frederico Regala e pela técnica de restauro, Natalina Guerreiro.

COMPARTIMENTO 7, COM UMA ESTRUTURA DO ARSENAL DA MARINHA SOBRE UM PAVIMENTO DO PALÁCIO DOS CÔRTE-REAL

COMPARTIMENTO 7, COM UMA ESTRUTURA DO ARSENAL DA MARINHA
SOBRE UM PAVIMENTO DO PALÁCIO DOS CÔRTE-REAL


E
F
G
H
I
J
7
8
9
10
11
12
Largo do Corpo Santo
Plano geral das estruturas
COMP.9
Est.VIII
Est.IX
COMP.8
COMP.10
Est.Va
COMP.2
COMP.3
Est.II
Est.V
COMP.7
Est.VI
COMP.1
COMP.6
Est.VII
Est.III
COMP.4
Est.IV
COMP.5
N
0
0,5
1 m

A CASA DE CEUTA EM LISBOA

Miguel Gomes Martins

Tendo-se perdido o cartório da Casa de Ceuta – provavelmente incorporado na Casa da Índia –, torna-se particularmente difícil perceber com rigor o funcionamento deste departamento que originalmente centralizava todas as questões relacionadas com o abastecimento da praça-forte de Ceuta, conquistada pelos portugueses em Agosto de 1415 (Azevedo, 1915: XIII).

Documentada, pelo menos, desde Janeiro de 1434 (Azevedo, 1915: 52), a Casa de Ceuta tinha como principal missão a aquisição, o aprovisionamento e o envio de tudo o que fosse necessário à manutenção dessa e, mais tarde, das outras fortalezas norte-africanas dominadas pelos portugueses, nomeadamente das que foram conquistadas ainda durante o século XV: Alcácer Ceguer em 1458, Arzila e Tânger em 1471 (MH, 1971: XII, 79). Com efeito, as fontes referem o armazenamento de víveres (trigo, cevada, centeio, milho, peixe, carne, biscoito, vinagre, vinho, água-pé, açúcar, sal), o que levava a que algumas das dependências da Casa de Ceuta fossem designadas como "celeiro" (Farinha, 1994: 225); de armas (peças de artilharia de diferentes calibres, pelouros e pólvora, lanças, bestas, capacetes, paveses, couraças), de recipientes diversos (pipas, tonéis, caldeiras), e de objectos e utensílios tão diversificados quanto gadanhas de ferro, funis, arcas, mesas, ferrolhos, tecidos e sinos (Azevedo, 1915: 163-168, 168-172, 556-560; AHP, 2001: III, 76-77).

Do seu corpo de funcionários – de dimensão e composição desconhecidas, mas seguramente numeroso face à complexidade da sua missão – conhecem-se alguns cargos: vedores, tesoureiros, feitores, contadores, recebedores, escrivães, almoxarifes, porteiros, mas também tanoeiros, como Antão Anes (1436-1439), Pedro Anes e Rui Vasques (1440) (Azevedo, 1915: 53-54, 122-123 e 138-139). Ainda que as fontes não sejam suficientemente elucidativas, tudo leva a crer que, num dos lugares cimeiros da hierarquia da Casa de Ceuta se encontrava o tesoureiro-mor, cargo que foi desempenhado, entre outros, por Gonçalo Pacheco, morador em Lisboa e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, documentado nesse cargo entre 1439 e 1459, ano em que auferia da Coroa uma tença anual de 8.000 reais brancos, a que acresciam outros 15.000 pagos pelo infante (Azevedo, 1915: 168-172; MH, 1972: XIII, 183-184). Aliás, muitos desses lugares foram ocupados, pelo menos até 1460, por membros da casa senhorial de D. Henrique, o que se explica, em boa medida, por ter sido a ele que D. João I encarregou, logo em Fevereiro de 1416, da gestão dos negócios de Ceuta (Farinha, 1994: 225).

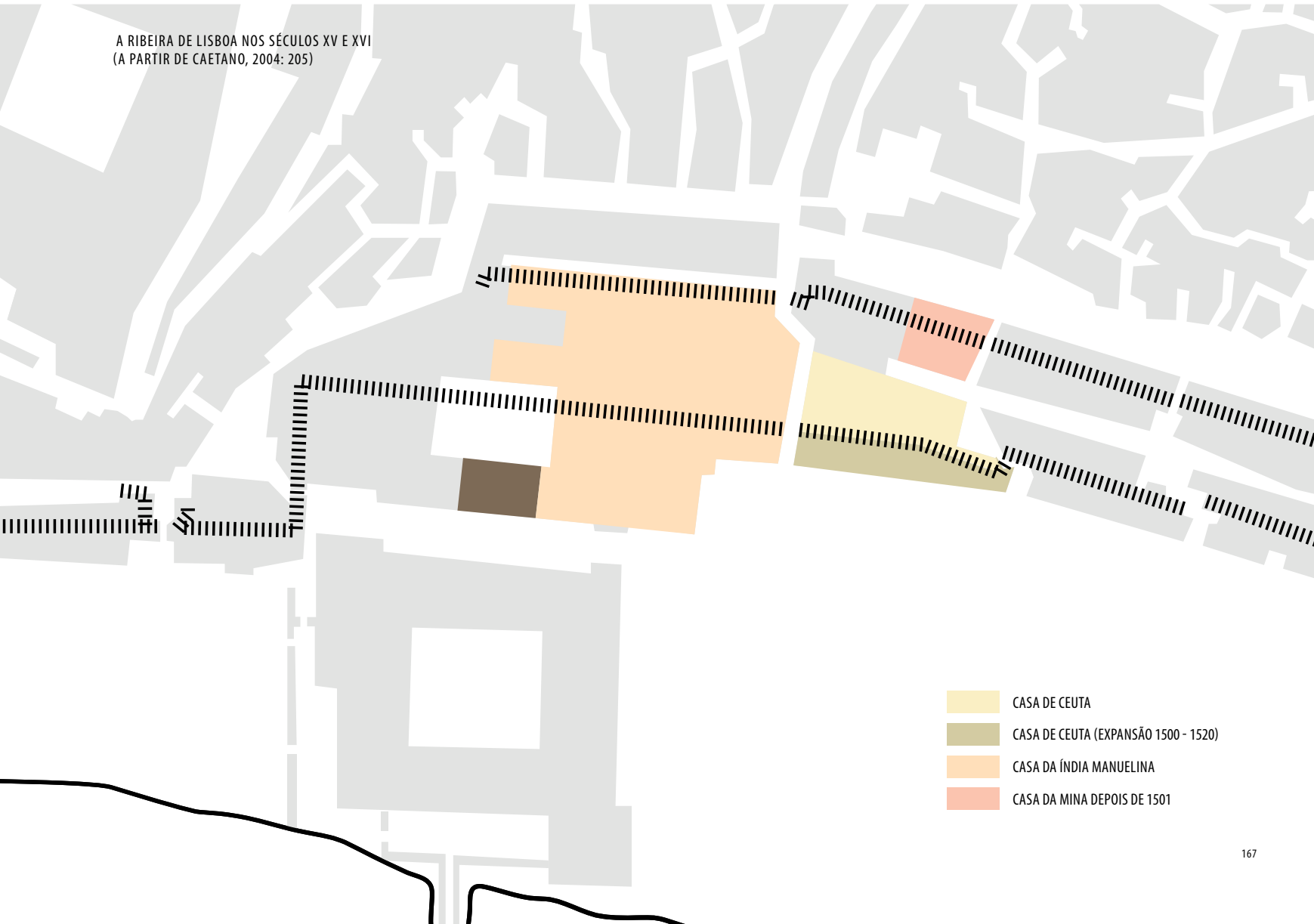
Até 1436 a Casa de Ceuta terá sido instalada em Lisboa, nas imediações das Tercenas, onde lhe foi atribuído um edifício de dois ou três pisos pertencente ao concelho – que este, em 1438 ou 1439, procurou, sem sucesso, reaver (Azevedo, 1915: 115) –, na zona da Ribeira, o que a deixava estrategicamente localizada nas imediações dos locais de partida e de chegada das embarcações que ligavam a capital a essa praça norte-africana. Este edifício prolongava-se para norte, para lá da muralha Fernandina, até ao Beco (ou Rua) do Saco, no topo ocidental da antiga Rua da Ferraria, sobre a qual os sobrados dos pisos superiores faziam uma sacada e um alpendre, assentes em colunas de pedra (CML, 1950: I, 175-177; Silva, 1987a: II, 154; Azevedo, 1915: 349-350; MH, 1969: X, 20 e 593-595)[1].

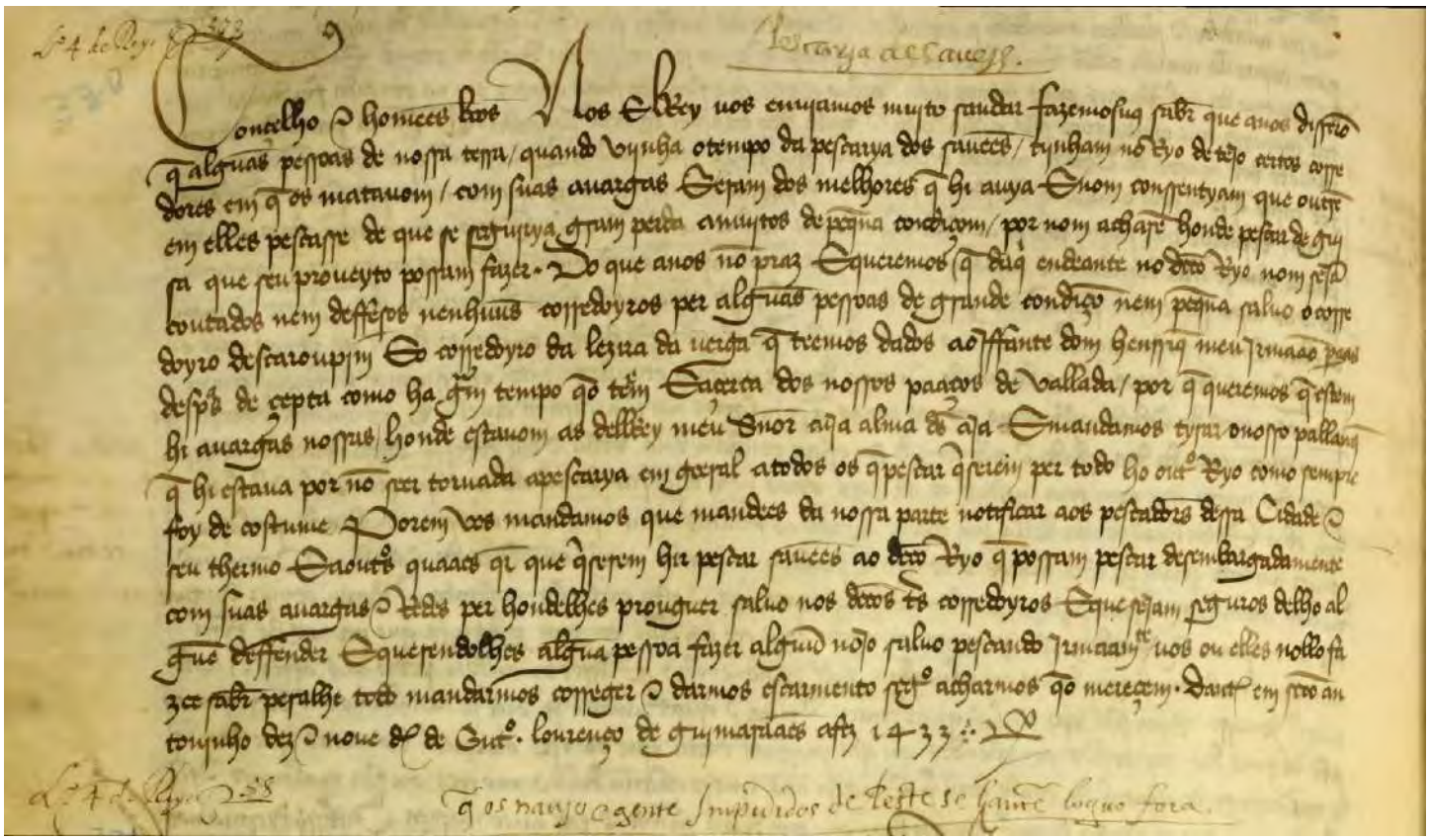
No entanto, em 1520, com o alargamento do Paço da Ribeira, a Casa de Ceuta – designada também como Casa do Desembargo da Cidade de Ceuta – perdeu as dependências situadas no exterior da Cerca Fernandina, ou seja, viradas para o rio – que ainda detinha em 1484 –, que começaram a ser usadas para os aposentos dos infantes (Senos, 2002: 71 e 239). Ou seja, a Casa de Ceuta passava a ter, tanto as suas dependências quanto o acesso, unicamente no interior do perímetro amuralhado da cidade (Caetano, 2004: 205-207). Contudo, a partir das últimas décadas do século XVI a Casa de Ceuta deixará também de estar aí localizada, altura em que o edifício é emprazado a particulares pela Câmara de Lisboa, não se sabendo ao certo para onde poderá ter sido deslo-

cado, embora seja possível que tivesse sido absorvida – ainda que com algum grau de autonomia – pela Casa da Índia, sendo integrada nos novos edifícios erguidos por D. João III na zona da Ribeira. Trata-se de um reflexo da perda de importância estratégica e política das praças-fortes norte-africanas, processo que viria a culminar com a extinção da Casa de Ceuta, em 1770, na sequência do abandono de Mazagão, no ano anterior, a última das fortalezas controladas pelos portugueses no Norte de África (Farinha, 1994: 225).

[1] Vide também Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro II de D. João II*, doc. 10.

A RIBEIRA DE LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI
(A PARTIR DE CAETANO, 2004: 205)





CARTA DO REI D. DUARTE À CIDADE DE LISBOA, PROIBINDO A PESCA DO SÁVEL EM CERTAS PARTES DO RIO TEJO, RESERVADAS AO INFANTE D. HENRIQUE PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DE CEUTA

Pergaminho.
Santo Antoninho. 1433 outubro 19
47 x 34 x 10 cm
Livro dos Pregos, f. 258v.
Arquivo Municipal de Lisboa

"Concelho e homeens boons Nos El rey vos enviamos muito saudar. Fazemos vos saber que a nos disserom que algũas pessoas de nossa terra quando viinha o tempo da pescarya dos savees tiinham no ryo de Tejo certos corredores em que os matavom com suas avargas e eram dos melhores que hiavya e nom conssentyam que outrem em elles pescasse de que se seguiryagram perda a muitos de pequena condicom por nom acharem honde pescar de guisa que seu proveyto possam fazer. Do que a nos nom praz e queremos que daqui endeante no dictoryo nom sejam coutados nem deffesos nenhuuns corredoyros per algũas pessoas de grande condicom nem pequena salvo o corredoyro d´Escaroupim e o corredoyro da lezira da Verga **que teemos dados ao iffante dom Henrriquemeu irmãao pera as despesas de Çepta** como há gram tempo que o teem e acerca dos nossos paacos de Vallada porque queremos que estem hi avargas nossas honde estavom as d´ell rey meu senhor cuja alma Deus aja. E mandamos tyrar o nosso pallanque que hi estava por nom seer torvada a pescarya em geeral a todos os que pescar quiserem per todo ho outro ryo como sempre foy de costume. Porem vos mandamos que mandees da nossa parte notificar aos pescadores dessa cidade e seu thermo e a outros quaaesquer que quiserem hir pescar savees ao dicto ryo que possam pescar desembargadamente com suas avargas e redes per honde lhes prouguer salvo nos dictos três corredoyros e que sejam seguros de lho alguém deffender e querendo lhes algũa pessoa fazer alguum nojo salvo pescando irmaamente vos ou elles nollo fazee saber pera lhe todo mandarmos correger e darmos escarmento segundo acharmos que o merecem. Dante em Sancto Antoninho dezenove dias de Outubro. Lourenco de Guimaraaes a fez 1433".

JAÚDENES, 5: UN CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DE ÉPOCA PORTUGUESA EN CEUTA

Marta Caroscio

Entre las numerosas excavaciones llevadas a cabo en Ceuta durante las últimas dos décadas, la de la calle Jaúdenes 5 (en el Istmo) es seguramente unas de las más significativas, habiendo aportado materiales fechables entre el siglo II y el siglo XIX. A pesar que se hayan documentado una fase romana y una fase medieval, la primera de las cuales se encuentra relacionada con la *cetaria* existente en las proximidades (Bernal y Pérez, 1999), los materiales más significativos son los pertenecientes a la primera fase del poblamiento portugués. Se trata principalmente de cerámicas datables entre la mitad del siglo XV y finales del XVI, aunque con presencia documentada de materiales posteriores que se encuadran entre los siglos XVII y XIX. El grado de fragmentación de las piezas y la presencia de materiales de cronología heterogénea en las mismas capas, parecen indicar que se trata de estratos en cuya formación interviene la remoción de otras capas previamente formadas (romanas y medievales). Son pues niveles de colmatación que han incorporado tierras que incluían materiales de fases anteriores.

Desde el punto de vista funcional, en el periodo correspondiente a la fase de ocupación portuguesa, se documentan todas las tipologías: cerámica de almacén, de cocina, de mesa y objetos destinados a funciones diferentes como la higiene personal (bacines). Entre los grandes contenedores de almacenaje y de transporte, como las jarras y las tinajas, prevalecen las producciones sevillanas y se han reconocido piezas del área catalana y posibles producciones portuguesas, las últimas no siempre de fácil identificación.

La presencia de grandes contenedores de almacenaje, relacionada con las necesidades de abastecimiento de la plaza fuerte, pone de manifiesto tanto un abastecimiento local como de productos procedentes de las diversas regiones de la península Ibérica. El área de la Almina fue destinada principalmente a cultivos durante los siglos XVI-XVII, pero realizaba un aporte mínimo e insuficiente para las necesidades de la población residente. Efectivamente, el sistema de abastecimiento se basó en la instalación de "factorías", y Ceuta se abastecía de la "Factoría de Andalucía", fundada en el siglo XV y apoyada en la presencia de comerciantes de la misma nacionalidad que operaban en una ciudad extranjera, pero teniendo representante oficial frente al gobierno local (Marques, 1981: 543).

Por lo que concierne la cerámica de cocina y la de mesa encuadrable en los primeros momentos de la presencia portuguesa en la ciudad, nos parece necesario destacar una diferencia fundamental: la casi totalidad de las cazuelas y ollas (generalmente vidriadas sólo en el interior) son de producción portuguesa, mientras que la loza procede en su mayor parte del área valenciana y andaluza. Se podría suponer que la loza llegara junto a los abastecimientos, pero igualmente se hubiera podido importar la cerámica de cocina. La interpretación ante esta evidencia queda abierta de cara a futuras investigaciones.

Otros contenedores para la preparación de los alimentos, como los lebrillos, fueran empleados para limpiar verduras o preparar carnes y pescados antes de cocerlos. El lebrillo, además de en la cocina se utilizó también para la higiene personal o el lavado de productos en general. Están presentes numerosos lebrillos del siglo XVII con cubierta a base de plomo teñida con cobre, que le confiere el característico color verde y que se aplica únicamente en el interior, mientras que la superficie exterior no presenta revestimiento. La iconografía de los siglos XVII y XVIII es generosa en representaciones de estas piezas en el momento que se va difundiendo en la pintura europea la moda del bodegón.

Las tipologías de lozas presentes de forma mayoritaria pueden incluirse en las producciones de área sevillana conocida como "Columbia plain", "Columbia plain green dipped" e "Isabela polychrome", según la nomenclatura de los estudios sobre cerámica en el Caribe (Goggin, 1968; Deagan, 1987; Deagan y Cruxent, 2002). La pasta de estos objetos presenta características muy parecidas en las diferentes tipologías, distinguiéndose las del siglo XV y principio del XVI de las posteriores. Las importaciones extrapenisulares incluyen loza de Montelupo y que pueden ser incluidas en las tipologías decorativas de "nastri spezzati" (principio del siglo XVI), "alla porcellana" (primera mitad del siglo XVI) e "italo-moresca tipo Baccheretо" (segunda mitad del XV-principio del XVI). Especialmente interesante es la

presencia de una escudilla "tipo Bacchereto", una tipología producida en Toscana durante la segunda mitad del XV y que perdura todavía a principio del siglo siguiente, clasificada por primera vez tras el estudio de los desechos de cocción excavados en aquel pueblo, a unos 30 km al NW de Florencia. Estos fragmentos indican un horizonte cronológico para la loza de importación de finales del XV a principio del XVI y en una datación amplia entre 1450 y 1550ca. Cabe notar también la presencia de un fragmento de porcelana China de finales del siglo XVI-principio del XVII (dinastía Jin/Qing), un hallazgo que pone de manifiesto la llegada a Ceuta de productos del comercio global.

Entre los materiales correspondientes a una fase más tardía (siglo XVII) resalta la presencia de cerámica con decoración de engobe bajo cubierta a base de plomo, conocida como "marmorizzata" (es decir que imita al mármol), de producción pisana o más bien del área entre Pisa y la costa de Toscana, y que se fecha con una cierta precisión entre 1600 y 1650 gracias a los hallazgos en el Nuevo Mundo[1], así como con los del norte de Europa (Platt y Coleman-Smith, 1975; Brown, 2002). Esta tipología circula a escala local, es decir en Italia centro-septentrional, a partir de la segunda mitad del siglo XVI (Rosselló, 1998: 530-31), pero a partir de la primera mitad del XVII se exporta en grandes cantidades por el Mediterráneo Occidental y desde allí, siendo todavía las Islas Baleares una importante escala para todos tipos de mercancías, al resto del mundo. Se confirma el breve intervalo de tiempo entre la circulación de esta tipología cerámica en el mercado local y su difusión en los mercados europeos y extraeuropeos (Caroscio, 2009: 32-33) según un esquema común la difusión de la loza de exportación en este periodo (Varaldo, 1996: 238).

Al mismo periodo pertenece una producción cerámica portuguesa de cocina sin revestimiento, caracterizada por una pasta de color rojizo, muy dura y con formas muy parecidas a las encontradas en el convento de Santa Clara en Moura (Portugal), en contextos fechables en el siglo XVII (Macias y Rego, 2005). Junto a esta tipología hay loza con decoración azul sobre fondo blanco, posiblemente de producción sevillana que copia las producciones de los Países Bajos (delftware) y la loza de Liguria. La loza ligur fue importada en gran cantidad en el área tirrénica y en el sur de la Península Ibérica, siendo bien conocido el caso de las importaciones en Granada y documentada también una producción en Sevilla que copia sobre todo la loza con decoración "alla berettina" (Capelli et al., 2010).

En conclusión, el material de la calle de Jaúdenes presenta una interesante variedad de cerámica de importación de diferentes centros de producción europeos y orientales y permite reconstruir de manera bastante completa el ajuar de cocina y de mesa en Ceuta durante los siglos XV-XVII, aunque la formación de la estratigrafía del yacimiento no permita un riguroso análisis por fases.

[1] FLMNH, 1993. http://www.flmnh.ufl.edu/histarch/gallery_types/

PRÓXIMA PÁGINA/

1 | FRAGMENTO DE PLATO DE LOZA ITALIANA PRODUCIDO EN MONTELUPO Y CON DECORACIÓN "ALLA PORCELLANA"

2 | FRAGMENTO DE PLATO DE LOZA ITALIANA PRODUCIDO EN MONTELUPO Y CON DECORACIÓN POLÍCROMA A "NASTRI SPEZZATI"

3 | ESCUDILLA "ITALO-MORESCA" CONOCIDA COMO TIPO BACCHERETO" HALLADA EN LA CALLE DE JAÚDENES (U.E. 8046)

4 | FRAGMENTO DE PORCELANA CHINA DE FINALES DEL SIGLOS XVI-PRINCIPIO DEL XVII (DINASTÍA JIN/QING)

5 | FRAGMENTO DE "COLUMBIA PLAIN DEEP-GREEN" DE PRODUCIÓN SEVILLANA.

1

2

3

4

5

O CEITIL

Tiago Gil Curado

Apesar da data de início da cunhagem ser ainda uma incógnita, o Ceitil foi cunhado entre os reinados de D. Afonso V e D. Sebastião, sensivelmente entre 1450s e 1570s. Foi, tal como o Dinheiro durante a Primeira Dinastia, a moeda de menor valor comercial em circulação na sua época. A sua cunhagem acompanhou a primeira parte do período expansionista português e crê-se que o castelo representado numa das faces corresponda a Ceuta, dando possivelmente origem ao seu nome (Magro, 1986: 11-16).

Fisicamente o Ceitil caracteriza-se por ser em cobre, o metal "menos nobre" onde se cunhavam moedas. Em termos gerais, metricamente foi perdendo dimensão com o passar do tempo, registando-se diâmetros de cerca de 2cm no reinado de D. Afonso V até chegar a aproximadamente 1cm de diâmetro com D. Sebastião. Esteticamente mantém sempre a mesma tipologia, apesar de se registarem dezenas ou até mesmo centenas de pequenas variantes nos seus componentes, não só de rei para rei, como também dentro de cada reinado. Essas variações podem estar relacionadas com a produção individual do cunho de cada Casa da Moeda em funções no Reino, mas também com a sua própria substituição por motivos de desgaste, quebra, desaparecimento ou actualização. No campo central do anverso encontra-se um castelo muralhado de três torres sobre o mar ondeado. No reverso o escudo português domina todo o campo central. As legendas que limitam os campos de ambas as faces também apresentam inúmeras variantes. Geralmente no anverso lê-se o nome do soberano reinante aquando da sua cunhagem, ao passo que no reverso aparece a expressão REX PORTVGAL, entre outras (Gomes, 2006)

Uma vez que todas as moedas transportam em si uma mensagem, muitas vezes política, o caso do Ceitil, devido ao seu baixo valor facial e à sua massificação, foi um meio privilegiado para dar a conhecer à população o nome dos soberanos, mas também termos como Ceuta e Guiné, incluindo novos territórios portugueses. Este é portanto um objecto chave deste período histórico, não só pelo efeito social que representou na familiarização com a política ultramarina, como também enquanto símbolo da estabilidade económica sentida no reino (Valério, 1991: 3-18).

No registo arqueológico é necessário ter em conta que o período de vida útil das moedas pode prolongar-se relativamente ao momento da cunhagem. Seria impossível trocar o total de moedas em circulação sempre que acontecia a substituição de um soberano, sobretudo se fosse um período de pouca liquidez monetária ou se fosse descontinuado aquele tipo de moeda. Estes seriam sempre processos muito morosos.

Os registos de fabrico do Ceitil não chegaram aos nossos dias, contudo através das letras monetárias presentes nos Ceitis de D. Afonso V deduz-se que esta moeda terá sido lavrada em Lisboa (L) e no Porto (P). É também possível ler em alguns exemplares a letra C, indicando a sua cunhagem em Ceuta, mas também a letra A, menos consensual, que pode apontar para Alcácer Ceguer ou Arzila (Magro, 1986: 23). Espécimes raros são as cunhagens de ceitis por D. Manuel I sem legendas, onde no anverso se pode ler em árabe "De Manuel Rei de Portugal", sinal do projecto político universal deste monarca.

Aquando da descontinuação do Dinheiro no início da Dinastia de Avis, este continuou em circulação durante alguns anos. Porém, a oferta monetária de D. João I levou a uma substituição gradual pela nova moeda. Já no caso do Ceitil, este foi produzido em larga escala no reinado de D. Afonso V, baixando a produção gradualmente até D. Sebastião. Estima-se que o grande volume deste tipo de moeda levou a que se perpetuasse até ao início da 4ª Dinastia, aquando da introdução de moeda de cobre nova por D. João IV.

CEITIL DE D. MANUEL I COM INSCRIÇÃO EM ÁRABE. MUSEU DO BANCO DE PORTUGAL

CUENCO

Barro cocido bizcochado con cubierta estannífera y óxidos metálicos.
Reino nazarí de Granada
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
Echegaray. Trab. Arqueológicos 1995
At: 4,9 cm; Db: 15,9 cm; Df: 7,0 cm
Museo de Ceuta (10.885)

Cuenco de pie anular de sección cuadrangular, paredes de tendencia hemisférica que rematan en un ala horizontal con labio vertical apuntado. Pasta de color rosado dura, bien decantada sin apenas vacuolas y desgrasante de grano muy fino de naturaleza dispar. Esmalte estannífero de capa gruesa de ligera tonalidad azulada. Es visible en su fondo interno la marca de un atifle. El motivo decorativo, que ocupa todo el fondo interno de la pieza es una estrella de ocho puntas inscrita en un círculo. En el ala, tres círculos concéntricos.

Muy habitual en contextos del siglo XIV e inicios del siglo XV es la aparición en la ciudad de cerámica importada del reino nazarí. Así es muy abundante el hallazgo de producciones andalusíes decoradas mediante la técnica del azul cobalto, la loza dorada o el verde manganeso nazarí. El azul cobalto, tanto solo como combinado con dorado, es la producción mayoritariamente registrada en la ciudad. Le sigue en importancia la loza dorada, y en menor medida, aunque siempre habitual, es la recuperación de piezas decoradas en verde y manganeso. En cualquier caso, un análisis de su presencia en Ceuta en comparación con otros yacimientos norteafricanos del territorio ceutí como Alcazarseguer (Redman, 1986) revela un porcentaje mucho más alto de aparición, lo que sin duda es buen indicador de la importancia de Ceuta en ese periodo y de su imbricación en las principales redes comerciales mediterráneas. Estas piezas están bien documentadas en contextos nazaríes coetáneos de Granada (Flores, 1988; Álavarez y García, 2000: 151), Málaga (Salado et al., 2000: 228) y mariníes de Algeciras (Torremocha et al., 2000: 338), estando constatada su llegada a la ciudad a través de las fuentes (Sánchez, 1988: 82-83). Posac ya llamó en su momento la atención sobre los vínculos existentes entre los ajuares malagueños y ceutíes (Posac, 1981). En general, las producciones nazaríes de reflejo dorado y azul cobalto tuvieron una importante distribución por el Magreb, como se ha constatado en Fez (Fili, 2000: 265). Es probable que el puerto de Ceuta tuviese un papel importante en esta distribución norteafricana (Hita y Villada, 2007; Hita et al., 2009; Hita y Villada, 1998a).

JMHR/FVP

ATAIFOR

Barro cocido bizcochado con cubierta estannífera y óxidos metálicos.
Reino nazarí de Granada
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
Echegaray. Trab. Arqueológicos 2002
At: 11,0 cm; Db: 27,0 cm; Df: 9,0 cm
Museo de Ceuta (11.955)

Ataifor con pie anular, paredes cónicas divergentes con perfil quebrado, con transición entre la pared y el borde marcada por una acusada carena y borde moldurado con labio apuntado y engrosado al exterior. Vedrío de color verde turquesa al interior que cubre parcialmente el exterior del labio.

Decoración en manganeso. En el labio, franja horizontal. En la pared doble círculo concéntrico y friso ondulado que enmarcan el motivo principal, compuesto por cuatro motivos zoomorfos (peces o pájaros) y pseudoepigráficos.

JMHR/FVP

ATAIFOR

Barro cocido bizcochado con cubierta estannífera y óxidos metálicos.
Reino nazarí de Granada
Segunda mitad del siglo XIV a 1415
Ceuta
At: 4,8cm; Db: 17,2 cm; Df: 7,2cm
Museo de Ceuta (2.851)

Ataifor de solero anular, fondo plano con pocillo central, paredes muy abiertas y borde simple con labio apuntado. Cubierta estannífera completa sobre la que aparece dibujada en azul al interior una estrella de ocho puntas, enmarcada por sendas líneas también en azul.

JMHR/FVP

TAPADERA

Barro cocido vidriado, pintura de manganeso y óxidos metálicos
¿Ceuta?
Siglo XIV a 1415
Ceuta
At: 1,9 cm; Dmax: 10,7 cm
Museo de Ceuta (9.625)

Tapadera de base plana, pared troncocónica invertida, borde redondeado y pedúnculo central. Pasta de color beige verdoso con desgrasante fino esquistoso. Cocción oxidante. Decoración de cuerda seca parcial en su cara superior con motivo de ocho pétalos distribuidos radialmente y en el centro de cada uno, un tallo con tres hojas delineado con óxido de manganeso. El espacio entre pétalos y pedúnculo vidriado en azul claro, con círculo en reserva y motivo triangular en manganeso.

La diversidad funcional documentada en época mariní comprende un amplio repertorio de piezas. Además de las series específicas se encuentran un grupo de formas auxiliares como los dos ejemplares que se agrupan en esta entrada.

En cuanto a las tapaderas, su uso como forma auxiliar para cubrir a otra pieza no deja lugar a dudas en cuanto a su funcionalidad. El repertorio es muy variado, siendo más frecuentes las de pedúnculo. Además, también se han documentado en Ceuta tapaderas del denominado tipo C de Rosselló. Se observan dos grupos principales. Uno formado por ejemplares, de gran diámetro, que sin duda combinarían con ataifores y cazuelas. Otro grupo de piezas presentan unas dimensiones menores. Este tipo ha de ponerse en relación tanto con ollas y orzas de tamaño mediano o pequeño, como de jarritos y jarritas e incluso escudillas.

JMHR/FVP

JARRITA

Barro cocido bizcochado, engobe y pintura de óxido de manganeso.
¿Ceuta?
Último tercio del siglo XIII a fines del siglo XIV
Ceuta
At: 21,8cm; Db: 9,3 cm; Df: 6,7cm
Museo de Ceuta (9.878).

Jarrita de fondo plano con pestaña, cuerpo de perfil sinuoso con acanaladuras al exterior, cuello de perfil cóncavo y alto con carena que marca el tránsito hacia el borde apuntado y bien marcado al interior con reborde para recibir tapadera. Dos asas de sección oval. Pasta de tonalidad pajiza muy depurada con desgrasantes de grano muy fino. Cocción oxidante. Decoración distribuida en dos registros. En el cuello, banda de óxido de manganeso con trazos diagonales esgrafiados entre líneas horizontales. En el cuerpo, decoración pintada con inscripción cursivizada interpretada como una simplificación de al-izza li-llah, grupos de tres puntos y panel de registros rayados. Sobre las asas y puntualmente sobre el cuerpo aparecen goterones de vedrío verde.

La serie jarrita es sin lugar a dudas el grupo cerámico más heterogéneo en cuanto a su tipología y decoración. En general, las funciones que pudieron desempeñar fueron variadas (preparación, presentación y consumo de alimentos) pero sus características técnicas y/o decorativas darán indicios en cierta medida para discriminar uno u otro uso. En el caso de la jarrita que presentamos tanto sus características físicas (un barro poroso y calcáreo sólo bizcochado que conserva adecuadamente y da frescor) y su decoración permiten vincularla con una función de presentación y consumo de líquidos, concretamente agua. El componente simbólico que gran parte de las decoraciones presentes en la producción de jarritas esgrafiadas y pintadas parecen indicar un claro carácter profiláctico para preservar la pureza del agua contenida en dichos recipientes. Este hecho podría plantear incluso que un determinado grupo de estas piezas tuviese un uso ritual (Fernández, 1988; Hita et al., 1997; Hita et al., 2009: 194; Hita y Lería, 2011: 74).

JMHR/FVP

JARRO DECORADO

Argila caulínica com cobertura estanífera; decoração a verde e castanho
Saintonge, região de Bordéus (França)
Finais do séc. XIII-meados do séc. XIV
Db: 10,8 cm; Df: 10,2 cm
Rua das Pedras Negras. Trab. Arqueológicos 1991
Centro de Arqueologia de Lisboa
(RPN.91/ 11098, 1162, 51069, …)

Peça bastante fragmentada, composta por 29 fragmentos, cuja reconstituição não foi possível obter. Todavia, parece-nos consensual a sua classificação tipológica, em função das porções reconstituídas parcialmente (fundo, bojo e bordo), por analogia com outras peças conhecidas, designadamente no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Gaspar e Amaro, 1997), mas também noutras intervenções na cidade de Lisboa (Castelo de São Jorge, Teatro Romano de Lisboa, etc.).

O único fragmento de bordo disponível possui o arranque superior de asa em fita. A sua pasta branca caulínica depurada, com finos elementos plásticos e raros de maior calibre, assim como os motivos decorativos utilizados, a verde e manganês, designadamente um pássaro (de que se reconhece a cabeça, com um fio no bico) e dois escudos heráldicos, apontam-nos para as produções de francesas de Saintonge, atribuíveis aos séculos XIII / XIV. Contudo, na ausência de análises laboratoriais, não se pode descartar a possibilidade de se tratar de produções de origem mediterrânica (Catalunha, Marselha ou mesmo Norte de África, Marchesi et al.,1997), o que evidencia a centralidade do porto de Lisboa, nas ligações marítimas entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo.

AAM

PICHEL DECORADO

Cerâmica de pasta vermelha, engobe branco e vidrado de chumbo
Brugges (Bélgica)
Séc. XIV
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 1999
Amax: 24,0 cm; Lmax: 14,2 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (PF.00/449)

Reconstruido a partir de 31 fragmentos, com pasta laranja medianamente depurada, não está completo. Todavia a sua forma ovóide e função são facilmente reconstituíveis, sendo bastante recorrentes nas produções do Norte da Europa (Brown, 2011).

Igualmente, a sua decoração, incisa a rolo, composta por 10 fiadas horizontais de pequenos traços verticais, separadas por um ligeiro ressalto, é comum naquelas produções, parecendo-nos que neste caso se trata de uma produção das oficinas de Brugges (Hillewaert, 2010). No lado superior do bojo possui o arranque inferior de asa em rolo. O seu vidrado sendo genericamente verde, apresenta-se matizado por laivos acastanhados, observando-se que este revestimento, estando sobreposto a uma película branca de cal, apenas reveste a superfície decorada, extinguindo-se antes do arranque do fundo. Constitui um excelente exemplar que materializa as intensas relações comerciais com o Norte da Europa, em especial com o porto de Brugges, a partir do séc. XIV (Everaert, 1992) e com larga expressão na centúria seguinte.

AAM

PICHEL DECORADO COM VIEIRAS E "CACHOS"

Argila vermelha com vidrado de chumbo
Brugges (Bélgica)
Séc. XIV/XV
Rua do Ouro. Trab. Arqueológicos 2002
At: 24,2 cm; Df: 10,3 cm; Lmax: 14,9 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa
(RO.197/CV288-294)

Pichel quase completo (39 fragmentos), apenas lhe faltando o bordo, constitui uma materialidade que evidencia a dinâmica comercial da cidade de Lisboa, onde no séc. XIV aportam mercadorias vindas dos mais variados pontos da Europa, a que se somam já no século XV, as mercadorias oriundas da costa africana (Everaert, 1992).

Ainda que à primeira vista pareça corresponder a uma produção das oficinas de Brugges, não pode ser descartada a hipótese de ter uma origem diversa. Vidrado verde com matizado de vários tons (entre o verde escuro e o amarelado), diretamente sobre a argila, em toda a superfície externa, com alguns escorrimentos no interior. O corpo da peça está decorado no lado superior por uma fiada de 6 vieiras modeladas a fresco, por pressão digital a partir do interior, este registo está interrompido pelo arranque inferior de asa em rolo, que coincide com uma linha incisa que assinala o início do colo, cujo registo decorativo é composto por 4 "cachos" igualmente modelados a partir do interior (estando a peça completa seriam 6), que consistem num módulo circular saliente, decorado com pequenos círculos igualmente apostos, salientes. O vidrado tem alguns defeitos de cozedura. O fundo sendo circular, apresenta decoração digitada. A sua pasta é avermelhada, depurada, com raros quartzos e calcites de reduzida dimensão, terá tido uma cozedura redutora, com arrefecimento oxidante.

AAM

TAÇA EM LOIÇA DOURADA E AZUL

Cerâmica com vidrado de estanho e
pintada a óxido de cobalto e de cobre
Área valenciana, Paterna/Manises
Século XIV
Castelo de São Jorge. Trab. Arqueológicos 2002
At : 5,4 cm; Db: 16,5cm; Df: 5,5cm
Núcleo Museológico do Castelo-
Egeac, E.M. (CSJ/2255)

No quadro das importações registadas no século XIV, reflexo dos contactos comerciais através do porto da cidade de Lisboa, registam-se produtos vindos de Paris e de Bordéus, em França, e as importações do sul e levante de Espanha (Valência), representadas por escassos exemplares nas escavações arqueológicas do Castelo de S. Jorge.

A tigela vidrada a branco e pintada a azul e dourado destaca-se pela representação da árvore da vida, encontrada numa das dependências do Palácio dos Bispos de Época Medieval, construído sobre o bairro islâmico da alcáçova.

AG/AG

ABASTECIMENTO E COMÉRCIO NOS SÉCULOS XV E XVI

PRATO

Porcelana. Óxido de cobalto
China. Província de Jiangxi, Jingdezhen
Dinastia Ming. Reinado Zhengde (1506-1521)
Cadeia do Aljube. Trab.
Arqueológicos 2004-2005
At: 3,5 cm; Db: 20,0 cm; Df: 10,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa

Prato com aba de bordo arredondado e recortado em forma de chaveta. Assenta em pé anelar ligeiramente reentrante. É fabricado em porcelana de coloração bege, totalmente coberta por vidrado com *craquelé* e decorado a azul acinzentado, características que se devem a um deficiente controlo durante o seu processo de cozedura.

A decoração da aba é desenhada com traços entrecruzados onde se observam cartelas em reserva com caracteres chineses. No tardoz é composta por espirais enquanto a parede é preenchida por decoração canelada vertical característica deste período. O motivo central mostra um *qilin*, animal mitológico prenúncio de paz, galopando entre rochas e nuvens com a cabeça voltada para trás observando a lua, desenhado com traços vigorosos e sem contorno. Extremamente difundido por todo o sudeste asiático, este tipo de prato ilustra as primeiras importações de porcelana que chegaram a Portugal (Henriques, 2012: 920).

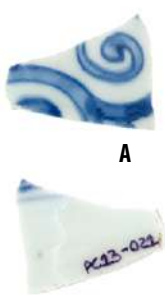
JPH

TAÇA

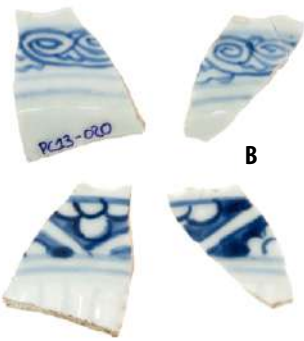
Porcelana. Óxido de cobalto
China. Província de Jiangxi, Jingdezhen
Dinastia Ming. Reinado Jiajing (1522-1566)
Palácio dos Condes de Penafiel.
Trab. Arqueológicos 1992
At: 12,5 cm; Db: 14,0 cm; Df: 5,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa

Taça de forma hemisférica com bordo extrovertido, assente em pé anelar. É decorada a azul cobalto sobre porcelana branca, totalmente revestida a vidrado levemente azulado. A parede externa oferece decoração de motivos vegetalistas e zoomórficos pintados com finos e rigorosos traços a azul escuro, preenchidos a azul claro. Observa-se um pássaro em voo e um segundo pousado, enquadrados por ramos de pessegueiro e peónias. No interior, apresenta medalhão circular com a representação de um tronco de pessegueiro torcido em forma de caracter *shou*. O fundo ostenta marca *fu gui jia qi* (belo objecto para alguém rico e nobre), escrita em caracteres de selo dentro de um rectângulo. A boa execução desta pequena taça ilustra a evolução decorativa registada no reinado do imperador Jiajing em relação a épocas precedentes, sendo este formato exaustivamente importado pelos portugueses.
Foi recuperada no Palácio dos Condes de Penafiel e faz parte de um vasto conjunto de objectos em porcelana maioritariamente destinadas ao serviço de mesa, descartadas após o grande terramoto de 1755, sugerindo uma larga diacronia temporal na sua utilização (Henriques, 2012: 924).

JPH

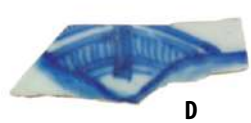


A



B

C



D

E

FRAGMENTOS DE CUATRO FORMAS ABIERTAS (PLATOS/ CUENCO: A A C Y E) Y UNA FORMA CERRADA (VASO- D) EN PORCELANA CHINA

Porcelana. Óxido de cobalto. En un caso decorada sobre cubierta (E)

Provincia de Jiangxi, Jingdezhen, China

A y B- Principios del siglo XVI, dinastía Ming, posiblemente periodo Zhengde (1506-1521) o primeros decenios del periodo Jiajing (1521-1545); C- Primera mitad del siglo XVII, Periodo Qing (1616-1636); D- Finales del siglo XV a mediados del XVI, dinastía Ming; E- Principios del siglo XVI, dinastía Ming, posiblemente periodo Zhengde (1506-1521)

Puerta Califal (A, B, D, E). Trab. Arqueológicos 2013
Paseo de las Palmeras (C). Trab. Arqueológicos 2003

A-Lmax: 3,4 cm; G: 0,29 cm; B- Dmax: 20,0 cm; G: 0,3 cm; Amax: 3,3 cm; C- At: 3,1 cm ca., Db: 18,0 cm ca.; D- Lmax: 5,2 cm; G: 0,4 cm; E- Lmax: 2,5 cm; G: 0, 38 cm

Museo de Ceuta (A-12.500; B- 12.499; C- 12.503; D- 12.502; E- 12.501)

A- Pared hemisférica y arranque de borde exvasado de cuenco. Decoración al interior formada por líneas horizontales de cobalto que delimitan una cenefa. Al exterior trazos en espiral en azul más intenso rellenos de un azul más suave que forman una decoración que podría corresponder al cuerpo de un dragón o a una composición floral compleja.
B- Dos fragmentos de borde y pared. Ala, levantada y facetada, y arranque de cuerpo de pequeño plato. Al exterior el cuerpo tiene ligeras depresiones formando una especie de gallones. La decoración en el exterior, bajo el ala, consiste en una cenefa de elementos florales estilizados enmarcados por triángulos. Sobre el ala, banda de líneas espirales encadenadas muy finas que forman elementos florales muy estilizados enmarcada por líneas horizontales.

C- Perfil completo de plato de fondo plano rematado por un pie apuntado, paredes curvas y ala levantada y facetada. En el interior del ala paisaje estilizado y al exterior elementos geométricos y posiblemente florales estilizados. En el fondo interno, espirales sobre una masa de color celeste que debía ocupar gran parte del mismo. La pared externa posee línea azul clara en sus extremos y un trazo horizontal azul más intenso de un motivo no identificado.
D- Pared de tendencia globular, posiblemente de forma cerrada. La decoración conservada parece corresponder al fondo de un motivo paisajístico de una composición principal.
E- Fondo plano de una forma abierta, que a causa del pequeño tamaño no es posible establecer si se trata de un plato o más bien de un cuenco. Decoración pintada en verde y rojo sobre cubierta.

La porcelana China con decoración azul sobre blanco fue muy apreciada en Europa a partir del principio del siglo XVI cuando tenía principalmente el papel de regalo diplomático y de objeto de colección. La primera representación de un vaso de porcelana china en la pintura europea lo encontramos en la obra "Adoración de los Reyes" de Andrea Mantegna, (1500 ca.) conservado en el Getty Center (Los Ángeles, USA). A lo largo del siglo XVI la porcelana China empezó efectivamente a utilizarse, pero en principio en círculos muy restringidos relacionados con los actos públicos o privados de la Corte. Sólo a partir de la segunda mitad del siglo XVI aumenta la porcelana que llega a Europa. En este momento se conocen también piezas encargados expresamente fabricadas para el mercado europeo, adaptándose las formas a los hábitos de consumo europeos.

La decoración con flores de lotos entrelazadas de color verde y rojo es típica del principios del siglo XV aunque perdura hasta inicios de la centuria siguiente. Esta pieza que se puede fechar durante la dinastía Ming, posiblemente en posiblemente periodo Zhengde (1506-1521), se decora de este modo. La pieza C fue posiblemente realizada para el mercado europeo ya en el primer cuarto del siglo XVII.

La porcelana más antigua documentada en Ceuta se data en la primera mitad del siglo XVI, probablemente comercializada entre 1515-1540, un momento aún temprano en que el mercado va ampliándose progresivamente y en que comienzan las imitaciones de estas piezas en producciones europeas de loza. No obstante siguen siendo productos de lujo destinados a las élites del poder. Se importan escudillas y cuencos de pequeño tamaño con motivos decorativos en azul sobre fondo blanco que en parte siguen motivos decorativos tradicionales de la segunda mitad del siglo XV. Las piezas son fragmentos de pequeño tamaño que hace difícil su datación precisa y la identificación de sus estilos, aunque sin duda se trata de piezas del periodo Ming que pueden fecharse dentro de la primera mitad del siglo XVI.

La presencia de porcelana china en la ciudad ha de estar en consonancia con lo que ocurre en la metrópoli. Incluso en círculos muy restringidos como los de las élites del poder luso, no parecen documentarse, al menos hasta el momento, porcelanas anteriores a los albores del siglo XVI. Si tomamos como ejemplo la noticia que relata el regalo de Vasco de Gama al monarca portugués de porcelana china a fines del siglo XV (1499) parece razonable pensar que, dado el rango del personaje al que se entregan los presentes, se tratase de un producto bastante exclusivo. No será hasta bien entrada la segunda mitad del XVI (fines más bien) cuando se comercialice con frecuencia.

Si a ello unimos el hecho de la progresiva consolidación de las rutas orientales en las primeras décadas del siglo XVI (Malaca, 1511), parece prudente plantear que las porcelanas halladas en Ceuta podrían haber sido comercializadas en torno a los inicios del segundo cuarto del siglo. No obstante la sola presencia de dichos productos en la ciudad por esas fechas denota la notable importancia de las élites gobernantes ceutíes en esos momentos, con quien han de estar necesariamente vinculadas estas cerámicas.

MC

CAURIS (CIPREA MONETA) (2)

Concha
Costa africana do Índico ou Maldivas
Século XVI
Rua dos Remédios (A) e Largo do Chafariz de Dentro (B). Trab. Arqueológicos 2008 e 2007
A- Ct: 1,5 cm; Lt: 1,0 cm; B- Ct: 2,0 cm; Lt: 1,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (RREM.08/ s/n; LCD.08/ s/n)

As conchas da espécie cypraea moneta, moluscos gastrópodes, ocorrem em áreas rochosas da zona intertidal, onde podem ser encontrados sobre e debaixo das rochas em águas pouco profundas e em recifes expostos na baixa-mar. São comuns em águas tropicais Indo-Pacíficas, como as ilhas Maldivas ou Socotorá. Também conhecidas como búzios da Índia na documentação moderna, estas conchas assumiram, até finais do século XIX, funções monetárias e simbólicas importantes, sobretudo nos continentes Africano e Asiático.

O principal centro de recolha de cauris situava-se nas Ilhas Maldivas, no Índico, de onde o sultanato local os difundia para a costa oriental de África e Ásia, sendo aí utilizados como unidade de valor no comércio, na constituição de reservas financeiras e como forma de pagamento de bens e serviços. A tomada das Maldivas pelos portugueses, em 1558, permitiu a imposição de um pesado resgate anual ao sultão, pago em conchas, participando deste modo Portugal neste importante mercado afro-asiático, e facilitando por esta via o domínio económico em várias cidades da Índia, conformando um quase monopólio até meados do séc. XVII. No continente africano desempenharam um importante papel no comércio de escravos, onde alguns grupos acreditavam que possuíam funções mágicas e religiosas, colocando-os ao pescoço para obter protecção dos raios.

Com a abertura da Rota do Cabo, a Coroa portuguesa teve acesso a uma fonte privilegiada de cauris, passando a fazer parte da carga de algumas naus durante a torna-viagem, tendo por isso sido reconhecidos em vários sítios de naufrágio, nomeadamente no Galeão São João, perdido em 1552 na costa sul-africana (Burger, 2004), ou na Nossa Senhora da Luz, que naufragou na ilha do Faial (Açores) em 1615 (Bettencourt, 2005-2006), ambos durante a torna viagem. A descoberta destas conchas em contextos urbanos, que na Europa é frequente, poderá estar relacionada com a presença de comunidades africanas ou com actividades comerciais.

JB/RBS

FRAGMENTO DE PRESA EM MARFIM DE ELEFANTE

África sub-sahariana (?)
Século XVI
Largo do Chafariz de Dentro. Trab. Arqueológicos 2007
Ct: 14,5 cm; Lmax: 8,5 cm; G: 1,2 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (LCD.07/ S.3[104])

Fragmento de presa em marfim de elefante (dentes incisivos superiores), com marcas de corte, que sugerem corresponder a restos de matéria-prima não trabalhada.

A partir do século XV, o comércio de marfim africano cresceu significativamente, a par da transacção de outros produtos, como o ouro ou os escravos, constituindo carga secundária em muitas viagens entre África e o continente europeu. Uma parte do marfim era transformada na Europa em vários objectos do quotidiano, como pentes ou cabos de facas, bem documentados em contextos urbanos, nomeadamente em Amsterdão (Rijkelijkhuizen, 2009). Outra era reexportada para a Ásia, onde era preferido face ao marfim oriental. Esta dimensão do comércio de marfim é evidente em numerosos sítios de naufrágio desde a Idade do Bronze. A participação portuguesa na redistribuição de marfim africano, referida em vários estudos históricos, encontra registo arqueológico nos naufrágios de Oranjemund (Namíbia, primeira metade do século XVI), que se julga ser uma nau da Carreira da Índia pedida durante a ida para a Ásia, IDM3 (Moçambique, inícios do século XVII), ou Sunchi Reef (Índia, primeiro quartel do século XVII), ambos operacionais no Índico, entre a costa oriental africana e a Índia (Bettencourt e Carvalho, 2010).

JB

FRAGMENTOS (5) DE GARRAFAS DO TIPO "BELLARMINA" EM GRÉS RENANO

Grés esmaltado realizado a torno, con aplicaciones a molde
Área renana (Alemanha)
Século XVI
Largo do Chafariz de Dentro. Trab. Arqueológicos2007
Amax: 6,0 cm; Lmax: 5,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (LCD.07/ 102, 103, 104, 167 e 177)

A decoração consiste na aplicação de elementos em relevo moldados, incluindo uma barba masculina na zona do pescoço, heráldica ou medalhões decorativos, flores e folhas e bandas de inscrições no corpo (Noël Hume, 2001).

O nome Bellarmina deriva da representação da figura masculina com barba, que representaria o rosto e a figura do cardeal Robert Bellarmine (1542-1621), adversário do protestantismo no Norte da Alemanha e nos Países Baixos (Pijl-Ketel, 1982: 246). Entre os séculos XVI e XVII, estas produções (rhenish stoneware) constituíam os fabricos comuns das oficinas situadas nas margens do Reno, nas imediações de Colónia (Renânia). Elas foram largamente comercializadas por via marítima – eram utilizadas como produto final ou como contentores de produtos variados – aparecendo, por isso, em numerosos sítios de naufrágio (Bettencourt, 2009: 175; Gaimster, 1997: 121-128).

IPC

FRAGMENTOS (5) DE JARROS EN GRES RENANO

Gres esmaltado realizado a torno
con aplicaciones a molde
Área renana, Frechen (Alemania)
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A- Lmax: 4,2 cm; G: 0,95 cm; B- Lmax: 0,45 cm; G: 0,4 cm; C- Lmax: 7,8 cm; G: 0,7 cm; D- Lmax: 3,5 cm; G: 0,35 cm
Museo de Ceuta (A-12.494; B- 12.495; C-12.496; D- 12.497; E-12.498)

Tres fragmentos de cuerpo de perfil piriforme, uno de cuerpo y arranque de cuello y un asa de sección oval de jarros. Pasta de color gris oscuro y esmalte de color marrón o verdoso con algunas motas de color negro. Decoración de motivos vegetales realizada a molde.

La producción de gres en Europa tiene un desarrollo distinto a las del Este Asiático. Las primeras que se conocen son las del valle del Rhin entre 1300 y 1350 que perduran hasta el siglo XVI, cuando inician su exportación a larga distancia. Posteriormente, producciones similares se conocen en Bélgica y Holanda que llegan en el área del Estrecho como botellas para ginebra en el siglo XIX.

Las características de la decoración y de la pasta así como el revestimiento indican que estas son producciones del área renana. En concreto, las producciones presentadas, similares a las tradicionalmente conocidas como "Bellarmine Jugs", comienzan su fabricación a inicios del siglo XVI siendo Frechen (Alemania) el centro de producción más importante.

MC

PRATO EM MAJÓLICA

Pasta de cor bege. Superfícies revestidas com vidrado de estanho. Pintura utilizando a cor azul-cobalto, amarelo-antimónio e castanho-manganês (Piccolpasso, 1556/1559).
Montelupo Fiorentino (Itália).
C. 1500 – 1510?
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 3,5 cm; Db: 21,0 cm.
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/0278-1646)

Lábio largo, parede de perfil tronco cónico e fundo côncavo, com depressão larga e profunda. Na face interna do fundo está representada uma roseta de dezanove pontas, pintada em azul. O motivo é delimitado por uma linha concêntrica também em azul. Para dar efeito de sobreposição, entre as pontas em azul foram pintadas pequenas pontas em amarelo escuro. A decoração do lábio organiza-se através da alternância de dois motivos: duas cornucópias pintadas em azul e encimadas por motivos vegetalistas pintados em amarelo escuro e azul ladeiam uma representação vegetalista estilizada pintada em amarelo escuro; entre este tema, um motivo geométrico pintado em castanho.

A gramática decorativa desta peça enquadra-a no género 33 – subgrupo 33.4, "Grottesche", definido por Berti (1998: 127). Trata-se de um estilo decorativo, difundido em Itália a partir de finais do século XV, caracterizado pela utilização de motivos decorativos de época romana, primeiro em zonas periféricas e/ou acessórias das obras de arte e depois em áreas cada vez mais vastas da decoração.

MJS

PRATO (?) EM MAJÓLICA

Pasta de cor bege rosada. Superfícies revestidas com vidrado de estanho.
Pintura utilizando a cores azul, verde, amarelo e laranja.
Deruta (Itália).
C. 1510-1520.
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
Df: 8,2 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/177)

Fundo ligeiramente convexo. Na face interna representa-se um busto feminino de perfil voltado para a esquerda, emoldurado por duas finas linhas concêntricas azuis. O perfil é realçado por um azul muito escuro. A mulher usa um barrete que lhe cobre os cabelos apanhados na nuca e um vestido pintado em amarelo e laranja; ao pescoço usa um colar de quatro voltas pintado em laranja. O fundo é em tons de azul sendo visível o esmalte de cor branca. Na superfície externa, vestígios dos traços pintados característicos do grupo "Petal Back". No meio da superfície externa do fundo está pintado em azul-escuro um monograma que, devido ao estado fragmentário da peça, não é possível ler. A peça apresenta vestígios de ter sido reaproveitada eventualmente como medalhão.

Entre as produções mais características de Deruta encontram-se os denominados "Pratos *Bella Donna*", que representam a beleza convencional da mulher renascentista. Estes pratos eram muitas vezes objectos decorativos e constituíam ofertas de prestígio entre famílias abastadas por altura de noivados ou casamentos. "Petal Back" constitui um grupo produção muito característico cujas primeiras peças datam do último quartel do século XV. Este grupo é considerado plenamente renascentista. A sua designação refere-se à típica decoração que ornamenta a face externa das formas abertas. As decorações das superfícies internas são muitas e variadas. Um dos padrões mais comuns consiste precisamente em bandas concêntricas dispostas à volta de um motivo central, pintado no fundo (Minchilli, 1998; Rackham, 1963; Watson, 2001).

MJS

PRATO EM MAJÓLICA

Pasta de cor bege. Superfícies revestidas com vidrado de estanho. Pintura utilizando a cores azul, verde, violeta-escuro e laranja.
Itália
C. 1500.
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
Df: 12,6 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/151)

Fundo ligeiramente convexo, com pé anelar. Representação de um busto de homem, de perfil voltado para a esquerda, emoldurado por três linhas concêntricas pintadas em azul. Usa um barrete violeta-escuro e um gibão verde e branco, com botões e mangas laranja. O fundo é a superfície esmaltada em branco, com as linhas de horizonte pintadas de azul; entre ambas o espaço é preenchido com nuvens, igualmente pintadas em azul (Minchilli, 1998; Watson, 2001).

MJS

PRATO EM CERÂMICA ESGRAFITADA ITALIANA, TIPO *GRAFFITA RINASCIMENTALI A PUNTA SOTTILE*

Pasta de cor vermelha tijolo. Superfícies revestidas com vidrado de chumbo, sendo a externa previamente coberta com aguada branca e a interna com engobe branco. Esta última tem decoração esgrafitada e pintura utilizando as cores verde-cobre e amarelo-ferruginoso.
Veneto (?) (Itália).
Último quartel do século XV
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 6,5 cm; Db: 18 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/1548)

Fundo direito e pé anelar; parede moldada para dar relevo à decoração vegetalista estilizada (folhas).

Fundo decorado por um medalhão (cuja leitura não é perceptível) definido por um cordão em relevo. Decoração do lábio composta por dois grupos de caneluras que definem uma banda preenchida com linhas em zig-zag.
Este género de *esgrafitada* caracteriza-se pela utilização de um estilete de ponta afiada, em vez de um pincel, para criar um efeito de sombreado. Em termos de temática decorativa evolui a partir da *Graffita Rinascimentali Canonica*. Os motivos desta remetem para o imaginário medieval: uma sebe de canas – *siepe a graticcio* – delimita um espaço em primeiro plano – *hortus conclusus* – individualizando uma espécie de jardim rico em ervas e flores – *prato fiorito*. Neste cenário é apresentado ao observador um assunto – retratos-busto ou alegorias. Em segundo plano surgem representadas rosetas de boa-sorte e duas árvores: uma seca, símbolo da morte e outra frondosa, símbolo da vida. A esta temática, a *punta sottile* junta motivos vegetais muito estilizados aplicados como decoração secundária (Magnani e Munarini: 1998). Constitui o género ao qual pertence o maior número de fragmentos deste fabrico, recolhido na escavação do Largo do Corpo Santo.

MJS

PRATO EM MAJÓLICA

Pasta de cor bege alaranjada. Superfícies revestidas com vidrado de estanho. Pintura utilizando a cor azul-cobalto e laranja-antimónio (Piccolpasso,1556/1559)
Faenza (Itália)
Primeira metade do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 2,5 cm; Db: 9,0 cm.
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/0449)

Bordo de secção subcircular, sublinhado exteriormente por uma canelura larga; lábio inclinado para o interior; fundo, ligeiramente côncavo, com depressão larga e profunda.

O lábio é dividido em três bandas concêntricas: a mais próxima do bordo é composta por duas linhas azuis escuras que definem um espaço onde é visível o fundo em esmalte branco; a segunda banda é composta por linhas grossas e radiais, dispostas em intervalos regulares e pintadas em azul-escuro, com pequenos traços verticais e horizontais a preencherem os espaços entre elas; a terceira banda é idêntica à primeira. Na depressão foi pintado um motivo floral estilizado utilizando o laranja para as três corolas e a base e o azul-claro para os caules. O tema é enquadrado pela mesma decoração desenhada no lábio.

MJS

O estudo do material importado da península itálica, sobretudo da majólica, revelou que o conjunto recolhido na escavação do aterro identificado no Largo do Corpo Santo é muito homogéneo em termos cronológicos: as peças mais antigas foram importadas durante o reinado de D. Afonso V (1438-1481) e as mais recentes adquiridas no tempo de D. João III (1521-1557). Mas a colecção documenta sobretudo os gostos e o quotidiano da Lisboa de finais do século XV/inícios do século XVI, uma vez que a maioria do espólio cerâmico remonta ao reinado de D. Manuel I (1495-1521).

Foram recolhidos dois fabricos distintos de cerâmica italiana: a esgrafitada (*graffita*) e a majólica (*maiolica*). São louças radicalmente diferentes entre si, tanto ao nível formal, como técnico e decorativo, mas cuja produção é contemporânea. Enquanto a majólica é o fabrico por excelência da Itália Central – *Umbria e Toscana* – a esgrafitada predomina nas regiões setentrionais, nomeadamente nas zonas dos rios *Po, Adige* e respectivos afluentes – *Liguria, Veneto* e *Emilia Romagna*.

A majólica italiana é o terceiro fabrico mais representado na colecção cerâmica do Largo do Corpo Santo. As primeiras produções remontam à Idade Média. A partir dos finais do século XV teve início um período em que esta cerâmica ombreia com outras artes renascentistas como a pintura e a escultura: a aplicação de novas cores como o amarelo, o laranja e o azul, que se juntam à antiga paleta da *maiolica arcaica* limitada ao verde e ao castanho, contribui para o aparecimento de uma técnica pictórica que, a partir da segunda metade do século XVI, atinge os mais altos níveis de expressão em temas mitológicos, bíblicos ou épicos demonstrando grande perícia narrativa em novas e arrojadas composições. As peças produzidas nas olarias de *Derutae Gubbio (Umbria), Faenza (Emilia Romagna), Montelupo Fiorentino (Toscana) ou Venezia (Veneto)* são exportadas para toda a Europa e para as recentes colónias espanholas na América Central.

A majólica do Largo do Corpo Santo foi maioritariamente produzida nas olarias de *Montelupo Fiorentino*, localidade situada nos arredores de Florença. Seguem-se as peças provenientes de *Deruta, Faenza, Venezia e Orvieto*. A nível formal, o conjunto integra pratos, taças e jarros com funções predominantemente utilitárias mas foram também identificados alguns fragmentos de peças que podem ter sido adquiridas com um objectivo eminentemente decorativo. Note-se que as cronologias propostas na bibliografia italiana para as produções montelupinas são extraordinariamente precisas – em comparação com os restantes centros oleiros – reflexo da investigação arqueológica que tem vindo a ser desenvolvida nas antigas olarias.

A esgrafitada italiana é o resultado de um amplo conjunto de influências que incluem o mundo islâmico e diversas regiões da bacia mediterrânica bizantina – Grécia, ilhas do Mar Egeu e litoral adriático levantino. A produção deste fabrico abarca um período cronológico compreendido entre a Idade Média e o final do Barroco. A técnica utilizada consistia na incisão de um desenho com estilete na peça previamente engobada (a branco ou bege claro). Após uma primeira cozedura, a decoração era completada com o recurso a quatro pigmentos: amarelo ferruginoso, verde cobre, castanho manganês e, a partir dos inícios do século XVI, azul-cobalto. A finalização do processo passava por um banho de vidrado de chumbo seguido da segunda e última cozedura a cerca de 900º C. Devido à sua longevidade, é possível definir vários períodos evolutivos, quer a nível técnico quer a nível decorativo, os quais patentearão sempre a herança medieval. Os principais centros produtores localizavam-se nas regiões do *Veneto (Padova* e áreas circundantes, *Venezia e Treviso*) e da *Emilia Romagna (Ferrara, Modena, Bologna, Imola e Forlì*). A bibliografia italiana define vinte e três tipos diferentes deste fabrico, dos quais quatro foram identificados nos níveis de aterro do Largo Corpo Santo: *Graffita Arcaica Padana, Graffita Quattrocentesca a Fondo Ribassato ou Graffita Prerinascimentale, Graffita Rinascimentali Canonica e Graffita Rinascimentali a punta sottile.*

MJS

FRAGMENTO DE PRATO EM MAJÓLICA

Pasta de cor bege. Superfícies revestidas com vidrado de estanho.
Pintura utilizando a cores azul, verde e laranja.
Itália
Século XVI
Casa dos Bicos. Trab. Arqueológicos 1982
Amax: 2,5 cm; Df: 17,0 cm; Gf: 1,2 cm Gpared: 1,4 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (CB.82/495c)

O exemplar poderá enquadrar-se nas produções de majólica italiana atribuíveis ao século XVI, onde a figura humana predomina sobre os outros motivos decorativos. Esta tendência, iniciada ainda no século anterior, acaba por se manifestar sob múltiplos aspectos, entre os quais o retrato acompanhado, frequentemente, de inscrições e cenas de carácter bíblico ou mitológico, inspiradas na cultura renascentista (Benini, 1989: 40).

Apesar de muito fragmentado, é possível identificar que parte da parede do prato mostra na superfície interna uma cercadura de motivos geométricos que variam entre dois tons de azul, bem como uma sequência de três linhas concêntricas também de tonalidade azul. A temática decorativa central polícroma é composta por uma paisagem ilustrada em tons de verde, azul e amarelo. No meio desta paisagem é possível identificar uma figura humana em tons de azul, aparentemente feminina, em cima do dorso de um touro em tons de amarelo, perceptível pela representação do casco bifurcado, possivelmente ilustrando o tema da mitologia grega, o mito do rapto da Europa, filha do rei da Fenícia, Agenor e irmã de Cadmo, raptada por Zeus que, disfarçado de touro, a levou para Creta (Romero, 2004: 13-14).

IPC

FORMAS ABIERTAS. FUENTE (A, C), PLATO/COPA (B) EN MAYÓLICA

Loza esmaltada, pintada a mano con decoración polícroma. Realizada a torno, cocción oxidante. Arcilla muy depurada.
Montelupo (Italia)
A-B: 1500-1550, C: 1480-1530
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A-G: 1,0 cm; B-G: 1,0 cm; C- Cmax: 6,0 cm; Gmax: 1,15 cm; Gmin: 0,85cm
Museo de Ceuta (A-12.483; B- 12.484; C- 12.485)

A- Fragmento de pared de forma abierta, no identificable con certidumbre por su pequeño tamaño, pero posiblemente de fuente. Decoración en azul esgrafiado en torno a puntos de color amarillento al exterior y fondo azul de varias tonalidades enmarcado por líneas azules al interior. Esmalte cubriente pero desprendido parcialmente.

B- Fragmento de pared de forma abierta no identificable por su pequeño tamaño con decoración en azul esgrafiado en torno a puntos de color amarillento al exterior y al interior alternancia de bandas concéntricas (azul, amarillo, naranja y verde) y líneas azules. Esmalte cubriente pero desprendido parcialmente.

C- Fragmento de pared de fuente con decoración en esmalte policromo (verde, amarillo, azul y naranja) y azul esgrafiado. La pasta es muy blanda y clara, una característica común en las producciones de Montelupo. El esmalte estannífero policromo es muy espeso, cubriente y con brillo, pero en parte se ha desprendido, no conservándose en toda la superficie de la pieza. La decoración exterior organizada en bandas concéntricas realizadas en azul oscuro con trazos esgrafiados, amarillo, naranja y verde. Al interior bandas concéntricas (azul de diferentes tonalidades, amarillo, naranja y verde) y líneas azules que enmarcan un motivo central.

La loza de Montelupo encuentra su momento de máximo esplendor en los siglos XV y XVI, pero es sobre todo a partir de las décadas centrales del siglo XVI cuando las exportaciones en el área Mediterránea se hacen más numerosas, llegando a superar incluso la producción para el mercado italiano a principios del XVII. Fue imitada en diferentes centros del sur de la Península, al igual que sucedió con la loza de Liguria. Las importaciones de Montelupo, así como las de Liguria fueron decisivas para que su difusión fuese muy elevada. Durante la Edad Moderna se conocen imitaciones de las lozas italianas en el área sevillana y específicamente de producciones de Liguria en Granada.

MC

FRAGMENTO DE PLATO EN MAYÓLICA

Loza esmaltada, pintada a mano con decoración polícroma. Realizada a torno, cocción oxidante. Arcilla muy depurada, bastante compacta pero blanda.
Montelupo (Italia)
Primera mitad siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Db: 25,0 cm ca.; AMax: 2,9 cm; Gmax: 0, 9 cm; Gmin: 0,55 cm
Museo de Ceuta (12.487)

Fragmento de plato de borde redondo ligeramente exvasado y levantado, con pequeño surco en el interior. Decoración denominada de "spirali arancio". Esmalte estannífero blanco, liso, bastante espeso y cubriente, con manchas en el exterior, en donde parece aplicado con pincel, lo que presume una técnica no utilizada habitualmente en Montelupo. Esta circunstancia podría plantear la posibilidad de que se trate de una imitación aunque las características de la pasta parecen confirmar la procedencia desde el centro italiano.

Con una amplia producción tanto para el abastecimiento local como destinado a la importación la cerámica de Montelupo, la nómina de composiciones y motivos decorativos registradas es muy numerosa. Distintos investigadores se han ocupado de sistematizar esta enorme variabilidad, estableciéndose una sistematización de las distintas series ornamentales. En la excavación de la Puerta Califal se han documentado al menos fragmentos de piezas decoradas "al blu sgraffito", "spirali arancio", "ovali e rombi", "a nastri spezzati e incrociati" y "quadri a scacchi" correspondientes a las series polícromas del taller toscano.

MC

FRAGMENTO DE CUENCO / PLATO EN MAYÓLICA

Loza esmaltada, pintada a mano con decoración polícroma. Realizada a torno, cocción oxidante y uniforme. Arcilla muy depurada y compacta.
Montelupo (Italia)
1480-1530
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Df: 8,0 cm; Amax: 2,4 cm
Museo de Ceuta (12.486)

Fragmento de fondo y pared de plato o cuenco. Esmalte estannífero blanco, espeso, cubriente y con brillo, que se ha conservado muy bien. Decoración interior con esmalte polícromo azul, verde, naranja y rojo formando una decoración como un tablero de ajedrez. En el exterior esmalte blanco, sin decoración visible.

Aunque la vida de los talleres asentados en la ribera del Arno tuvieron una dilatada fase productiva, es entre 1450 y 1530 cuando experimentan su máximo esplendor. Dado que la construcción de la Muralla Real data del cuarto decenio del siglo XVI la totalidad de las importaciones toscanas corresponden a dicho período. A pesar de tratarse de fragmentos de pequeño tamaño nos dejan patente la calidad de estas producciones y el gusto de las élites locales por el consumo de lozas italianas de moda en la metrópoli.

MC

A

B

FRAGMENTOS (2) DE CUENCO Y PLATO EN MAYÓLICA

Loza esmaltada, pintada a mano con decoración azul cobalto.
Realizada a torno, cocción oxidante. Arcilla muy depurada.
Montelupo (Italia)
1480-1530
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A- Dmax: 13,0 cm; G: 0, 6 cm; Amax: 3,9 cm
B- Db: 26,0 cm; Gmax: 0,9 cm; Gmin: 0,75 cm
Museo de Ceuta (A- 12.490, B- 12.489)

A- Fragmento de cuenco con borde redondeado ligeramente inclinado hacia el exterior y pared de perfil hemisférico. Esmalte estannífero blanco, desvitrificado, y casi completamente perdido. En el interior, cerca del borde, decoración en azul, al estilo "compendiario" (trazos curvos entre dobles líneas horizontales). En el exterior, tres líneas horizontales azules.

B- Fragmento de plato con borde redondo, y decoración "alla porcellana" en la pared interna. Esmalte estannífero blanco, liso, bastante cubriente y espeso.

Los talleres italianos tuvieron una enorme pujanza en el mercado de las importaciones cerámicas de la primera mitad del siglo XVI. No obstante estuvieron también sujetos a las tendencias estilísticas del momento. Si bien en un primer momento es más acusada la influencia de las producciones islámicas (serie italo-moreca) también se percibe la influencia de la cerámica levantina de la Península Ibérica (talleres del área de Paterna y Manises) para luego hacerse muy notable la influencia de la porcelana china en las producciones europeas.

MC

FRAGMENTOS DE FUENTE EN MAYÓLICA

Loza esmaltada, pintada a mano con azul cobalto. Realizada a torno, cocción oxidante. Arcilla muy depurada, dura y compacta.
Liguria (Italia)
Primera mitad siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Df: 18,0 cm; G: 0,5 cm
Museo de Ceuta (12.492)

Fragmentos de fondo y pared de una pequeña fuente de pie anular con borde exvasado y paredes muy finas. Esmalte estannífero muy espeso y cubriente, de calidad excelente y con craqueladuras. Decoración en azul conocida como "alla berettina", con esmalte azul de tonalidad muy clara y decoraciones azules pintadas con pincel muy fino en el interior y con tratos más anchos en el exterior. Decoración que imita la porcelana China con pequeñas hojas, pero de manera estilizada.

Aunque en menor número que las cerámicas de Montelupo en la excavación de la Puerta Califal se han documentado fragmentos pertenecientes a otros talleres italianos. Entre ellas estas producciones de Liguria que circulan por el Mediterráneo occidental en el siglo XVI y de las que se conocen imitaciones en Barcelona, en Sevilla y en general en el sur de la Península Ibérica. En Italia, en el mismo periodo hay producciones similares en Faenza y en Venecia.

MC

ESCUDILLA

Loza esmaltada, pintada a mano con azul cobalto. Realizada a torno, cocción oxidante.
Área valenciana, posiblemente de Manises
Tercer cuarto del siglo XIV - primer cuarto del siglo XV
Ceuta
At: 6,4 cm; Db: 15,3 cm; Df: 5,7 cm
Museo de Ceuta (2.837)

Cuenco con pie anular y perfil semiesférico, con ligera carena y borde redondeado. Esmalte blanco, cubriente, en parte desvitrificado, con carbonados adheridos. Pasta rosada, con poros de formas y dimensiones diferentes, micas, feldespatos y calcita de pequeño tamaño.

Decoración en azul cobalto sobre cubierta con palmetas radiales (Fernández Sotelo, 1980: 112, Lám. LIX, fig. 34).

Aunque minoritarias, las producciones del área levantina están también presentes en el registro arqueológico ceutí especialmente en las primeras décadas de la etapa portuguesa. Un ejemplo de ello es la pieza que presentamos, con una cronología muy temprana y que debe haber llegado a la ciudad en momentos inmediatamente posteriores a la conquista. Esta escudilla pertenece a la serie azul simple geométrica (Coll, 2009).

JMHR / FVP

ESCUDILLA

Loza esmaltada, pintada a mano con azul cobalto. Realizada a torno, cocción oxidante.
Área valenciana
Primera mitad del siglo XV
Echegaray. Trab. Arqueológicos 2002
At: 5,2 cm; Db: 13,5 cm; Df: 5,5 cm
Museo de Ceuta (11.459)

Escudilla con pie cóncavo (umbo) sin anillo de solero, cuerpo hemiesférico y asas trilobuladas ligeramente inclinadas hacia el exterior. Esmalte blanco, brillante, cubriente, no muy espeso, que se ha caído en unas partes, sobre todo en correspondencia de las decoraciones en azul cobalto. Pasta color marfil-rosado dura. Decoración de motivo floral enfrentado y simétrico formado por un grueso punto central de la cual se parten dos hojas lobuladas de perfil alargado. El fondo se rellena con flores de punto en dorado muy mal conservadas. Al exterior finas bandas de dorado en el tercio superior de la pared. En las asas, espiral y línea recta en dorado (Hita y Villada, 2003: 373-74; Hita y Villada, 2007: 169).

Esta pieza, junto a otra escudilla levantina (11.458) y diverso material del periodo portugués inicial, fue recuperada durante la excavación de un silo colmatado con abundantes cerámicas del último periodo islámico. El dominio lusitano de la ciudad supuso una sustitución casi total de los ajuares cerámicos no sólo en cuanto a su tipología sino también en lo relativo a los centros de importación. En primer lugar la diferencia de hábitos alimenticios incidió en la existencia de servicios no documentados en épocas anteriores. Por otro lado asistimos a partir de ese momento a la llegada de vajillas procedentes de centros productivos que no habían tenido presencia durante la etapa islámica. La cerámica valenciana de los talleres de Paterna y Manises, que dominaban el mercado peninsular desde fines del siglo XIV y principalmente el siglo XV, empiezan a tener presencia en la ciudad junto a las importaciones procedentes de la metrópoli. Este hecho se constata desde los momentos iniciales del dominio portugués y se mantendrá durante todo el siglo XV.

JMHR / FVP

ESCUDELA

Pasta de cor bege. Superfícies revestidas com vidrado de estanho. Pintura a reflexo metálico de tom avermelhado obtido a partir de óxidos de cobre e prata
Área valenciana, Paterna ou Manises
Finais do século XV - primeira metade do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 5,4 cm; Db: 13,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/0147)

Escudela esférica com pegas horizontais triangulares, fundo côncavo. Decoração geométrica onde, no anverso, intervala uma cartela com reticulado de malha larga, com outra constituída por bandas igualmente reticuladas, mas com uma malha mais apertada. O bordo é sublinhado por filetes dourados. A pega está decorada com seis pares de linhas paralelas. O medalhão central apresenta a árvore da vida. O reverso apresenta uma fina espiral a dourado, com origem na parte central do fundo (Gavin, 2002; Mesquita, 2002; Rose-Albrecht, 2002a).

AV

PRATO EM CORDA SECA

Pasta de cor bege rosado. Decoração em corda seca total com vidrados de cor melada, verde, azul e branca, separados por um traço sem vidrado. Superfície do reverso revestida com vidrado estanífero branco.
Sevilha
Largo do Corpo Santo (frente ribeirinha).
Escavação 1996
c. 1490-1510.
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 3,5 cm; Db: 24,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/128)

Bordo arredondado, sublinhado no interior por uma banda verde; perfil troncocónico; fundo com ônfalo. Decoração central composta por uma torre com ameias, assente numa plataforma. Decoração secundária composta por motivos vegetalistas estilizados.

A produção tardo-medieval e moderna de corda seca total sobre vasilhas teve um período de vida muito curta, compreendendo os últimos anos do século XV e os inícios do século XVI (c. 1490-1510). No âmbito das produções cerâmicas sevilhanas representa o clássico produto *mudéjar* em que se associam elementos de duas tradições – a gótico/cristã e a hispano/muçulmana, resultando em decorações figurativas e geométricas.
Na intervenção realizada no Largo do Corpo Santo recolheram-se sobretudo pratos, embora estejam presentes outras formas tais como as escudelas e os potes de farmácia. Apenas os pratos apresentam decoração figurativa (Deagan, 1987; Pleguezuelo, 1992; Pleguezuelo, 1998).

AV

PRATO EM CORDA SECA.

Barro de cor bege rosado. Decoração em corda seca total com vidrados de cor melada, verde, azul e branca, separados por um traço sem vidrado. Superfície do reverso revestida com vidrado estanífero branco.
Sevilha
c. 1490-1510.
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996.
At: 4,5 cm; Db: 25,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/143)

Bordo arredondado, sublinhado no interior por uma banda verde; perfil troncocónico; fundo com ônfalo. Decoração central composta por uma ave, um dos motivos mais frequentes. A ave reproduzida é de difícil identificação, no entanto parece tratar-se de uma garça. Como decoração secundária destaca-se uma rosácea em azul.

AV

Objectos provenientes, possivelmente, do grande centro de produção oleira de Sevilha e seus entornos, caracterizado pelo fabrico deste tipo de louça com pastas de tonalidades claras, entre o bege e o amarelo, poucos desengordurantes visíveis, dado o nível de depuração das argilas utilizadas, e revestimento com vidrado estanífero branco, eventualmente combinados com azul, roxo, verde e dourado. As primeiras obras que colocaram em evidência este tipo de cerâmicas centram-se nos contextos de consumo coloniais da América Espanhola, abundantemente abastecidos pelas produções do Guadalquivir (Goggin, 1968; Lister e Lister, 1974; Lister e Lister, 1982; Deagan, 1987). A publicação de dados arqueológicos de contextos de produção sevilhanos continua a fazer-se de forma parcial, num esforço de sistematização da nomenclatura e características desta cerâmica (Pleguezuelo et al., 1997; Pleguezuelo e Lafuente, 1995), e correspondência terminológica entre a historiografia americana, espanhola e inglesa (Gutiérrez, 2000: 44). De destacar o trabalho de Pleguezuelo (1992a; 1992b) sobre um forno no bairro oleiro de Triana, Sevilha, que contrasta com a maior parte dos conhecidos contextos de consumo ou despejo de produção desta mesma cidade. Contudo, a determinação da origem deste tipo de peças não é linear, pela cada vez maior quantidade de centros oleiros conhecidos (documental ou arqueologicamente) e a enorme difusão supranacional que alguns destes tiveram nos séculos XV e XVI. Para o caso português, a produção mais antiga está atestada documentalmente em Lisboa na década de 1550 (Torres, 2012: 541). Já ao nível arqueológico é pouco clara a sua identificação para anos tão recuados, à excepção dos exemplares encontrados no sítio da Garagem Avenida, em Coimbra, datados da segunda metade do século XVI (Sebastian, 2012: 938-939).

A tigela nº MM.60 é comummente nomeada como escudela, com uma forma hemisférica e carenada, ladeada por duas pegas horizontais. Este tipo formal é produzido desde os finais do século XV e o seu consumo perdura durante toda a centúria seguinte, ainda que tendencialmente com menos incidência no registo arqueológico. A decoração na superfície superior das pegas é feita em molde com motivo letríforme ladeado por elementos vegetalistas, com paralelos na antiga praça portuguesa de Alcácer Ceguer (Teixeira et al., 2013).

Sobrepondo-se temporalmente, ao nível da produção e consumo (Boone, 1984: 78; Deagan, 1987: 55), a forma da tigela nº LCD.07 afirma-se ao longo de Quinhentos, pelo crescimento acentuado do mercado de consumo, potenciado pela expansão portuguesa e espanhola além-mar. Neste caso particular, a decoração na superfície interna com duas linhas paralelas na zona do bordo e a letra maiúscula "A" em estilo gótico pintado a azul, remete para uma baliza cronológica entre os finais do século XV e a primeira metade do século XVI.

O prato nº 0212MLCS/96 é uma forma menos comum, mimetizando um tipo formal das produções italianas do século XV e XVI da Tuscânia, nomeadamente os ateliers de Florença e Montelupo (Gutiérrez, 2000: 86-87). A decoração em duas linhas paralelas concêntricas a destacar o bordo, caldeira e fundo é transversal ao século XVI, chegando às primeiras da década centúria seguinte (Deagan, 1987: 58).

O prato em ônfalo nº PF.00/8003-1 (ver quotidiano, neste catálogo) enquadra-se numa larga cronologia, sendo uma forma bastante popular desde a segunda metade do século XV e durante toda a centúria seguinte.

JT/AT

PRATO

Barro bege revestido por vidrado
estanífero, com decoração a azul.
Sevilha
Século XV - primeira metade do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab.
Arqueológicos 1996
At: 5,5 cm; Db: 17,9 cm; Df: 4,4 cm
Centro de Arqueologia de
Lisboa (MLCS.96/212)

JT/AT

TIGELA

Barro bege revestido por vidrado estanífero, com decoração a azul.
Sevilha
Final do século XV- inícios do século XVI
Largo do Chafariz de Dentro.
Trab. Arqueológicos 1996
At: 6,2 cm; Db: 15,0 cm; Df: 6,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (LCD.07/ S.3 [100])

ESCUDELA

Barro bege revestido por vidrado estanífero. Recurso à técnica de molde para a composição das pegas.
Sevilha
Final do século XV - inícios do século XVI
Praça do Martim Moniz. Trab. Arqueológicos 1960
At: 6,0 cm; Db: 15,1 cm; Df: 6,5 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MM.60/ 9c)

TIGELA

Tigela na produção de azul e manganês ("Isabela polychrome")
Sevilha
Finais do século XV - primeira metade do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 5,9 cm; Db: 16,3 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/0143)

Paredes hemisféricas e fundo côncavo. Decorada nas paredes internas com duas linhas concêntricas, a azul, sob o bordo. Junto ao fundo dispõe-se outro par de linhas concêntricas a azul às quais se segue uma banda em avinhado e nova linha azul. O medalhão central ostenta uma decoração com o motivo de ataurique, a azul e avinhado, delimitado por uma linha a azul. Apresenta marcas de trempe causadas pela disposição das peças no forno.

A cerâmica azul e avinhada (*Isabela Polychrome*) corresponde a um dos cinco fabricos das olarias de Triana, Sevilha, recolhido na intervenção arqueológica do Largo do Corpo Santo. Esta cerâmica, maioritariamente moldada, apresenta acabamentos algo descuidados, característicos de uma produção em larga escala destinada a mercados em constante crescimento e sem um grau de exigência muito elevado.

Trata-se de um fabrico idêntico ao da "Branca Lisa", da qual repete as formas, diferenciado unicamente pela utilização de motivos decorativos pintados em azul e avinhado. Na escavação foram recolhidos pratos, escudelas, tigelas, potes de farmácia, jarros e o fragmento de uma travessa. O tema principal é pintado no fundo interior da peça. São comuns os motivos fitomórficos, geométricos e pseudocaligráficos, registando influências tanto da iconografia cristã como da islâmica. A produção teve uma duração mais curta que a "Branca Lisa", não atingindo a mesma longevidade e difusão.

AV/NG

ESCUDILLA

Loza esmaltada, pintada a mano con azul cobalto y morado de manganeso.
Sevilla
Último cuarto del siglo XV - primera mitad del siglo XVI
Ceuta
At: 7,8 cm Db: 18,2 cm; Df: 7,2 cm
Museo de Ceuta (5.587)

Loza con cubierta estannífera en las dos caras. Pie anular, cuerpo de perfil quebrado con carena, paredes verticales en la parte superior y borde redondeado. Producción de azul y manganeso ("Isabela polychrome"). Al interior, banda morada y dos líneas azules concéntricas en el borde y círculo morado central con elemento blanco en reserva entre doble línea concéntrica en azul. En el exterior, motivos vegetales estilizados entre doble línea azul, separados por cortos trazos azules.

La ingente producción que los talleres del Bajo Guadalquivir tuvieron que realizar para abastecer mercados tan amplios es uno de los fenómenos que ha suscitado entre los investigadores la hipótesis de que debería de haberse dado una necesaria diversificación de talleres no sólo en el área sevillana. Así se apunta la posibilidad que diferentes lugares, incluyendo Portugal, produjeran cerámicas tipológica y estéticamente similares a las sevillanas, de cara a garantizar la demanda.

JMHR / FVP

A partir de fines del siglo XV y como consecuencia directa de la conquista del Nuevo Mundo los talleres del área sevillana experimentan una eclosión productiva y de distribución sin precedentes. En Ceuta asistimos a la sustitución ya a fines del siglo XV de los ajuares levantinos por los sevillanos. De hecho la preponderancia de cerámicas producidas en el área sevillana será una constante durante toda la Edad Moderna. Para ello, además de lo ya apuntado sobre el auge de los talleres sevillanos, será determinante la procedencia del necesario abastecimiento a la ciudad. La denominada "Factoría de Andalucía" fue la encargada de canalizar todo el flujo de importaciones a Ceuta.

JMHR / FVP

PLATO

Loza esmaltada, pintada a mano con azul cobalto.
Sevilla
Fines del siglo XV - primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
At: 3,8 cm; Db: 21,5 cm; Df: 8,0 cm
Museo de Ceuta (12.507)

Perfil completo de plato de pie cóncavo (umbo), ligera depresión en el fondo interno, paredes rectas divergentes y borde redondeado.

La decoración consiste en una serie de líneas azules en el interior de la pieza. Dos círculos azules concéntricos se ubican en el fondo delimitando el espacio circular ligeramente rehundido y dos líneas paralelas recorren la pared en la zona cercana al labio. Serie azul lineal.

JMHR / FVP

ESCUDILLA

Loza esmaltada.
Sevilla
Siglo XV-XVI
Plaza de la Catedral. Trab. Arqueológicos 2004
At: 5,8 cm; Db: 12,2 cm; Df: 5,7 cm
Museo de Ceuta (11.741)

Escudilla con pie anular, pared carenada de perfil ligeramente exvasado y labio redondeado. Esmalte blanco, cubriente, brillante. Pasta color marfil, dura, no visible por la restauración. Al interior se observan marcas de atifle. Pertenece a la serie denominada "blanco liso o columbia plain" (Hita y Villada, 2007: 179).

JMHR / FVP

PRATO

Barro bege revestido por vidrado
melado, com decoração a castanho.
Sevilha
Final do século XV - inícios do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 5,6 cm Db: 23,6 cm; Df: 7,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/2146)

Este tipo de cerâmica com revestimento a vidrado de chumbo de tonalidade laranja, ou cor de mel, tem uma incidência no Novo Mundo entre 1490 e 1550, referindo-se mesmo que a sua aparição ocorre apenas em arqueossítios até 1565. No caso dos espécimes com decoração pintada a castanho-escuro, estes surgem apenas nos níveis mais antigos de sítios como La Isabela e la Vega Real (Deagan, 1987: 48). São objectos que remetem para uma herança tecnológica e decorativa de oleiros muçulmanos medievais, alterando-se contudo elementos ao nível da aplicação das técnicas, da forma e da decoração. Se o prato em ônfalo MLCS.96/2146 assume uma forma característica do século XV em diante, a tigela cónica MLCS.96/2564 é uma clara derivação formal da tigela carenada ou *ataifor*, na bibliografia espanhola, dos séculos anteriores.

A decoração geométrica em ambas as peças denota um menor cuidado na aplicação da pintura a castanho e no desenho dos motivos, o que se poderá justificar pelo tipo de materiais e técnicas utilizadas, mas também pelo aumento exponencial desta produção para novos mercados no dealbar do século XVI. Do mesmo modo e tal como enuncia Pleguezuelo (1997: 356), ao contrário do que acontecia até ao século XIV, a cerâmica com revestimento a vidrado, neste caso melado, aparece a partir do século XV a cobrir ambas as superfícies, precisamente como acontece com estes exemplares. Efectivamente, se compararmos com outros contextos de consumo podemos recuar a cronologia destas peças. São exemplo disso mesmo os *ataifores* de perfil quebrado" quatrocentistas de Ceuta (Hita e Villada, 2003: 372, 392) ou os fragmentos recolhidos em várias intervenções arqueológicas em Sevilha em contextos do século XV (Huarte e Somé, 2001: 913-921) e mais especificamente da segunda metade deste século (Carrasco et al, 2013: 137). Ao nível da produção destes materiais, denotam-se as semelhanças com as "*macetas*" de Sevilha, cuja produção nesta cidade se data entre o século XV e os inícios do XVI (Amores e Chisvert, 1993: 320). Está ainda documentada uma produção deste tipo de cerâmica em Málaga num momento mais tardio, entre finais do século XV e final do século XVI (Caballero, 2009: 2951-2).

JT/AT

TIGELA

Barro bege revestido por vidrado
melado, com decoração a castanho.
Sevilha
Final do século XV - inícios do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab.
Arqueológicos 1996
At: 9,1 cm Db: 21,0 cm; Df: 8,4 cm
Centro de Arqueologia de
Lisboa (MLCS.96/2164)

ANFORETA

Cerâmica
Vale do Guadalquivir, Andaluzia
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos 1960
At: 24,0 cm; Db: 7,1 cm
Centro de Arqueologia de
Lisboa (HRTS.60/ s/n)

Este tipo de contentor, amplamente divulgado na historiografia anglo-saxónica como "olive jar-type 1" ou na historiografia espanhola como "catimplora", é reconhecido pela maior parte dos autores como uma produção da região de Sevilha da primeira metade do século XVI (Amores e Chisvert, 1993: 282-3; Pleguezuelo et al., 1999: 269-71), especialmente difundida em cidades com ligações comerciais estreitas com a zona da Andaluzia. As suas pastas são claras, entre o bege e o rosa, com desengordurantes de pequena a média dimensão, e uma superfície externa com uma tonalidade geralmente um pouco mais claras que a da pasta.

A forma esférica desta anforeta, com duas asas verticais, pequeno colo destacado e bordo ligeiramente exvertido, remete-nos imediatamente para a identificação da sua função primária: o acondicionamento e transporte de produtos. Depois de providas, estas seriam tapadas com o recurso a rolhas. Numa fase inicial, é provável que estas fossem utilizadas no transporte de água, como atesta documentação coeva (Marken, 1994: 46), mas poderiam também conter azeite ou vinho, em caso de impermeabilização da superfície interna.

JT/AT

JARRO

Barro cocido bizcochado,
engobado y bruñido. Modelado
a torneta, cocción oxidante.
Portugal
Segundo cuarto a fines del siglo XV
Echegaray. Trab. Arqueológicos 2002
At: 27,2 cm; Db: 9,8 cm; Df: 11,4 cm
Museo de Ceuta (11.744)

Jarro bizcochado con fondo plano ligeramente convexo diferenciado del cuerpo mediante una leve pestaña, cuerpo piriforme, cuello acampanado, borde apuntado no diferenciado del cuello y engrosado al interior y un asa de sección oval que arranca desde la mitad del cuello y llega hasta el tercio superior del cuerpo (Hita, Villada, 2003, p. 381; Hita, Villada, 2007, p. 172-173). Pasta de color rojo oscuro muy porosa con desgrasante fino de cuarzo y cal. Superficie externa bruñida mediante movimientos verticales más perceptibles en el cuello que en el cuerpo.

JMHR / FVP

A composição decorativa do pedrado ou empedrado consiste na incrustação de pedrinhas brancas de quartzo, que depois de serem cozidas no forno e partidas são colocadas na superfície interna ou externa do objeto cerâmico. Em Portugal, conhecem-se espécimes incrustados com quartzo e vidro (Sardinha, 2012). Esta técnica está atestada em fontes documentais e literárias portuguesas dos séculos XVI e XVII (Vasconcelos, 1921; Carneiro, 1989). Também os testemunhos iconográficos com representação de loiça pedrada marcam presença, nomeadamente alguns quadros de Josefa de Óbidos, ou no painel da "Anunciação", da autoria do mestre do Rosmaninhal, anterior a 1537 (Caetano, 2006), no qual se observam uma talha com tampa, uma jarra com duas asas com pegas em S e remates vegetalistas e um púcaro com duas asas, que ostentam a técnica decorativa do pedrado.

No que se refere ao registo arqueológico, um dos contextos mais relevantes para o conhecimento destas produções resultou da escavação da olaria Mata da Machada, no Barreiro, um dos centros abastecedores de recipientes cerâmicos à cidade de Lisboa entre 1450 e 1530 (Torres, 1985). Recuperaram-se na escavação uma pequena tampa e um fragmento de pé de forma indeterminada com decoração pedrada, correlacionáveis com a produção daquela olaria.

Relativamente a contextos de consumo, conhecem-se numerosos registos em Portugal, permanecendo muitos inéditos. Foram encontradas cerâmicas ornamentadas com esta técnica em escavações arqueológicas no Porto, Tomar, Abrantes, Santarém, Torres Vedras, Lisboa, Cascais, Sintra, Almada, Barreiro, Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo, Évora, Vila Viçosa, Beja, Moura e Silves (Sardinha, 1992 e 1999).

No que à informação arqueológica diz respeito, pode afirmar-se que a técnica decorativa do pedrado tem origem portuguesa. Será a partir de Portugal que estas peças terão sido comercializadas para outros territórios do mundo, onde, ocasionalmente, se terá reproduzido esta técnica decorativa. Assim, são conhecidos exemplares em Espanha (Zafra, Mérida, Valladolid, Salamanca, Zamora, Badajoz, Cádis e Barcelona), no Funchal (Ilha da Madeira), em Cabo Verde, em Macau, em Alcácer Ceguer (Marrocos), em São Salvador da Baía (Brasil) e em Manila (Filipinas). Uma técnica semelhante foi documentada no galeão espanhol San Diego, afundado em 1600 nos mares das Filipinas, onde 15 objectos cerâmicos tinham decoração incrustada com recurso a fragmentos de porcelana azul e branca.

OS

FUNDO DE RECIPIENTE DE FORMA INDETERMINADA, COM DECORAÇÃO COROPLÁSTICA E PEDRADA

Pasta compacta, bem depurada de cor castanha clara. Apresenta poucos desengordurantes de dimensão média (calcário) e pequenas vacuólas. A peça foi fabricada a torno e apresenta superfícies alisadas e cobertas de esmalte (estanífero?) mate de cor bege.
Estremoz
Final do século XV e primeira metade do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996.
Df: 10,2 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/ 161)

Base com pé anelar oblíquo e ônfalo. Corpo com aba (?) esvasada. Apresenta ao centro uma aplicação (?) cerâmica, cónica oca e não torneada. A ornamentação da peça inclui na face interior da aba figuras coroplásticas representando rãs/sapos, aplicadas aparentemente em banda. Quer as figuras, quer a própria superfície da aba apresentam pequenas punções, compondo padrões. A face interior da aba apresenta alguns blocos de quartzo de diferentes calibres parcialmente incrustados. Na superfície da aplicação central foi aplicada uma camada de pequenos grãos de quartzo leitoso, conferindo um aspecto areado a este elemento e alguns blocos de quartzo leitoso de maior dimensão parcialmente incrustados.
Pela observação macroscópica da pasta, comparativamente com as bem conhecidas pastas micáceas de Lisboa, concluiu-se que não é uma produção local, tratando-se provavelmente de uma importação regional.

Conhece-se uma peça idêntica recolhida no Hospital Real de Todos-os-Santos, mas a interpretação da peça levanta muitas dúvidas, nomeadamente na atribuição formal/funcional proposta, que é meramente hipotética. Dada a rugosidade do interior da peça e a presença de figuras coroplásticas que dificultariam o trabalho de uma colher, o vaso deveria destinar-se a conter alimentos sólidos, talvez a modo de fruteira, semelhante a alguns exemplares representados na pintura de época moderna. Outra hipótese de atribuição formal/funcional pode remeter para o castiçal/palmatória, atendendo às semelhanças morfológicas entre esta peça e esses objectos.

A origem em Estremoz de este objecto é justificada por um texto de Duarte Nunes de Leão onde se refere que lá "se fazem muitas louçainhas por a fineza do barro o consinte: dentro dos quais se formão raãs e cobras e outras animais aquáticos, e vam semeados de pedrinhas tam muidas que parecem área que com humas pedras brancas mais grossas que lhes põe em que se quebra a agoa" (Leão, 1783: 109).

SG/AV/OS/JBU

BORDO DE VASO COM DECORAÇÃO COROPLÁSTICA E PEDRADA

Pasta compacta, depurada, de cor bege no núcleo e alaranjada nas superfícies exteriores (pós-cozedura oxidante?), com pequenas vacuólas. Ao nível dos desengordurantes, apresenta abundantes palhetas de mica, alguns blocos de quartzo de pequena dimensão e escassos nódulos e de óxido de ferro e de calcário de média dimensão. A peça não apresenta vestígios de fabrico a torno.
Lisboa
Final do século XV e primeira metade do século XVI
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
Db: 29,6 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS.96/ 727)

Bordo de estrutura tubular. Arranque de bojo constituído por placas de cerâmica, cortadas, com punções, aparentemente para produzir uma superfície recortada por orifícios de forma geométrica. Na base externa do bordo apresenta uma banda de blocos de quartzo leitoso incrustados. Sobre este, observa-se uma banda de pequenas figuras coroplásticas de forma circular achatada com um desenho concêntrico ou espiralado e punções. No topo do bordo regista-se uma sucessão de figuras coroplásticas de formas diversas: dois pináculos de cobertura cónica espiralada, um aro circular aberto e uma figura oca, ovalada de topos pontiagudos (zoomorfo?) com cobertura cónica espiralada.

A observação macroscópica da pasta permite aproximá-la das pastas cerâmicas de Lisboa, pelo que se admite tratar-se de uma produção local, apesar de não serem conhecidos paralelos no mesmo contexto geográfico-cronológico.

A interpretação tipológica/funcional da peça é interessante, pelas suas afinidades com exemplares cerâmicos de época medieval. Do ponto de vista morfológico, é inevitável a referência ao denominado vaso de Tavira e ao *alfabeguer* de Valência pela presença do bordo tubular no qual se apoiam as figuras coroplásticas, algumas delas também ocas e comunicando com o canal do bordo.

O exemplar de Tavira, datado do século XII, foi interpretado como um objecto relacionado com rituais ligados ao casamento (Torres, 2004). Não é exemplar único em época islâmica. São conhecidos fragmentos de peças deste tipo em Silves (informação Maria José Gonçalves), em Bofilla, Valencia (Pópez Elum, 1994) e em Córdoba (Salinas, 2012: 289-392). Existem ainda outros exemplares com a mesma morfologia, mas com elementos menos figurativos, no al-Andalus, no Norte de África e na Sicília, pelo que podemos considerar que não se trataria de um unicum, ou seja, de um tipo de objecto anormal no repertório cerâmico do Mediterrâneo ocidental. No entanto, a partir do século XV, surge no âmbito valenciano o *alfabeguer,* vaso para conter o manjericão, com morfologia semelhante e alto valor ornamental bastante difundido nas produções de Manises.

A técnica ornamental e a estratigrafia não levantam dúvidas sobre a sua datação entre finais do século XV e meados do século XVI. Teria neste contexto uma função ritual semelhante ao vaso de Tavira ou ao alfabeguer de Valência? Seria objecto ligado à comunidade mudéjar dos finais do século XV ou uma imitação de importações valencianas? Por enquanto, estas questões ficam em aberto.

SG/AV/OS/JB

OLLA

Barro cocido bizcochado, engobado, espatulado y bruñido. Modelado a mano y torneta, cocción mixta.
¿Norte de África?
Segundo cuarto a fines del siglo XV
Echegaray. Trab. Arqueológicos 2002
At: 12,9 cm; Db: 11,4 cm; Df: 10,6 cm
Museo de Ceuta (11.744)

Olla con fondo ligeramente convexo, sólo conservado en su arranque que presenta una carena en correspondencia del diámetro máximo, perfil bicónico y paredes finas. Borde redondeado ligeramente exvasado, sin cuello y con dos asas de oreja. La pasta es de color marrón-rojizo con inclusiones de pequeño tamaño de micas y calcita. La pieza está modelada en parte a mano y en parte a torneta. Acabado exterior con espátula y con aplicación de un engobe rojo, bruñido, que se ha perdido parcialmente por deterioro del mismo. En correspondencia del diámetro máximo, donde se forma una ligera carena, la pieza está decorada con punzón sobre el barro crudo. En el fondo externo marcas de exposición al fuego que indican el empleo de llama directa para la cocción de alimentos.

Entre las importaciones de cerámica portuguesa de primera época, junto a los ajuares realizados a torno rápido, se ha documentado la presencia de otras piezas, realizadas a torneta y con un acabado espatulado y bruñido.

En el caso de esta olla, aunque no se conoce el origen preciso de esta pieza, la falta de paralelos en yacimientos portugueses unido a su técnica de fabricación permiten pensar en su posible adscripción con una producción regional norteafricana del entorno de Ceuta. La presencia de cerámicas modeladas a mano tanto en Ceuta como en otros yacimientos portugueses cercanos (Alcazarseguer por ejemplo) ilustra por una parte, las dificultades en los primeros momentos de aprovisionamiento de la ciudad y por otra la existencia de un intercambio, en periodos de paz, de productos entre las poblaciones cercanas y Ceuta no reflejado por otras fuentes.

JMHR / FVP

BOTELLAS (2)

Vidrio soplado a molde
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A- At: 3,8 cm; Db: 2,3 cm;
B- At: 3,1 cm; Db: 2,0 cm
Museo de Ceuta (A-12.512; B- 12.513)

A- Fragmento de cuello alto, estrecho y cilíndrico con engrosamiento de botella.
B- Parte superior de cuerpo globular, cuello estrecho, corto y recto y borde horizontal.
Tonalidad azul-verdosa.

Por su fragilidad son escasos los recipientes de vidrio conservados. Los dos que aquí presentamos corresponden a dos pequeños recipientes cuyo uso concreto se desconoce aunque posiblemente se destinaron a contener esencias.

JMHR / FVP

INSTRUMENTOS
DE TROCA

SELO ALFANDEGÁRIO

Chumbo. Utilização de punção duplo
Lisboa
Séc. XVI
Largo do Chafariz de Dentro. Trab. Arqueológicos 2007
Lmax: 3,0 cm; Lmin: 2,1 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (LCD.07/ S2[029])

A propósito da renovação das infra-estruturas de saneamento realizou-se, em 2007 e 2008, uma intervenção arqueológica urbana no Largo do Chafariz de Dentro.

O selo alfandegário foi encontrado em depósitos de meados-finais do século XVI. Foram estes localizados na parte exterior da Cerca Fernandina, e resultantes de um aterro constituído, sobretudo, por entulhos urbanos que formavam uma sucessão de unidades estratigráficas de tendência horizontal, de matriz maioritariamente arenosa, intercalando com depósitos ricos em matéria orgânica. A intervenção arqueológica revelou uma riqueza artefactual importante para a compreensão da Lisboa moderna.

As mercadorias que chegavam a Portugal, por via marítima ou terrestre, tinham obrigatoriamente de passar pela alfândega, onde eram registadas, medidas e pesadas e, posteriormente, sujeitas ao pagamento da dízima e da sisa. As alfândegas eram fundamentais para o controlo das transações comerciais e respetiva cobrança de impostos.

Os selos alfandegários de chumbo utilizavam-se para selar os sacos de transporte de tecidos após a fiscalização e cobrança dos impostos. Depois do processo concluído o produto poderia circular pelo território e ser transacionado. Se a mercadoria não tivesse os selos necessários não poderia ser comercializada e o mercador seria multado e ficaria sem a mesma.
Este selo tem paralelos, por exemplo, com os conjuntos encontrados nas intervenções arqueológicas na Casa do Infante, no Porto (Dórdio et al., 1997), e no castelo de Torres Vedras (Amaro e Luna, 2009).

PM/CN

CONTO (CONTO PERA CONTAR)

Bronce
Desconocido
1481-1521
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
D: 2,8 cm; P: 7,24 gr
Museo de Ceuta (15.324)

Cara A/ Escudo real coronado con quinas y estrellas. En la orla parece darse una sucesión de grupo de letras V M V con puntos y separados cada grupo por una cruz.
Cara B/ Esfera armilar y grafila de puntos con orla con sucesión de grupo caracteres CONTV separados por una cruz.

Los "contos de contar", a veces llamados también "dinheiro de conto", son piezas monetiformes utilizadas como auxiliares en las operaciones de contabilidad y cálculo antes de la generalización del sistema de numeración decimal. Se utilizaban sobre un tablero similar a un ábaco. Posteriormente, a partir de fines del siglo XVI y una vez que habían perdido su función principal fueron usados también como fichas de juego.

Respecto a su datación, Ferreira de Lemos (Ferreira, 1955) propone, para un ejemplar similar a éste, una cronología entre los reinados de Juan II y Manuel I. Atribuye a una primera época estos ejemplares por la ausencia de la eclíptica en la esfera armilar y algunas características de la corona, pero sin que se pueda precisar más en su datación. Así mismo, propone para la leyenda del reverso dos posibles interpretaciones. La primera es la abreviatura de Virgo Maria Virginis, como paralelo a la leyenda V. M. M. (Virgo Vestalis Maxima) latina de las monedas romanas. Pero también nos dice que no podría excluirse que se tratara de letras que podrían tener un significado numérico (V=5, M= 1000) (Ferreira, 1955: p108).

El hallazgo de esta pieza nos hace suponer la presencia de un edificio administrativo en las inmediaciones en el que se realizaban tareas de contaduría.

JMHR/FVP

A

B

COPOS DE MEDIDA

Barro vermelho
Lisboa
Séculos XV-XVI
Encosta de Santana. Trab. Arqueológicos 2006
A- At: 4,9 cm; Db: 3,6 cm; Df: 2,9 cm; B- At: 5,1 cm; Db: 4,9 cm;
Df: 4,6 cm; C- At: 4,8 cm; Db: 5,3 cm; Df: 3,8 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (ESA.06/201, 202, 203)

A - Medida de corpo cilíndrico e bordo simples arredondado. O fundo é plano, maciço, de diâmetro inferior ao do corpo.

Apresenta grafito com o número XXXII que aparentemente se repete do lado diametralmente oposto do corpo. Apresenta ainda junto ao bordo um grafito em forma de assento circunflexo.

B - Medida de corpo cilíndrico e bordo simples arredondado. A base é plana, simples. Apresenta grafito com o número XXX que aparentemente se repete do lado diametralmente oposto do corpo. Apresenta ainda junto ao bordo três grafitos em forma de assento circunflexo, dois deles parcialmente sobrepostos.
C – Medida de corpo troncocónico e bordo simples arredondado. O corpo assenta sobre um pé em hipérbole com fundo plano.

Apresenta grafito com o número XXX e as iniciais JºM do lado diametralmente oposto do corpo.

Estas peças foram recuperadas num depósito de lixeira, em área extramuros contígua ao troço da Cerca Fernandina (1373-75) localizado na base virada a nascente da encosta de Santana. Trata-se de contextos anteriores às alterações urbanísticas, consolidadas no século XVII, e que permaneceram praticamente inalteradas até aos dias de hoje.

ML/VL

C

DINHEIRO

Bolhão
D. Afonso III (1258-1279)
Lisboa(?)
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos de 2000
D: 1.3 cm
Centro de Arqueologia de
Lisboa (PF.00 Q11-1164-1)

REAL DE 10 SOLDOS

Bolhão
Lisboa
D. João I (1385-1433)
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos de 2000
D: 2.3 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa
(PF.00 G10-muro-1)

MEIO REAL PRETO (2)

Bolhão
Lisboa
D. Afonso V (1438-1481)
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos de 2000
A- D: 1.8 cm; B- D: 1.9 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa
(A - PF.00-D11-1375-2; B – PF.00-D11-1373-6)

CEITIL (4)

Cobre
Lisboa
D. Afonso V (1438-1481)
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos de 2000
A- D: 1.9 cm; B- D: 1.7 cm;C- D:
1.8 cm; D- D: 1.9 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa
(A - PF.00 D11-1373-2; B – PF.00-F10-1422-1;
C - PF.00 E3-2509-1; D – PF.00-S6-1270-1)

CEITIL

Cobre
Lisboa
D. João III (1521-1557)
Praça da Figueira. Trab. Arqueológicos de 2000
D: 1.6 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa
(PF.00 PF.00-T7-1166-1)

TC

ESPADIM

Vellón
Oporto
D. Afonso V (1457 a 1481)
Calle Fructuoso Miaja
D: 2,1 cm; P: 1,38 gr
Museo de Ceuta (14.758)

Anv: Escudo de quinas con 3 dobles lóbulos, dos a los lados y uno superior, cuatro círculos en el espacio fuera de orla y antes de la grafila. En la orla leyenda +ADIVTORIUN: NOSTRVM: IN NO. Mal conservada.

Rev: Mano sosteniendo espada enmarcada en cuatro lóbulos. A la izquierda letra A y abajo P marca de ceca Oporto. Cuatro círculos como en el anverso. En la orla leyenda ALFONSVS : DE I: GRACIE REGI (Posac, 1989: 44).

El espadim fue introducido a partir de la reforma monetaria de 1457 y se cifra el inicio de su producción en torno a 1458-60 (Gomes y Trigueiros, 1992). Poseía un valor de cuatro reales blancos. Su aleación fue perdiendo pureza hasta darse emisiones en la que prácticamente sólo estaba presente el cobre. Fueron acuñados en las cecas de Oporto y Lisboa. Su nombre deriva del motivo representado en su reverso, la mano que sostiene la espada.

Se ha propuesto que su simbología se relaciona con la creación por parte del rey de una nueva Orden de Caballería, la Orden de la Espada, en torno a 1459, para recompensar los servicios de los caballeros participantes en las conquistas de África. En el momento de su creación estaba limitada a 27 personas, extraídas entre la Corte y la nobleza, entre ello D. Pedro de Meneses, primer Marqués de Vila Real, hijo de Fernando de Noronha y nieto del primer gobernador ceutí del mismo nombre.

JMHR/FVP

REAL BLANCO

Cobre
Lisboa
D. João I (1385-1433)
D: 2,7 cm; P: 3,68 gr
Calle D. Pedro de Meneses
Museo de Ceuta (14.755)

A/ Y coronada, abreviatura del monarca, A la izquierda letra L, marca de ceca. Doble orla concéntrica. En la exterior leyenda + ADIVTORIVM NOSTRVN QVI F y en la interior EECIT CELLVM ET T.

R/ Quinas dispuestas en cruz griega inscrita en orla tetralobulada la orla leyenda + IHNS : DEI : GRA : REX : PO : ET : A mal conservada (Posac, 1989, p. 39).

Algunas de las intervenciones arqueológicas realizadas en la ciudad han permitido documentar los primeros restos de cultura material portuguesa relacionados con los acontecimientos de 1415. Se trata de contextos fundamentalmente islámicos, formados principalmente con la intención de formar vertederos o basureros utilizando para ello aljibes o silos en desuso y en los que aparece algún material portugués. Entre ellos se encuentran monedas de Juan I, como la que presentamos.

JMHR / FVP

CEITIL

Cobre
¿Ceuta?
D. Afonso V (1448-1481)
Ceuta
D: 2,1 cm; P: 2,60 gr.
Museo de Ceuta (14.777)

Ceitil de Alfonso V com lectura de ceca dudosa.
A/ Castillo con tres torres, amurallado sobre ondas de mar. A la izquierda posible letra "C" muy desgastada. En la orla leyenda ALFO : CEPT […] : DOMINO ¿?

R/ Escudo con cinco quinas en cruz cantonadas de castillos y en su exterior cruces. En la orla leyenda mal conservada REX : PORTUGALIE : […]

Para sustituir a los llamados reales pretos fue acuñada una nueva moneda de cobre, conocida como ceitil. Respecto a su denominación, algunos autores señalan que su nombre deriva del de la ciudad del Estrecho de la que toma el nombre, mientras que otros atribuyen su denominación al valor de la misma, un sexto de real. La creación de la Casa de la Moneda ceutí en torno a mediados del siglo XV hizo también que una parte de los investigadores relacionaran tradicionalmente al ceitil, en consonancia con su etimología, con una moneda exclusivamente acuñada en Ceuta.

Las primeras noticias respecto al ceitil se documentan en torno a mediados del siglo XV por lo que su acuñación no puede situarse más allá de los primeros años del reinado de Alfonso V (1445-1449). Debe descartarse por tanto la hipótesis de haber sido creada como conmemoración de la conquista de la ciudad ya en tiempos de Juan I. Este tipo monetario subsistiría hasta el reinado de Sebastián I, con lo que su circulación comprendió un arco cronológico de aproximadamente 125 años.

El reinado de Alfonso V es el más prolijo en emisiones, que irán sucesivamente remitiendo hasta aparecer de una manera muy puntual durante el gobierno de Sebastián I. Progresivamente el número de emisiones y tipos decrece y también se observa una disminución en su diámetro.

Respecto a su lugar de acuñación ha quedado demostrado que, además de su probable acuñación en la ciudad, se registraron emisiones de ceitiles las cecas de Lisboa, Oporto y Beja.

Con multitud de variantes dependiendo del momento y ceca donde se produce, el ceitil presenta una constante en cuanto su tipología: en el anverso un castillo con tres torres bañado por el mar y en su reverso el escudo de Portugal con las cinco quinas.

F. A. Costa Magro (Magro, 1986 cataloga más de 6.000 ceitiles que agrupa en diversas variantes y posteriores estudios sobre esta moneda han ampliado la nómina de tipos. Así, atendiendo a su tipología, se ha establecido una serie de grupos cuya principal diferencia radica en la representación del castillo, el mar, el escudo, etc., pudiendo establecerse de este modo su evolución durante los diferentes reinados en los que se acuño. C. Posac se ocupó de estas monedas en distintas ocasiones (Posac, 1989; Posac, 1994) y señalaba que "cuando se practican remociones del subsuelo de Ceuta son frecuentes las apariciones de ceitiles. Por ser monedas de uso cotidiano están por lo general bastante desgastados y, con frecuencia, dañados por la oxidación" (Posac, 1994, p. 202).
Como curiosidad puede destacarse que fue una de las primeras monedas en circular en el Nuevo Mundo, pues en el diario de Colón relativo al 13 de octubre de 1492 se relata el cambio de 16 ovillos de algodón por tres ceitiles.

JMHR / FVP

A

B

BLANCA (2)

Cobre
Toledo / Ávila o Burgos
1471-1474
Benzú
D: 1,8 cm; P: 0,47 gr; D: 2,0 cm; P: 0,46 gr
Museo de Ceuta (14.824; 14825)

A- A/ Rombo que contiene un castillo con la marca de ceca debajo, una "T" con los extremos hacia arriba. Fuera del rombo, en la parte inferior que es donde se aprecia, círculos. En la orla ceca casi ilegible RICVS, de ENRICVS DEI GRACIA
R/ Cuadrado que contiene un león rampante y en la orla leyenda ilegible.
B- A/ Rombo que contiene un castillo con la marca de ceca debajo (A ó B gótica). En la orla ceca casi ilegible parece conservarse DEI * GRA, de ENRICVS DEI GRACIA
R/ Cuadrado que contiene un león rampante y en la orla leyenda casi ilegible s * VI […] de XPS * VINCIT * XPS

Estas monedas proceden del fondo antiguo del Museo de Ceuta sin que tengamos más noticias del contexto y circunstancias de su aparición. Su importancia radica en ser los dos únicos ejemplares de moneda castellana del siglo XV localizados hasta el momento.

Este tipo monetal, conocido como blanca del rombo por la tipología de su anverso, fue acuñado a partir del Ordenamiento de Segovia de 1471. Este tenía como objetivo, entre otras cuestiones, las características que habían de tener las monedas, limitar el ingente número de cecas existentes, normas de funcionamiento de las casas de monedas, etc. ante la desastrosa situación financiera del reinado del monarca.

Junto a los ceitiles, fueron las primeras monedas que circularon en América, como se desprende del diario del descubridor. La presencia en los niveles iniciales de numerosos yacimientos caribeños confirma su circulación hasta al menos fines del siglo XV y principios del siglo XVI (Mendoza, 2013). El hecho de que los Reyes Católicos no acuñasen monedas fraccionarias hasta fines del siglo XV pudo favorecer la circulación de este tipo.

No es por tanto extraño que esta moneda fraccionaria, de escaso valor al igual que los ceitiles, tuviese una dispersión también por las posesiones africanas, máxime si se tienen en cuenta las relaciones diplomáticas y familiares entre los monarcas Enrique IV de Castilla y Alfonso V de Portugal. Tras la muerte del primero, abierta la lucha dinástica entre Isabel y Juana, y una vez celebrado el matrimonio del monarca portugués con ésta, Alfonso V se intitula rey de Castilla, León, Portugal, Toledo, Galicia, Sevilla, Córdoba, Murcia, Jaén, los Algarves, de aquí y de allá del mar en África, de Gibraltar, Algeciras, señor de Vizcaya y de Molina, llegando incluso a acuñar moneda que hace referencia a esas titulaciones (De Francisco, 2004).

JMHR/FVP

3 REALES Y TEJIDO

Bronce y textil
Lisboa y desconocido
1550-1557
Puerta Califal. Trab. Arqueógicos 2013
D: 2,8 cm; P: 7,24 gr
Museo de Ceuta (15.325)

Tres reales de Juan III de Portugal y restos del contenedor textil que la albergaba.
A/ Escudo real coronado y a los lados ¿serpientes? o trazos ondulados verticales. Grafila de puntos y sin leyenda.
R/ En el centro leyenda IO III, abreviatura del monarca y sobre ella corona y en la orla leyenda PORTVGAL : ET ALGARB : REX : AFRICA

La presencia de ésta moneda en el conjunto de los materiales depositados en el relleno entre la muralla medieval y el intradós de la cortina de la Muralla Real constituye el testimonio material más cercano al momento de su construcción. Como sabemos, las obras de construcción de la Muralla Real se desarrollaron a partir del cuarto decenio del siglo XVI. Tras el abandono de las plazas de Alcazarseguer, Arcila, Azemur y Safi, los esfuerzos defensivos y económicos se centraron principalmente en las ciudades de Mazagán y Ceuta. El estado de la fortificación medieval ceutí en momentos inmediatamente anteriores a esta decisión era bastante deficiente, como pone de manifiesto la carta que Gomes da Silva de Vasconcelos envía al rey en 1527 en el que da parte del estado ruinoso de la misma y solicita.

Durante el reinado de Juan III se acuñan nuevos valores monetales en cobre, como el de la pieza que nos ocupa o también la pieza de 10 reales (GOMES, TRIGUEIROS, 1992). La escasez de moneda fraccionaria hizo que por ley de 16 de octubre de 1550 se pusieran en circulación estos nuevos tipos. Si atendemos a la cronología proporcionada por las fuentes escritas, en torno a 1549-1550 se data la finalización de los trabajos de edificación del conjunto defensivo.
Pero a la vista de este hallazgo, es necesario al menos retrasar un tiempo la conclusión total de los mismos. Además, otra circunstancia viene a reforzar la coetaneidad de la pérdida de esta moneda con la de la finalización de los trabajos. El hecho de que la misma apareciese introducida en los restos de la bolsa de tela que la contenía y su buena conservación, parece reforzar esta hipótesis. En definitiva, podemos plantear que al menos a fines de 1550 las obras de la cortina de la Muralla Real no estaban aun definitivamente acabadas.

JMHR/FVP

MONEDA RESELLADA POR D. ANTÓNIO, PRIOR DO CRATO

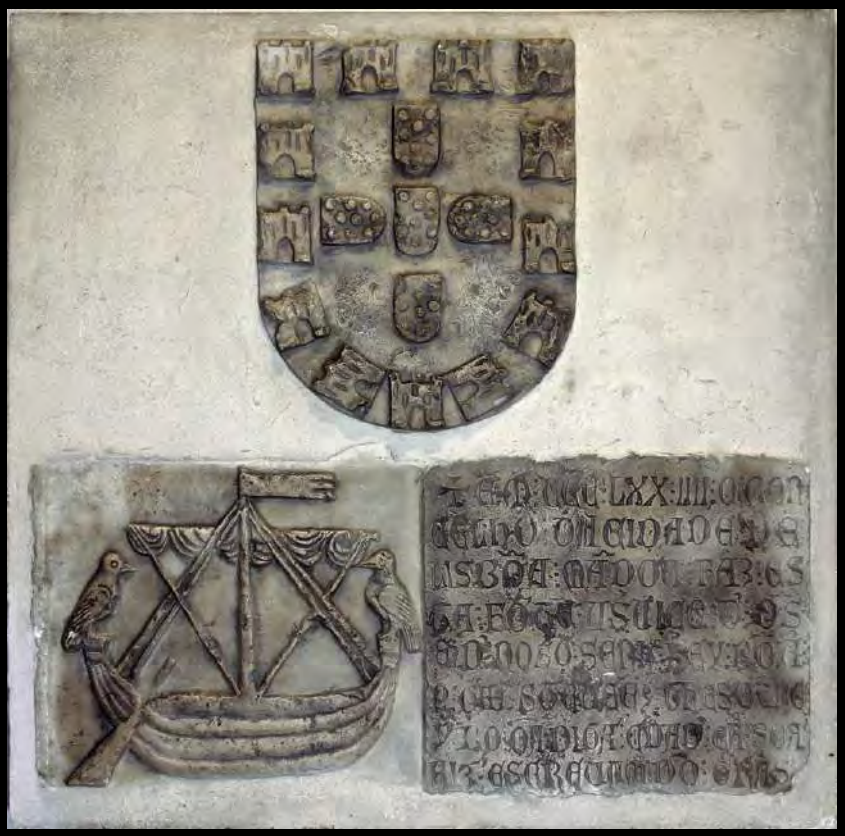
Cobre
Azores (Portugal)
1580-1583
Ceuta
D: 29 mm; P: 6,10 gr
Museo de Ceuta (10.958)

Anverso y reverso ilegible (Posac, 1989, p. 57)

António, Prior do Crato, fue proclamado rey en Santarém en 1580 pero no pudo mantener la corona al ser derrotado en Alcántara por las tropas mandadas por el Duque de Alba que apoyaba la candidatura de Felipe II. Azores se mantuvo fiel a su causa durante algunos años. Allí acuñó moneda y reselló otras, tanto nacionales como extranjeras, con la figura de un azor.

JMHR/FVP

VIDA
MARÍTIMA



LÁPIDE DO CHAFARIZ DO ANDALUZ (RÉPLICA)

Gesso (original em calcário)
Lisboa
1336
At: 115,9 cm; L: 114,5 cm
Museu de Lisboa (MC.Esc.0261)

Uma das fontes mais antigas de Lisboa é aquela que é vulgarmente conhecida por chafariz (ou bica) do Andaluz, por se situar no Largo do Andaluz, na zona de São Sebastião da Pedreira. Estamos perante um monumento em cuja parede foram colocadas lápides estando representada naque se encontra em cima as armas do rei de Portugal D. Afonso IV, enquanto na que está em baixo à direita uma inscrição com um texto alusivo à construção da fonte em 1336,por ordem do "concelho da cidade de Lisboa",e à esquerda a representação do brasão de Lisboa. Neste está figurado um alto-relevo com um navio a simbolizar aquele que em 1173trouxe as relíquias de São Vicente do cabo do mesmo nome para Lisboa, no qual estão os dois corvos associados tradicionalmente ao corpo daquele mártir que se tornou o padroeiro da cidade. Trata-se de uma das figurações mais antigas de um navio na Lisboa medieval, o qual veio a ser representado de várias formas (Almeida, 1973: 96-97; Caetano, 1991: 48-51; Sousa, 1982: 33-37).

JMG

PEDRA DE ARMAS

Calcário
Lisboa (?)
Séculos XVI/XVII
Lisboa
At: 31,0 cm; Lt: 32,5 cm
Museu de Lisboa (MC.ESC.409)

Encontra-se representado um galeão dos mais antigos, com apenas três mastros e um castelo de popa quadrado e o de proa mais alongado.

Designado por alguns autores como um ícone da cidade, a barca que perdura na imagética da cidade de Lisboa deve a sua origem a S. Vicente.

A propagação do culto do santo encontra-se intimamente ligada à trasladação das suas relíquias, num primeiro momento de Valência para o Promontorium Sacrum, actual Cabo de Sagres e, depois, para Lisboa. É precisamente o contexto da chegada das relíquias à futura capital de Portugal, trazidas do cabo que depois adoptará o seu nome, que importa sublinhar.
Algumas crónicas, muito posteriores à vinda das relíquias mas que relatam a sua trasladação, afirmam que terá sido o próprio D. Afonso Henriques que, num primeiro momento, se deslocou ao Cabo Sagrado. Este acto heróico, não plausível por se registar em território sob domínio islâmico, patenteia, no entanto, a relevância da obtenção das relíquias.

Havia que justificar religiosamente a luta contra os muçulmanos, a conquista de um território e, acima de tudo, a invenção de um reino. A chegada das relíquias a Lisboa, a 15 de Setembro de 1173, decerto terá tido a sua relevância na elaboração da "bula manifestis probatum", concedida pelo Papa Alexandre IIIpassados apenas seis anos e onde, finalmente, são reconhecidos os feitos daquele que será, a partir de então, osoberano do novo reino.

Para sempre se associou o santo à barca que o transportou. A importância do mar na identificação deste novo país, determinante na sua formação, adoptou contornos de símbolo aquando da expansão marítima. Não é pois de estranhar que barca e santo representem, em conjunto, uma realidade supra urbana, fornecendo uma dimensão ibérica à sua capital.

As barcas inicialmente reproduzidas eram simples, notando-se por vezes, influências das técnicas navais dos cruzados do norte, como se revela na representação do casco trincado ao invés do justaposto. Progressivamente, os modelos evoluem para morfologias mais complexas. Também em muitos casos se anexam os dois corvos que, na hagiografia do santo, o protegem. Também aqui as imagens metaforizam ideias: aves necrófagas que se rendem ao santo, que o protegem e o velam, posicionam-se ao mesmo nível do mouro que é conquistado pelo cristão e que se rende à sua fé (Fernandes, 1993; Fernandes, 1997).

LF

TESTO

Barro vermelho
Lisboa
Quarteirão dos Lagares.
Trab. Arqueológicos 2005
Século XVI
At.: 1,7 cm; Df: 9,7 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (QLag.05/ 38)

A peça tem bordo arredondado ligeiramente extrovertido, com uma pega de preensão central «em botão», paredes ligeiramente curvas e uma base plana. Cozida em ambiente oxidante, apresenta na superfície interna uma coloração enegrecida, denotando exposição ao fogo. Quando comparados com o restante universo artefactual exumado nos contextos dos séculos XV e XVI do Quarteirão dos Lagares, os testos revelam uma expressão numérica bastante significativa, o que pressupõe uma produção repetitiva e generalizada desta forma nas oficinas oleiras documentadas neste bairro. A representação do navio é muito esquemática, incisa com instrumento pontiagudo. A forma do casco parece indicar que a popa está representada do lado esquerdo da imagem, adivinhando-se aí um castelo, menos óbvio à proa. Ao centro da representação observa-se o mastro grande e os seus estais de proa e popa. O tracejado que surge neste mastro poderá corresponder a uma ilustração da enxárcia.

EC/JB

MERIDIANA / BASE DE RELÓGIO DE SOL PORTÁTIL

Madeira
Itália?
Inícios do século XV?
Largo do Corpo Santo. Trab. Arqueológicos 1996
At: 4,5; Lmax: 4,0 cm
Centro de Arqueologia de Lisboa (MLCS/96.2090)

Objecto incompleto, já que lhe falta, no centro, uma bússola (material ferroso rapidamente deteriorado) e uma tampa possivelmente em madeira, de que ainda há na base os sinais de ligação. Esta serviria para gravar no interior uma tabela com nomes das cidades mais importantes da Europa, com as respectivas latitudes. Um fio, preso à tampa e a um ponto da base (de que também há vestígios) serve neste tipo de relógios como gnómon, para projectar a sombra do Sol. A base, cujo centro escavado servia de assentamento para a bússola, tem gravados algarismos árabes, vendo-se claramente, da esquerda para a direita, o "0" de 10, e depois "11", "12", "1", 2", "3", "6", "8" e "9". Os números "4" e "7" estão escritos de forma hesitante, demonstrando a antiguidade do objecto.

Os algarismos árabes, incluindo o "zero", foram introduzidos na Europa científica a partir de Itália, no século XII, por Leonardo Fibonacci, mas só lentamente começaram a substituir a grafia da numeração romana no quotidiano ocidental. A base da meridiana em madeira do Corpo Santo ainda apresenta uma grafia não fixada dos algarismos árabes. "Apesar de os algarismos árabes terem sido usados ocasionalmente pelos europeus desde o século XIV, só no princípio do século XVII começou a generalizar-se na Europa, incluindo Portugal" (Nuno Crato). Isto poderá significar que a meridiana do Corpo Santo terá vindo de Itália.
No quadrante da meridiana encontram-se ainda marcações que deverão indicar pontos de acerto deste relógio de sol portátil. Depois de achado o Norte, através da bússola, o utilizador deveria acertar o objecto para o local onde se encontrava, mediante a latitude que sabia ou que iria consultar na tabela da tampa.

Os relógios de sol foram introduzidos na Península Ibérica pelos romanos, havendo alguns exemplares encontrados no território português. Depois disso há um enorme hiato, durante as ocupações germânica e islâmica. O relógio de sol volta a aparecer no período românico, adjacente a mosteiros e igrejas, embora nunca como relógio de sol portátil. A meridiana do Corpo Santo, possivelmente do início do século XV, já que foi recolhida num nível junto à praia, é pois o mais antigo relógio de sol portátil encontrado até hoje no país.

FCO

CABO (MEALHAR DE TRÊS CORDÕES)

Fibras de origem vegetal (provavelmente de tilia cordata)
Desconhecida
Cais do Sodré. Trab. Arqueológicos 1994
Século XVI ?
Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática-DGPC (CNANS RES 456)

Cabo formado por três cordões cochados em Z, que por sua vez são compostos por vários fios de carreta cochados em S, sendo esta alternância garantia de uma melhor fixação entre si. Embora se encontre totalmente seco, está em bom estado de conservação conseguindo-se distinguir claramente os fios de carreta. Recorrendo apenas a análises macroscópicas, parece ter sido concebido através da torção de fibras de folhas de tilia cordata, material muito utilizado no fabrico de cabos durante a Idade Média e Idade Moderna em toda a Europa, bem como pelagem de crina de cavalo na Escandinávia, fibras de linho, cânhamo e esparto no Mediterrâneo (Sanders, 2009: 5-17).

O princípio base de formação de cabos é de que vários fios formam um cordão, vários cordões formam um cabo e vários cabos formam um cabo maior, sendo para isso necessário torcê-los (cochá-los) (Lopes, 2013: 56-57). Esta torção permite que os cabos se prendam entre si e, através de um efeito de hélice, possibilite também que os cabos trabalhem sem se dobrarem. A direcção da cocha pode ser em Z, quando feita por destros, ou em S, quando feita por esquerdinos. O número de cordões e o seu diâmetro determinam o tamanho do cabo (Sanders, 2009: 4-5).

De acordo com as suas reduzidas dimensões, pode-se afirmar com certeza que não se trata de um brandal, estai, óvem, adriça, escota, amante ou costaneira. Poderá, portanto, constituir um colhedor, utilizado como esticador entre duas bigotas (Lopes, 2013: 51).

Os cabos sofreram grandes alterações entre o século XIV e o século XV, acompanhando a revolução da construção do casco e das tecnologias de navegação. Todavia, entre os séculos XVI e XVIII não possuem grandes diferenças, pelo que os exemplares reconhecidos em contexto de naufrágio pouco variam. Assim, cabos semelhantes a este foram identificados em navios do XVI, como o Mary Rose, de 1545 (Marsden e Endsor, 2009) ou o Redbay, de 1565 (Bradley, 2007), do século XVII, como o Vasa, de 1628, e o La Belle, de 1686 (Corder, 2007), ou do século XVIII, como o La Dauphine, de 1704 (L'Hour e Veyrat, 2000).

GCL

ELEMENTOS DE PEÇAS DE POLEAME (A-B: ROLDANAS; C-PERNO)

Madeira
Desconhecida
Séculos XVI-XVII
Cais do Sodré. Trab. Arqueológicos 1994
A- D: 9,0 cm, G: 1,9 cm; B- D: 7,7 cm, G: 2,0 cm; C- D: 2,0 cm, L: 20,5 cm
Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática/
DGPC (MCS 95 12; MCS 95 13; MCS 95 18)

Conjunto de elementos desarticulados de uma ou mais peças de poleame, constituído por duas rodas (roldanas) e um perno. O poleame corresponde ao conjunto de peças, de madeira ou outros materiais, que permite ajustar as velas de um navio por meio de cabos. As rodas ou roldanas fariam parte do poleame de laborar, estando originalmente inseridas em caixas, também de madeira. São circulares, com um goivado na periferia onde circulava o cabo, apresentando um orifício central, onde passava um eixo (perno), provavelmente em madeira como aquele que faz parte deste conjunto.

Dependendo do número e da disposição das rodas, as peças de poleame de laborar assumiam nomes distintos - moitões, cadernais ou polés, por exemplo. São um achado comum em contextos de naufrágio, tendo aparecido em Portugal vários exemplares fabricados com metodologia semelhante, exclusivamente em madeira, nos sítios do século XVI Arade B (Bettencourt et al., 2007) e Ria de Aveiro F (Bettencourt, 2009).

JB

TAÇA OU MALGA

Madeira
Desconhecida
Séculos XVI-XVII
Cais do Sodré. Trab. Arqueológicos 1994
At: 6,0 cm; Db: 15 cm
Centro Nacional de Arqueologia Náutica
e Subaquática/DGPC (MCS 95 489)

LA DEFENSA: EL NUEVO ARTE DE LA GUERRA

A DEFESA: A NOVA ARTE DA GUERRA

A DEFESA DE LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI

André Teixeira e José Manuel Garcia

«Nas margens do rio (Tejo) fortificou Olisipo para ter mais livre o curso da navegação e o transporte dos víveres». Foi desta forma que Estrabão procedeu ao primeiro registo histórico da fortificação da cidade que se viria a chamar Lisboa, quando se referiu à acção levada a cabo em 138 a.C. por Décimo Júnio Bruto, no início da sua campanha de pacificação da Lusitânia para a sua integração no império romano, na qual a cidade do Tejo se constituiu como base das operações em direcção ao Norte. Poucos vestígios restaram, reconhecidos através da arqueologia pela presença militar na zona do castelo de São Jorge (Pimenta, 2005) e de uma hipotética vala defensiva junto às Portas do Sol (Silva, 2014).

Lisboa nasceu na colina que desce do Castelo de São Jorge, tendo em conta a sua excelente situação defensiva e a sua articulação com o Tejo, a qual favorecia o seu comércio ancestral e o abastecimento, nomeadamente em peixe, que era muito abundante. A cidade concentrava-se na encosta Sul da colina e desenvolvia-se numa zona ribeirinha, tendo sido construídas novas fortificações durante o Alto Império, durante a primeira metade do século I d.C., hoje mal conhecida (Gomes e Gaspar, 2007; Silva, 2000; Silva, 2011).

Entre os séculos III e IV, Olisipo reforçou as suas muralhas, que limitaram o perímetro urbano da cidade. Estas cortinas vieram a ser mantidas e adaptadas nos séculos seguintes, sobretudo em época islâmica, tomando a designação de "cerca moura" ou "cerca velha" (Silva, 1987b). Das suas origens tardo-romanas, embora em muitos casos refeitas em período posterior com traçado sensivelmente idêntico, sobram testemunhos em várias intervenções arqueológicas, como por exemplo na Casa dos Bicos e demais frente ribeirinha (Pimenta et al., 2005; Gomes e Gaspar, 2007; De Man, 2011; Filipe et al., no prelo).

O sistema defensivo islâmico formava dois recintos distintos, na tradição das cidades muçulmanas coevas: a alcáçova, localizada na colina do castelo de São Jorge, que era a sede da elite político-militar do burgo; a medina, o núcleo urbano por excelência, que se espraiava a Sul daquela elevação até ao rio. A estrutura defensiva é referida pelo menos desde o século XI na documentação escrita, tendo sido detectada arqueologicamente nos lanços Sul (ribeirinho), Este e Oeste da antiga cidade. Note-se que os cálculos actuais apontam para uma área total de 50-60 hectares, incluindo os extensos arrabaldes, o ocidental, na Baixa, e o oriental, em Alfama, pelo que apenas cerca de um terço do conjunto era espaço intra-muros (Bugalhão, 2009: 384-85).

Este sistema defensivo manteve-se após a conquista da cidade pelas forças de D. Afonso Henriques, em 1147, até que, em 1294, D. Dinis estabeleceu um acordo com o concelho de Lisboa para a construção de uma muralha, que veio a ser erguida nos anos seguintes sobre aterros conquistadas ao rio, ligando a antiga "cerca velha", junto à torre da Escrivaninha, até à zona onde actualmente se encontra a Praça do Município, na base do monte de São Francisco. Protegia, assim, toda a zona da Baixa entre colinas, para onde a cidade se expandia rapidamente, mercê do incremento das actividades marítimas e transacções comerciais a partir do porto. Os vestígios desta cortina foram recentemente detectados no solo da igreja pombalina de São Julião (Silva, 1987c; Rocha, 2015).

Lisboa foi crescendo nos dois séculos seguintes, nomeadamente em torno dos principais edifícios religiosos, São Francisco e Trindade a ocidente, São Vicente e Graça a oriente, necessitando de novas defesas, como se verificou durante os ataques castelhanos no reinado de D. Fernando. Tal facto levou a que este rei ordenasse a construção de novas muralhas, erguidas entre 1373 e 1375, com 5,35 km de extensão e contando com 77 torres e 38 portas e postigos, abrangendo uma área de 103,6 km2, 6,6 vezes maior que a da "cerca velha", que abrangia 15,68 km2 (Silva, 1987a). De facto, esta construção inseriu-se num processo geral da segunda metade do século XIV, de protecção das cidades e vilas portuguesas com cercas urbanas, depois de decénios de consolidação da rede de castelos junto à fronteira. Aquelas adoptaram um perfil de grande verticalidade, com acessos e caminhos de circulação facilitados nos adarves, multiplicando o número de torres quadrangulares adossadas às cortinas, protegendo em particular as portas, e implantando ameias de corpo largo e balcões com matacães nos coroamentos (Silva, 1989; Monteiro, 1999), caracterís-

ticas visíveis no remanescente da cerca fernandida. Além dos troços há muito identificados desta grandiosa estrutura (Silva, 1987a), outros têm vindo a ser descobertos ou melhor compreendidos através de intervenções arqueológicas, que em casos mais pontuais redundaram em trabalhos de conservação e valorização. Citem-se, a título de exemplo, os anexos ao mosteiro de São Vicente de Fora (Ferreira, 2002) e na continuidade deste troço oriental no Liceu Gil Vicente (Muralha et al., 1999), os do bairro de Alfama (Folgado et al., 2003; Silva et al., 2012), entre outros no flanco ocidental, no centro comercial do Chiado, nos Terraços de Bragança da Rua António Maria Cardoso, no Martim Moniz junto à encosta de Santana (a torre do Jogo da Péla), ou no palácio da Rosa.

Graças ao processo expansionista português iniciado com a conquista de Ceuta em 1415, Lisboa cresceu substancialmente nos séculos XV e XVI, atingindo em 1527 cerca de sessenta mil habitantes, tornando-se progressivamente um dos maiores centros de comércio à escala mundial. O desenvolvimento urbano deu-se muito especialmente na frente ribeirinha, tanto para oriente, na zona das tercenas novas (actual Santa Apolónia), como sobretudo para ocidente, na zona de Cata-que-Farás e Boavista (junto ao actual Cais do Sodré). Também foi a orla fluvial a mais beneficiada por acções de renovação urbana, dando-se novos aterros em direcção ao Tejo, multiplicando-se as construções neste sector. A defesa da cidade continuou, assim, a ser assegurada pela sua cerca fernandina, mas a área urbana tendeu a ultrapassar os seus limites naqueles flancos e as novas edificações a implantar-se amiúde sobre as antigas cortinas, como sucedeu na Casa dos Bicos (Augusto, 1996) ou no palácio da Rua da Judiaria (ver artigo neste catálogo), entre outros. Em todos os casos, é evidente que a operacionalidade dos dispositivos defensivos medievais foi claramente posta em causa.

Face a esta situação, a forma considerada melhor para garantir a segurança de Lisboa consistiu no reforço da defesa marítima perante possíveis ameaças externas, quer de corsários, quer de nações inimigas. A paz duradoura com Castela nestas centúrias, perturbada apenas em conjunturas pontuais, limitou também os receios de invasão terrestre. Assim, D. João II concebeu um plano estratégico integrado para a proteger a barra do Tejo, assente no controlo do seu acesso por mar, através do "cruzamento de fogos entre fortalezas situadas nos seus pontos mais próximos e junto aos principais desembarcadouros" (Moreira, 1989a: 100).

Foi, assim, erguida na década de 1480 a torre de São Sebastião da Caparica, junto a Porto Brandão, que ficou conhecida como "Torre Velha", composta por três elementos: uma torre cimeira rectangular de forma compacta, junto à borda da falésia, atalaia e cérebro do conjunto; um baluarte artilhado, tabuleiro trapezoidal sobre os rochedos na base da arriba, o elemento mais inovador por possibilitar o revolucionário tiro rente à água; e uma muralha acasamatada, que vencendo o desnível da arriba assegurava a comunicação entre os dois elementos anteriores, através de escadas interiores (Moreira, 1989a; Cid, 1998: 37-41; Cid, 2007). O projecto joanino implicava ainda a construção de uma fortificação no lado oposto do rio, na zona do Restelo, a par da colocação de uma grande embarcação articulada com as estas fortificações, criando uma frente que se pretendia inexpugnável. O referido plano de defesa do Tejo foi mencionado por Garcia de Resende, que indicou ter sido ele próprio encarregado pelo rei de desenhar esta última fortaleza, de acordo com as suas indicações. O que é certo é que ela não se chegou a fazer, por falecimento do monarca (Resende, 1991: 255-56). Levantada sim no reinado de D. João II, com o propósito de defender um dos principais portos de apoio de acesso à capital, foi a torre de Santo António de Cascais (vide artigo neste catálogo).

O projecto de erguer uma posição fortificada e bem artilhada no Restelo só foi retomado em 1513, por D. Manuel I. As obras iniciaram-se no ano seguinte, reforçando não apenas a defesa do porto de Lisboa, como também do gigantesco Mosteiro dos Jerónimos, então em construção. A decisão de erigir uma torre no Restelo inseria-se nas preocupações defensivas da cidade manifestadas pelo rei, que em 1508 mandou Diogo de Arruda erguer uma torre em frente ao novo Paço da Ribeira, já sobre água. Essa torre situava-se a norte do actual torreão poente da Praça do Comércio, alinhado na direcção da estátua de D. José, tendo ficado concluída cerca de 1510. A Torre de Belém ou "Castelo de São Vicente a par de Belém", como foi oficialmente designada por D. Manuel I em 1521, depois de concluída no ano anterior. Esta é um testemunho de arquitectura militar de transição, nela se conjugando harmoniosamente, num encaixe conciliador, à boa maneira manuelina, a massa de uma recuada torre quadrangular de feição medieval, que se ergue vertical nos seus mais de 30 metros de altura, com um moderno baluarte acasamatado avançado e de linhas horizontais com os seus 40 metros de comprimento virados ao Tejo. Este monumento em toda a sua beleza, originalidade e inovação é como que uma transformação em pedra de uma nau que avança pelo rio em direcção ao mar. A estrutura da Torre de Belém terá sido

TORRE DE BELÉM (JOSÉ VICENTE)

TORRE DE SÃO SEBASTIÃO DA CAPARICA

em grande parte concebida por Francisco de Arruda, seu mestre em 1516, nela estando patentes influências de torres medievais, como as de Beja e Estremoz, e talvez novas ideias defensivas renascentista de origem italiana, tudo envolto numa experiência de fortificação adquiridas no Alentejo, em Tomar e em Marrocos (Santos, 1922; Rubim, 2011: 54-66; Garcia, 2014).

Com efeito, as terras do Norte de África foram fundamentais nesta fase de experimentação da arquitectura militar, na viragem do século XV para o XVI, em que se procurou adaptar as fortificações aos novos desafios da arte da guerra, na qual a artilharia ganhava protagonismo crescente (Correia, 2008), incluindo-se neste âmbito reformas em Ceuta (Villada, 2013a). Foi um "longo período experimental de quase um século, desde as primeiras soluções de improviso – abaixamento das torres, reforço da base das muralhas, acrescento de obras externas para suporte de artilharia pesada – até ao estabelecimento de um novo tipo de fortificação baseado no estudo sistemático do tiro flanqueante e do cruzar de fogos: o sistema abaluartado" (Moreira, 1989a: 91). Neste capítulo, as experiências do Oceano Índico foram do ponto de vista arquitectónico muito mais modestas, não obstante o largo uso das inovações bélicas (Teixeira, 2008).

O Norte de África voltou a ser decisivo quando o país decidiu assumir decisivamente a modernidade na construção de fortalezas. A perda de Santa Cruz do Cabo de Gué em 1541, ante as forças do xerife do Suz, levou a que se criasse um verdadeiro sentido de urgência na reformulação dos sistemas defensivos magrebinos, tarefa que se iniciou nesse mesmo ano em Mazagão e que prosseguiu nos seguintes em Ceuta e Tânger. As crescentes exigências da pirobalística, que já haviam estado na origem das fortificações de transição, levaram à assunção de um programa modernizador à escala global, em torno da figura de Miguel de Arruda, que rapidamente levou as fortificações abaluartadas aos quatro cantos do império português, muitas das quais acabaram por se revelar inexpugnáveis nos séculos seguintes (Moreira, 1989b).

Em Lisboa, este movimento teve como consequência a criação de uma nova linha de detenção marítima, desta feita já em plena barra do Tejo. Ainda na década de 1540 D. João III procurou recursos financeiros para erguer uma fortaleza no esporão rochoso de São Julião da Barra. As obras só se iniciaram no decénio seguinte, segundo projecto de Miguel de Arruda, vindo porém a arrastar-se nos anos seguintes, sofrendo sucessivos alargamentos posteriores. Foi também pensada outra fortaleza para consolidar a entrada marítima de Lisboa, mais exactamente nos baixios arenosos existentes no meio do rio em frente a São Julião da Barra, prevendo-se o cruzamento de fogos entre as duas posições. Veio a ser erguida cerca de 1580 no sítio da Cabeça Seca com materiais perecíveis, sendo rapidamente destruída pela força do mar; voltou a ser erguida na década seguinte, com o nome São Lourenço, embora a designação que acabou por se consagrar foi a de "Bugio". Os seus trabalhos começaram a ser planeados em 1590, embora a conclusão das obras ainda tivesse demorado muito tempo (Boiça, s/d; Calixto, 1990; Rubim, 2011).

Todas estas construções foram fruto dos progressos da engenharia militar e durante séculos tiveram um papel dissuasor na defesa da capital portuguesa, mantendo a integridade da cidade e, com ela, a independência portuguesa. O sistema era, contudo, ineficaz em 1580, aquando do acometimento naval do duque de Alba, destinado a sufocar as pretensões à Coroa de D. António, prior do Crato, impondo a realeza de D. Filipe II de Espanha. Tal facto veio a motivar, sobretudo após a Restauração, uma ampla campanha de fortificação do litoral de Lisboa, bem como planos de defesa do seu entorno terrestre.

PRÓXIMA PÁGINA /

PLANTA DA BARRA DO TEJO REPRESENTANDO AS VÁRIAS FORTALEZAS AÍ EXISTENTES OU PROJECTADAS EM 1580, POR FILIPE TERZI. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, CASA DE CADAVAL, COD. 29.

M
N
O
Z
A
P
B
C
mil passos
Q
D
T
V
R
Sous mil passos
I
L
mil passos
E
H
F
G
S
Leste
Norte
Sul
Oeste

LAS FORTIFICACIONES DE CEUTA: 1415-1580

José Antonio Ruiz Oliva

Las obras de los constructores portugueses en las plazas norteafricanas no fueron una creación ex nuovo, sino una adaptación de lo preexistente islámico a la nueva formulación del arte de fortificar, en la que la artillería jugó un papel decisivo. Tras las conquistas de Ceuta, Alcacer Seguer, Arcila, Tánger, Azamor y Safim, se mantuvieron sus anteriores estructuras, sufriendo además una reducción o "atalho" (Correia, 2008: 353-363) de su perímetro murado urbano y un fortalecimiento de sus murallas, con el objetivo de ocupar restringidamente el territorio ante la falta de recursos materiales y humanos en espacios geográficos muy hostiles (Araújo, 2012: 17-26). Esta disminución perimetral supuso a Ceuta un 14 % menos de su territorio, afectando también al empleo de tapial islámico en la cortina del atalho, que quedaba protegida por tiro rasante desde puestos colindantes y reforzada por un alambor y el antiguo foso seco al-Suhay (Ruiz, 2002: 15-18).

Ante el empuje artillero enemigo, desde 1415 las débiles defensas portuguesas de Ceuta precisaron de constantes ayudas procedentes desde la metrópoli y Andalucía. A los aportes materiales se sumaron contingentes de lanceiros, besteiros y espingardeiros, la creación de la fusta armada corsaria (González, 2013: 23-26) "Santiago Pie de Prata" (Coelho, 2011: 18), el uso de cabalgadas (Aznar, 1997: 407-419), saqueos y salidas al campo magrebí, así como la fijación de la plaza como couto de homiziados.

El cerco a Ceuta de 1419 (Cook, 1993: 4-5) fracasó por la escasa artillería musulmana, a pesar de que contó con ataques simultáneos desde la Almina y el Campo Exterior por parte de nazaríes y magrebíes. El rey Juan I hizo bautizar la muralla y torre de Bury al Má como Coracha de Barbaçote y Torre de Hércules. En 1421 mandó reparar la Muralla Norte, desde el foso seco hasta el semiseco de la Almina, haciendo lo propio con la Muralla Sur tres años más tarde. Las obras siguieron desarrollándose con Juan II, nombrando en 1473 a Rodrigo Anes como Maestre de Obras de las plazas de Ceuta, Alcacer Seguer, Tánger y Arcila, con la colaboración en 1474 del pedreiro degredado en Ceuta Afonso Gonçalves, que ayudó en la reedificación de los muros (Raczyski, 1847: 15-16, 30-33, 42-44). En el cerco de 1476 participaron magrebíes y castellanos, con opiniones contrapuestas en las crónicas sobre la conquista de la parte despoblada de Ceuta por parte de los primeros, y de parte de su recinto urbano por parte de los segundos, lo que explicaría la flaqueza de sus fortificaciones. Ello se corroboraría con las actuaciones de D. Manuel I desde 1495, pues viendo el mal estado de las murallas de la banda norte con múltiples brechas, mandó reducir la fortificación al núcleo urbano del istmo, que pasó a llamarse "la ciudad", y así se mantuvo hasta 1507. En 1509 contó para ello con el Maestre de obras Lorenzo Franco, caballero de la Casa del Rey y de la Orden de Cristo, y en 1513 con Antonio Carvalho, Vedor de las obras de Ceuta.

A pesar del atalho, en estos momentos la plaza mantuvo los tapiales preexistentes en el espacio continental del Campo Exterior, que ascendían por los parajes del Topo y el Otero de Nuestra Señora, junto con estacadas avanzadas de este Frente de Tierra, el Reducto de la Franqueira (Talanquera o Tranquería) en el Llano de las Damas y la Media Luna situada entre la Playa de San Antonio y la Franqueira. Para llevar a cabo este proceso de readaptación a los nuevos espacios, llegaron a Ceuta en 1514 para realizar mediciones de las obras el arquitecto-maestro Diego Boytaca (Viterbo, 1922: III, 10-554), acompañado del arquitecto y maestro pedrero Francisco Danzinho (Barroca, 2003: 101) y del escribano Bastião Luis, partiendo luego para hacer lo propio en Alcacer Seguer, Tánger y Arcila. Será ya en 1519 cuando Ceuta cuente con un Almacén de municiones o Casa da Pólvora, ubicándose en la escarpa del foso semiseco de la Almina, y su organización contó con un jefe superior o Almoxarife, un Capitán o Bombardero Mayor, varios Condestables, un número variable de Bombarderos y una cuadrilla de mozos. Con D. João III en el trono desde 1521, Rodrigo Redondo, Maestre de Obras de Ceuta, solicitaba recursos para la fábrica de lienzos y murallas, docenas de tablas para el antiguo alcázar y 12 moios de cal para rehabilitar las casas del gobernador. En 1522 se encargaba al almoxarife Antonio da Costa madera y clavazón para las ruedas nuevas de una bombarda, y dos años más tarde llegaron desde Gibraltar un total de 82 besteiros y lanceiros por su regidor, Diego de Nateira. En 1527 el gobernador Gomes da Silva Vasconcelos dio cuenta al rey de la ruina que

presentaba la fortaleza, para lo cual fueron enviados en 1529 el Maestre de Obras João del Castillo (Valla, 1996) y Duarte Coelho, partiendo luego para Arcila, Mazagán hasta Safim, a fin de examinar sus defensas e indicar las obras necesarias.

En 1532, los ataques magrebíes dañaron significativamente Ceuta, notificando además su gobernador Nuno Alvares Pereira al factor de Andalucía, Francisco Lobo, que los hermanos Barbarroja pretendían atacarla, necesitando 500 cruzados para disponer sus defensas y hacer obras, ya que los muros yel alcázar estaban dañados, las puertas debían rehacerse, así como el muro nuevo con su puente levadizo y el Albacar. La Coracha Sur estaba artillada y se debería agrandar más para la mejor defensa de dicha costa. La Batería de San Antonio del monte Hacho contaba con bombardas gruesas y debería ampliarse, junto con la Batería de la Espera del Naranjal. Se mandaba hacer la garita de la Atalaya de la Campana y otra en la estancia de la Coracha Sur o de los navíos. Asimismo, con dicho presupuesto se deberían también levantar la estacada y corregir las tranqueiras que los magrebíes habían derribado. A esta labor se dedicaron Pero Arráez, Veedor de las obras y Fernando Álvares, Maestre de obras, mandando abonar en 1533 el citado gobernador los gastos derivados del arreglo de fosos y caminos realizados, indicando la falta de cal y dinero para pagar a los trabajadores de las obras de la Almina.

Entre 1535 y 1538 se produjo la visita a Ceuta de João de Castro (Gonçalves, 2011: 19-37), acompañado de Miguel de Arruda, volviéndolo a hacer en 1543. La familia Arruda estuvo muy implicada en la fortificación africana: Diogo de Arruda, tío de Miguel, fue Maestro del Reino con D. Manuel I, y trabajó las defensas de Azamor, Safim y Mazagán entre 1512 y 1514, con elementos de transición a la fortificación moderna. Su hermano Francisco utilizó grandes baluartes angulares dotados de cañoneras de tiro flanqueado en Portugal (Portel y Évora-Monte), así como potentes bastiones ultrasemicirculares en las citadas plazas africanas (Santos, 2012).

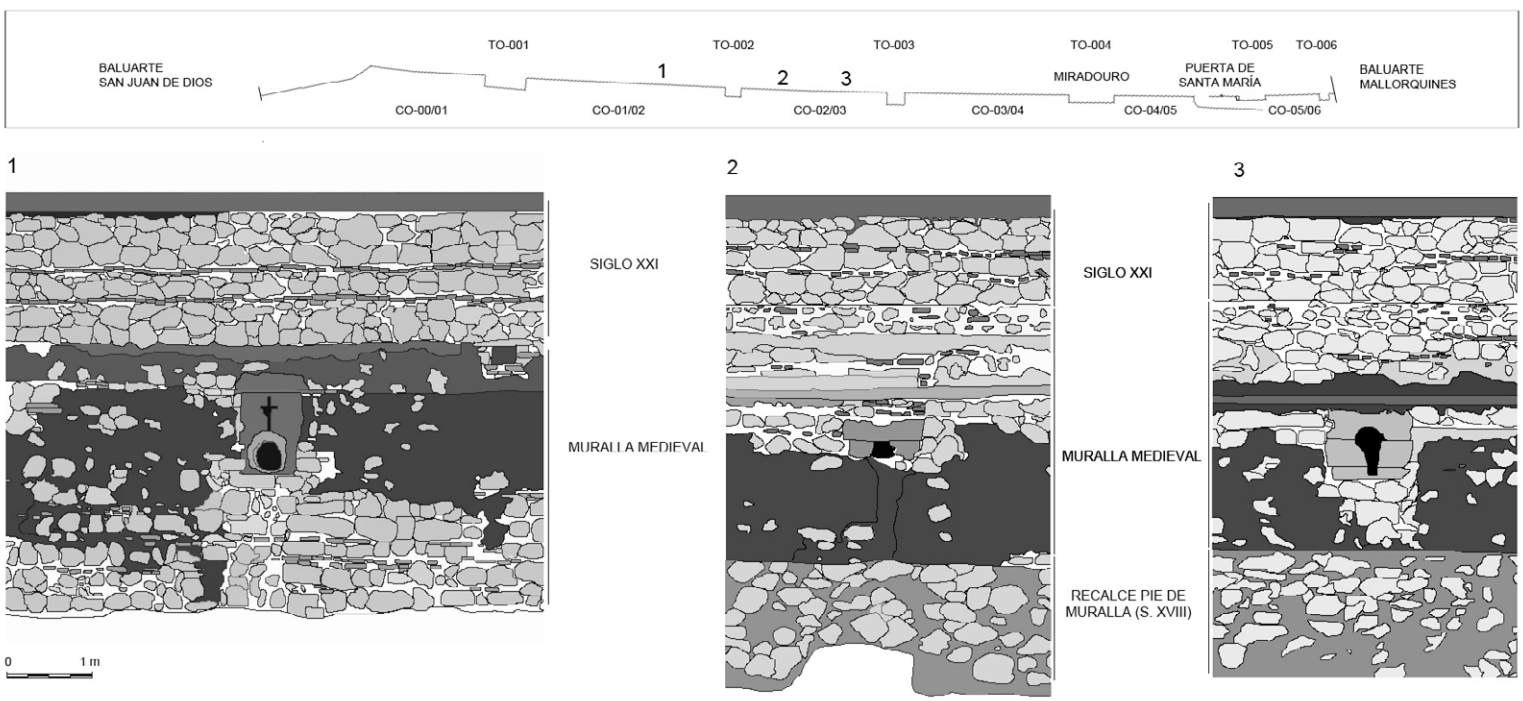
Es muy probable que la reforma de las defensas de Ceuta estuviese en proyecto antes de la caída de Santa Cruz de Cabo Gué en marzo de 1541, y que ello hubiese sido el motor para su realización (Carita, 2004). La situación era desoladora: fortificaciones en mal estado, reparos mal realizados y artillería inservible. Ante esta problemática, el 25 de mayo de 1541 llegaron a Ceuta los ingenieros Miguel de Arruda y Benedetto de Rávena para estudiar y proponer las obras necesarias. El gobernador, D. Afonso de Noronha, les acompañó y luego informó a la Corte de la pésima impresión que provocó en ambos el estado de la plaza. De hecho, éste solicitó a Benedetto que guardase en secreto sus conclusiones para no crear pánico en la población local. Arruda, por su parte, se encargó de contratar personal en el Alentejo y cal en Portimão, desde donde partieron dichos envíos para Ceuta. El proyecto, que sería enviado después a Lisboa para su aprobación, preveía el refuerzo defensivo del istmo, quedando este frente protegido por un conjunto de murallas en sus bandas costeras que rodearían el castillo (antiguo alcázar), reaprovechándose la muralla califal, que quedaría incluida en la nueva, la barbacana y coracha meridional con la Torre de Hércules, así como el espigón-puerto del Albacar. Se trató de una fortificación poligonal "a lo moderno", al modo renacentista italiano, adaptada al espacio más corto y estrecho de la plaza, con una nueva muralla abaluartada en sus ángulos y con amplia dotación artillera, que en este primer frente se complementaría con un foso inundado navegable, y en su contraescarpa se situarían una galería subterránea y defensas semipermanentes.

Las obras comenzaron en julio de 1541 bajo la dirección del Maestre Francisco Pires y con personal del Alentejo, pero a mediados de agosto se paró por la baja calidad de la cal, como dio cuenta el gobernador D. Afonso de Noronha a D. João III. Se reanudaron a mayor ritmo en 1543, tras la nueva visita de Miguel de Arruda y João de Castro. Se encontraba por entonces en Ceuta el Capitán General de galeras de Carlos V, Bernardino de Mendoza, que les aportó observaciones sobre el modo italiano de ubicar cañoneras en los niveles bajos de la cortina. A este respecto, las órdenes de D. João III fueron tajantes de que no habría modificación del proyecto sin su autorización, pero aceptó lo planteado por Mendoza. Con el uso del Foso inundado en 1549, probablemente estuviese finalizado este primer frente. A este proyecto inicial se añadiría más tarde la construcción del Baluarte de los Mallorquines y el de San Francisco (Ruiz, 2007).

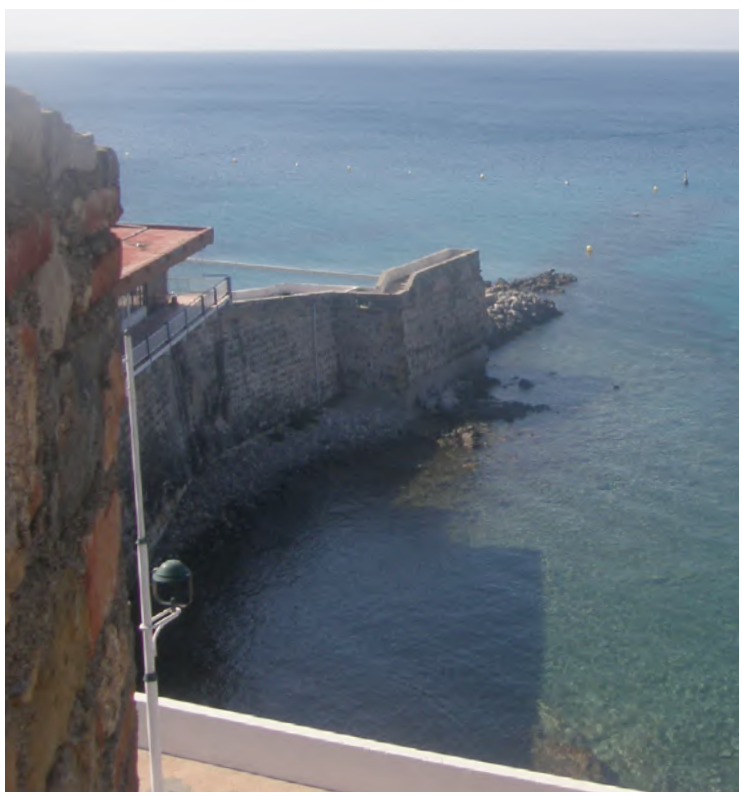
El maestro italiano, experto en fortificaciones, Micer Antonio Ferramolino, vencedor de Barbarroja e ingeniero de las defensas de la Goleta, Ragusa y Sicilia, estuvo en Ceuta en 1549 (Campos, 2008) para ofrecer su asesoramiento técnico al gobernador D. Afonso de Noronha, contactando brevemente en esta plaza con Inofre de Carvalho. El italiano había visitado previamente las defensas de Seinal en Alcacer Seguer, y el portugués fue enviado luego por D. João III en 1551 a la India como Maestre de obras.

El Veedor de Hacienda, Ruy Gomes, visitó Ceuta en 1550, relacionando sus posibles defensas artilleras que pasó al gobernador D. Pedro de Meneses y éste a su vez a D. João III (Gozalbes, 1982). Debería artillarse el Albacar con 8 piezas, el Baluarte Norte con 13 piezas, el Baluarte Sur con 7, la Coracha Sur con 6 y la cortina de la Muralla Real con 20. Esta dotación tardaría en hacerse realidad, pues en 1558, ya con el rey D. Sebastião, la información que pasó a éste el gobernador D. Fernando de Meneses a través de su Maestre de obras Luis Gomes, indicaba el asalto de soldados magrebíes a esta fortificación junto a la llegada de galeras turcas, lo que obligó a hacer de madera la Puerta de la Almina por no haber tiempo para construirla de piedra y cal.

En la relación de la jornada del río de Tetuán que D. Álvaro de Bazán hizo en 1565, se narra que preparó barcazas con piedras el ingeniero Esteban de Guillisástegui, Maestro Mayor de Puente Suazo en Cádiz, las cuales afondó formando un malecón y dejando encerradas a 12 fustas musulmanas. Álvaro de Bazán se puso de acuerdo con el gobernador de Ceuta para que su guarnición simulara un ataque de distracción y se pudiese obstruir mejor la ría corsaria de Tetuán. Destacamos que entre este año y 1566, el ingeniero militar Tomás Benedetto de Pésaro y su hermano el Doctor Benedito revisaron las fortificaciones de Ceuta y Tánger para el rey D. Sebastião, pasando el primero al año siguiente a las Azores junto al ingeniero Pompeu Arditi, y en 1572 a Angra. Tras la fatal empresa y muerte del rey portugués en 1578, Álvaro de Bazán acudió por recomendación del rey español D. Felipe II en socorro de las plazas portuguesas, especialmente Ceuta, donde incluso planeó enviar al ingeniero Juan Bautista Antonelli para reforzar sus sistemas defensivos (Farinha, 1999: 77). Ya estando en el trono portugués como D. Felipe I, el Práctico en Fortificaciones y Artillería, Juan Venegas Quijada, remitió a la Corte en 1581 una relación de la artillería existente en Ceuta: el Mirador o explanada de la banda norte tenía 7 piezas, el Baluarte Norte 11, la cortina de la Muralla Real 13, el Baluarte Sur 9, la Coracha Sur 8, la Muralla Sur 9, la Muralla Norte 4; sumando en la ciudad un total de 75 piezas y necesitándose otras 30 más.



TRONERAS DEL FRENTE NORTE DEL RECINTO DE LA CIUDAD
(DIBUJO FERNANDO VILLADA PAREDES)



BALUARTE DEL CABALLERO, FOSO NAVEGABLE Y CONTRAESCARPA
DE LA MURALLA REAL DE CEUTA

PÁGINA ANTERIOR/

FOSO NAVEGABLE DE LA MURALLA REAL DE CEUTA

ESPIGÓN DE LA RIBERA O DEL SUR

MURALLA NORTE DE LA CIUDAD

A TORRE DE CASCAIS

Raquel Santos, Nuno Neto, Paulo Rebelo, Margarida de Magalhães Ramalho

Mandada construir por D. João II na década de 80 do século XV, a Torre de Cascais foi no final do século XVI envolvida por uma outra estrutura militar, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Este conjunto patrimonial tem vindo a ser estudado desde 1986, não só documentalmente, mas sobretudo através de várias campanhas arqueológicas, as quais puseram a descoberto as estruturas remanescentes da Torre de Cascais (Ramalho, 1988; Ramalho, 2001; Neto et al., 2007; Santos, 2010).

A sua construção, despoletada pelos constantes ataques de pirataria naquela costa, veio criar, juntamente com a Torre da Caparica e a Torre de Belém (esta última erguida, posteriormente, no reinado de D. Manuel), um primeiro plano de defesa da barra do Tejo e, consequentemente, da cidade de Lisboa (Ramalho, 1992; Cid, 1998; Cid, 2007).

Esta torre, como as suas congéneres da Caparica e de Belém é uma fortificação que, embora nos remeta ainda para as suas antecessoras medievais, já prenuncia o aparecimento de uma estrutura abaluartada. O conjunto é por isso composto por uma torre quadrada, à qual se adossa um edifício de um único piso de planta rectangular. O conjunto é envolvido pelo lado do mar por uma muralha, onde se abrem bombardeiras que permitiam o tiro rasante sobre embarcações inimigas. A intervenção arqueológica levada a cabo entre 2004 e 2005 naquele espaço englobou sondagens no solo e sondagens parietais, as quais vieram proporcionar todo um leque de novos dados para o conhecimento da fortificação quatrocentista (Neto et al., 2007).

Assim, pudemos desde logo confirmar a sua data de construção nos finais do século XV, com base em quatro ceitis de D. Afonso V e D. João II (este último de 1485) exumados em sondagem arqueológica no interior da Torre, junto às suas fundações. Estudos recentes indicam uma data de fundação em 1494 (Borges, 2014).

Por outro lado, através dos dados fornecidos pela picagem manual dos alçados internos e externos das paredes da Torre e respectivo anexo e pela implantação de sondagens arqueológicas junto das suas fundações, verificámos que a sua planta original não difere muito daquela que nos é apresentada por Georgius Braun em 1572, muito embora tenham surgido durante os trabalhos arqueológicos elementos arquitectónicos inéditos.

Originalmente, far-se-ia a entrada na Torre através de uma porta sobreelevada, com acesso por escada de madeira, que abriria para o baluarte. Os seus vestígios foram identificados aquando da picagem da parede NE da Torre. O baluarte não rodeava por completo a Torre, notando-se que a SO a sua defesa era feita através de um alambor e de uma troneira implantada ao nível do segundo piso. O edifício anexo teria apenas um piso, com telhado de uma água, sobre o qual se construiu posteriormente um segundo piso e novo telhado. O espaço foi também aumentado horizontalmente, para SE. Vestígios destas alterações são visíveis ao nível do primeiro piso, na face interna da parede NE do anexo. Já ao nível do piso térreo, na face externa da parede SE, identificaram-se duas portas de grande dimensão, em cantaria chanfrada, que fariam a comunicação entre o baluarte e o edifício anexo.

Na viragem para o século XVII, com a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, parte das paredes do Anexo são reforçadas em mais de 50cm para nelas poder descarregar a nova abóbada que suporta o terraço superior. Todos os acessos são reformulados. Desaparecido o antigo baluarte, as portas que lhe davam acesso foram emparedadas, o mesmo acontecendo à porta que fazia a ligação à Torre. A cisterna da Fortaleza que, originalmente, se estendia por baixo do pátio exterior será ampliada ocupando uma parte do anexo.

As várias intervenções na Torre de Santo António acabaram por revelar a existência de uma torre que se pensava perdida. Hoje, é um importante elemento patrimonial que ajuda a compreender a transição de um sistema defensivo medieval para o que viria a ser a fortificação abaluartada da época moderna.

CASCALE Lusitaniæ opp:

PÁGINA ANTERIOR/

PORMENOR DA REPRESENTAÇÃO DA COSTA DE CASCAIS NA OBRA *CIVITATES ORBIS TENARRUM*, VOL. I, 1572, DE GEORGIUS BRAUN E FRANCISCUS HOGENBERGIUS.

TORRE DE CASCAIS, ALÇADO NORDESTE – LEVANTAMENTO GRÁFICO. NEOÉPICA.

PLANTA DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA LUZ, LOCALIZANDO-SE A PRIMITIVA TORRE ATRAVÉS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E ESTUDO NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA (A VERMELHO, A TORRE; A AZUL, O CORPO ANEXO; A VERDE, O BALUARTE). NEOÉPICA.

VESTÍGIOS DO ANTIGO BALUARTE DA TORRE, ACTUALMENTE NO EXTERIOR DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA LUZ. NEOÉPICA.

ASPECTO DO CUNHAL DA TORRE VISÍVEL NO PÁTIO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA LUZ. NEOÉPICA

LAS FASES CONSTRUCTIVAS DE LA MURALLA REAL DE CEUTA

José Manuel Hita Ruiz y Fernando Villada Paredes

Tras la toma de Ceuta en 1415 su defensa se convirtió en una de las principales preocupaciones de Portugal. Aislados en un territorio hostil al que difícilmente podía auxiliarse en caso de necesidad, sus habitantes dependían para su seguridad de la protección de las murallas y de su propia capacidad militar. La vida diaria se veía marcada por el hostigamiento y las celadas de los fronterizos pero el mayor peligro eran los cercos a que periódicamente fue sometida.

Dominadores del mar la amenaza principal procedía de las ofensivas terrestres que, dada la configuración peninsular de Ceuta, se concentraban en el frente occidental. Para afrontar estos ataques los portugueses se valieron en principio de las antiguas murallas. Según al-Bakri el istmo se defendía con una alta cortina de sillería guarnecida por nueve torres, un antemuro y un foso seco. En la esquina noroccidental, teniendo esta muralla como límite, la antigua dar-al-Imara, el Castelo de las crónicas lusas, se transformó en palacio del Gobernador (Villada, 2014).

Este dispositivo quedó obsoleto por el desarrollo de la artillería pirobalística debiendo acometerse distintas reformas destinadas principalmente a permitir la instalación de bocas de fuego. La arqueología ha documentado algunas de estas transformaciones producidas a caballo de los siglos XV y XVI (Villada, 2013a). Es el caso de la apertura de troneras o el ensanchamiento de algunas torres en el frente norte de la fortificación. También son visibles en el lienzo occidental en el que la cubierta, al menos en algunos puntos, fue protegida con merlones y parapetos adecuados para la artillería. Son tiempos de cambio en el arte de la guerra en el que el aumento de la potencia de fuego así como su mayor eficacia y control sobre el tiro provocaban el ensayo de nuevas soluciones defensivas que, en ocasiones, se tornaban anticuadas a los pocos años de ser edificadas.

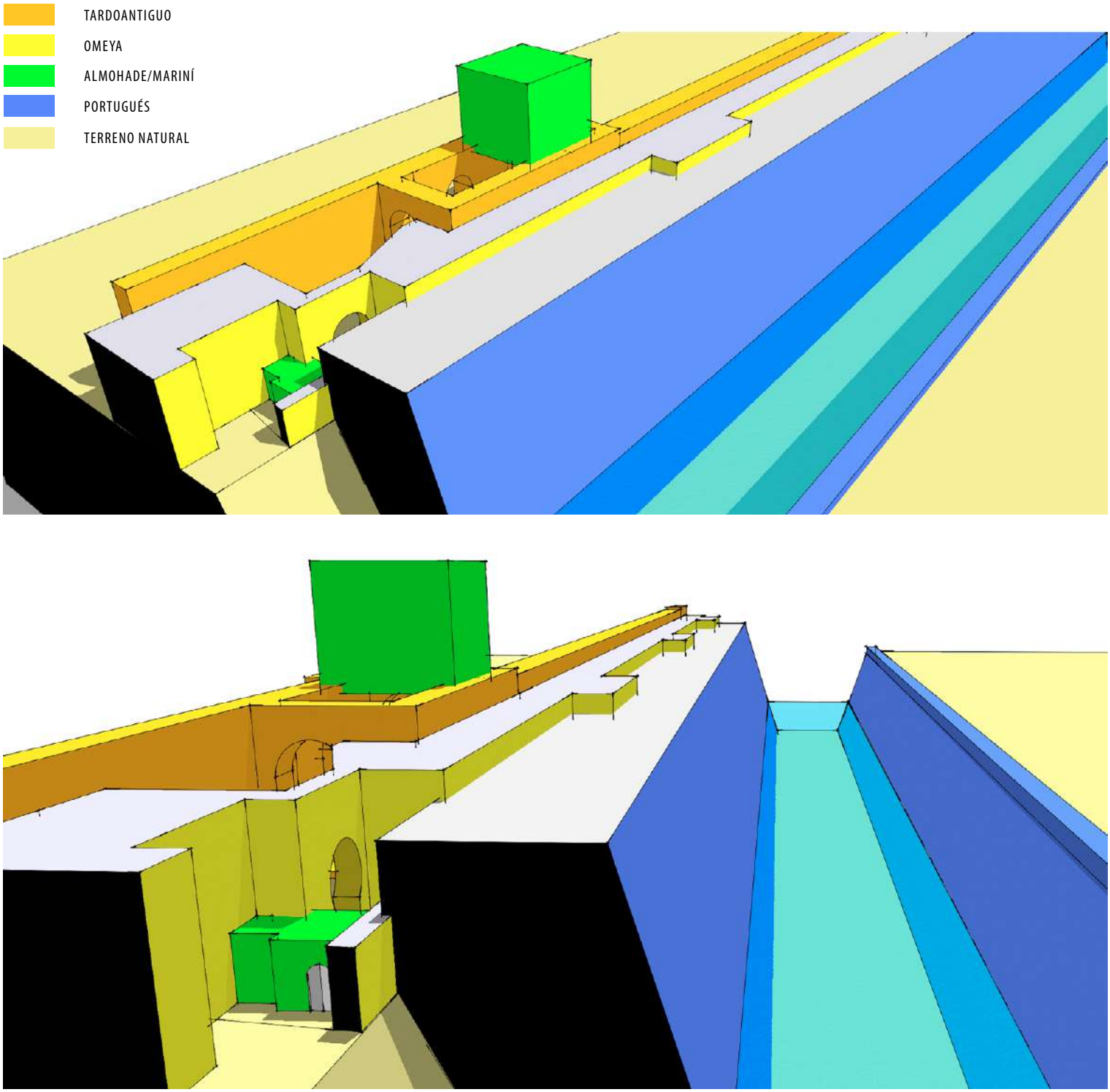
Ante la eventualidad de la pérdida de la ciudad por el ruinoso estado de sus defensas y la amenaza turca en el Mediterráneo occidental puesta de manifiesto por la documentación coeva, D. Juan III envía a Ceuta a los ingenieros Benedetto di Ravenna y Miguel de Arruda. Ambos diseñan un nuevo sistema defensivo que, siguiendo los principios desarrollados por los tratadistas del Renacimiento italiano, garantizase su seguridad. Fruto de esta decisión se construye el dispositivo que hoy conocemos como Muralla Real, compuesto por una alta cortina con dos baluartes en sus extremos, foso navegable y contraescarpa.

La bibliografía sobre este proyecto es abundante pero en los últimos años la investigación arqueológica ha desentrañado preciosos datos sobre el modo en que fueron construidas y las diversas transformaciones sufridas hasta nuestros días (Villada, 2012).

Las fábricas portuguesas fueron levantadas integrando las fortificaciones islámicas en todos los casos documentados. La excavación realizada en el interior del baluarte norte ha recuperado estructuras defensivas omeyas, levantadas a su vez sobre otras anteriores. En el situado al sur, la lectura estratigráfica de paramentos ha permitido identificar un fragmento de lienzo omeya, también construido sobre estructuras más antiguas. Este muro, conservado íntegramente en altura a excepción de su merlatura, fue horadado para permitir el acceso al interior del baluarte. En la cortina, ha sido puesto al descubierto, en buen estado de conservación, un lienzo en el que se abre una puerta con arco de herradura ultrasemicircular que daba acceso al interior de la medina. También se han documentado vestigios del antemuro (Villada, 2014).

El proceso constructivo de la fortificación portuguesa debió ser aproximadamente el que se describe a continuación.

El foso seco medieval fue ampliado notablemente tanto en profundidad, para transformarlo en foso navegable que conectase las aguas de la bahía norte y la bahía sur, como en anchura provocando de este modo la desaparición de la contraescarpa de época omeya.



PROPUESTA INTERPRETATIVA DE LAS FASES CONSTRUCTIVAS DE LA MURALLA REAL CON INDICACIÓN DE SU CRONOLOGÍA.

La cortina fue levantada adelantada respecto a la fortificación omeya. Varias hileras de sillares calizos forman las hiladas iniciales sobre el que se alza una mampostería enfoscada tomada con mortero de cal.

La cortina ataluzada se levanta de este modo inicialmente apoyándose sobre el terreno original. Alcanzado el nivel de este, es decir a la altura de la base de la muralla omeya, la fábrica es ensanchada hasta cubrir el antemuro omeya quedando de este modo un pasillo entre la muralla portuguesa y la medieval islámica. En este espacio se levantan rampas de sólida construcción entre ambos lienzos para permitir el acceso a las zonas más altas utilizadas durante la construcción portuguesa. En las zonas en las que la muralla islámica se adelantaba o en que existían torres, la construcción portuguesa alcanza estas. También se abre una puerta provisional durante la construcción para permitir el acceso al interior desde el exterior al núcleo de esta fortificación. Esta puerta fue posteriormente cegada y enfoscada.

Levantada hasta la cota prevista la muralla portuguesa, la merlatura de la islámica se derriba sobre el pasillo antes señalado rellenándose este con las tierras procedentes de la excavación del foso asegurando de trecho en trecho la cohesión de las viejas y nuevas fábricas con muros de mampuestos perpendiculares que ligan ambas.

Por último, se construyen merlones de perfil curvo y la cubierta que remata toda la construcción. El aspecto actual del frente abaluartado sufrió diversas modificaciones ya en época española.

MURALLAS REALES DE CEUTA EN LA ACTUALIDAD. VISTA PARCIAL DEL CONJUNTO, CON LOS ELEMENTOS PORTUGUESES EN TORNO AL FOSO NAVEGABLE.

En el siglo XVIII la construcción de nuevas líneas adelantadas trajo como consecuencia una elevación general de la cota de la muralla portuguesa para permitir el fuego de la artillería desde este lugar superando estas nuevas líneas. Los merlones curvos fueron sustituidos por otros de perfil en ángulo y la solería que remataba la cubierta sustituida por un suelo de tierra para evitar los daños que provocaban los impactos enemigos al estallar sobre él pues levantaban múltiples esquirlas que actuaba como metralla que diezmaba a los defensores. Esto ocasionó la elevación de la altura de la cortina y de los baluartes para permitir hacer fuego por encima de las líneas exteriores levantadas para hacer frente al cerco a que se vio sometida la ciudad.

Por último, también en esta misma centuria, se adosan a la cara interna de la muralla una serie de bóvedas destinadas a alojar a las tropas de refuerzo de la guarnición en caso de necesidad.

La pérdida de interés defensivo de este frente occidental tras el traslado a su actual emplazamiento del límite fronterizo en 1860 y la ocupación de estos espacios para otros fines motivó el derribo de estos merlones en su mayor parte que fueron restituidos nuevamente, ya en ladrillo, en la década de los sesenta de la centuria anterior.

Como resultado de la construcción de la Muralla Real Ceuta aseguró su defensa y pudo hacer frente a cercos de gran importancia como el realizado por las tropas de Muley Ismail entre 1694 y 1727.

ALZADO DE LA PUERTA CALIFAL, CONSERVADA TRAS LA CORTINA DE LA MURALLA REAL (RESTITUCIÓN S. MÁRQUEZ Y P. GURRIARÁN)

UN TRAMO SINGULAR DEL FRENTE NORTE DE LAS MURALLAS DE CEUTA: LA PUERTA DE SANTA MARÍA.

José Suárez Padilla, Fernando Villada Paredes y Gabriel Fernández Ahumada

Las murallas de la Ciudad, denominación del Istmo en el periodo luso, son obra de origen medieval islámico que reforzaban en algunos tramos estructuras tardoantiguas (Hita et al., 2008).

Dejando de lado estos precedentes clásicos de los que sabemos poco aún, la primera cerca conocida se fecha en el periodo omeya y es fruto de la iniciativa del califa cordobés Abd al-Rahman III que concluyó su hijo al-Hakam II.

Lo conservado de este periodo en el frente septentrional es un lienzo de aproximadamente 30 metros reforzado con dos torres de planta rectangular. Fue levantado en sillería aparejada a "soga y tizón" tomada con mortero de cal. De su extremo oeste partía una coracha en dirección al mar que protegía una playa usada como pequeño embarcadero, conocida siglos más tarde como Ribera de Santa María (Hita et al., 2008).

Estas defensas sufrieron diversas modificaciones, especialmente significativas cuando, tras la conquista portuguesa de 1415, este frente norte fue adecuado progresivamente al creciente desarrollo de la artillería pirobalística. Una adaptación ejemplificada en el ensanchamiento de algunas torres y en la apertura de troneras (Villada, 2013a).

El paso del tiempo y la incesante acometida del mar terminó por comprometer su estabilidad hasta tal punto que su base debió ser reformada en el siglo XVIII. Ya en el XX nuevas necesidades urbanísticas provocaron tanto su parcial demolición como el ocultamiento de estos ancianos muros y torres. En 2004 la Ciudad Autónoma promovió un proyecto de rehabilitación que permitió su recuperación.
Como apoyo a esta intervención se realizó una excavación arqueológica en el entorno de uno de sus más singulares elementos, la puerta de Santa María. Esta puerta que se abría sobre la playa antes mencionada se cree fue el lugar de ingresó en la plaza de la imagen de Santa María de África, patrona de Ceuta, enviada por el infante D. Enrique.

Esta actuación, dirigida por J. Suárez Padilla, permitió documentar una secuencia cuyos momentos más antiguos correspondían a la construcción del lienzo y torres omeyas pudiendo ser recuperados más de cuatro metros de su primitivo alzado.

En época moderna, se remodeló la rampa que conducía de la playa hasta la puerta. Además fue levantado su muro exterior con mampostería diversa ligada con argamasa.

En la intervención arqueológica se identificaron también varios suelos en esta rampa. Sobre el más antiguo se localizó una escudilla levantina con decoración azul y dorada fechable en el siglo XV d.C. junto a otras piezas que corroboran esta datación. Este primitivo suelo de mortero fue sustituido por otros de tierra y empedrado de cantos por último.

La rampa conducía, como dijimos, a un vano abierto en la muralla medieval. Esta puerta, que quizás sustituyese a una anterior, tiene una anchura de 3 m y un alzado conservado de 2 m y está construida con sillares achaflanados de arenisca gris.

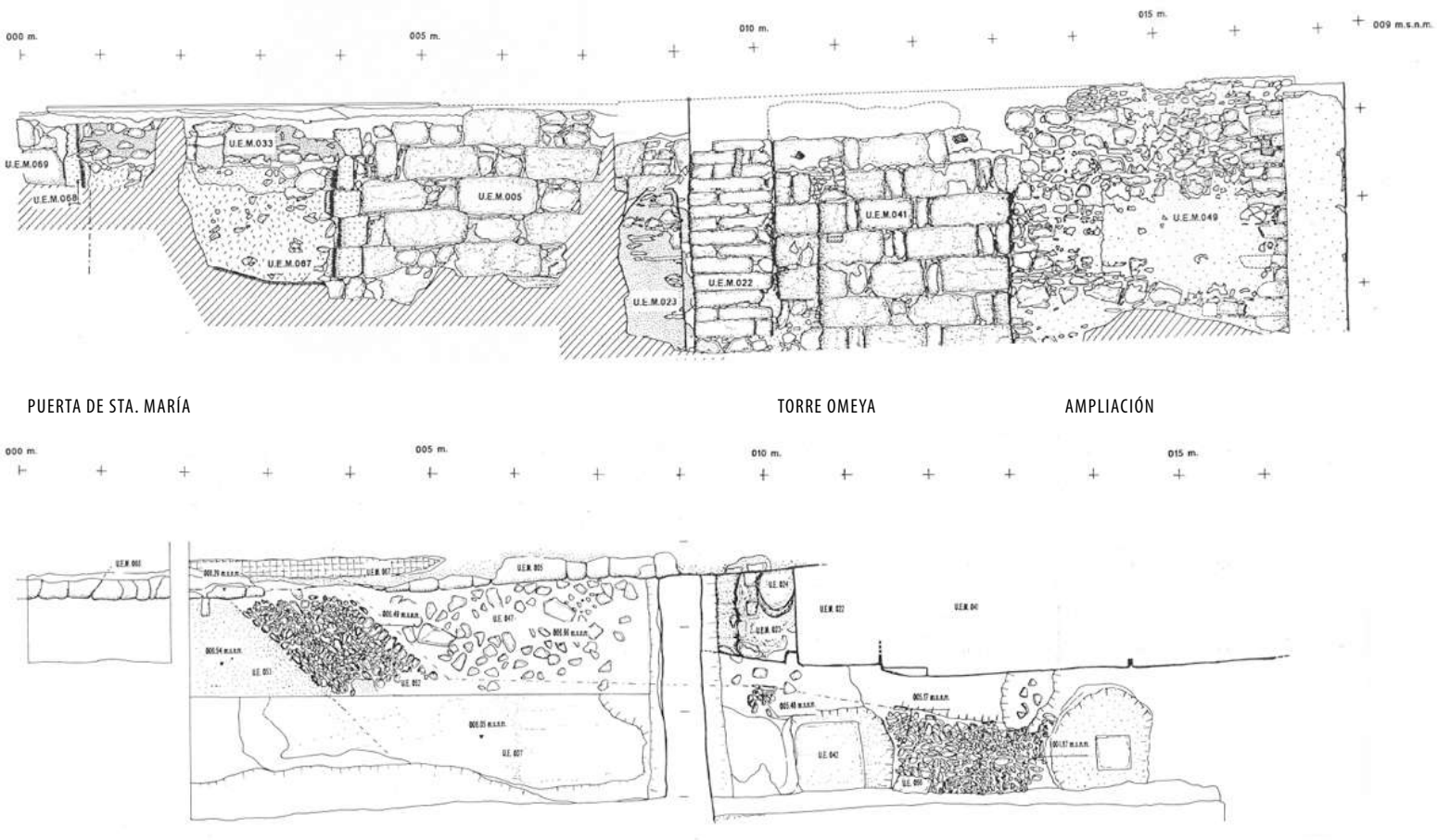
En paralelo a la construcción de la rampa y de la puerta, se reforzó una antigua torre califal ensanchándola considerablemente, de modo que quedó encastrada entre dos muros levantados con hiladas de sillares estrechos, entre 70 y 100 cm de longitud y una anchura de 20 cm, usados como refuerzo en sus esquinas. Tras la remodelación, esta torre recuerda, en cuanto a sus dimensiones, a la vecina del Miradouro.

El aspecto de la puerta de Santa María es conocido gracias a la cartografía histórica. Un plano del siglo XVIII la representa como un arco de medio punto con una luz de aproximadamente cuatro metros. A partir de este arco se desarrolla una bóveda cuya cota ascendía hasta alcanzar la altura de la plaza de África.

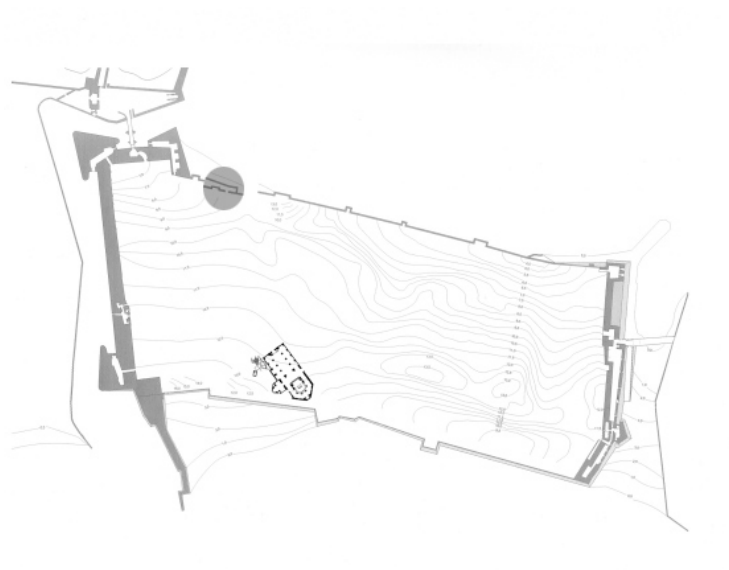
Sobre la fecha de construcción de la Puerta de Santa María la arqueología no ha podido aportar datos precisos.

Es muy probable que tuviese un origen medieval como parece desprenderse de la tradición que señala que fue usada para conducir la imagen de la Virgen de África al interior de la Ciudad. Sabemos con seguridad, gracias a la representación del Libro de los navegantes de Piri Reis, que a fines del siglo XV se encontraba en uso y que su aspecto no debió modificarse durante esa centuria pues la encontramos dibujada con similar apariencia en el grabado de Ceuta incluido en el Civitates Orbis Terrarum de Georgius Braun. Además, al describir la reforma llevada a cabo bajo el reinado de Manuel I, Correa da Franca recoge que tendrá "la cara que mira al norte, con la longitud de doscientas setenta y dos toesas, y la que mira al sur con la de doscientas treinta y dos, dejando las puertas de estos muros sin tocar" (Correa da Franca, 1999: 159), lo que parece indicar que ambas puertas existían con anterioridad.

Señalemos por último que un pequeño sondeo realizado en la base de la muralla norte permitió poner al descubierto su cimentación realizada con sillares de caliza de notable tamaño similares aparentemente a los que se observan en la base de la Muralla Real.

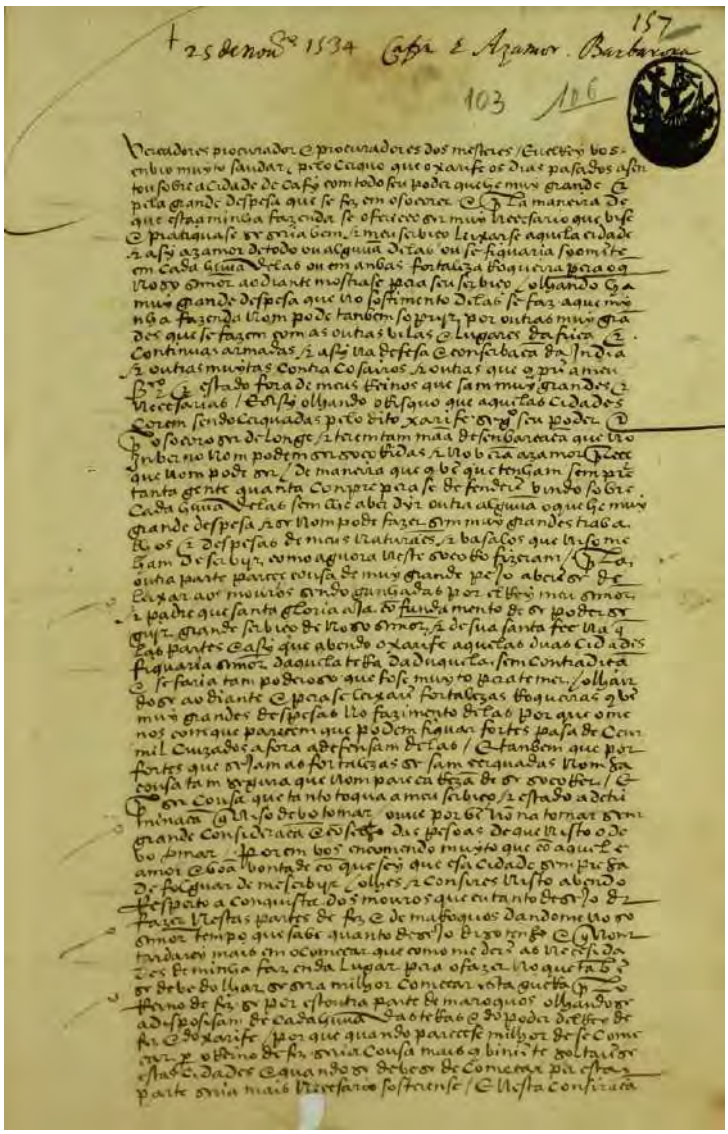


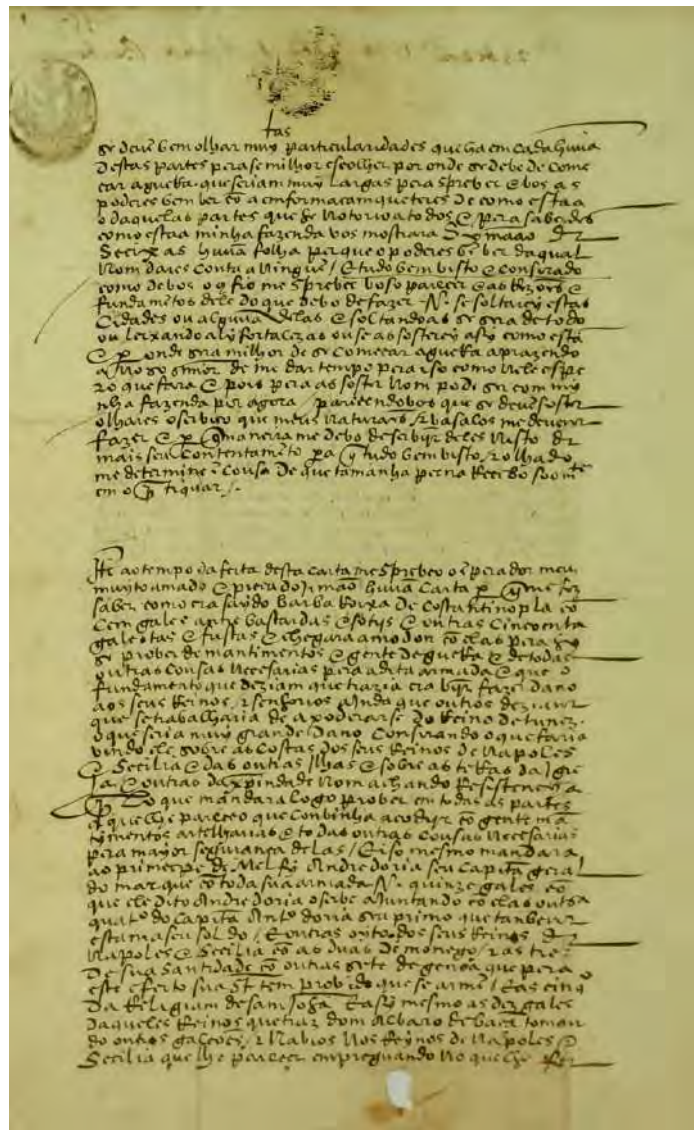
PLANTA Y ALZADO DE LA PUERTA DE SANTA MARÍA

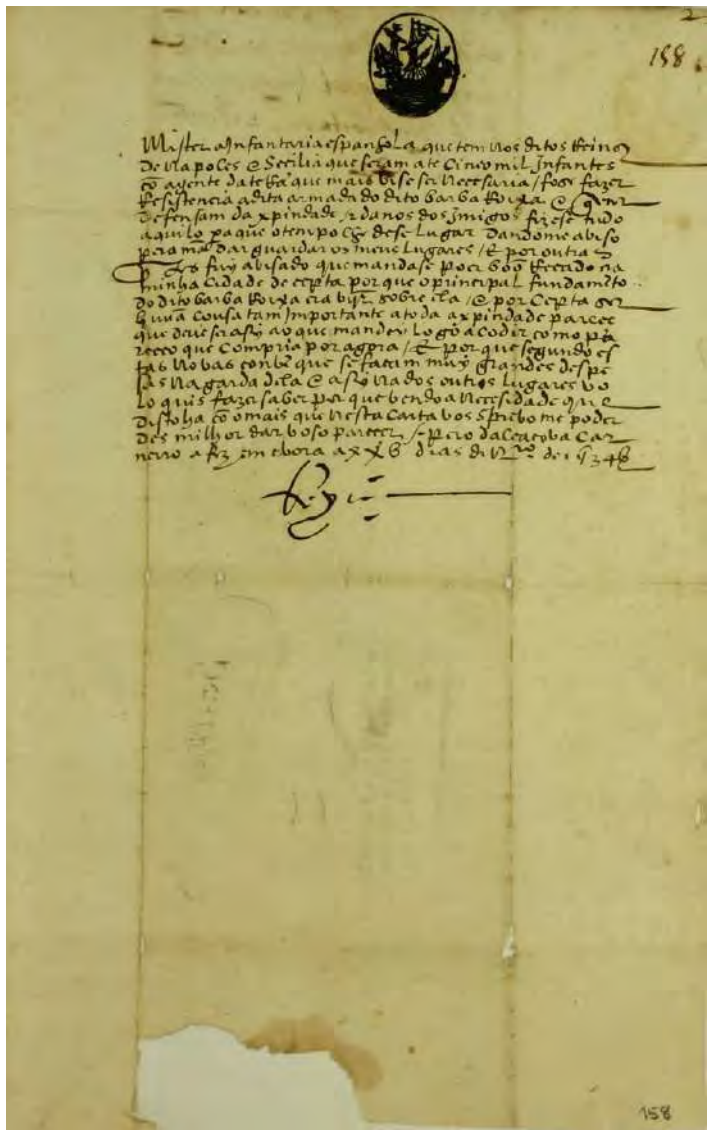


SITUACIÓN Y VISTAS ACTUALES DE LA PUERTA DE SANTA MARÍA

GUERRA E
EQUIPAMENTOS MILITARES







CARTA DO REI D. JOÃO III À CIDADE DE LISBOA, PEDINDO PARECER SOBRE A CONTINUAÇÃO DA GUERRA NO NORTE DE ÁFRICA E ORDENANDO A DEFESA DE CEUTA PARA PREVENIR O ATAQUE DA FROTA DE BARBA ROXA.

Papel
Évora. 1534 novembro 25
29,3 x 19,0 cm
Livro 2º de D. João III, f. 157-158v.
Arquivo Municipal de Lisboa

"[f. 157v.] […] Item ao tempo da feita desta carta me escrepveo o Emperador meu muyto amado e precado irmão huũa carta per que me faz saber como era saydo barba Roxa de Costantinopla com cem gales […] [f. 158] E por outras partes fuy avisado que mandase poer boom recado na minha cidade de cepta porque o principal fundamento do dito barba Roxa era vyr sobre ela / E por Cepta ser huũa cousa tam importante a toda a Cristandade parece que deve ser asy ao que mandey logo acodir como pareceo que compria por agora / E porque segundo estas novas convem que se façam muy grandes despesas na guarda dela E asy na dos outros lugares vo lo quis fazer saber por que vendo a necesidade que disto há com o mais que nesta carta vos escrepvo me podes desmilhor dar voso parecer […] Rey".

VERSO

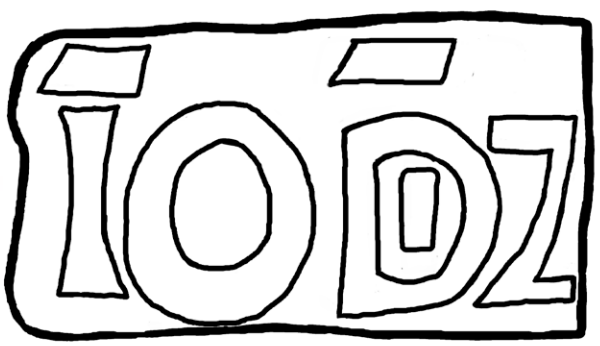
Bronce
Portugal
1548-1575
Litoral de Ceuta. Bahía norte
C: 159 cm; Calibre 5,0 cm; Ánima: 110 cm (22 calibres);
Eje de muñones: 21 cm; D muñones 4,5 cm; Vuelo de los muñones: 5 cm; Cmax recámara 36 cm; Lmax recamara: 12,5 cm; A escudo de las armas de Portugal: 6,5 cm; A esfera armilar: 7,6 cm; C y L cartela del fundidor: 7,5 x 3,5 cm.
Museo de Ceuta (3.428)

Brocal recto y ánima lisa. La tulipa se encuentra delimitada por dos molduras, la primera de mayor grosor. Refuerzo poco marcado en la superficie de la pieza en el lugar donde se ubican los muñones. En la cámara 3 aberturas rectangulares. La inferior, de 10,5 por 4 cm tenía como función facilitar la extracción de la alcuza. Las 2 laterales, de 9,3 por 4,5 cm, servían para asegurar la alcuza con la carga de pólvora. En la culata una abertura circular para el encaje de la rabera, no conservada. En el interior del ánima, en la zona cercana a la boca conserva alojado un proyectil de hierro. En la parte superior de la caña, tras la tulipa el escudo de las armas de Portugal y tras este esfera armilar. Luego, cartela con la marca del fundidor IODIZ, de Joao Dias (Hita y Villada, 1998: 89; Villada, Hita y Suárez, 2011).

El control de las aguas del Estrecho de Gibraltar fue un objetivo esencial de la Corona portuguesa desde la misma conquista que se mantuvo durante todo este periodo. Para conseguirlo era necesaria la participación de una flota con los medios adecuados. Este control no sólo permitía asegurar el abastecimiento y la defensa de la plaza, fundamental debido a su emplazamiento ultramarino, sino que también posibilitaba convertir su puerto en un punto de escala de la navegación mediterránea y por supuesto ejercer un beneficioso corso.

La necesaria innovación en las naves, con embarcaciones más rápidas y maniobrables, también fue acompañada con la consiguiente adecuación y mejora en su capacidad ofensiva, especialmente debido a los avances experimentados en la artillería, ya desde el siglo XV. Para la guerra en el mar los navíos más apropiados fueron la carabela, el galeón entre los de vela y la galera, fustas y bergantines los de remo (Domingues, 2006). Con todo, dadas las características de la navegación por el Estrecho, es de suponer que fuesen navíos de pequeño tamaño y gran maniobrabilidad los más utilizados en las costas ceutíes. Algunas de las piezas artilleras más utilizadas en estas naves fueron el falconete y el verso. Básicamente la diferencia entre ambos venía dada por sus dimensiones, siendo de menor calibre el verso. Aunque empleados también en tierra, los versos cumplían su función principal en la borda de los navíos. Las ordenanzas señalan que todas las piezas abiertas que eran servidas con cámaras (todas las de retrocarga) debían estar en cubierta puesto que el humo que se producía durante el disparo impediría ver a los servidores en el caso de estar en el interior. El montaje sobre horquillas confería a estas piezas una extrema movilidad, hecho fundamental en los combates navales. Aunque sin un excesivo alcance, su facilidad de manejo, rapidez de carga y posibilidad de ángulos de tiro muy amplios la convirtieron en un arma fundamental. Su cometido principal era diezmar la tripulación de la nave a abordar. Fueron utilizados en todo tipo de embarcaciones, tanto galeones, naos, carabelas, etc. El hallazgo de ambos versos en aguas de la Bahía Norte de Ceuta no deja lugar a dudas en cuanto a su empleo como piezas de artillería naval.

JMHR / FVP


IOD Z

VERSO

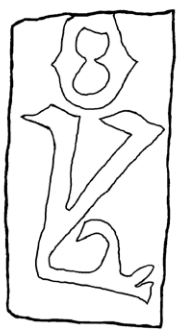
Bronce
Portugal
1518-1524
Litoral de Ceuta. Bahía norte
C: 159,0 cm; Calibre 50 mm; Ánima 110 cm (22 calibres);
Eje de muñones: 23 cm; D muñones: 4,5 cm; Vuelo de los muñones: 5,5 cm; Cmax recámara: 36 cm; Lmax recamara: 13,7 cm; A escudo de las armas de Portugal: 6 cm; A esfera armilar: 7,5 cm; C y L cartela del fundidor: 3,5 x 7 cm
Museo de Ceuta (3.289)

Boca de fuego de retrocarga, de cámara móvil. Lanzaba bodoques de 5 cm. de diámetro. Utilizada principalmente en operaciones navales, situados en la borda de los navíos, aunque no era descartable su uso en tierra.

El brocal es ligeramente abocinado hacia el exterior, el alma es lisa. La tulipa se encuentra delimitada por tres molduras de media caña, la central de mayor grosor que las laterales. Refuerzo poco marcado en la superficie de la pieza en el lugar donde se ubican los muñones. En la cámara 3 aberturas rectangulares. La inferior, de 13,5 por 3,5 cm tenía como función facilitar la extracción de la alcuza. Las 2 laterales, de 9 por 5 cm, servían para asegurar la alcuza con la carga de pólvora. En la culata una abertura circular para el encaje de la rabera, no conservada.

En la parte superior de la caña, tras la tulipa el escudo de las armas de Portugal y tras este esfera armilar. A partir del refuerzo, cartela con la marca del fundidor "Y O", de Joao Alvares.
Estado de conservación regular-malo con superficie muy alterada por corrosión. La visualización de los escudos y cartelas es deficiente.

JMHR / FVP



PASADOR

Aleación de cobre. Fundición a molde
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
C: 4,7 cm; Lmax: 1,4 cm
Museo de Ceuta (15.343)

Pasador con sus dos extremos engrosados y decorados con líneas diagonales en su cara vista, unidos por un eje central cilíndrico. El uso específico de estas pequeñas piezas de metal es controvertido. Se ha propuesto su identificación como elementos de la indumentaria masculina interpretándose como pasadores de capa o de cinturón aunque se conocen también elementos semejantes empleados en los atalajes de caballos.

JMHR/FVP

HEBILLAS (6)

Aleación de cobre / hierro. Una de ellas sobredora. Fundición a molde
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A- Lmax.: 4,3 cm; B- Lmax: 3,6 cm; C- Lmax: 3,4 cm; D- 2,45 cm; E- Lmax: 3,1cm; F- 2,54 cm
Museo de Ceuta (15.333,15.334,15.335,15.336, 15.337, 15.338)

Estas seis hebillas muestran una tipología muy variada. Dos de ellas (A, E) son cuadradas con pasador central, una de ellas decorada con pequeñas incisiones en su cara vista. Otra (F) tiene forma sub-circulas uniendo sus extremos, que cubriría el correaje, con un vástago recto. La B, conservada incompleta y de mejor calidad, está formada por un lado recto para asir la correa desarrollándose la parte vista con un perfil curvilíneo con apéndices decorativos en su lateral y decoración incida. La hebilla C es la más completa. Tiene forma sub-circular achatada con pequeño apéndice y conserva la aguja y una pequeña placa compuesta por dos láminas a la que quedaría sujeto el extremo del correaje. Por último, la marcada con la letra D pertenece al tipo conocido como "pasadores en T", un modelo que se remota al menos al mundo romano sin apenas variaciones. El uso de este tipo de hebillas estuvo muy extendido en la indumentaria civil y militar tanto en el vestido como en el calzado e incluso formando parte de los arneses de la caballería.

JMHR/FVP

APLIQUE CON REMACHES

Aleación de cobre. Fundición a molde.
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
C: 8,9cm; Cmax: 10,95 cm;
At(remache): 1,8 cm
Museo de Ceuta (15.344)

Pieza de forma aproximadamente triangular con lados curvos que remata en uno de sus vértices en dos apéndices horadados. La cara superior es lisa y en la inferior presenta tres puntas dobladas.

JMHR/FVP

APLIQUE

Aleación de cobre. Fundido a molde.
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Ccons: 3,3 cm; Lmax: 3,1 cm
Museo de Ceuta (15.345)

Aplique de cinco brazos engrosados en su extremo con orificio destinado a la fijación. Roto en su extremo. Una de sus caras es lisa en tanto que la destinada a ser vista tiene cierto relieve. Es difícil determinar el uso de esta pieza aunque quizás es posible esté relacionada con los jaeces o guarniciones de las caballerías.

JMHR/FVP

APLIQUE CINTURÓN

Aleación de cobre. Fundición
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A: C: 4,2 cm; Lmax: 1,8 cm
B: C: 2,1 cm; Lmax: 1,4 cm
Museo de Ceuta (15.347)

Aplique de cinturón formado por dos piezas. La primera, alargada y de perfil sinuoso, se abre parcialmente en dos hojas para fijar el correaje que se asegura con un pasador en su extremo que penetra a través de un orificio practicado en uno de sus remates. En el lado opuesto tiene una anilla o aro que sirve para encajar la segunda pieza, en forma de S. Una de las caras de la pieza mayor es lisa mientras que la opuesta presenta un motivo decorativo de difícil interpretación. En los extremos se ubican, enfrentados una pareja de líneas curvadas (en forma de "C") rematadas por un engrosamiento circular dispuestas una encima de otra. En el espacio central aparecen tres motivos en el que el situado en el extremo donde la pieza se uniría con el correaje es un círculo. El del extremo opuesto y central, parecen ser figuraciones pero su deterioro impide asegurar el motivo representado.

Se conservan representaciones pictóricas en las que piezas similares a la de la muestra rematan cinturones de cuero aunque también se ha propuesto que fuesen utilizadas para sostener las vainas de dagas u otras armas blancas.

JMHR/FVP

CONTERAS (3)

Aleación de cobre, sobredorado en al menos un ejemplar. Fundición a molde en dos piezas luego soldadas.
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A- C: 4,34 cm: Lmax: 2,86 cm; B- C: 3,3 cm: L: 2,55 cm; C: 4,16 cm; Lmax: 2,2 cm
Museo de Ceuta (A- 15.340, B-15.341, C- 15342)

A- Contera triangular calada rematada en su extremo por un botón y reforzada por un nervio longitudinal. Se conserva únicamente uno de sus lados.
B- Contera de tipo mudéjar fragmentada en su extremo superior formada por una sucesión de arcos, uno de los cuales forma su extremo redondeado y decorada con una acanaladura.
C- Contera triangular sobredorada con remate curvo. En la parte superior se observa un calado en forma de corazón.

Estas piezas metálicas sirven de refuerzo al extremo de la vaina de una espada o puñal y también de cinturón.

JMHR/FVP

HERRADURA

Hierro forjado
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
Lmax: 11,2 cm; Lmaxcons: 3,4 cm
Museo de Ceuta (15.352)

Herradura en forma U con cuatro claveras en una de sus ramas y la otra perdida en parte.
Los caballos eran esenciales para la defensa y para las almogaverías, rápidas incursiones para obtener botín de diferente naturaleza y/o hostigar a las poblaciones cercanas. Son muchas las citas en las crónicas portuguesas que atestiguan el uso de unidades de caballería en este tipo de acciones.

JMHR/FVP

VIROTES DE BALLESTA (A-C) Y ARPÓN (D)

Hierro
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A: Lmax: 9,0 cm; B: Lcons: 8,6 cm; C: Lmax: 10,5 cm
D: Lcons: 6,8 cm; aleta: 2,2 cm
Museo de Ceuta (15.353, 15.354, 15.355, 15.356)

Tres puntas de virotes con cabeza maciza de sección triangular (Comprobar) prolongada en un tubo o cubo hueco destinado a insertar un astil de madera. Arpón o punta de flecha de una única aleta y tubo para engastar en un vástago de madera.

Estas piezas vinculadas al equipamiento de arqueros y ballesteros son difíciles de datar por el amplio periodo en que fueron utilizadas. En este caso, el contexto arqueológico en que fueron recuperadas permite fecharlas con anterioridad a mediados del siglo XVI, posiblemente en su primera mitad. La importancia de ballesteros y arqueros en la defensa de Ceuta está bien atestiguada en las crónicas del periodo sin que la introducción de armas de fuego supusiera su desaparición. En una carta fechada en 1526 del Capitán de la armada del Estrecho Estevao da Gama enviada a Juan III da cuenta de una acción en las cercanías de la ciudad (Gadaramel) desembarcando con setenta ballesteros y espingarderos.

JMHR/FVP

PROYECTILES (PELOTAS)

Plomo fundido
Desconocido
Primera mitad del siglo XVI
Puerta Califal. Trab. Arqueológicos 2013
A- P: 21 gr; D: 1,5 cm; B- P: 18 gr; D: 1,45 cm; C- P: 53 gr; D: 2,05 cm;
D-P: 20 gr; D: 1,5 cm; E- P: 21 gr; D: 1,5 cm; F- P: 18 gr; D: 1,4 cm
Museo de Ceuta (A- 15.327,B- 15.328, C- 15.329, D- 15.330,E- 15.331, F-15.332)

Proyectiles esféricos y macizos que presentan una rebaba de fundición y la marca del corte con cizalla del sobrante.

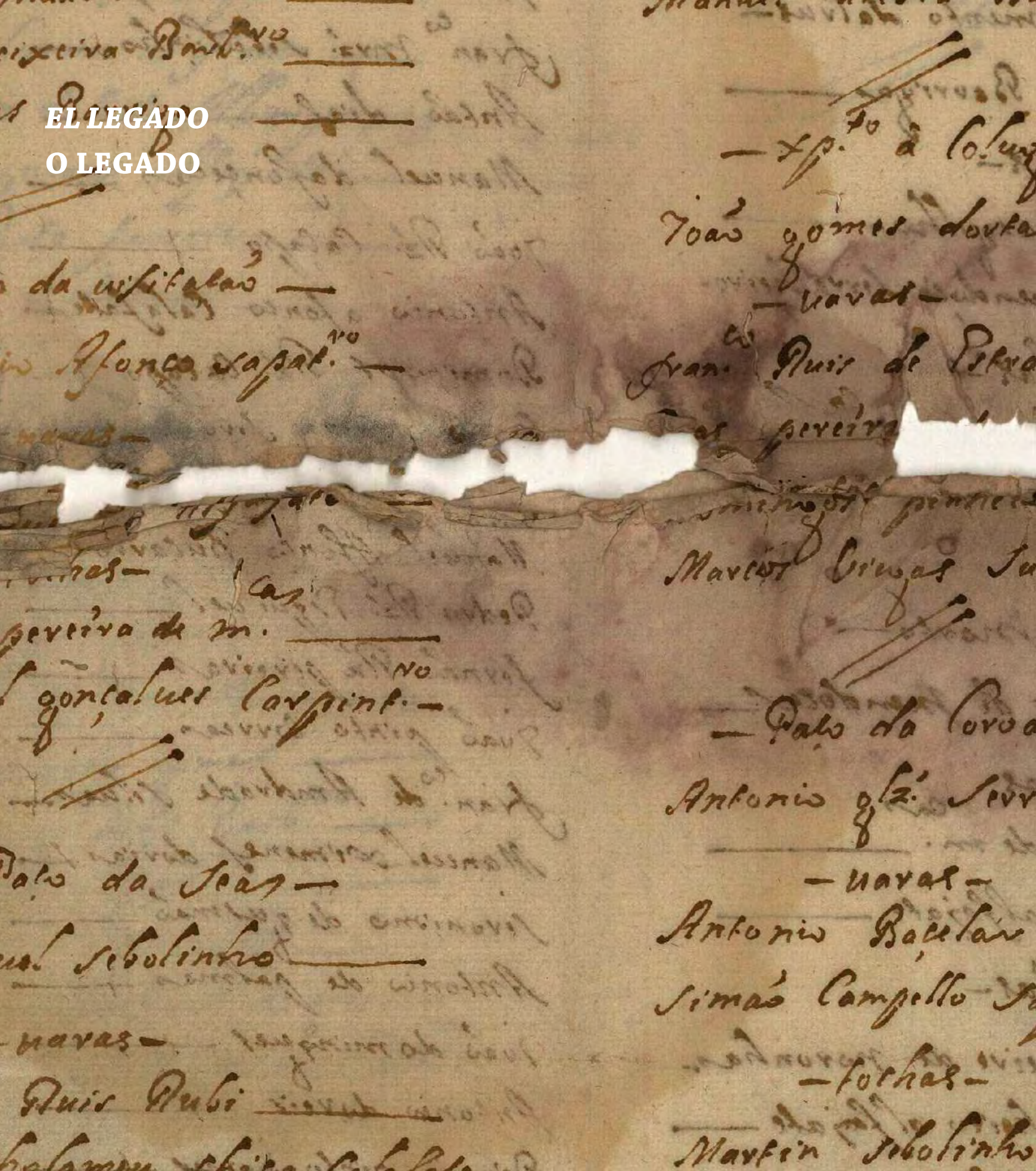
La defensa de Ceuta siempre comprometida por la escasez de hombres y las dificultades de abastecimiento era posible por la protección de las murallas y por la superioridad del equipamiento defensivo de sus habitantes. Una de las armas de artillería portátil que jugarían un papel decisivo en este marco sería el arcabuz.

Estas piezas deben corresponder por su calibre a proyectiles de este tipo de arma de avancarga. A menudo estas pelotas eran fabricadas por los propios arcabuceros quienes provistos de una turquesa o tenacilla fundían las piezas de plomo que se les entregaban para proveerse de su propia munición. Provistos de dos recipientes, uno para la munición y otro para la pólvora, los soldados hacían frente a los ataques enemigos.

JMHR/FVP

PROJÉCTEIS

Chumbo (A) e Ferro (B e C)
Séculos XVI-XVII
Cais do Sodré. Trab. Arqueológicos 1994
A- D: 1,6 cm; B- D: 9,5 cm; C- 8,5cm
Centro Nacional de Arqueologia Náutica
e Subaquática-DGPC (A: MCS 95 07;
B: CNANS RES 434; C: MCS 95 08)



EL LEGADO

O LEGADO

O LEGADO:
DE LISBOA A CEUTA E AO MUNDO

José Manuel Garcia

Sobre o legado das relações entre Portugal e Ceuta muito haveria a dizer mas temos de nos conter no selecionar de alguns tópicos que se podem figurar como dos mais significativos para ilustrar tal legado.

Podemos assim começar por observar a bandeira de Ceuta e admirar nela a presença de uma forte componente portuguesa, não apenas no seu símbolo heráldico, onde estão colocadas as armas reais portuguesas, mas também as suas cores, que são as da bandeira de Lisboa, quartelada de quatro peças de branco e quatro de negro, a qual foi arvorada aquando da sua conquista em 1415. Esta realidade demonstra bem quão fundamental é a marca de Portugal na História desse território que esteve sob seu domínio até 1640.

A ligação de Ceuta a Lisboa é muito forte pois foi desta cidade que em 25 de julho de 1415 saiu a expedição que foi à sua conquista. A capital portuguesa era então, no dizer de Fernão Lopes "grande cidade de muitas e desvairadas gentes", o que atesta a sua diversidade populacional e cultural. A poderosa armada era liderada por D. João I e manifesta a força e vontade desta que era a maior iniciativa militar que até então partira da cidade. Ao deixar então o Restelo o rei e os seus companheiros tinham por objetivo um grande empreendimento revelador de uma forte capacidade de organização e a definição de uma estratégia que se viria a revelar de grande alcance.

A tomada de Ceuta pelos portugueses em 21 de agosto de 1415 assumiu um significado muito especial na História pois foi esse ato que marcou o início do processo da expansão de Portugal pelo mundo. Com efeito foi na sequência desta realização militar, ainda de cariz medieval e com intuitos ideológicos de reconquista, visando a constituição de um Algarve de Além-Mar, que se vieram a realizar outras ações que consolidaram tal processo. Nessas ações o infante D. Henrique teve um papel preponderante desde que em 18 de fevereiro de 1416 foi encarregado pelo seu pai D. João I de "todalas cousas que cumprem pera a dita nossa cidade de Ceuta e para sua defensão". Com efeito foi ele quem veio a promover as viagens para sul de Marrocos que visavam determinar até onde ia o poder islâmico. Tais viagens começaram por se realizar numa fase inicial a partir de Lisboa tendo-se revelado decisivas para o começo do descobrimento do mundo. Recorde-se que foi Gomes Eanes de Zurara quem declarou ter sido o infante que, "depois da tomada de Ceuta sempre trouxe continuadamente navios armados contra os infiéis; e porque ele tinha vontade de saber a terra que ia além das ilhas de Canária e de um cabo que se chama do Bojador, porque até aquele tempo, nem por escritura nem por memórias de nenhuns homens, nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia além do dito cabo". Foi devido ao seu empenho que em 1434 se conseguiu ultrapassar tal obstáculo físico e psicológico. Lembremo-nos ainda que segundo o referido cronista a terceira razão que alegou para explicar porque é que o infante iniciou os Descobrimentos: "foi porque se dizia que o poderio dos mouros daquela terra de África era muito maior do que comummente se pensava, e que não havia entre eles cristãos, nem outra alguma geração. E porque todo sisudo, per natural prudência, é constrangido a querer saber o poder de seu i(ni)migo, trabalhou-se o dito senhor de o mandar saber, pera determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis". Foi, pois, o desejo de alargar o perímetro defensiva da área de Ceuta e antes de se manifestar a vontade de ampliar as conquistas no Norte de África, que se veio a traduzir na expedição a Tânger em 1437, um dos fatores decisivos a levar os portugueses cada vez mais para sul.

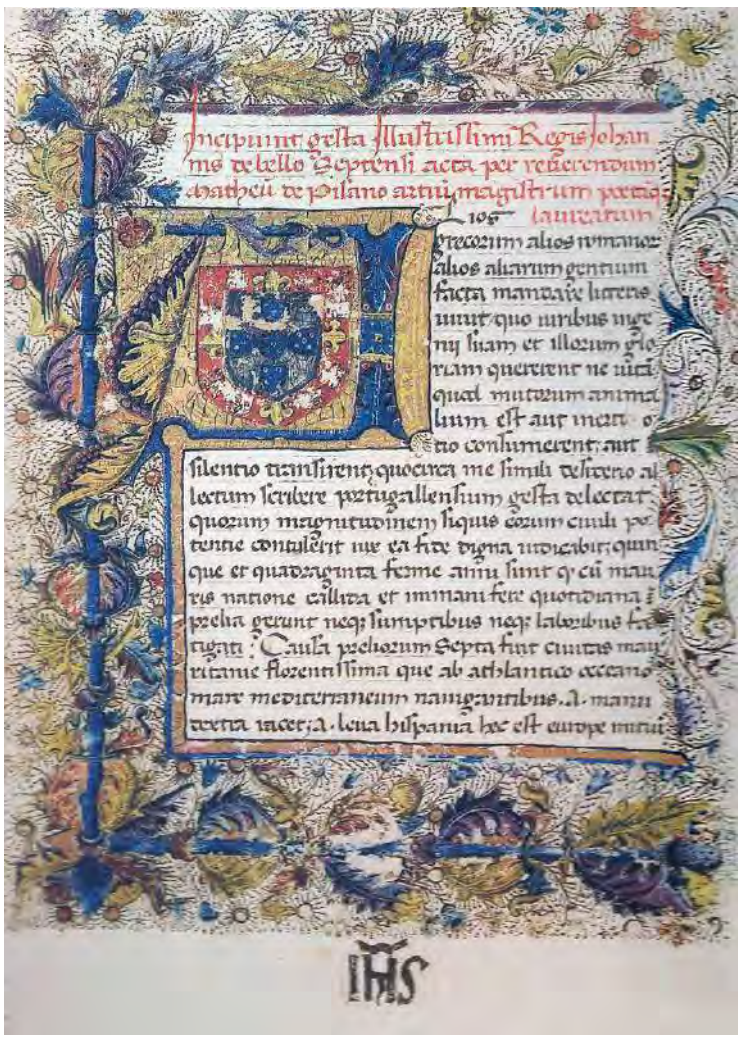
A revelação de litorais desconhecidos até ao século XV não mais parou indo os portugueses sempre mais longe, não apenas em África mas também do outro lado do Atlântico, nas Américas e mais longe na Ásia. Foi o início dessa revelação da Terra que levou a um processo muito mais amplo que pode ser denominado de mundialização, o qual passado cem anos depois da conquista de Ceuta se expressou na circunstância de os portugueses já terem chegado à China, para onde em 1515 D. Manuel enviou uma primeira embaixada portuguesa.

As referências a Gomes Eanes de Zurara levam-nos a uma perspetiva do legado cultural e literário português relacionado com Ceuta pois foi ele quem redigiu a obra fundamental para o conhecimento da sua conquista em 1415 que ficou conhecida por *Crónica da tomada de Ceuta*. Este trabalho foi concluído em 25 de março 1450 quando o cronista estava em Silves, tendo recolhido informações sobre o referido evento junto do infante D. Henrique, o que poderia ter acontecido nomeadamente quando este também por esse tempo aí se encontrava e numa conjuntura em que ele pensara radicar-se em Ceuta. Foi quando esse grande entusiasta da conquista de Ceuta faleceu em 1460 que Mateus de Pisano concluiu em latim a sua obra De *bello septensis*, a qual foi feita a pedido do rei D. Afonso V, de quem fora mestre e era secretário. Este livro enaltece com particular destaque a ação de D. Henrique neste feito, ainda que em geral siga de perto a obra de Zurara atrás citada, resumindo-a e adaptando-a. De assinalar que este livro ficou transcrito num belo códice iluminado coevo.

Além do legado cultural destes trabalhos historiográficos sobre Ceuta é também de sublinhar a passagem de Luís de Camões por esta cidade. Com efeito o maior poeta português esteve aí como militar num período de cerca de dois anos que será situável entre o outono de 1549 e o outono de 1551, tendo sido então que teve a infelicidade de perder o olho direito.

Camões quando esteve em Ceuta escreveu provavelmente uma extensa carta e a elegia II, em cuja dedicatória se lê: "A D. António de Noronha, estando o autor em Ceuta". Aí se encontram os seguintes versos alusivos à sua presença no local: "Subo-me ao monte que Hércules Tebano / do altíssimo Calpe dividiu / dando caminho ao mar Mediterrâneo".

CRÓNICA DA TOMADA DE CEUTA POR D. JOÃO I, TERCEIRA PARTE, POR GOMES EANES DE ZURARA, ILUMINURA S. D., LISBOA, ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, CRN 9



Camões veio ainda a imortalizar o nome de Ceuta a propósito da sua conquista quando a evocou em *Os Lusíadas* (canto 4, 48-49) da seguinte forma:

Não sofre o peito forte, usado à guerra,
Não ter imigo já a quem faça dano;
E assim não tendo a quem vencer na terra,
Vai cometer as ondas do Oceano.
Este é o primeiro Rei que se desterra
Da pátria, por fazer que o Africano
Conheça, polas armas, quanto excede
A lei de Cristo à lei de Mafamede.

Eis mil nadantes aves pelo argento
Da furiosa Tétis inquieta
Abrindo as pandas asas vão ao vento,
Para onde Alcides pôs a extrema meta.
O monte Abila e o nobre fundamento
De Ceita toma, e o torpe Mahometa
Deita fora, e segura toda Espanha
Da Juliana, má, e desleal manha.

DE BELLO SEPTENSI, DE MATEUS DE PISANO, CERCA DE 1460?, BIBLIOTECA DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA, MANUSCRITO Nº1

COLUNAS VINDAS DE CEUTA EM 1415, LEVADAS PARA O CONVENTO FRANCISCANO DE SANTA CATARINA DA CARNOTA E POSTERIORMENTE COLOCADOS NO JAZIGO DO CEMITÉRIO DO ALTO DE SÃO JOÃO MANDADO FAZER EM 1912 POR GUILHERME JOÃO CARLOS HENRIQUES (JOSÉ VICENTE)

INSCRIÇÃO SOBRE A PROVENIÊNCIA DOS COLUNELOS NO REFERIDO JAZIGO (JOSÉ VICENTE)

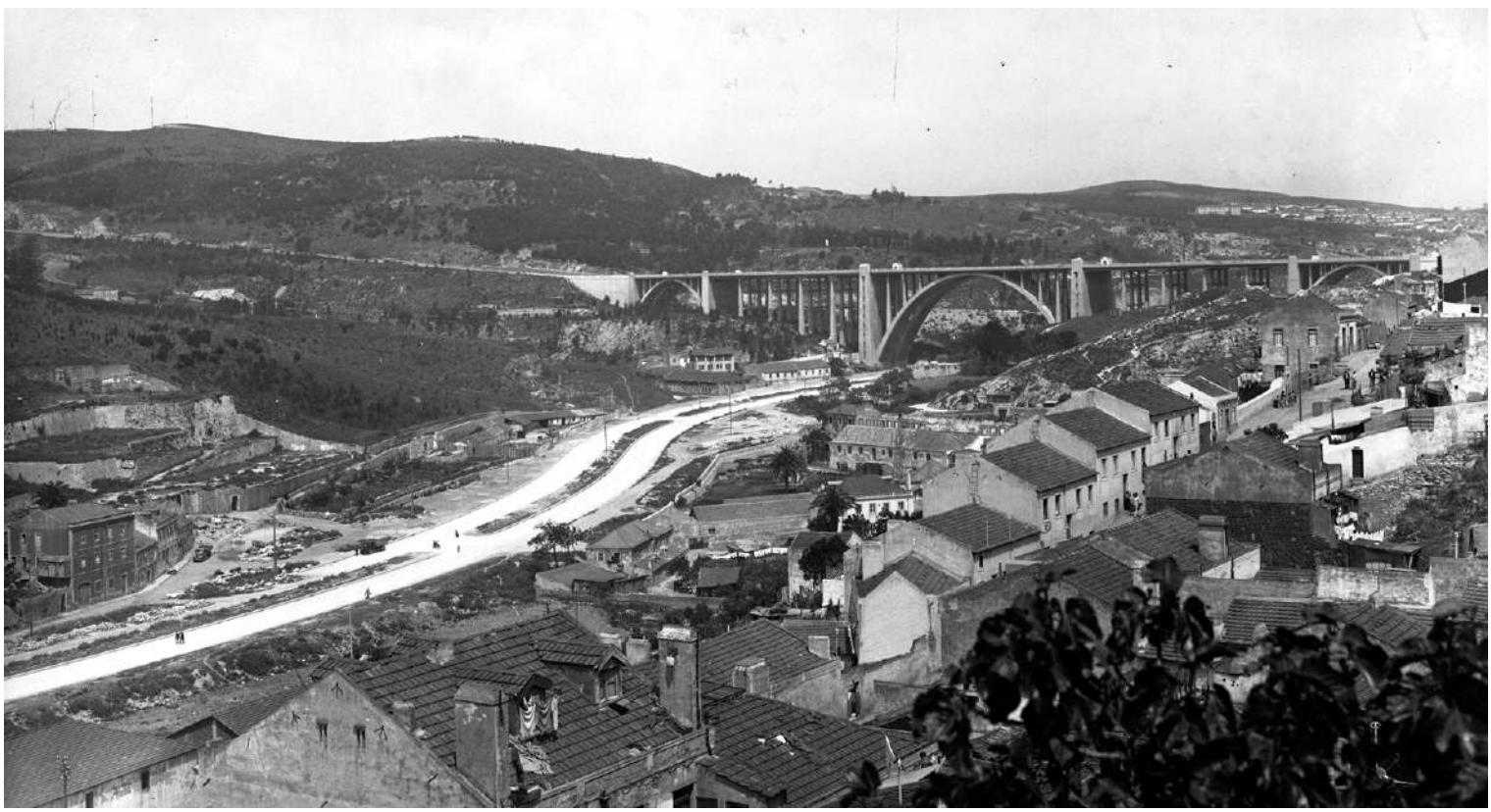
Uma das perguntas que se podem fazer a propósito da conquista de Ceuta é a de saber se em Lisboa teria ficado algum testemunho de tal ação. Curiosamente a resposta a tal questão pode-se encontrar no Cemitério do Alto de São João, no cruzamento das ruas 9 e 28. Aí pode observar-se o jazigo n.º 41 mandado erigir em 1912 por Guilherme João Carlos Henriques, que veio a falecer em 1924, no qual se revela a grande paixão desta personalidade pela História e o seu interesse por Ceuta. Com efeito tal personalidade mandou decorar aquele seu monumento funerário com seis pequenas colunas que fizera trazer da sua quinta da Carnota, no concelho de Alenquer, esclarecendo tal facto e a sua origem numa inscrição ali colocada com grande destaque onde se pode ler: "El-rei D. João I trouxe estas colunas de Ceuta e deu-as à casa da Carnota em 1416".

O fundamento deste registo tem verosimilhança pois Frei Manuel da Esperança ao escrever sobre o convento franciscano de Santa Catarina da Carnota fundado em 1408 registou no segundo tomo da sua História seráfica, publicada em Lisboa em 1666, p. 546, a indicação de que "Doze colunas de jaspe nos trouxe de Ceuta o dito rei D. João quando a foi conquistar, às quais ajuntámos outras quatro de pedra da terra, armando sobre elas todos os arcos do claustro, que não são de muita ostentação". O referido claustro erguido depois de 1415 teria assim ficado com dezasseis colunas, sendo de proporções humildes, como aliás o revela a reduzida dimensão de tais elementos. No século XIX esse claustro foi ficando arruinado daí que o seu proprietário decidiu reaproveitar algumas das suas colunas para decorar o seu jazigo.

Dos vestígios materiais de Ceuta trazidos para Portugal depois da sua conquista em 1415 as referidas colunas serão assim os únicos testemunhos vindos do saque de Ceuta que aqui ficaram, umas em Lisboa e as restantes na Carnota.

A conquista de Ceuta em 1415 foi comemorada em 1915 pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Academia das Ciências de Lisboa que estiveram associadas na evocação dos quinhentos anos desse ato em simultâneo com os quatrocentos anos da morte de Afonso de Albuquerque em 1515. Com esta iniciativa, que se traduziu em várias cerimónias e edições de fontes e estudos, procurava-se mostrar como em cem anos se passara de um evento militar no Norte de África para o culminar da constituição do essencial do denominado Estado da Índia, que resultou da ação daquele famoso governante que levou o poder português de Ormuz a Malaca, passando por Goa.

A Câmara Municipal de Lisboa também não se esqueceu de lembrar em 1915 a conquista de Ceuta pois por deliberação camarária de 4 de Março deste ano deu o nome de Avenida da Conquista de Ceuta a uma das novas avenidas de Lisboa em crescimento, topónimo que foi depois simplificado passando a ser apenas Avenida de Ceuta por edital de 5 de Janeiro de 1971. Desta forma bem podemos dizer que a memória da cidade de Ceuta está bem presente no quotidiano dos lisboetas.



AVENIDA DE CEUTA, EDUARDO PORTUGAL, 1950. ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

EL LEGADO PORTUGUÉS EN CEUTA

José Luís Gómez Barceló

La conquista lusa de Ceuta, en 1415, produjo una enorme transformación de la población, que dejó atrás su pasado como medina, para convertirse en una urbe occidental, con todas las características que se esperaban de una población importante: Ciudad, Plaza y Obispado.

Dos años más tarde, el Papa Martín V, a petición de Juan I de Portugal, le daba el título de Ciudad, y abría las bases para su constitución en obispado, que se haría efectivo en 1420 con la sentencia ejecutoria de Cinta y la designación de Amaro de Aurillac, en 1421 como su primer prelado.

Respecto a la importancia de la Plaza, resulta incontestable ante la elección de su primer gobernador, Pedro de Meneses, tras habérselo ofrecido al Condestable Nuno Alvarez Pereira, hoy venerado como San Nuno de Santa María, y siempre bajo la protección del Infante D. Enrique.

Meneses y sus sucesores reunían el mando político y militar, haciendo de gobernadores civiles y militares, con un pequeño senado o cámara, que fue la base de la junta de ciudad de los Borbones, el ayuntamiento del siglo XIX y la actual asamblea de la Ciudad Autónoma.

Fue también la casa de Avis quien concedió a Ceuta gran parte de sus privilegios, que más tarde constituyeron un complejo sistema de protección de sus habitantes, en el que podíamos encontrar desde la aplicación de la *carta a mitade* o fuero del Baylío, pasando por exenciones de impuestos, tasas y levas, concesión de tensas y moradías, y un largo etcétera. Ese reconocimiento a la extrapeninsularidad continúa siendo hoy la base del hecho diferencial que se recoge en el régimen económico y fiscal propio de Ceuta.

A pesar de las garantías dadas por Felipe IV y la Reina Mariana de Austria, la ciudad experimentará una castellanización paulatina a partir de 1640, de la que sus habitantes se defenderán con memoriales y crónicas. La llegada al trono de Felipe V, y la voluntad expresa de igualar leyes e instituciones del reino afectará también a la ciudad, que poco a poco perdería muchas de sus señas de identidad.

Es conocida la respuesta dada por el obispo de Ceuta, Tomás Crespo Agüero, a la Academia de la Historia de Portugal, en 1727, a una consulta sobre los recuerdos que permanecían en la ciudad del pasado luso: "que los antigos portugueses, que servieron en este antemural, mas cuidaron de eternisarse com sus lanzas, que hacerse memorables con la pluma, por lo que no fixaron inscripciones dentro, ni fuera de las iglesias, ni aun en las nuevas fortificaciones".

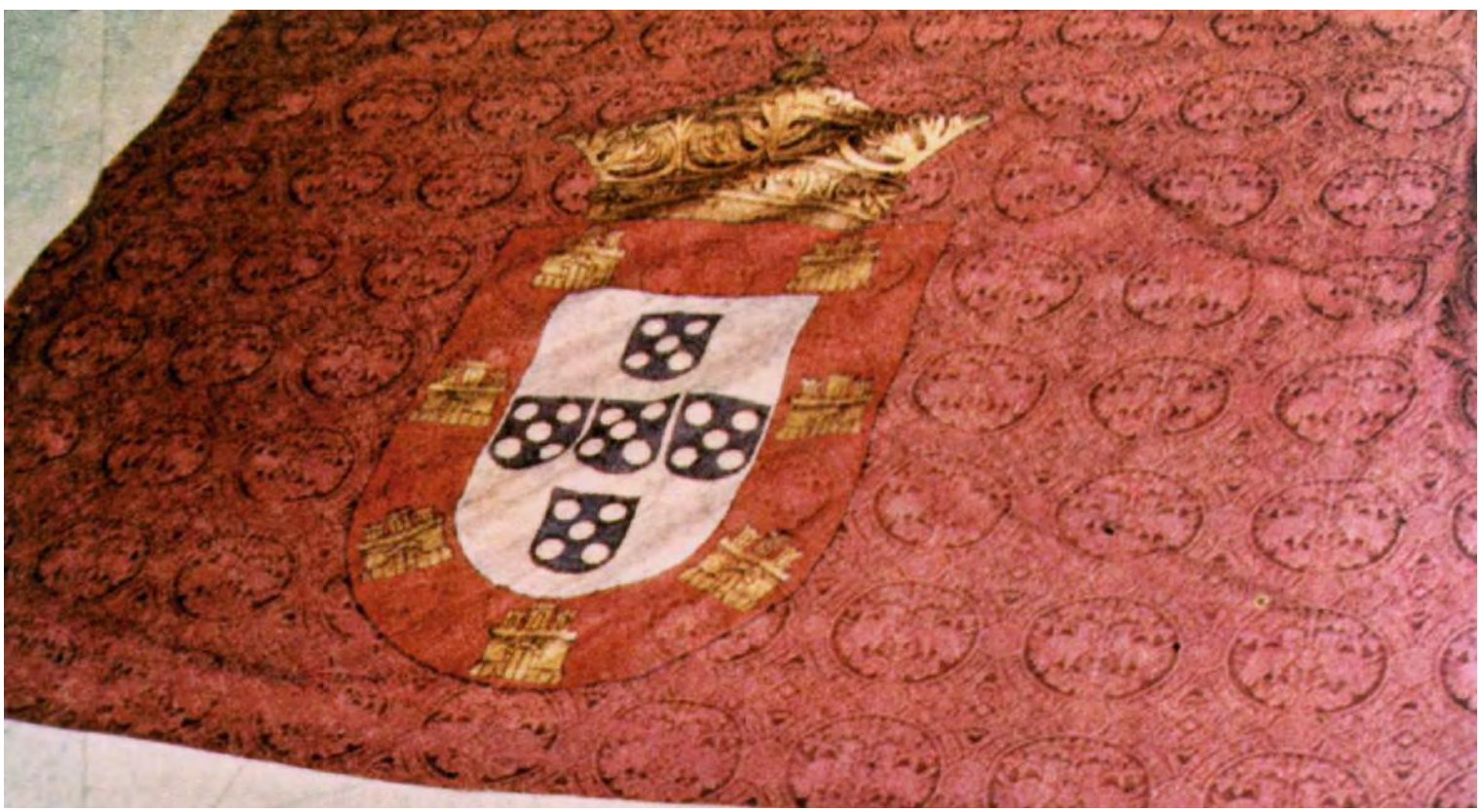
Pero tal cosa no debió ser cierta. La mezquita catedral y los conventos del Espíritu Santo y Santiago estuvieron plagados de lápidas sepulcrales, como también existieron en otros templos, sin que se recuperara para la nueva catedral ni tan siquiera el panteón de los obispos. También hubo crónicas, historias y documentos, aunque fueron eliminados con todo cuidado. Y no podemos olvidar que el nombre de Ceuta está escrito, con letras doradas, en la obra más importante de la literatura lusa, *Os Lusíadas*, por el inmortal poeta Luis de Camoens, que luchó en la defensa de Ceuta.

No es casualidad que los archivos de protocolos notariales como los sacramentales comiencen con el reinado de Felipe I de Portugal, y que sólo contados documentos anteriores hayan pervivido en los fondos diocesanos como en los de la Santa y Real Casa de la Misericordia, institución defensora a ultranza de sus raíces. Si con Felipe I Ceuta perdió su moneda propia, el ceitil –que no el valor especial de la misma- con Carlos II se vio obligada a dejar su lengua. Se facilitó la llegada de castellanos en las nuevas compañías militares y, con el cambio de hábitos de órdenes militares se facilitó la salida de muchas familias nobles con ofertas de prosperidad en el ejército, la administración, la iglesia...

A pesar de todo ello, son muchas las señas de identidad que la ciudad mantuvo del reinado de los Avis. Así, la ciudad adoptó una modificación del escudo de Portugal como propio, y la bandera de Lisboa, que se tremoló en una de las torres de la fortificación en 1415 sigue siendo la de Ceuta. El ceitil es no sólo pieza numismática de colección, sino también un símbolo local, y no lo es menos el bastón de mando con el que toman posesión los generales de la Plaza, el aleo, con el que lo hizo Pedro de Meneses de manos de Juan I en 1415.

Lamentablemente, el Pendón Real bordado por la reina doña Felipa de Lancaster desapareció, siendo sustituido por el que Felipe I mandó en 1580, por mano del duque de Medina Sidonia, con el corregidor Felices de Ureta para la toma de posesión del nuevo monarca. No obstante, mantiene en una de sus caras las armas de Portugal que utilizara el último de los Avis, Sebastián I, cuyos restos reposaron durante algún tiempo en el convento de Santiago, antes de ser llevados a Lisboa en 1582.

La huella lusa se encuentra también en la elección de muchos topónimos como: San Amaro, Santa Catalina, Calamocarro, Desnarigado...; en su callejero: Simoa, Machado, Mendoza, Duarte, Cebollino...; en sus devociones: N.S. de Africa, Santa Catalina, San Antonio, San Amaro, Santa Beatriz de Silva, San Juan de Dios...



COPIA DEL PENDÓN REAL UTILIZADO EN LAS CEREMONIAS OFICIALES.

Es cierto que desaparecido el barrio del Asilo, es decir, la ciudad vieja, no quedan fincas construidas en el período luso, pero no lo es menos que el trazado de esta zona sigue evocando su antigua fisonomía. También es incontestable que buena parte de la fortificación muestra la mano de los ingenieros portugueses, tanto en la construcción de parte de la ciudadela del Hacho, como en la reparación de los muros de la Almina y la Ciudad. Pero lo que nadie duda es que el Foso Real, construido en la primera mitad del siglo XVI por los ingenieros Miguel de Arruda y Micer Benedito de Rávena es el monumento más importante de la ciudad, con un valor sin merma en la comunicación de ambas bahías para las pequeñas embarcaciones.

La historia local mantiene viva la memoria de muchos de sus más gloriosos antepasados como Pedro de Meneses, Santa Beatriz de Silva, el beato Amadeo, María de Eza, Antón de Noroña, Juana Arráez de Mendoza, San Juan de Dios, Isabel Cabral, el mártir del Brasil Manuel Pacheco, Leonor Alonso... Y la documentación parroquial y de la Santa y Real Casa de Misericordia, las genealogías de familias con el apellido Mendoza, Pires, Cebollino, Acevedo, Gonzales, Pacheco...

BANDERA DE CEUTA

Escudos de Portugal continúan en edificios como la Puerta de Santiago o el Museo de Ceuta, y escenas de la conquista se recrean en los óleos de Miguel Bernardini de la Catedral, en las cerámicas de José Abad del Museo de Ceuta o en las vidrieras del palacio de la Asamblea o de la Delegación del Gobierno.

Inclusive, en lo que se refiere a lo que hoy conocemos como patrimonio inmaterial, Ceuta cuenta con actos oficiales que se repiten desde el siglo XV como la toma de posesión de los gobernadores militares con el aleo, o la sabatina que se reza cada semana en el Santuario de N. S. de Africa en memoria del Infante, siendo también de origen portugués las procesiones de Semana Santa, la romería de San Antonio o la ceremonia de tremolar y llevar en procesión el Pendón Real con motivo del Corpus Christi.

El historiador Alejandro Correa de Franca, que reivindicaba la memoria de sus mayores, que dejaron la vida en favor de Felipe IV en la plaza del Rosío, no quería comprender por qué Luis Ribeiro de Mendoza, alférez mayor de la Ciudad, en la proclamación de Felipe de Borbón gritó: *Real, Real, Real, viva don Felipe quinto de Castilla y cuarto de Portugal*. El alférez mayor, que llevaba en sus venas la sangre de tres conquistadores que acompañaron a Juan I en su gesta, también vindicaba las glorias de sus antepasados, considerando su ciudad como el Portugal español.

CEUTA EM 1809

Papel, aguarela
Luís Gonzaga Pereira (Esboços de paisagens de Mediterrâneo e Lisboa, Album)
1809
Museu de lisboa (MC.DES.1631)

Luís Gonzaga Pereira (1796-1868), mais tarde aluno da Aula Pública de Desenho (1811), e "praticante de gravura de pedras finas da Casa da Moeda, na aula regida pelo gravador Simão Francisco dos Santos" (1813), realizou muito jovem, em 1809, uma viagem até ao Estreito de Gibraltar.

Traçou então desenhos com vistas dos mais importantes locais que observou. Tais desenhos encontram-se num álbum conservado do Museu de Lisboa, Palácio Pimenta, intitulado Esboços de paisagens de Mediterrâneo e Lisboa. Teve princípio em 1809, estando num deles a representação de Ceuta com a legenda: "Ceuta presidio dos espanhóis". Trata-se de uma imagem ingénua mas que, ainda assim, é bem significativa face à ausência de iconografia portuguesa sobre esta cidade depois do século XVI (Silva, 1960: 139-50).

JMG

BIBLIOGRAFÍA
BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa, *Chancelaria Régia*, Livro I de D. Manuel, doc. 86 e 87.

Arquivo Municipal de Lisboa, *Chancelaria Régia*, Livro IV de D. Manuel, doc. 39.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Arquivo Povolide*, maço 4, nº2.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv.4, fl. 27.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro I da Estremadura, fl. 160.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 356.

Zillebeke, Jan Taccoen van, 1514. Biblioteca Municipal de Douai (França), Ms. 793.

Fontes impressas

AHP, 2001. *Arquivo Histórico Português*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, edición facsímile | edição fac-similada, vol. III (1905).

Al-Ansari, Muhammad B. Al-Qasim, 1982-83. La physionomie monumentale de Ceuta: un hommage nostalgique à la ville par en de ses fils, *Hespéris-Tamuda*, XX-XXI. Rabat: Faculté des Lettres et des Sciences Humaines / Casablanca: Imprimerie Najah el Jadida, pp. 113-162.

Al-Ansari, Muhammad ibn al-Qasim, 1962. Descripción de Ceuta Musulmana en el siglo XV, ed. Vallvé Bermejo, Joaquín, *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. 27, nº2, pp. 398-442.

Azevedo, Pedro de (ed.), 1915. *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*. Lisboa: Academia das Ciências, Tomo I.

Buarcos, João Brandão de, 1916. Majestade e grandezas de Lisboa em 1552, *Arquivo Histórico Português*. Lisboa: s.n., vol. IX, pp. 9-241.

Buarcos, João Brandão de, 1990. *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Texto impresso com organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.

CML (Câmara Municipal de Lisboa), 1947. *Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis Dom Dinis, D. Afonso IV e Dom Pedro I. Documentos para a História da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CML (Câmara Municipal de Lisboa), 1949. *Livro I de Místicos e Livro II del-Rei Dom Fernando. Documentos para a História da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CML (Câmara Municipal de Lisboa), 1950. *Livro Primeiro do Tombo das Proprieda-des Foreiras à Camara desta muy Insigne Cidade de Lisboa. Documentos para a História da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, vol. I.

Correa da Franca, Alejandro, 1999. *Historia de la muy noble y fidelísima ciudad de Ceuta*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta.

Góis, Damião, 1988. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte.

Leão, Duarte Nunes de, 1783. *Descripção do Reino de Portugal*, 2ª edición | edição. Lisboa: Jorge Rodriguez.

L'Africain, Jean-Leon, 1981. *Description de l'Afrique*, ed. A. Épaulard. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien Maisonneuve.

Lopes, Fernão, 1979. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Civilização.

Martins, Miguel Gomes (ed.), 2010. *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta. Livros I e II de D. João I (1384-1433)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Mascarenhas, Jerónimo de, 1918. *História de la ciudad de Ceuta (1648)*. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa.

MH, 1960. *Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, vol. II.

MH, 1969. *Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, vol. X.

MH, 1971. *Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, vol. XII.

MH, 1972. *Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, vol. XIII.

Münzer, Jerónimo, 1931. *Itinerário*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Oliveira, Cristóvão Rodrigues de, 1987. *Lisboa em 1551: Summario em que brevemente se contem algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte.

Oliveira, Eduardo Freire de, 1887. *Elementos para a História do Município de Lisboa.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, vol. I.

Piccolpasso, Cipriano, 1556/1559. *Li Tre Libri del Arte del Vasajo.* [Consultado em 09 de Julho de 2010]. Disponible en | Disponível em: http://www.remec2000.it/shops/farneti/Piccolpasso2.asp.

Piri Reis, 2007. *Kitab-iBahriye. Libro para navegantes*. Madrid: Fundación Estatal Fomento del Mar.

Resende, Garcia de, 1991. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Silva y Figueroa, Don García de, 2011. *Comentarios de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624)*, ed. Rui Manuel Loureiro, Ana Cristina Costa Gomes e Vasco Resende. Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç.

Stols, Eddy; Fonseca, Jorge; Manhaeghe, Stjin, 2014. *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke* (Cadernos de Cultura, 2ª série, 8). Lisboa: Editora Húmus e Centro de História da Cultura.

Viterbo, Francisco Marques de Sousa, 1922. *Diccionario histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 3.

Zurara, Gomes Eannes de, 1915. *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I.* Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa.

Zurara, Gomes Eanes, 1988. *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, ed. Abade Correia da Serra. Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses.

Estudos

Abreu, Laurinda, 2009. O que ensinam os regimentos hospitalares. Um estudo comparativo entre os Hospitais das Misericórdias de Lisboa e do Porto (séculos XVI e XVII), a partir do Regimento de Santa Maria Nuova de Florença. In *A Solidariedade nos Séculos: a confraternidade e as obras (Actas do I Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto)*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto / Alétheia Editores, pp. 267-285.

Alberto, Edite, 2000. *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*. Tesis doctoral | Tese de doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Almeida, D. Fernando de (dir.), 1973. *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, vol. 5, tomo 2.

Álvarez García, José Javier; García Porras, Alberto, 2000. El ajuar doméstico nazarí. La cerámica de las Huertas del Cuarto Real de Santo Domingo (Granada). In *Cerámica Nazarí y Mariní*. (Transfretana Monografías 4). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 139-178.

Alves, Francisco; Rieth, Eric; Rodrigues, Paulo, 2001. The remains of a 14th-century shipwreck at Corpo Santo and of a shipyard at Praça do Município, Lisbon, Portugal. In Alves, Francisco (ed.), *International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition: Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach* (Trabalhos de Arqueologia 18). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 405-426.

Alves, João 2002. *Approche archéologique d'un chantier naval médiéval. La découverte des vestiges d'architecture navale de la Praça do Município, Lisbonne (Portugal).* Disertación de máster | Dissertação de Mestrado. Paris: Université de Paris I – Sorbonne.

Amaro, Clementino, 2011. Escavações arqueológicas no Aljube. In Rosas, Fernando; Pimentel, Irene (eds.), *Aljube, a voz das vítimas.* Lisboa: Fundação Mário Soares / IHC/ Associação Não apaguem a Memória / Centenário da República / Câmara Municipal de Lisboa, pp.18-29.

Amaro, Clementino; Filipe, Vanessa; Henriques, José Pedro; Manso, Cláudia, 2013. Prisão do Aljube no século XVI – vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola. In Arnaud, José Morais; Martins, Andrea; Neves, César (coord.), *Arqueologia em Portugal, 150 anos, Actas do Iº Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.* Lisboa: Fundação Millenniumbcp, pp. 1019-1024.

Amaro, Clementino; Lourenço, Fernando; Ramalho, Maria, 1995. As Intervenções Arqueológicas no Antigo Convento de S. Francisco da Cidade. In *OBRAÇOM. Museu do Chiado: histórias vistas e contadas*, Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 37-42.

Amaro, Clementino; Luna, Isabel, 2009. *Castelo de Torres Vedras, 2003: Resultado dos Trabalhos Arqueológicos*. [Consultado em 28 de Agosto 2015]. Disponible en | Disponível em https://historiasdetorresvedras.files.wordpress.com /2012/08/castelo.pdf

Amaro, Clementino; Manso, Cláudia; Sepúlveda, Eurico, 2013. Complexo industrial romano de preparados de peixe da Baixa. Sua abordagem a partir de dois novos equipamentos. In Arnaud, José Morais; Martins, Andrea; Neves, César (coord.), *Arqueologia em Portugal, 150 anos, Actas do Iº Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Fundação Millenniumbcp, pp. 755-764.

Amores Carredano, Fernando; Chisvert Jiménez, Nieves, 1993. Tipología de la cerámica común bajo medieval y moderna Sevillana (ss. XV-XVIII): La loza quebrada de relleno de bóvedas, *SPAL*, 2, pp. 269-325.

Araújo, Inês Filipa Meira, 2012. *As tapeçarias da Pastrana: uma iconografia da guerra.* Disertación de máster | Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Augusto, José Manuel Lopes, 1996. *Casa dos Bicos. O espelho da história de uma cidade*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Azevedo, Francisco de Simas Alves de, 1993. Alguma heráldica portuguesa em Ceuta. In Baeza Herrazti, Alberto (ed.), *Ceuta hispano portuguesa: libro colectivo en conmemoración del 575º aniversario de la reconquista de Ceuta por Portugal (21 agosto 1415) y del 350º aniversario de la restauración de la monarquía portuguesa (1 diciembre 1640) en su relación con Ceuta.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 289-298.

Azevedo, José Lúcio de, 1988. *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História***.** Lisboa: Clássica Editora.

Aznar Vallejo, Eduardo, 1997. Corso y piratería en las relaciones entre Castilla y Marruecos en la Baja Edad Media, *España Medieval*, 20. Madrid: Universidad Complutense, pp. 407-419.

Baeza Herratzi, Alberto, 1993. *Ceuta hispano-portuguesa.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

Balado Pachón, A.; Escribano Velasco, Consuelo, 2001. Brazaletes de vidrio de influencia andalusí procedentes del castillo de Portillo (Valladolid). In *Actas V Congreso de Arqueología Medieval Española. Actas.* Valladolid: Junta de Castilla y León, vol.2, pp. 923-930.

Barroca, Mário Jorge, 1989. Sobre a cronologia dos passadores em T, *Arqueologia*, 19. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 147-152.

Barroca, Mário Jorge, 2000. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 3 vols..

Barroca, Mário Jorge, 2003. Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521), *Portvgalia*, XXIV, pp. 95-112.

Barros, António Salgado de, 2014. *O saneamento da cidade pós-medieval: o caso de Lisboa*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros.

Barros, Maria Filomena Lopes de, 2007. *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Benini, Mirella, 1989. *Cerâmica do Renascimento*, 1ª edición | edição, Lisboa: Editorial Presença.

Bernal Casasola, Darío; Pérez Rivera, José Manuel, 1999. Ceuta en época moderna y contemporánea (ss. XV-XX). In *Un viaje diacrónico por la historia de Ceuta. Resultados de las intervenciones arqueológicas en el Paseo de las Palmeras***.** Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 143-159.

Berti, Fausto, 1998. *Storia della Cerâmica di Montelupo. Volume II: La Ceramiche da Mensa dal 1480 alla Fine del XVIII Secolo*. Florença: Editoriale Tosca srl.

Bettencourt, José, 2005-2006. Os vestígios da nau *Nossa Senhora da Luz: resultados dos trabalhos arqueológicos, Arquipélago – História***,** 2ª série, IX-X, pp. 231-273.

Bettencourt, José, 2009. Arqueologia marítima da Ria de Aveiro: uma revisão dos dados disponíveis. In *Octávio de Lixa Filgueiras, Arquitecto de Culturas Marítimas.* Lisboa: Âncora Editora, pp. 165-188.

Bettencourt, José; Carvalho, Patrícia, 2010. A história submersa na baía da Horta: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos no "naufrágio do marfim" (primeiro quartel do século XVIII). In *Actas do V Colóquio "O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX".* Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 139-152.

Bettencourt, José; Carvalho, Patrícia; Caleja, Pedro; Alves, Francisco, 2007. O sítio arqueológico subaquático Arade B, *Xelb*, 6 (Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve). Silves: Museu Municipal de Arqueologia / Câmara Municipal de Silves, vol. II, pp. 257-274.

Boiça, Joaquim M. F., 2011. A Fortaleza Primitiva de S. Julião da Barra 1559-1580. *In Boiça, Joaquim M. (coord.), Oeiras – Encontros de História e Património (1).* Oeiras: Espaço e Memória / Associação Cultural de Oeiras / Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, pp. 207-225.

Bolana, 1914: artigo RBS e ACL sobre HRTS.

Boone, James, 1984. Majolica Escudillas of the 15th and 16th Centuries: A Typological Analysis of 55 Examples from Qsar es-Seghir, *Historical Archeology*, 18, pp. 76-86.

Borges, Artur Goulart de Melo, 1998. Lápide funerária de al-Abbās Ahmad. Calcário". In Macias, Santiago; Torres, Cláudio (ed.), *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo. Catálogo de exposição.* Lisboa: Instituto Português dos Museus / Museu Nacional de Arqueologia, p. 255.

Borges, Marco Oliveira, 2014. A Torre de Cascais: Novos dados para a cronologia da sua construção e funcionamento, *Revista Tritão*, 2, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

Bradley, Charles, 2007. Rigging components. In Grenier, Robert; Bernier, Marc-André; Stevens, Willis (eds.), *The underwater archaeology of Red Bay. Basque Shipbuilding and Whaling in the 16th century.* Ottawa: Parks Canada.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, 1993. As Almogaverias durante o Reinado de D. João III, vistas através das cartas de privilégio, *Mare Liberum*, 6. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 83-88.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond; Braga, Paulo Drumond, 1998. *Ceuta Portuguesa (1415-1656).* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

Braga, Paulo Drumond; Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2009. El dominio portugués hasta 1580. In Villada Paredes, Fernando (coord.), *Historia de Ceuta. De los orígenes al año 2000.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, vol. 1, pp. 317-393.

Braga, Paulo Drumond; Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2010. A Vida Quotidiana em Ceuta (1415-1656). In *VII Jornadas de Historia de Ceuta. La Vida Quotidiana en Ceuta a través de los Tiempos.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 283-297.

Brásio, António, 1973. A primitiva catedral de Ceuta. In *História e Missiologia. Inéditos e Esparsos.* Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, pp. 56-83.

Brown, Duncan H., 2002. *Pottery in Medieval Southampton, ca. 1066-1510* (CBA Research Reports 133). York: Council for British archaeology.

Brown, Duncan H., 2011. Imported Pottery and the South Coast Ports of Medieval England. In *À propo[t]s de l'usage, de la production et la circulation des terres cuites dans l'Europe du Nord-Ouest autour des XIVe – XVIe siécles"* (col. «Tables rondes du CRAHM» 5). Caen: Centre de Recherches Archéologiques et historiques anciennes et médiévales, pp. 185-196.

Bugalhão, Jacinta, 2009. Lisboa islâmica: uma realidade em construção. *Xelb*, 9 (Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos). Silves: Câmara Municipal de Silves / Museu Municipal de Arqueologia, pp. 377-392.

Bugalhão, Jacinta (dir.), 2015. *Uma casa pré-pombalina na Baixa Lisboeta.* (Arqueoarte 3). Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç.

Bugalhão, Jacinta, 2008. Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança, *Era Arqueologia – revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, 8. Lisboa: Era, Arqueologia, pp. 217-230.

Bugalhão, Jacinta; Teixeira, André, 2015. Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica, *Cadernos do Arquivo Municipal,* série II, nº4.

Burger, E., 2004. *Reinvestigating the Wreck of the Sixteenth Century Portuguese Galleon São João: A Historical Archaeological Perspective.* Pretória: University of Pretoria [Consultado em 07 de Novembro de 2005]. Disponible en | Disponível em: http://upetd.up.ac.za/thesis/available/etd-09102004-085934/

Caballero Cobos, A., 2009. Excavación arqueológica de urgencia en calle Muro, nº 11-13 (Marbella, Málaga), *Anuario Arqueológico de Andalucía,* 2004.1, pp. 2940-2952.

Caetano, Carlos, 2004. *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII).* Lisboa: Pandora.

Caetano, Joaquim Oliveira, 1991. *Chafarizes de Lisboa.* Lisboa: 1991.

Caetano, Joaquim, 2006. *As formas da fé: 800 anos de património artístico nas Terras de Idanha.* Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova / Centro Cultural Raiano.

Calixto, Carlos Pereira, 1990. *São Julião da Barra. Os Primeiros Cem Anos.* Lisboa: Câmara Municipal de Oeiras.

Cámara del Río, Manuel, 1996. *Beneficencia y asistencia social: La Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

Campos, João dos Santos de Sousa, 2008. *Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico, Ormuz, Keshm e Larak.* Tesis doctoral | Tese de doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Capelli, Claudio; Carta, Raffaella; Cabella, Roberto, 2010. Produzioni locali e importazioni savonesi di maioliche a smalto berettino dall'Alhambra di Granada (XVI secolo): dati archeologici e archeometrici. In *XLII Convegno Internazionale della Ceramica*. Savona: Centro Libure per la Storia della Ceramica, pp. 57-66.

Cardoso, Guilherme, Rodrigues, Severino, 1991. Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais". In Silva, Luís; Mateus, Rui (coord.), *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575-585.

Carita, Hélder, 1994. *Bairro Alto. Tipologias e Modelos Arquitectónicos.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Carita, Hélder, 1999. *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna*. Lisboa: Livros Horizonte.

Carita, Hélder; Conceição, João Paulo; Pimentel, Miguel, 1983. *Elementos para um Estudo da Casa dos Bicos*. Lisboa: Pisa-Babel.

Carita, Rui, 2004. A arquitectura abaluartada de origem portuguesa, *Revista Camões*, 17-18, pp. 135-138, 143-145.

Carneiro, Eugénio Lapa, 1989. *Empedrado: técnica de decoração cerâmica*. Barcelos: Museu de Olaria.

Caroscio, Marta, 2009. *La maiolica in Toscana tra Medioevo e Rinascimento. Il rapporto fra centri di produzione e di consumo nel periodo di transizione* (Contributi di Archeologia Medievale 4. Premio "Ottone d'Assia e Riccardo Francovich"). Firenze: All'Insegna del Giglio.

Carrasco Gómez, Inmaculada; Jiménez Hernández, Alejandro; Lafuente Ibáñez, Pilar; Martín Pradas, Antonio; Arenas Rodríguez, Patricia, 2013. La historia del patio de San Laureano de Sevilla a través de las excavaciones arqueológicas (2002-2007), *Archivo Hispalense. Revista Histórica, Literaria y Artística*, Tomo XCVI, nº 291-293, pp. 119-167.

Castilho, Júlio, 1893. *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Castilho, Júlio de, 1968. *A Ribeira de Lisboa: Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, 2ª edición | edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Castilho, Júlio, 1981. *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, 4ª edición | edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Castro, Filipe; Yamafune, Kotaro; Eginton, Coral; Derryberry, Thomas, 2011. The Cais do Sodré Shipwreck, Lisbon, Portugal, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 40: 2, pp. 328-343.

Cerdà i Mellado, Josep Antoni, 1991. Sobre unes ceràmiques de Manises amb llegenda gòtica conservades al Museu Comarcal del Maresme (Mataró), *Acta histórica et archaeologica mediaevalia*, nº 11-12, pp. 499-509.

Cherif, Mohamed, 1996. *Ceuta aux époques almohade et mérinide*. Paris: Editions L'Harmattan.

Cid, Pedro de Aboim Inglez, 1998. As arquitecturas da barra do Tejo: as fortificações. In *Nossa Senhora dos Mártires – A última viagem*. Lisboa: Pavilhão de Portugal Expo 98 / Editorial Verbo, p. 33-49.

Cid, Pedro de Aboim Inglez, 2007. *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a Arquitectura Militar do Tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Coelho, António Borges, 1985. *Raízes da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Coelho, António Borges, 2011. *Largada das Naus (1385-1500)*. Lisboa: Editorial Caminho, vol. III.

Coelho, Maria Helena da Cruz, 2005. *D. João I o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Coll Conesa, Jaume, 2009. *La cerámica valenciana (Apuntes para una síntesis)*. Valencia: Asociación Valenciana de Cerámica.

Cook Jr, Weston F., 1993. *La guerra y las armas de fuego en Marruecos en el siglo XV, 1400-1492*. Colección Guerra y Sociedad, vol 11.

Corder, Catharine Leigh Inbody, 2007. *La Belle, Rigging in the days of the spritsail topmast, a reconstruction of a 17th century ship's rig*. Tesis doctoral | Tese de doutoramento. College Station: Texas A&M University.

Correia, Jorge, 2008. *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Côrte-Real, A. (coord.), 2009. *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade.* Coimbra: Direcção Regional de Cultura do Centro.

Costa, João Paulo de Oliveira e, 2002. O Império Português em meados do século XVI. *Anais de História de Além-Mar*, III. Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, pp. 87-121.

Costa, João Paulo de Oliveira; José Damião Rodrigues; Pedro Aires de Oliveira, 2014. *História da Expansão e do Império Português.* Lisboa: A Esfera dos Livros.

Costa, Leonor Freire, 1994. Carpinteiros e Calafates da Ribeira das Naus: um olhar sobre Lisboa de Quinhentos, *Penépole*, 13. Lisboa: Edições Cosmos, pp. 37-54.

Cruz, Abel dos Santos, 1997. As Almogaverias em Marrocos: 1415-1471, *Africana*, nº 17. Porto: Universidade Portucalense, pp. 29-45.

Cruz, Abel dos Santos, 2006. A Guerra Naval no «Mediterrâneo Atlântico» (1415-1437): relatos do corso português no texto literário de Gomes Eanes de Zurara. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, pp. 35-58

Cruz, Maria Augusta Lima, 1999. Os portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI. In *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa.* Lisboa: Universidade Aberta, pp. 61-150.

De Francisco Olmos, José María, 2004. La moneda de Isabel la Católica, un medio de propaganda politico. In Galende Díaz, Juan Carlos (dir.), *III Jornadas Científicas sobre Documentación en época de los Reyes Católicos.* Madrid: Universidad Complutense de Madrid / Dpto de Ciencias y Técnicas Historiográficas, pp. 35-117.

De Man, Adriaan, 2011. *Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia* (Studia Lusitana, 6). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

Deagan, Kathleen A.; Cruxent, José María, 1993. From contact to criollos: Archaeology of Spanish Colonization in Hispaniola**.** In Bray, Warwich (ed.), *The Meeting of Two Worlds* (Proceedings of the British Academy 81). London: British Academy, pp. 67-104.

Deagan, Kathleen, 1987. *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800.* Volume 1, *Ceramics, Glassware and Beads.* Washington and London: Smithsonian Institute Press.

Deagan, Kathleen, 2002. *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800.* Volume 2, *Portable Personal Possessions.* Washington and London: Smithsonian Institution Press.

Dias, João José Alves, 1998. A população. In Dias, João José Alves (coord.), *Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento á Crise Dinástica.* Lisboa: Editorial Presença, vol. V, pp. 11-52

Dinis, A. J. Dias, 1962. Antecedentes da expansão ultramarina portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV**,** *Revista Portuguesa de História*, vol. X, Coimbra, pp. 86-106.

Diogo, A. M. Dias; Trindade, Laura, 2000. Cerâmicas de barro vermelho encontradas em entulhos do terremoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, nº 2. Lisboa, pp. 201-235.

Domingues, Francisco Contente, 2004. *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII.* Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

Domingues, Francisco Contente, 2006. *Navios portugueses dos séculos XV e XVI.* Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.

Dórdio, Paulo, 1996. O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria, *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, 1. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, pp. 93-104.

Dornellas, Affonso de, 1913. Uma Planta de Ceuta. In Sep: *Tombo Histórico e Genealógico de Portugal* (A propósito do 5º centenário da tomada de Ceuta e do 4º centenário da morte de Afonso de Albuquerque). Lisboa: Livraria Ferin.

Egan, Geoff (coord), 2010. *The Medieval Household. Daily living c.1150-1450.* Londres: Boydell Press / Museum of London.

Egan, Geoff, 2005. *Material culture in London in an age of transition. Tudor and Stuart Period Finds c.1450-c.1700 from excavations at Riverside sites in Southwark* (MoLas Monograph Series 19). London: Museum of London Archeology.

Egan, Geoff; Pritchard, Frances, 2002. *Medieval Finds from Excavations in London 3: Dress Accessories c.1150-c.1450*, 2ª edición | edição. Woodbridge: Boydell Press / Museum of London.

Everaert, John, 1992. As feitorias portuguesas na Flandres. In *No Tempo das Feitorias. A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos.* Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português de Museus / Museu Nacional de Arte Antiga, vol. 1, pp. 67-83.

Fábregas-García, Adela, 2013. Un espacio de comercio singular: la loza dorada nazarí en los mercados magrebíes. In *I Congreso Internacional Red Europea de Museos de Arte Islámico.* Granada / Paris / London: Patronato de la Alhambra y Generalife / Musée du Louvre / Victoria and Albert Museum.

Farinha, António Dias, 1989. O interesse pelo Norte de África. In Albuquerque, Luís de (dir.), *Portugal no Mundo***.** Lisboa: Publicações Alfa, vol. I., pp. 101-112.

Farinha, António Dias, 1990. *Portugal e Marrocos no século XV*. Tesis doctoral | Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Farinha, António Dias, 1994. Casa de Ceuta. In Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (coord.), *Dicionário de História de Lisboa.* Lisboa: Carlos Quintas e Associados, pp. 224-225.

Farinha, António Dias, 1999. *Os portugueses em Marrocos.* Lisboa: Instituto Camões.

Ferhat, Halima, 1993. *Sabta des origins au XIV ème siècle***.** Rabat: Ministère des Affaires Culturelles.

Fernandes, Lídia, 1993. O culto vicentino na formação do reino português, *Arqueologia Medieval*, 3. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 221-231.

Fernandes, Lídia, 1997. O culto de São Vicente. In Lage, Isabel (coord.), *Sagres Mito e Realidade*. Lisboa: IPPAR, p. 28.

Fernandes, Lídia, 2007. Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica, *Al-madan*. IIª Série, 15, pp. 27-39.

Fernandes, Lídia, 2011. A decoração arquitectónica de época romana do municipium olisiponense, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, pp. 263-311.

Fernandes, Lídia, 2013. Teatro romano de Olisipo: a marca do novo poder romano. In *Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 765-773.

Fernandes, Lídia; Almeida, Rita Fragoso de, 2012. Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do século XVI à actualidade. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol. 1, pp. 111-122.

Fernandes, Lídia; Almeida, Rita Fragoso de; Loureiro, Carlos, 2014. Entre o Teatro Romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina, *Revista de História da Arte*, 11. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 19-33.

Fernández Sotelo, Emilio A., 1980. *Sala Municipal de Arqueología - Ceuta: Guía--catálogo*. Ceuta: Sala Municipal de Arqueología.

Fernández Sotelo, Emilio A., 1988. *Ceuta medieval. Aportación al estudio de sus cerámicas. Siglos X-XV d.C.*. Ceuta: Museo de Ceuta, 3 vols.

Fernández Sotelo, Emilio A., 2001. *Los Silos Medievales en la Arqueología Ceutí (I)* (Transfretana Monografías 6). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

Fernández Sotelo, Emilio A., 2002. Piezas de hueso torneadas y decoradas de Ceuta. In *Ceuta en el medioevo. La ciudad en el universo árabe*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 65-107,

Fernández Sotelo, Emilio A., 2005. *Los Silos Medievales en la Arqueología Ceutí (II)* (Transfretana Monografías 7). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

Ferreira, Fernando E. Rodrigues, 2002. A Cerca Fernandina de Lisboa em S. Vicente de Fora, *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. IIª Série, nº17. Lisboa: GAL, pp. 95-99.

Fili, Abdallah, 2000. La céramique de la madrasa mérinide al-Bu´ināniyya de Fès. In *Cerámica nazarí y mariní* (Transfretana Monografías, 4). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 259-290.

Filipe, Victor; Leitão, Manuela; Quaresma, José Carlos, en prensa | no prelo. Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em Olisipo: contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In *Actas do III Congresso da SECAH (Tarragona, 2014)* (Monografias Ex officina hispana 3). Madrid: SECAH.

Flores Escobosa, Isabel, 1988. *Estudio Preliminar sobre Loza Azul y Dorada Nazarí de la Alhambra* (Cuadernos de Arte y Arqueología 4). Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura.

Folgado, Deolinda; Custódio, Jorge; Leitão, Manuela; Muralha, João, 2003. Fábrica Schalk: um exemplo de arqueologia industrial em Lisboa: os primeiros dados da intervenção arqueológica. In *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora / Museu Municipal da Amadora / Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora, pp. 53-79.

Folgado, Deolinda; Vale, Ana, 2002. O Forno encontrado na escavação do Largo do Corpo Santo. In *3º Encontro de Arqueologia Urbana: Actas*. Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 177-192.

Fonseca, Luís Adão da, 1978. *Navegación y Corso en el Mediterráneo Occidental. Los portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

Fonseca, Luís Adão da, 1993. *Portugal entre dos mares***.** Madrid: Editorial Mapfre.

Fonseca, Luís Adão da, 1999. *Os descobrimentos e a formação do oceano Atlântico. Século XIV - Século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Fontes, Luís; Machado, André; Catalão, Sofia, 2007. *Cerca Velha da rua da Judiaria e Torre de São Pedro, Alfama, Lisboa. Análise estratigráfica de alçados e interpretação da evolução arquitectónica de troço de muralha medieval. Relatório.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (policopiado).

Gaimster, D., 1997. Rhenish stonewares from shipwrecks: the study of ceramic function and lifespan. In Redknap, M. (ed.), *Artifacts from Wrecks. Dated assemblages from the Late Middle Ages to the Industrial Revolution* (Oxbow Monograph 84). Exeter: Oxbow Books, pp. 191-207.

Garcia, Catarina, 2004. Preliminary assessment of the daily life on board of an Iberian ship from the beginning of the 17th century (Terceira, Açores). In Pasquinucci, Marinella; Weski, Timm (ed.), *Close Encounters: Sea and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Times* (BAR International Series 1283). Oxford: BAR, pp. 163-169.

Garcia, José Manuel, 2014. *A magnífica Torre de Belém.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Gardiner, Julie; Allen, Michael (ed.), 2005. *Before the Mast. Life and Death Aboard the Mary Rose* (Archaeology of the Mary Rose 4). Portsmouth: Mary Rose Trust.

Garrido Parrilla, Juan José; Fuertes de Gilbert Rojo, Manuel, 2008. *Heráldica en Ceuta.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

Gaspar, Alexandra; Amaro, Clementino, 1997. Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. In D`Archibaud, Gabrielle Démians (dir.), *La Céramique Médiévale en Méditerranée. Actes du VI Congrés de l'AIECM2 (Aix-en-Provence 13-18 Novembre 1995).* Aix-en-Provence : Narrations Éditions, pp. 337-345.

Gavin, Robin F., 2002. *Cerámica y Cultura.* Albuquerque: University of New México Press.

Godinho, Vitorino Magalhães. 1944. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa. Problema das Origens e a linha de evolução.* Lisboa: Dom Quixote.

Godinho, Vitorino Magalhães, 1982. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, 2ª edición | edição. Lisboa: Editorial Presença.

Godinho, Vitorino Magalhães, 1983. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. IV, 2ª edición | edição. Lisboa: Editorial Presença.

Goggin, John M., 1968. *Spanish Majolica in the New World, Types of the Sixteenth to Eighteen Centuries* (Yale Publications in Anthropology 72). New Haven: Yale University Press.

Gomes, Alberto, 2006. *Moedas Portuguesas e do Território que é hoje Portugal.* Lisboa: Associação Numismática de Portugal.

Gomes, Alberto; Trigueiros, António Miguel, 1992. *Moedas portuguesas na Época dos Descobrimentos / Portuguese coins in the Age of Discovery, 1385-1580.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Gomes, Ana; Gaspar, Alexandra, 2007. As muralhas de Olisipo: o troço junto ao Tejo. In *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio, Lucus Augusti como paradigma. Actas del Congresso Internacional Celebrado en Lugo (26-29.XI.2005), en el aniversario de la Declaración por la UNESCO de la Muralha de Lugo como Património de la Humanidad.* Lugo: Servício de Publicaciones de la Deportación Provincial de Lugo, pp. 687-697.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela, 1991. Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-Cisterna de Silves. In Silva, Luís; Mateus, Rui (coord.), *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 457-490.

Gomes, Rosa Varela; Gomes, Mário Varela, 1998. Cerâmicas dos séculos XV a XVII na Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal, pp. 315-348.

Gomes, Saul António, 1993. A Organização do Espaço Urbano numa Cidade Estremanha: Leiria Medieval. In Tavares, Maria José Ferro (coord.), *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares. Actas.* Lisboa: Universidade Aberta, vol. II, pp. 81-112.

Gómez Barceló, José Luís, 1990. Evolución de calles y barrios, en el istmo de Ceuta, coetánea al cerco de 1694-1727. Esbozo de un nomenclator para su estudio. In *Actas del II Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar, Noviembre, 1990.* Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, vol. IV, pp. 387-404.

Gomez Barceló, José Luis, 1998. Nuevos datos para el estudio del Real Colegio, Convento e Iglesia de la Santísima Trinidad de Ceuta y la Madraza al-Yadida. In *Homenaje al Profesor Carlos Posac Mon.* Ceuta: Institutos de Estudios Ceutíes, vol. II, pp. 205-222.

Gonçalves, Iria, 1996. *Um olhar sobre a cidade medieval.* Cascais: Patrimonia Historica.

Gonçalves, Nuno Simão, 2011. *O projecto para a fortaleza da ilha de Moçambique atribuído a Miguel de Arruda.* Disertación de máster | Dissertação de mestrado. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Gozalbes Cravioto, Carlos, 1982. Las fortificaciones hispano-portuguesas del Frente de Tierra de Ceuta I (1550-1640) (*Transfretana 2*). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 19-50.

Gozalbes Cravioto, Carlos, 1988. La estructura urbana de la Ceuta medieval. In *I Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar.* Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, vol. II, pp. 315-350.

Gozalbes Cravioto, Carlos, 1989. La medina o núcleo urbano central en la Ceuta hispano-musulmana. II. Los baños y las calles, *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta*, II, 4. Ceuta: Imprenta Imperio, pp. 37-48.

Gozalbes Cravioto, Carlos, 1990. La demografía de la Ceuta medieval. In *II Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar, Noviembre, 1990.* Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, vol. III, pp. 49-60.

Gozalbes Cravioto, Carlos, 1995. *El urbanismo religioso y cultural de Ceuta en la Edad Media.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

González Arévalo, Raúl, 2008. La costa del Reino de Granada en la documentación náutica italiana (siglos XIV-XVI), *España Medieval*, 31, pp. 7-36.

González Arévalo, Raúl, 2011. Comercio exterior del Reino de Sevilla a través de los manuales de mercaderías italianos bajomedievales, *Historia. Instituciones. Documentos*, 38, pp. 219-253.

González Sánchez, Santiago, 2013. *Las relaciones exteriores de Castilla a comienzos del siglo XV. La minoría de Juan II (1407-1420).* Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas.

Green, Jeremy, 1977. *The V.O.C. Jacht Vergulde Draeck wrecked Western Australia 1656* (BAR Supplementary Series 36). Oxford: BAR.

Green, Jeremy, 1989. *The loss of the Verenidge Oostindische Compagnie retourschip Batavia, Western Australia 1629.An excavation report and catalogue of artefacts* (BAR International Series 489). Oxford: BAR.

Henriques, José Pedro Vintém, 2012. Do Oriente para Ocidente: contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos da época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos: Estudo de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol. 2, pp. 919-932.

Heritage, Andrew; Heritage, Ailsa, 2012. *O grande livro dos Santos.* Lisboa: Círculo de Leitores.

Hill, Erica, 1995. Thimbles and thimble rings from the circum-Caribbean region, 1500-1800: chronology and identification, *Historical Archaeology,* 29 (1), pp. 84-92.

Hillewaert, Bieke, 2010. A jug on a jug. Some thoughts on decorative function or functional decoration. In De Groote, Koen; Tys, Dries; Pieters, Marnix (ed.), *Exchanging Medieval Material Culture. Studies on archaeology and history presented to Frans Verhaeghe* (Relicta Monografi 4). Bruxelas: Vlaams Instituut voon het Onroerend Erfgoed / Vrije Universiteit Brussel, pp. 75-78.

Hita Ruiz, José Manuel; Lería Ayora, Ana, 2011. *Agua, cerámicas y ciudad en la Ceuta medieval.* Ceuta: Museo de Ceuta

Hita Ruiz, José Manuel; Posac Mon, Carlos; Villada Paredes, Fernando, 1997. La cerámica esgrafiada y pintada del Museo de Ceuta. In Rosselló Bordoy, Guillermo (coord.), *Transferències i comerç de cerámica a l´Europa mediterrània (segles XIV--XVII).* Palma de Mallorca: Institut d'Estudis Baleàrics, pp. 53-74.

Hita Ruiz, José Manuel; Suárez Padilla, José; Villada Paredes, Fernando, 2008. Ceuta, puerta de al-Andalus. Una relectura de la historia de Ceuta desde la conquista arabe hasta la fitna a partir de los datos arqueológicos, *Cuadernos de Madinat Al--Zahra*, 6. Córdoba, pp. 11-52.

Hita Ruiz, José Manuel; Suárez Padilla, José; Villada Paredes, Fernando, 2009. La Alimentación en la Ceuta Mariní: una aproximación a su problemática. In Hita Ruiz, José Manuel; Suárez Padilla, José; Villada Paredes, Fernando (ed.), *Comer en Ceuta en el siglo XIV. La Alimentación durante la Época Mariní.* Ceuta: Museo de Ceuta, pp. 101-150.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 1996. Unas casas meriníes en el arrabal de Enmedio de Ceuta, *Caetaria*, 1, pp. 67-91.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 1998a. Cerámica con cubierta estannífera de Huerta Rufino, Ceuta. In *Homenaje al Profesor Carlos Posac Mon.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 443-470.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 1998b. *Museo de Ceuta: un recorrido por la historia de la ciudad a través de sus hallazgos arqueológicos.* Ceuta: Ciudad Autónoma, Consejería de Educación y Cultura.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2000a. *Un aspecto de la sociedad ceutí del siglo XIV. Los espacios domésticos.* Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2000b. Ceuta durante el período mariní: estado de la cuestión y nuevas perspectivas. In Cara, Lorenzo (ed), *Ciudad y territorio en al-Andalus.* Granada: Athos-Pérgamos, pp. 218-244.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2000c. Una aproximación al estudio de la cerámica en la Ceuta mariní. In *Cerámica Nazarí y Mariní.* (Transfretana Monografías 4). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 291-328.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2003. Entre el Islam y la Cristiandad: cerámicas del siglo XV en Ceuta. Avance preliminar. In Álvarez, José Javier (ed.), *Cerámicas islámicas y cristianas a finales de la Edad Media: Influencias e intercambios.* Ceuta: Museo de Ceuta, pp. 367-405.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2004. En torno a las murallas de Ceuta. Reflexiones sobre el amurallamiento de Septem Frates y la cerca omeya de Sabta. In *Jornadas de Estudios sobre Fortificaciones.* Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, pp. 17-52.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2006a. Apuntes sobre la Ceuta medieval. El baño de la plaza de la Paz, su contexto histórico y la arqueología islámica de Ceuta. In *Contenidos de nuestro patrimonio histórico.* Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, pp. 47-66.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2006b. Zócalo pintado. In *Ibn Jaldún. El Mediterráneo en el siglo XIV. Auge y declive de los imperios. Catálogo de piezas, Exposición en el Real Alcázar de Sevilla Mayo-Septiembre 2006.* Granada: Fundación Legado Andalusí, pp. 74-75.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2007. *Un decenio de arqueología en Ceuta. 1996-2006.* Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2012. Arqueología medieval islámico en Ceuta entre 1987 y 2011. *Boletín de Arqueología Medieval*, 16, pp. 21-65.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2013. Más que cerámicas: restos arquitectónicos medievales islámicos en Ceuta. In *Arqueología en las Columnas de Hércules: novedades y nuevas perspectivas de la investigación arqueológica en el estrecho de Gibraltar.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 223-272.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, 2014. Veinticinco de arqueología islámica en Ceuta, *Boletín de Arqueología Medieval Española*, nº 16, pp. 21-66.

Hita Ruiz, José Manuel; Villada Paredes, Fernando, en prensa | no prelo. Pinturas murales en viviendas islámicas de Ceuta. In *I Congreso Historia del Arte del Instituto de Estudios Campo gibraltareños, Jimena de la Frontera.*

Huarte Cambra, Rosario; Somé Muñoz, Pilar, 2001. Últimas Aportaciones de las Recientes Investigaciones Arqueológicas al Mudejarismo Sevillano. In *V Congreso de Arqueología Medieval Española. Actas*, Valladolid: Junta de Castilla y León, vol. II, pp. 913-921.

Jiménez Castillo, Pedro; Navarro Palazón, Julio, 2001. El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: El caso de Murial. In Passini, J. (coord.), *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval organizado por la Universidad de Castilla-La Manca.* Cuenca, pp. 71-129.

Leite, Ana Cristina, 1993. O Hospital Real de Todos-os-Santos. In Pereira, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos. 500 Anos* (catálogo da exposição organizada na Galeria Rafael Bordalo Pinheiro em 1993). Lisboa: Museu da Cidade / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 5-19.

Leite, Ana Cristina, 1994. Lápide funerária. In Arruda, Ana Margarida (ed.), *Lisboa Subterrânea. Catálogo.* Lisboa / Milão: Lisboa 94 / Electa, p. 239.

Leite, Ana Cristina, 1995. Os Centros Simbólicos. In Pereira, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa.* Lisboa: Circulo dos Leitores, vol. II, pp. 66-90.

Leite, Ana Cristina, 2012. Hospital Real de Todos-os-Santos. Uma Obra Moderna. In *Omnia Sanctorum. Histórias da História do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores.* Lisboa: By The Book, pp. 18-39.

Lemos, Paulo Ferreira de, 1955. Contos para contar. Ensaio para o seu conhecimento e sua classificação, *Nummus* III-2, nº 9, pp. 94-121.

L'Hour, Michel; Veyrat, Elizabeth, 2000. *Un Corsaire sous la mer. Les Épaves de la Natière, 1 (Campagne de fouille 1999).* Paris : Edition Adramar.

L'Hour, Michel; Veyrat, Elizabeth, 2002. *Un Corsaire sous la mer. Les Épaves de la Natière, 3 (Campagne de fouille 2001).* Concarneau : Edition Adramar.

L'Hour, Michel; Veyrat, Elizabeth, 2004. *Un Corsaire sous la mer. Les Épaves de la Natière, 5 (Campagne de fouille 2003).*Concarneau : Edition Adramar.

Lister, Florence; Lister, Robert, 1974. Maiolica in colonial Spanish America, *Historical Archaeology,* 8, pp. 17-52.

Lister, Florence; Lister, Robert, 1982. *Sixteenth century majolica pottery in the valley of México* (Anthropological Papers of the University of Arizona 39). Tucson: The University of Arizona Press.

Lopes, David, 1989. *A expansão em Marrocos.* Lisboa: Teorema.

Lopes, Gonçalo Correia, 2013. *Ria de Aveiro F (Ílhavo): um naufrágio de época moderna na laguna de Aveiro.* Disertación de máster | Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

López Elum, Pedro, 1994. *Alquería Islámica en Valencia: Estudio Arqueológico Bofilla, S.XI-XIV.* Valencia**.**

Lozano Francisco, María Carmen, 2009. Paleobiologia de los Restos Orgánicos desechados por la Comunidad Ceutí del siglo XIV. In Hita Ruiz, José Manuel; Suárez Padilla, José; Villada Paredes, Fernando (ed.), *Comer en Ceuta en el siglo XIV. La Alimentación durante la Época Mariní.* Ceuta: Museo de Ceuta, pp. 39-60.

Macias, Santiago; Torres, Cláudio (coord.), 2001. *Museu de Mértola - Arte islâmica.* Mértola: Câmara Municipal de Mértola.

Macias, Santiago; Rego, Miguel, 2005. *Convento de Santa Clara [Moura]. Um conjunto cerâmico do século XVII.* Moura: Câmara Municipal de Moura.

Magnani, Romolo; Munarini, M. (ed.), 1998. *La Ceramica Graffita del Rinascimento tra Po, Adige e Oglio. Palazzo Ducale – Revere (MN). 28 Marzo – 21 Giugno 1998.* Mantova: Renzo Dall'Ara [Consultado em 25 de Junho de 2009]. Disponible en | Disponível em: http://www.padusacpssae.it/Amministrazione/files/notiziario/1160573203.pdf.

Magro, Francisco A. Costa, 1986. *Ceitis.* Sintra: Instituto de Sintra.

Malaquias, Isabel; Pereira, Virgínia Soares; 2015. *O mundo mineral nos Comentários a Dioscórides de Amato Lusitano, Humanismo e Ciência Antiguidade e Renascimento.* Aveiro / Coimbra / São Paulo: Universidade de Aveiro Editora / Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume, pp. 387-411.

Marato, Catarina Almeida, 2014. Introduction. In Marato, Catarina Almeida (org.), *Actas do Colóquio Monastic Architecture in the City* (Cescontexto Debates, 6). Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 6-9.

Marchesi, Henry; Thiriot, Jacques; Vallauri, Lucy, 1997. *Marseille, Les Ateliers de Potiers du XIII s. et le Quartier Sainte-Barbe (V-XVII s.).* Paris : Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme (Documents d'Archéologie Française).

Marken, Mitchell W., 1994. *Pottery from Spanish Shipwrecks 1500-1800.* Gainesville: University Press of Florida.

Marques, António H. de Oliveira, 1971. *A sociedade medieval portuguesa.* Lisboa: Sá da Costa.

Marques, António H. de Oliveira, 1981. Feitorias. In Serrão, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Figueirinhas, vol. II, pp. 543.

Marques, António H. de Oliveira, 1987. *Nova História de Portugal. Portugal na Crise dos séculos XIV e XV.* Lisboa: Editorial Presença, vol. IV.

Marques, António H. de Oliveira, 1987. *Portugal quinhentista.* Lisboa: Quetzal.

Marques, António H. de Oliveira, 1997-1998. *História de Portugal.* 13ª edición | edição, Lisboa: Editorial Presença.

Marques, António; Leitão, Eva; Botelho, Paulo, 2012. Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria / Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol.1, pp. 123-134.

Marques, João A.; Sabrosa, Armando; Santos, Vítor M., 1997. Estrato Romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Al-madan*, IIª série, nº6. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 166-167.

Marques, João A.; Santos, Vítor M., 1997. Acompanhamento das obras do Metropolitano de Lisboa. Intervenção arqueológica na Avenida Ribeira das Naus. In *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Urbana.* Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 165-176.

Marsden, Peter; Endsor, Richard, 2009. Propulsion. In Marsden, Peter (ed.). *The archaeology of the Mary Rose: Your Noblest shippe. Anatomy of a Tudor Warship.* Portsmouth: The Mary Rose Trust Ltd.

Martell Ruiz, Eduardo; Acuña Rico, Ernesto; Rodríguez Companioni, Yanisley, 2010. Botones en la Tercera Orden de San Francisco de Asís, *Gabinete de Arqueología*, 8, pp. 205-210.

Martin, Colin J. M., 1979. Spanish Armada Pottery, *The International Journal of Nautical Archeology and Underwater Exploration*, 8, pp. 279-302.

Martínez Caviró, Balbina, 1982. *La loza dorada.* Madrid: Editora Nacional.

Martínez Enamorado, Virgilio, 1998. *Epigrafía y poder: Inscripciones árabes de la "Madrasa al-Yadida" de Ceuta.* Ceuta: Museo de Ceuta.

Martínez Enamorado, Virgilio, 2006. *Arrocabe de la Madrasa de Ceuta.* Sevilla: Legado Andalusí.

Martins, Carla Maria Bráz, 2001. A cronologia dos «passadores em T» e um conjunto cerâmico dos séculos XV-XVI (Escarigo, Figueira de Castelo Rodrigo), *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 19. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 247-258.

Mégre, Rita; Silva, Hélia, 2014. Os conventos na imagem urbana de Lisboa (1551-2015). In Marato, Catarina Almeida (org.), *Actas do Colóquio Monastic Architecture in the City* (Cescontexto Debates nº 6). Coimbra: Universidade de Coimbra, pp.108-124.

Mendes, Ana Catarina, 2009. *Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma etnografia do Caminho Português.* Disertación de máster | Dissertação de mestrado. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Mendoza Arellano, José Luís, 2013. Las monedas medievales en el nuevo mundo, *Revista Numismática OMNI,* nº 6, pp. 192-204.

Menezes, José de Vasconcellos e, 1986. Tercenas de Lisboa, *Revista Municipal de Lisboa.* Ano XLVII, 2ª série, nº 16, 2.º trimestre, pp. 3-17.

Mesquida García, Mercedes (dir.), 2002. *La cerámica de Paterna: reflejos del Mediterráneo.* Valencia: Generalitat Valenciana.

Mestre, Joaquim Figueira, 1991. Olaria medieval de Beja. Contribuição para o se u estudo. In Silva, Luís; Mateus, Rui (coord.), *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 565-574.

Minchilli, Elisabeth Helman, 1998. *Deruta. A Tradition of Italian Ceramics.* San Francisco: Chronicle Books.

Moita, Irisalva (coord.), 1994. *O Livro de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte.

Moita, Irisalva, 1964-1965. Hospital Real de Todos-os-Santos, *Revista Municipal*, 101- 109. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Moita, Irisalva, 1967. Lápide funerária proveniente dum almocávar de Lisboa, *Revista Municipal,* 28 (114-115), pp. 81-86.

Moita, Irisalva, 1970. artigo RBS e ACL sobre HRTS.

Moita, Irisalva, 1992. *V Centenário do Hospital de Todos os Santos.* Lisboa: CTT.

Moita, Irisalva, 1993. As escavações de 1960. In Pereira, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos. 500 Anos* (catálogo da exposição organizada na Galeria Rafael Bordalo Pinheiro em 1993). Lisboa: Museu da Cidade / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 20-22.

Monteiro, João Gouveia, 1989. *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando.* Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Moreira, Rafael, 1989a. A época manuelina. In Moreira, Rafael (coord.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo.* Lisboa: Alfa, pp. 91-142.

Moreira, Rafael, 1989b. A arte da guerra no Renascimento. In Moreira, Rafael (coord.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo.* Lisboa: Alfa, pp. 143-158.

Moreira, Rafael, 1991. *A Arquitectura do Renascimento do Sul de Portugal: a encomenda régia entre o moderno e o romano.* Tesis doctoral | Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Moreira, Rafael, 1993. O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II. In Pereira, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos. 500 Anos* (catálogo da exposição organizada na Galeria Rafael Bordalo Pinheiro em 1993). Lisboa: Museu da Cidade / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 23-30.

Moreira, Rafael, 1994a. A Torre de Belém. In Moita, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 175-180.

Moreira, Rafael, 1994b. Santa Maria de Belém. O mosteiro dos Jerónimos. In Moita, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 181-194.

Moreno, Humberto Baquero, 1993. Relações marítimas e comerciais entre Portugal e a Baixa Andaluzia, *Revista de História,* 12. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 9-24.

Muralha, João; Leitão, Manuela; Fernandes, Lídia; Marques, António; Silva, Rodrigo Banha; Carvalhinhos, Marina, 1999. Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade: escavações e projectos de intervenção, *Al-madan*, IIª Série, 8. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 87-92.

Neto, Nuno; Rebelo, Paulo; Santos, Raquel; Fontes, Tiago; Ramalho, Margarida de Magalhães, 2007. Intervenção arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais): contribuições para a sua análise evolutiva e estrutural, *Estudos/Património*, 10. Lisboa: IPPAR, pp. 185-197.

Neves, César; Martins, Andrea; Lopes, Gonçalo; Blot, Maria Luísa, 2012. Do Terreiro do paço à Praça do Comércio (Lisboa). Identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária no subsolo urbano. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos: Estudo de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol. 2, pp. 613-626.

Noël Hume, I., 2001. *If these pots could talk: collecting 2000 years of British Household Pottery.* Milwaukee: Chipstone Foundation.

Nunes, Tiago; Filipe, Iola, 2012. Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol.1, pp. 141-150.

Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário, 1993. A Mouraria de Lisboa no séc. XV, *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 198-203.

Parthesius, Robert; Millar, Karen; Devendra, Somasiri; Green, Jeremy (eds.), 2003. *Sri Lanka Maritime Archaeological Unit Report on the Avondster Project 2001 – 2002.* Amesterdão: Amsterdams Historisch Museum.

Pereira, Paulo, 1993. A Fachada da Igreja do Hospital Real. In Pereira, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos. 500 Anos* (catálogo da exposição organizada na Galeria Rafael Bordalo Pinheiro em 1993). Lisboa: Museu da Cidade / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 31-39.

Pereira, Paulo, 1994. *Lisboa Manuelina (1495-1521).* Lisboa: Instituto Português de Museus / Réunion des Musées Nationaux.

Pereira, Paulo, 2005. O convento e igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo. In *Construindo a memória: as colecções do Museu arqueológico do Carmo.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 20-39.

Pereira, Paulo, 2006. Lisboa Manuelina: Problemas de Conceito, *Revista de História de Arte*, 2. Lisboa: Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 43-55.

Pérez Del Campo, Lorenzo, 1998. Etapas en la construcción de la catedral de Ceuta. In Ripoll Perelló**,** Eduardo (ed.), *Actas del Congreso Internacional "El Estrecho de Gibraltar". Ceuta**,** 1987,* IV. Madrid: Universidad Nacional de Educación a distancia, pp. 41-50.

Pijl-Ketel, Christine L. van der, 1982. *The Ceramic Load of the Witte 1613 Leeuw.* Amsterdam: Rijksmuseum Amsterdam.

Pimenta, João, 2005. *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)* (Trabalhos de Arqueologia, 41). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Platt, Colin; Coleman-Smith, Richards, 1975. *Excavations in Medieval Southampton (1953-69), II The Finds***.** Leicester: Leicester University Press.

Pleguezuelo Hernández, Alfonso, 1992a. Sevilla y Talavera: entre la colaboración y la competencia, *Laboratorio de Arte*, 5, pp. 275-293.

Pleguezuelo Hernández, Alfonso, 1992b. Francisco Niculoso Pisano: datos arqueológicos, *Faenza*, LXXVIII, pp. 171-191.

Pleguezuelo Hernández, Alfonso; Huarte Cambra, Rosario; Somé Muñoz, Pilar, 1997. Cerámica moderna. In *El Real Monasterio de San Clemente. Una propuesta arqueológica.* Sevilla: Universidad de Sevilla / Fundación El Monte, pp. 130-157.

Pleguezuelo Hernández, Alfonso; Lafuente, M. Pilar, 1995. Cerámicas de Andalucía Occidental (1200-1600). In Gerrard, Cristopher M.; Gutierrez, Alejandra (ed.), *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles* (BAR British Series 610). Oxford: BAR, pp. 217-244.

Pleguezuelo Hernández, Alfonso; Librero, Antonio; Espinosa, María; Mora, Pedro, 1999. "Loza quebrada" procedente de la capilla del Colegio-Universidad de Santa María de Jesús (Sevilla), *SPAL*, 8, pp. 263-292.

Pleguezuelo, Alfonso, 1992. Sevilla Y la Técnica de Cuerda Seca: Vajilla y Azulejos (ss. XV-XVI), *Atrio. Revista de Historia del Arte***,** 4. Sevilla, pp. 17-30.

Pleguezuelo, Alfonso, 1998. Cerámica de Sevilla (1248-1841). In Sánchez Pacheco, Trinidad (ed.), *Cerámica Española.* Madrid: Espasa Calpe, pp. 343-386.

Portal, Padre Manuel, 1928. História da Ruína de Lisboa. In Sousa, Francisco Luís Pereira de, *O terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico,* vol. III, p. 608. Lisboa: Serviços Geológicos.

Posac Mon, Carlos, 1960. Datos para la arqueología musulmana de Ceuta, *Hespéris-Tamuda*, I, 1. Rabat: Faculté des Lettres et Sciences Humaines / Editions Techniques Nord Africaines, pp. 157-164.

Posac Mon, Carlos, 1962. *Estudio arqueológico de Ceuta.* Ceuta: Instituto Nacional de Enseñanzas Medias.

Posac Mon, Carlos, 1978. Episodios del éxodo morisco allende el Estrecho de Gibraltar, *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*, 17-18, pp. 191-214.

Posac Mon, Carlos, 1981. Parangón entre las cerámicas medievales de Ceuta y las de Málaga, *Mainake*, nº 3. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, pp. 186-202.

Posac Mon, Carlos, 1989. *La Historia de Ceuta a través de la Numismática.* Ceuta: Caja Ceuta.

Posac Mon, Carlos, 1994. El ceitil ¿moneda de Ceuta?. In *Transfretana,* nº 6. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 197-203.

Pradalié, Gérard, 1975. *Lisboa Da Reconquista ao Fim do Século XIII.* Lisboa: Palas Editora.

Rackham, Bernard, 1963. *Italian Maiolica.* London: Ashmolean Museum.

Raczynski, Atanacy, 1847. *Dictionnaire historique-artistique de Portugal.* Paris: Jules Renouard et Cie. Libraires-Éditeurs.

Ramalho, Margarida de Magalhães, 1988. A Torre de Cascais: uma perspectiva arqueológica, *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município*, 7. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 75-85.

Ramalho, Margarida de Magalhães, 1992. A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa, *Oceanos*, 11. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 71-75.

Ramalho, Margarida de Magalhães, 2001. As fortificações marítimas do porto e Nobre Vila de Cascais. In Boiça, Joaquim Manuel Ferreira; Barros, Maria de Fátima Rombouts de; Ramalho, Maria de Magalhães, *As fortificações marítimas da costa de Cascais.* Lisboa: Quetzal Editores, p. 25-80.

Ramalho, Maria de Magalhães, 1995. O sítio e o Convento de S. Francisco da Cidade - Da Fundação ao Terramoto de 1755. In *Catálogo de Exposição: OBRAÇOM,* Museu do Chiado, Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 19-26.

Ramalho, Maria de Magalhães; Folgado, Deolinda, 2002. Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa. In *3º Encontro de Arqueologia Urbana: actas*, Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 247-268.

Ramos, Rute, 2013. O Património do Hospital de Todos os Santos na cidade de Lisboa na segunda metade do século XVI, *Rossio, Estudos de Lisboa*, 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 104-113. Disponible en | Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/publicacoes-digitais/por-tematica?=770.

Redknap, Mark, 1984. *The Cattewater Wreck: The investigation of an armed vessel of the early sixteenth century* (BAR British Series 131). Oxford: BAR.

Redman, Charles. L., 1986. *Qsar es Seghir, an Archaeological View of Medieval Life.* Orlando: Academic Press.

Redman, Charles; Boone James, 1979. Qsar-es-Seghir (Alcácer Ceguer): a 15th and 16th century Portuguese colony in North Africa, *Stvdia,* 41-42, Lisboa, pp. 5-50.

Ricard, Robert, 1955. *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc.* Coimbra: Universidade de Coimbra.

Rijkelijkhuizen, Marloes, 2009. Whales, Walruses, and Elephants: Artisans in Ivory, Baleen, and Other Skeletal Materials in Seventeenth and Eighteenth-Century Amsterdam, *International Journal of Historical Archaeology,* 13. 4, pp. 409-429.

Rocha, Artur, 2015. *A Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa. Fragmentos arqueológicos e evolução histórica.* Lisboa: Banco de Portugal / Museu do Dinheiro.

Rodrigues, Maria Teresa Campos, 1968. *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Rodrigues, Paulo; Alves, Francisco; Rieth, Eric; Castro, Filipe, 2001. L'épave d'un navire de la moitié du XVème siècle / début du XVIème, trouvée au Cais do Sodré (Lisbonne). Note Preliminary. In Alves, Francisco (ed.), *International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition: Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach* (Trabalhos de Arqueologia 18). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 347-80.

Rodrigues, Paulo, 2002, *Étude de la charpente transversale du navire de Cais do Sodré de la 2ème moitié du XVe siècle/début du XVIe.* Disertación de máster | Dissertação de Mestrado. Paris: Université de Paris I – Sorbonne.

Rodrigues, Teresa Ferreira, 2008a. *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade.* Porto: CEPESE / Edições Afrontamento.

Rodrigues, Teresa Ferreira, 2008b. Lisboa. Das longas permanências demográficas à diversidade social**.** In *Jornadas Demografia Histórica de Lisboa.* Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses. Disponible en | Disponível em: http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Demografia_historica/Jornadas_demografia_2008/Demografia_doc1.pdf

Rodrigues, Teresa, 1990. *Crises de mortalidade em Lisboa.* Lisboa: Horizonte.

Romero González, D., 2004. El mito del rapto de Europa como punto de partida para la creación de una identidad, *Revista de Estudios de Ciencias Sociales y Humanidades*, 12, pp. 13-18.

Rose-Albrecht, Jeannette, 2002a. Les productions de l´Occident, la diffusion des innovations techniques. In *Le Calife. Le prince et le potier. Les faïences à reflets métalliques.* Lyon: Musée des Beaux-arts, pp. 66-115.

Rose-Albrecht, Jeannette, 2002b. Valence au XVI siècle. In *Le Calife. Le prince et le potier. Les faïences à reflets métalliques.* Lyon: Musée des Beaux-arts, pp. 122-151.

Rosselló Bordoy, Guillermo, 1998. La relación Itali-Mallorca: commercio y cerámica (siglos XIII a XVII). In *XIV Congresso di Storia della Corona d'Aragona. Incontro delle culture nel dominio catalano-aragonese in Italia (Sassari-Alghero, 19-24 maggio 1990).* Sassari: C. Delfino, volume V, pp. 527-538.

Rubim, Nuno José Varela, 2011. *A defesa costeira dos estuários do Tejo e do Sado: desde D. João II ate 1640*, Lisboa: Prefácio.

Ruiz Oliva, José A., 2002. *Fortificaciones militares de Ceuta: siglos XVI al XVIII.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

Ruiz Oliva, José Antonio, 2007. Inventario de restos fortificados de Ceuta, *Castillos de España: publicación de la Asociación Española de Amigos de los Castillos*, 148, p. 62.

Salado Escaño, Juan Bautista; Rambla Torralvo, José Antonio; Mayorga Mayorga, José Francisco, 2000. La cerámica de época nazarí en la ciudad de Málaga. In *Cerámica Nazarí y Mariní.* (Transfretana Monografías 4). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 221-258.

Salinas Pleguezuelo, Elena, 2012. *La cerámica islámica de Madinat Qurtuba de 1031 a 1236: Cronotipología y centros de producción.* Tesis doctoral | Tese de doutoramento. Córdoba: Universidad de Córdoba.

Sánchez Martínez, Manuel, 1988. Comercio nazarí y piratería catalano-aragonesa. In *Relaciones de la Península Ibérica con el Magreb (siglos XIII-XVI)*. Madrid: CSIC--Instituto Hispano-Árabe de Cultura, pp. 41-86.

Sánchez Sánchez, José María, 1998. La cerámica exportada a América en el siglo XVI a través de la documentación del Archivo General de Indias (II). Ajuares domésticos y cerámica cultual y laboral. *Laboratorio de Arte*, nº 11, pp. 121-133.

Sanders, Damien, 2009. Knowing the ropes: the need to record ropes and rigging on wreck-sites and some techniques for doing so. In *The International Journal of Nautical Archeology*, vol. 39: 1, pp. 2-26.

Santos, Joaquim Rodrigues dos, 2012. Fortificaciones Medievales en el Espacio Portugués: Propuesta de una Síntesis Global para su Evolución, *De Arte*, 11. León: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de León, pp. 53-70.

Santos, Raquel, 2010. *Arqueologia da Arquitectura. Perspectivas metodológicas.* Disertación de máster | Dissertação de mestrado. Faro: Universidade do Algarve.

Santos, Reinaldo dos, 1922. *A Torre de Belém 1514-1520. Estudo Historico & Arqueologico.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

Sardinha, Olinda, 1992. Olarias pedradas portuguesas - contribuição para o seu estudo: (1) - Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos, *O Arqueólogo Português*, 8-10, 4.ª série, pp. 487-512.

Sardinha, Olinda, 1999. Notícia sobre as peças pedradas do galeão «San Diego» (1600), *Arqueologia Medieval*, 6, pp. 183-194.

Sardinha, Olinda, 2012. Considerações acerca da cerâmica pedrada e respetivo comércio. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol. 2, pp. 789-799.

Schiriqui, David, 1965. *Ceuta antigua y moderna,* ed. Manuel Lería. Ceuta: Instituto Nacional de Enseñanza Media.

Schuster, Jörn, 2014. *A medieval sewing-thimble from Dolbenmaen, Gwynedd. Relatório preliminar.* Gwynedd: Gwynedd Archaeological Trust.

Sebastian, Luís, 2012. Faiança portuguesa: centros produtores, matérias, técnicas de fabrico e critérios de distinção". In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA--UAç, vol. 2, pp. 937-951.

Seixas, Miguel Metelo de (2011). As Armas e a empresa do Rei D. João II. Subsídios Metodológicos para o Estudo da Heráldica e da Emblemática nas Artes Decorativas Portuguesas. in Mendonça, Isabel (coord.), *As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa. Imaginário e Viagem.* Lisboa: FRESS/ESAD / CCCM, pp. 46-82

Senos, Nuno, 2002. *O Paço da Ribeira, 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias.

Senos, Nuno, 2013. Lisbonne: la ville et la mer. In Oliveira, Luisa Braz de (ed), *Lisbonne. Histoires, Promenades, Anthologie et Dictionnaire*. Paris: Robert Lafont, pp. 27-68.

Sérgio, António, 1980. A conquista de Ceuta**.** In *Ensaios.* Lisboa: Editora Sá da Costa.

Serrão, Joaquim Veríssimo, 1998. *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de História.* Lisboa: Livros Horizonte.

Sidarus, Adel; Rei, António, 2001. Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes. In *Actas do Colóquio "Lisboa: encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 37-72.

Silva, Augusto Vieira da, 1943. *As freguesias de Lisboa (estudo histórico).* Lisboa: Publicações da Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, Augusto Vieira da, 1960. Gonzaga Pereira e a sua obra. In *Dispersos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, vol. II, pp. 139-150.

Silva, Augusto Vieira da, 1987a. *A Cerca Fernandina de Lisboa.* 2ª edición | edição, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2 vols..

Silva, Augusto Vieira da, 1987b. *A Cêrca Moura de Lisboa, Estudo histórico descritivo*. 3ª edición | edição, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, Augusto Vieira da, 1987c. *As Muralhas da Ribeira de Lisboa.* 3ª edición | edição, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, José Custódio Vieira da, 1989. Séculos XIV e XV. In Moreira, Rafael (coord.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo.* Lisboa: Alfa, pp. 55-72.

Silva, Rodrigo Banha, 2000. As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997).* Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 193-205.

Silva, Rodrigo Banha, 2011. Olisipo. In *El tratamiento de los Resíduos Sólidos en las Ciudades de la Hispania Romana Omenage a X. Dupré i Raventós* (Anexos del Archivo Español de Arqueología, LX). Mérida / Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 201-213.

Silva, Rodrigo Banha; Miranda, Pedro; Vieira, Vasco Noronha; Vicente, António Moreira; Lopes, Gonçalo Correia; Nozes, Cristina, 2012. Largo do Chafariz de Dentro. Alfama em Época Moderna. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol. I, pp. 71-84.

Silva, Rodrigo Banha, 2014. Intervenção Arqueológica Urbana de 1993 na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, em Lisboa: as evidências do período romano. In Fabião, Carlos; Pimenta, João (coord.), *Cira-Arqueologia*, 3: Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 178-199.

Silva, Rodrigo Banha da, 2015. Font. In *Discover Islamic Art, Museum With No Frontiers.* [Consultado a 21 Outubro 2015]. Disponible en | Disponível em: http://www.discoverislamicart.org/database_item.php?id=object;ISL;pt;Mus01_C;45;english.

Silvério, Silvina; Barros Luís, 2005. *Arqueologia no castelo da aldeia histórica de Castelo Novo (2002-2004). Resultados preliminares.* Fundão: Câmara Municipal do Fundão.

Skelton, Ian, 2010. Die Frau Metta Catharina von Flensburg: a Danish brigantine wrecked in 1786 in Plymouth Sound, England, *The International Journal of Nautical Archeology*, 39.2, pp. 235-257.

Soromenho, Miguel, 1998. À espera das naus: a Ribeira de Lisboa e a Carreira da Índia. In *Catálogo Oficial do Pavilhão de Portugal.* Lisboa: EXPO 98, pp. 75-91.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e (dir.), 2005. *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico.* Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, Élvio, 2011. *Ilhas de Arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII),* vol. 1. Tesis doctoral | Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Sousa, José M. Cordeiro, 1982. A inscrição da bica do Andaluz. In *Colectânea Olisponense*, 2ª edición | edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, vol. 1, pp. 33-37.

Soyer, François, 2013. *A perseguição aos Judeus e Muçulmanos em Portugal.* Lisboa: Edições 70.

Teichner, Felix, 2003. Dois conjuntos de cerâmicas quinhentistas, provenientes do Convento de São Domingos e do claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6: 2, pp. 501-520.

Teixeira, André, 2008. *Fortalezas do Estado Português da Índia. Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I.* Lisboa: Tribuna da História.

Teixeira, André; El-Boudjay, Abdelatif; Torres, Joana Bento, 2013. Un contexto habitacional Portugués en Ksar Seghir, Marruecos (siglos XV-XVI). In *Arqueología en las Columnas de Hércules: novedades y nuevas perspectivas de la investigación arqueológica en el estrecho de Gibraltar.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 309-341.

Teixeira, André; Gil, Luís Serrão, 2012. Cada botão sua casaca: indumentária recuperada nas escavações arqueológicas da *Santo António de Taná,* naufragada em Mombaça em 1697. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol. 2, pp. 671-682.

Teixeira, André; Torres, Joana; El-Boudjay, Abdelatif; Villada Paredes, Fernando, en prensa | no prelo. Les grandes jarres et conteneurs de transport dans les places portugaises du Détroit de Gibraltar (15e-16e siècles). In *Actes du 1er Congrès thématique de l'AIECM3.*

Thomaz, Luís Filipe F. R., 1998. *De Ceuta a Timor.* 2ª edición | edição, Lisboa: Difel.

Torras, Begoña, 2012. Do apóstolo ao peregrino: a iconografia de São Tiago na escultura devocional medieval em Portugal, *Medievalista*, 12. Lisboa: IEM, pp. 1-34.

Torremocha Silva, Antonio; Navarro Luengo, Ildefonso; Salado Escaño, Juan Bautista, 2000. La cerámica de época meriní en Algeciras. In *Cerámica nazarí y mariní* (Transfretana Monografías, 4). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 329-376.

Torres Ballbás, Leopoldo, 1960. *Ciudades hispano-musulmanas.* Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores.

Torres, Cláudio, 1985. *A Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos Séculos XV-XVI.* Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

Torres, Cláudio, 2004. *O Vaso de Tavira, Una proposta de interpretação.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

Torres, Cláudio; Alves, Luís da Silva, 1989. *Mértola, Vila Museu.* Mértola: Câmara Municipal de Mértola.

Torres, Cláudio; Macias, Santiago, 1998. *O legado islâmico em Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores.

Torres, Joana Bento, 2011. *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa.* Disertación de máster | Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Torres, Joana Bento, 2012. Mosteiro de São Francisco. Fragmentos e documentos na reconstrução de quotidianos. In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol. 1, pp. 539-550.

Trindade, Luísa, 2002**.** *A casa corrente em Coimbra. Dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna.* Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Trindade, Luísa, 2015. Os banhos públicos em Portugal na Idade Média, *digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes/ Digital Journal of Archaeology, Architecture and Arts*, 2, pp. 206-221.

Vale, Ana; Marques, João António F., 1997. Escavações Arqueológicas no Largo do Corpo Santo (Lisboa): estruturas do palácio Corte-Real. In *Actas das Sessões do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997).* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Divisão de Arquivos, pp. 123-131.

Valério, Nuno, 1991. Periodização da História monetária em Portugal, *Estudos de Economia***,** vol. XII, nº1. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, pp. 3-18.

Valla, Margarida, 1999. O papel dos arquitectos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas, *Revista URBANismo*, 1. Disponible en | Disponível em: http://revistas.ceurban.com/numero1/margarida.htm.

Van Leeuwaarden, Wim; Queiroz, Paula; Mateus, José; Pimenta, Carlos; Ruas, José Paulo, 1999. *Estudo paleoetnobotânico e paleoecológico dos depósitos argilo-turfosos da Estação Arqueológica da Praça do Município (sob a antiga Patriarcal)* (Trabalhos do CIPA 2). Lisboa: Centro de Investigação em Paleoecologia e Antropologia.

Varaldo, Carlo, 1996. Lo scavo della contrada di S. Domenico al Priamàr (Savona). Relazioni preliminari sulle campagne di scavo 1989-1995**,** *Archeologia Medievale*, XXIII. Firenze: All'Insegna del Giglio, pp. 309-399.

Vasconcelos, Carolina Michaelis de, 1921. *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Vicente, António Moreira; Bolila, Catarina; Manso, Cláudia Rodrigues; Martingil, Márcio; Prata, Sara, 2008. *Estudo arqueobotânico do Largo do Chafariz de Dentro: um contexto do século XVI.* Trabalho para o Seminário em Arqueobotânica do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Villada Paredes, Fernando, 2006. Arqueología urbana en Ceuta (2000-2005). In *Actas I Seminario Hispano-Marroquí de Especialización en Arqueología.* Cádiz: Universidad de Cádiz, Aula Universitaria del Estrecho, Consejo Regional Tánger-Tetuán, Ayuntamiento de Algeciras, Univ. Abdelmalek es Saadi, pp. 269-280.

Villada Paredes, Fernando, 2010. Building the Portuguese city in North Africa: continuity and changes in Ceuta from 1415 to 1640. In *X International Conference on Urban History.* Ghent.

Villada Paredes, Fernando, 2012. Excavaciones arqueológicas en la Muralla Real de Ceuta. Persistencias y rupturas (1415-1668). In Teixeira, André; Bettencourt, José (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: CHAM - FCSH/NOVA-UAç, vol. I, pp. 375-384.

Villada Paredes, Fernando, 2013a. De huma parte cercados do mar, e da outra dos imigos… Notas sobre a defesa de Ceuta desde 1415 até ao reinado de D. Manuel I (1415-1521), *Revista Artis*, 1, pp. 8-19.

Villada Paredes, Fernando, 2013b. Memories of 14th century. The Huerta Rufino archeological sit. In Paredes-Pedrosa arquitectos, *Biblioteca Pública de Ceuta.* Ceuta: pp. 115-118.

Villada Paredes, Fernando, 2014. Ceuta en vísperas de la conquista portuguesa. In Silva, Carlos Guardado (dir.), *A conquista de Ceuta, Conselho Régio de Torres Vedras.* Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras, pp. 65-96.

Villada Paredes, Fernando; Gurriarán Daza, Pedro (ed.), 2013. *al-Mansura, la ciudad olvidada.* Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta.

Villada Paredes, Fernando; Hita Ruiz, José Manuel, 2002. Pinturas murales de época islámica en Ceuta, *Aynadamar*, 1, pp. 269-313.

Villada Paredes, Fernando; Hita Ruiz, José Manuel; Suárez Padilla, José, 2011. Vestigios arqueológicos del periodo portugués (1415-1668) en Ceuta. In *Congresso Internacional de História Portugal e o Magrebe / Congrés International d´Histoire Portugal et le Magreb, Lisboa-Lagos 2008***.** Lisboa / Braga: CHAM - FCSH/NOVA-UAç / CITCEM.

Watson, Wendy M., 2001. *Italian Renaissannce Ceramics: The Howard I. and Janet H. Stein Collection and the Philadelphia Museum of Art.* Philadelphia: The Philadelphia Museum of Art.

West, Michael Carl, 2005. *An intact chest from the 1686 French shipwreck La Belle, Matagorda bay, Texas: artifacts from the la sale colonization expedition to the Spanish sea.* Disertación de máster | Dissertação de mestrado. College Station: Texas A&M University. Disponible en | Disponível em: http: / /hdl .handle .net /1969 .1 /2291.

AHP- Arquivo Histórico Português
CML- Câmara Municipal de Lisboa
MH- Monumenta Henricina
CHAM - FCSH/NOVA-UAç- Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e da Universidade dos Açores
CEPESE- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
CSIC- Consejo Superior de Investigaciones Científicas
FRESS/ESAD- Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva / Escola Superior de Artes Decorativas
CCCM- Centro Científico e Cultural de Macau
IEM- Instituto de Estudos Medievais
CITCEM- Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

2015

Ciudad Autónoma de Ceuta
LISBOA CÂMARA MUNICIPAL
FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA